UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

À SOMBRA DAS PALMEIRAS
A Coleção Documentos Brasileiros
e as transformações da historiografia nacional
(1936 – 1959)

Fábio Franzini

São Paulo
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

À SOMBRA DAS PALMEIRAS
A Coleção Documentos Brasileiros
e as transformações da historiografia nacional
(1936 – 1959)

Fábio Franzini

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Nicolau Sevcenko

São Paulo
2006

Para Elaine, meu Amor:

Sem você, nada disso teria valido a pena. Aliás, nada disso sequer existiria – nem mesmo eu.

Para Maria Clara e Luiz Felipe:

As mais belas provas de que o historiador, embora se volte para o passado, deve olhar sempre para o futuro.

Um livro incompreendido é uma espécie de alma penada, com a diferença de que, em lugar de missa, pede crítica.

Evaldo Cabral de Mello

AGRADECIMENTOS

Todo e qualquer mérito que este trabalho possa ter deve ser creditado ao meu orientador, o Professor Nicolau Sevcenko. Desde o cada vez mais longínquo mestrado, Nicolau depositou em mim total confiança e me deu liberdade total para acertar e errar comigo mesmo, o que pode ser desesperador às vezes, mas assegura, indiscutivelmente, um crescimento intelectual impossível de ser alcançado de qualquer outra forma. Espero, sinceramente, que as próximas páginas façam de alguma maneira jus à sua competência e brilhantismo, bem como expressem toda a minha satisfação e realização por ter tido o privilégio de compartilhá-las.

Por extensão, outro privilégio inenarrável é o da convivência, entre *e-mails*, telefonemas e rápidas conversas em pessoa, com Cristina Carletti. Com suas tiradas sagazes, as questões de vida ou morte sempre acabavam em risadas...

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que me agraciou com a bolsa de doutorado, mostra toda a importância do poder público para a sobrevivência da pesquisa no Brasil, ainda mais entre as Humanidades. Sem órgãos como este, nós não existiríamos.

O Departamento de História da Universidade de São Paulo e a própria USP não podem deixar de ser citados aqui, nesta página de gratidão. Meu berço e minha casa, espero estar também à altura de sua tradição.

Também sou imensamente grato aos responsáveis e funcionários das instituições onde a pesquisa que sustenta este trabalho se realizou: ao Dr. Fernando de Mello Freyre (*in memoriam*) e a Gilberto Freyre Neto, da Fundação Gilberto Freyre, em Recife; a Geraldo Jordão Pereira, filho de José Olympio e nobre herdeiro de sua trajetória, que gentilmente me autorizou a utilizar a documentação do pai reunida no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro – à qual também presto meus agradecimentos; ao pessoal sempre zeloso e gentil do Centro de Apoio à Pesquisa em História – CAPH, do Departamento de História da USP, das bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Faculdade de Educação e do Instituto de Estudos Brasileiros da USP; em Campinas, do

Arquivo Central e das bibliotecas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp; em Franca, da biblioteca da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp-Franca.

Aos Professores Elias Thomé Saliba e Fernando Antonio Novais, pela fantástica discussão que me proporcionaram no exame de qualificação, decisivas para muitas mudanças no andamento do trabalho. Espero sinceramente que o resultado final seja do agrado de ambos.

Aos amigos imprescindíveis de todas as horas, próximos ou distantes: Andréa Slemian e João Paulo Garrido Pimenta, Danilo José Zioni Ferretti e Larissa Raele Cestari, Meire Mathias e Paulo Cunha, Sueli Vasconcelos Pereira Nunes, Luiz Ricardo Bonfiglioli e Cláudio Luiz Modeli Ribeiro; Nelson Aprobato Filho e Elena Pájaro Peres, Silvia Nogueira Lourenço e Osvaldo do Nascimento Filho, Célia Maíra da Silva Estrella, Geraldo José Alves, Kátia Kenez e Airtton Eiras, José Lúcio da Silva Menezes, José Antônio da Costa Fernandes, Éber Ferreira Silveira Lima, Enio Passiani, Nelson Schapochnik, Eduardo Santos, Eduardo França Paiva, Yuri Mello Mesquita, Ricardo Mariano, Eduardo Zigler Reis e mais muita, muita, muita gente querida que fez de tudo, de simplesmente perguntar “e a tese?” a acender velas, sempre com um carinho inestimável.

À família, bem, o que dizer da família que eu ainda não disse – ou que ela não saiba? Meus pais, José Ricardo e Maria Olga, minha referência de vida; Fabiano, Rogéria, Higor e Victória, nós adiante; Fabrício (*in memoriam*), ausência sentida. Já D. Lourdes, Edna, Adailton, Pedro e Gabi, Teresa e Luciano (valeu pela “alimentary jail”!) me agüentam como genro, cunhado e tio, o que não é mole, reconheço...

Finalmente, o meu chão e o meu céu: Môr, Tata e Fê. Embora saibam disso, tenho de deixar registrado por escrito o quanto sou grato por existirem, simplesmente. Sem a compreensão e a paciência deles – e isso sem falar na competência e criatividade da Elaine, responsável pelo “projeto gráfico” desta tese –, este trabalho não teria sido possível. Peço desculpas pelas muitas ausências em muitas coisas nesses últimos tempos e, sobretudo, pelos momentos de desequilíbrio e mau humor. Se isso serve de alento, espero que vocês saibam que cada palavra aqui escrita foi pensada para fazê-los felizes, pois, sem vocês, nada faz sentido.

RESUMO

Inaugurada em 1936 pela Livraria José Olympio Editora, a Coleção Documentos Brasileiros destacou-se no conjunto das *brasilianas* lançadas à mesma época por abrigar autores e obras comprometidos com a renovação do conhecimento sobre o Brasil. Ao tomá-la como objeto de estudo, este trabalho pretende percebê-la especificamente como um veículo privilegiado para a difusão de diferentes visões sobre o nosso passado, em especial as renovadoras, exercendo assim um importante papel na transformação da historiografia nacional ocorrida a partir da década de 1930. Desta forma, ela é vista como um ponto de convergência entre diferentes sujeitos relacionados à produção, difusão e consumo do saber histórico no Brasil no decorrer do período de 1936 a 1959.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia brasileira; Coleção Documentos Brasileiros; Livraria José Olympio Editora; mercado editorial; estudos brasileiros.

ABSTRACT

Established in 1936 by Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros was the most distinguished series of the *brasílianas* that started out at the same decade by bringing together new authors and new works about the knowledge of Brazil. This thesis intends to analyze it as an privileged vehicle to diffusion of different points of view about Brazilian past, specially the renew one, exercising an important role to the transformation of Brazilian historiography that happened after 1930's. This way its seems as a agreement point among different actors related with production, diffusion and consumption of historical knowledge in Brazil during 1936 to 1959.

KEY WORDS

Brazilian historiography; Coleção Documentos Brasileiros; Livraria José Olympio Editora; editorial market; Brazilian studies.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	11
1 - DILEMAS E EMBATES DA HISTORIOGRAFIA TROPICAL	18
A FORÇA DA TRADIÇÃO	18
À MARGEM DA HISTÓRIA DO BRASIL	30
UM TERRITÓRIO EM MUDANÇA	45
2 - O BRASIL DESCOBRE A HISTÓRIA, A HISTÓRIA DESCOBRE O BRASIL	53
LER, ESCREVER, PUBLICAR	53
UM PAÍS SE FAZ COM HOMENS, LIVROS... E BOAS RELAÇÕES	65
TEMPO DE PENSAR O BRASIL	75
3 - ARTÍFICES E ARTIFÍCIOS DE UMA COLEÇÃO	89
UM AUTOR, UM LIVRO, UM MARCO	89
BRASIL, CAPITAL RECIFE	103
O MINISTRO E A CASA-GRANDE	120
4 - OS ESPELHOS DA HISTÓRIA	135
UMA “NOVA HISTÓRIA” EM MOTO-CONTÍNUO	135
OUTRAS NOVIDADES EM OUTRAS PÁGINAS	156
UMA PRESENÇA, UMA AUSÊNCIA, UMA RECORRÊNCIA	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
FONTES	187
BIBLIOGRAFIA	189
ANEXO 1	212
ANEXO 2	216

C O L E Ç Ã O
DOCUMENTOS BRASILEIROS

DIRIGIDA POR GILBERTO FREYRE

1

SERGIO BUARQUE DE HOLLANDA

RAIZES DO BRASIL

Livraria JOSÉ OLYMPIO Editora

INTRODUÇÃO

Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Junior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. Ao lado de tais livros, a obra por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Viana já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais.

ANTONIO CANDIDO, 1967¹

De novo Antonio Candido? Após o próprio crítico ter classificado como um “mal-entendido” a apropriação de seu famoso prefácio à quinta edição de *Raízes do Brasil* para a canonização da tríade Gilberto-Sérgio-Caio,² pode parecer um disparate começar justamente pelo ponto fulcral de toda a confusão. No entanto, se tal texto foi útil para a construção do panteão dos “intérpretes do Brasil”, ele pode também servir como bom ponto de partida para a necessária reflexão a respeito do momento do aparecimento desses autores e das condições de produção de suas obras. Uma reflexão que fuja à naturalização da inegável ampliação de horizontes por eles promovida e volte-se à análise da historicidade de seus “impactos intelectuais”, para retomar as palavras de Antonio Candido – os quais, ao contrário do que pressupõe um certo senso comum historiográfico, não tiveram o mesmo peso, nem repercutiram da mesma forma, em sua própria época, como se pode notar a partir de uma fala do historiador Edgar Carone sobre Sérgio Buarque de Holanda:

¹ Antonio CANDIDO, “O significado de *Raízes do Brasil*”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, [26ª edição, 1994], p. xxxix.

² Cf. Rafael CARIELLO e Sylvia COLOMBO, “Intelectuais discutem a atualidade das obras clássicas sobre o Brasil”. *Folha de S. Paulo*, “Ilustrada”, 10 de junho de 2006, p. E8.

*Veja que coisa interessante, ele publicou Raízes do Brasil em 1936, e só foi reeditado em meados da década de 1940; ou seja, durante dez anos foi uma obra esquecida. Depois que ele começou a se tornar mais importante e valorizado, reeditaram várias vezes. O crescimento do livro dele se deve à adoção nas faculdades, senão os livros, na verdade, não vendem. O livro de Caio Prado Jr., Formação do Brasil Contemporâneo, é de 1942, e a segunda edição é da década de 1950. O espaço de tempo entre a produção do historiador e sua propagação também não é rápido no Brasil, além do reconhecimento tardio. Esses dois fatores são importantes.*³

Não bastasse permitirem relativizar a idéia de que *Raízes do Brasil* “se tornou um clássico de nascença”, como diz Antonio Candido,⁴ as observações de Carone são importantes por chamarem a atenção para o fato – óbvio, porém nem sempre levado em consideração – de que a importância de um autor e de uma obra constrói-se no decorrer do tempo e não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também pelas múltiplas articulações intelectuais, institucionais, pessoais que os envolveram em diferentes momentos. Além disso, ao fazê-lo por meio do exemplo de edições e reedições, indicam também a centralidade do suporte editorial nesse processo; afinal, como lembra outro historiador, o norte-americano Robert Darnton, autores escrevem *textos*, não *livros*, e esta diferença não é um detalhe de somenos importância.⁵

Tendo isso em mente, este trabalho *não* é mais um estudo a respeito de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda ou Caio Prado Junior, muito embora eles se façam aqui presentes, como se verá. Sua proposta é reconstituir os caminhos que viabilizaram e difundiram, *materialmente*, as novas interpretações historiográficas sobre o Brasil surgidas a partir da crucial década de 1930 até meados dos anos 1950, que, longe de se limitar à tríade consagrada, mobilizou pensadores os mais diversos, com visões da história também diversas. Segundo a hipótese que o sustenta, esse movimento exerceu importante papel para a divulgação do conhecimento histórico para além do restrito círculo do Instituto

³ Edgar CARONE, [Entrevista], in José Geraldo Vinci de MORAES & José Márcio REGO, *Conversas com Historiadores Brasileiros*, p. 61.

⁴ “Livro curto, discreto, de poucas citações, [*Raízes do Brasil*] atuaria menos [que *Casa-Grande & Senzala*] sobre a imaginação dos moços. No entanto, o seu êxito de qualidade foi imediato e ele se tornou um clássico de nascença”. Antonio CANDIDO, “O significado de *Raízes do Brasil*”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, [26ª edição, 1994], p. xl.

⁵ Cf. Robert DARNTON, “Discourse and diffusion”, p. 23.

Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e mesmo das nascentes Faculdades de Filosofia, bem como para a melhor definição da especificidade do trabalho do historiador numa época em que, como diz Angela de Castro Gomes, “as distinções disciplinares não eram claras, sendo elas mesmas produto quer de intersecções, quer da busca do estabelecimento de fronteiras”.⁶ Dito de maneira mais simples e direta, o que se pretende é, por meio do estudo das condições materiais de produção, difusão e consumo do saber histórico no Brasil da primeira metade do século, apresentar uma faceta da constituição de algo que talvez possa ser chamado de *sistema intelectual* referente aos estudos históricos entre nós.

Para empreender essa tarefa, o objeto de estudo escolhido foi a Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio Editora, vista aqui como o ponto de convergência entre os diferentes sujeitos que constituíram tal sistema intelectual no período definido para a abordagem, que vai de 1936 a 1959. A escolha se justifica por vários motivos, a começar da proposta da coleção, explicitada pelo seu primeiro diretor, Gilberto Freyre, na apresentação do volume que a inaugura, em 1936 – exatamente *Raízes do Brasil*, como se sabe. Nas palavras de Freyre, àquela altura já respeitado pelo sucesso de *Casa Grande & Senzala*, a coleção intentava “trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio”. Sem modéstia, sua finalidade era “revelar material tão rico e de um valor tão evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos mais significativos”.⁷

Como também se sabe, a Documentos Brasileiros não foi a única coleção lançada na década de 1930 destinada à apresentação e discussão dos temas nacionais. No contexto do movimento intelectual que, segundo Gilberto Freyre, então agitava o país – movimento visto, não sem certa mistificação, por uma ampla gama de autores contemporâneos e pósteros como decorrência da

⁶ Angela de Castro GOMES, *História e Historiadores*, p. 75.

⁷ Gilberto FREYRE, “Documentos Brasileiros”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil* [1ª ed., 1936], p. V e p. IX, respectivamente.

“Revolução de 30” –, várias editoras realizaram empreendimentos semelhantes, como a Companhia Editora Nacional e sua *Brasileira* (esta a pioneira, lançada em 1931), a Schmidt e sua *Coleção Azul* (1932), a Martins e sua *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940). Ainda assim, mesmo tomada sob a perspectiva do conjunto das *brasileiras* da época,⁸ a série da José Olympio se distingue das demais por duas características, cruciais para os propósitos deste trabalho: a primeira diz respeito a seu caráter “nacional”, uma vez que contemplava tanto representantes do campo intelectual do eixo Rio de Janeiro–São Paulo quanto do nordeste, enquanto suas congêneres voltavam-se mais para a produção de seus locais de origem (São Paulo, no caso da Nacional e da Martins, Rio de Janeiro, no caso da Schmidt); a segunda é o prestígio que adquiriu junto aos círculos letrados da época, que fazia dela “o local de máxima consagração para os autores”, de acordo com Heloisa Pontes.⁹

O prestígio da coleção derivava, por um lado, do seu referido caráter nacional, que espelhava a política da editora, em cujo catálogo predominavam temas e autores brasileiros. Por outro, e talvez de modo mais decisivo, do nome da “Casa” (como a editora e sua livraria matriz eram afetuosamente chamadas pelos íntimos) e de seu proprietário, José Olympio Pereira Filho (1902–1990), ambos conquistados com as doses certas de tino comercial e bons relacionamentos pessoas com autores, críticos e, por último mas não menos importante, personagens de grande influência política, como Filinto Müller e Lourival Fontes, sem contar o próprio presidente Getúlio Vargas. Assim, logo na segunda metade dos anos 1930 a Livraria José Olympio irradiava para o país aquela que se considerava a “literatura nacional legítima” – donde ser publicado pela “JO” significava a garantia de se ter ingressado na cultura nacional.¹⁰ Em uma época cujo referencial político-ideológico girava precisamente em torno da idéia da afirmação da “cultura nacional”, o Brasil parecia convergir para a Livraria José Olympio Editora.

⁸ Segundo o antropólogo Gustavo Sorá, “*brasileira* es una palabra que baliza la historia del libro en el Brasil. Indica el principio más poderoso para organizar colecciones con aquellos libros que deben ser leídos para conocer al Brasil. Denota una biblioteca metafórica del país, dode un lector foráneo, por ejemplo, pueda, de un golpe, tener toda la cultura nacional a su alcance”. Gustavo SORÁ, “La Casa y la Empresa. José Olympio y la edición brasileña en dos tiempos”, p. 11 (nota 9).

⁹ Heloisa PONTES, “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”, p. 464 e 467-8.

¹⁰ Cf. Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 362-8; Gustavo SORÁ, “La Casa y la Empresa. José Olympio y la edición brasileña en dos tiempos”, *passim*.

Tomar a Coleção Documentos Brasileiros como objeto de estudo justifica-se também, é claro, pelo seu conjunto de trabalhos historiográficos e ensaios de interpretação sobre o país, cuja diversidade de autores e posições teórico-metodológicas é da maior relevância para os propósitos da pesquisa que aqui se apresenta, pois permite pensar sobre os embates travados no campo da História no momento enfocado, que vai de 1936 a 1959. Esta periodização é proposta em razão de vários aspectos. Primeiro, e mais importante, por englobar o já referido momento de definições para a História e historiografia brasileiras, durante e para o qual as *brasilianas* tiveram papel de destaque. Depois, porque este é também o período áureo tanto da Coleção Documentos Brasileiros quanto da própria Editora José Olympio, que nos anos 1960 começam a perder a hegemonia que mantinham junto à intelectualidade, no caso da primeira, e ao mercado, no caso da segunda. A partir daí, com o campo das Ciências Humanas e Sociais consolidado e institucionalizado, novos modelos interpretativos-explicativos da realidade entram em cena, acompanhados de novos projetos editoriais correspondentes (como a Coleção Corpo e Alma do Brasil, da DIFEL) e mesmo de uma renovada política editorial, como a de Ênio Silveira na Editora Civilização Brasileira.¹¹

Ainda no que diz respeito às balizas temporais, o ano de 1936 foi obviamente escolhido como ponto de partida por marcar o início da publicação da Documentos Brasileiros. Já a definição de 1959 como “data de corte” não foi tão simples, uma vez que a série continua com novas publicações até a década de 1980. Para fazê-lo foram considerados tanto o contexto externo quanto a dinâmica interna à coleção: no primeiro caso, a mencionada ascensão de outras editoras e novos projetos editoriais permite ver no final dos anos 1950 uma espécie de ponto de virada tanto do mercado quanto do campo intelectual; no segundo, temos em 1959 a morte de Otavio Tarquínio de Souza, diretor da coleção havia vinte anos e também o lançamento do seu volume 107: *Visão do Paraíso*, do mesmo Sérgio Buarque que inaugurara a série. Melhor dizendo, e assim justificando simbolicamente a escolha da data, não do “mesmo” Sérgio, mas sim de um “outro”, agora não mais crítico literário e sim historiador respeitado e institucionalizado.

¹¹ Cf. Heloisa PONTES, “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”, p. 474-5; Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, cap. XVIII.

Por fim, caso se faça necessário uma justificativa geral, que sintetize as razões da escolha do tema, do objeto e de suas perspectivas de análise, vale lembrar novamente Robert Darnton, para quem os livros não respeitam limites, sejam lingüísticos, nacionais ou interpretativos, mas pertencem a “circuitos de comunicação que funcionam segundo modelos homogêneos, por mais complexos que sejam. Exumando esses circuitos, os historiadores podem mostrar que os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem”.¹²

¹² Robert DARNTON, *O Beijo de Lamourette*, p. 130-1.

C O L E Ç Ã O
DOCUMENTOS BRASILEIROS

Proximos volumes

OLIVEIRA LIMA

Memorias

GILBERTO FREYRE

Nordéste

ALBERTO RANGEL

No rolar do tempo

SAINT HILAIRE

Viagem a São Paulo

(Tradução de A. Couto de Barros e
Rubens Borba Alves de Moraes)

JULIO BELLO

Memorias de um senhor de Engenho

AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

O Indio Brasileiro e a Revolução Brasileira
A Unidade Nacional

OLIVEIRA VIANNA

Os tipos etnicos do Brasil

OLIVEIRA LIMA

D. João VI no Brasil

JOSÉ AMERICO DE ALMEIDA

Memorias

OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

Bernardo Pereira de Vasconcellos

DILEMAS E EMBATES DA HISTORIOGRAFIA TROPICAL

A história do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiola.

CAPISTRANO DE ABREU, 1920¹

A FORÇA DA TRADIÇÃO

Em outubro de 1938, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) estava em festa. No dia 21, o “glorioso sodalício”, como o chamavam seus membros, comemorava cem anos de existência, inabalável na posição de principal centro dedicado à produção historiográfica no país. Motivadas pelo centenário, numerosas congratulações e manifestações de apreço lhe chegavam daqui e do exterior, refletindo o prestígio conquistado ao longo de sua trajetória. Instituições ilustres como a Academia Brasileira de Letras promoveram sessões especiais em sua homenagem, a congênere argentina Academia Nacional de História mandou cunhar uma medalha comemorativa, a Comissão de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard dedicou-lhe a terceira edição do *Handbook of Latin American Studies* e até mesmo Sua Santidade, o Papa Pio XI, enviou um telegrama de felicitações “pelos numerosos serviços durante um século prestados à ciência”, com o desejo de que “novas luzes divinas” o guiassem para o futuro.²

Como tantas outras instituições semelhantes surgidas na Europa e na América na primeira metade do século XIX, o IHGB florescera sob o estímulo da crucial mudança que então ocorria na natureza da produção do conhecimento histórico. Fosse pelo declínio do Antigo Regime, fosse pela crise do Antigo Sistema Colonial, o processo de formação dos Estados nacionais promovia a

¹ Carta de Capistrano de Abreu a João Lucio de Azevedo. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1920. Reproduzida em Capistrano de ABREU, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. II, p. 161.

² Cf. “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (doravante *RIHGB*). Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 838-9, *passim*.

crescente valorização do passado como elemento construtor das novas identidades forjadas nas lutas políticas; concomitantemente, a afirmação da sociedade liberal-burguesa e, nela, do saber científico levaram a história a emancipar-se dos discursos literário e filosófico e a procurar converter-se ela mesma em ciência. O ofício do historiador começava a ser matéria de especialistas, e as academias, institutos e cátedras universitárias que proliferavam, em geral fomentadas pelo Estado, seu lugar privilegiado, onde se dedicavam a equacionar os desafios postos pela questão nacional e a tarefa de recompor os eventos idos.³

Não se tratava, obviamente, de uma equação simples. Como nota o historiador norte-americano Georg Iggers, ela gerou uma tensão permanente entre o *ethos* científico da profissão, que pressupunha uma abordagem livre de preconceitos e juízos de valor, e a sua função política, voltada à defesa de uma certa ordem social.⁴ Com o IHGB, não foi diferente. Idealizado dentro da Corte, em meio às disputas entre as elites monárquicas e às ameaças ao próprio Império que caracterizaram o período regencial, ele próprio era também um reduto de eminentes homens ligados ao círculo do poder, os quais pretendiam escrever, ou melhor, *estabelecer* a história da recente nação brasileira. O discurso inaugural do Instituto, proferido pelo maior expoente de seus primeiros tempos, o cônego Januário da Cunha Barbosa, é significativo a esse respeito: em suas palavras, o propósito da associação era concentrar “os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao

³ Além da primeira cátedra universitária de História, instituída em 1825 na Universidade de Berlim sob a responsabilidade de Ranke (e à qual se seguiram, no decorrer do século, várias outras pela Europa), a primeira metade do século XIX assistiu ao surgimento de um grande número de instituições dedicadas total ou parcialmente aos estudos históricos, conforme a relação apresentada por Arno Wehling: Instituto Histórico de Paris, Academia das Ciências Morais e Políticas, Sociedade Histórica de Londres, Academia Irlandesa para o Progresso da Ciência, Sociedade Escocesa de Letras e Ciências, Academia das Ciências de Berlim, Real Academia das Ciências de Lisboa, Academia Húngara das Ciências, Sociedade Real das Ciências de Göttingen, Academia Real das Ciências de Munique, Academia Real de Turim, Academia Real de Viena, Academia Real de Ciências e Belas Artes de Nápoles, Academia Real das Ciências, Letras e Artes de Milão, Real Academia de História (Espanha), Academia Imperial das Ciências de São Petersburgo, Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, Academia Nacional de História (Argentina) – estas duas últimas, é importante notar, nascidas por inspiração direta do IHGB. Cf. Arno WEHLING, *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*, p. 25. Para referências mais completas e precisas acerca das transformações no estudo da história mencionadas no parágrafo, veja-se os trabalhos principais aqui utilizados para a sua elaboração: Arno WEHLING, *op. cit.*, Capítulo 1 (“Os anos formativos: Conjuntura, memória e história”); Georg G. IGGERS, *Historiography in the Twentieth Century*, Chapter I (“Classical historicism as a model for historical scholarship”); Manoel Luis Salgado GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”.

⁴ Cf. Georg G. IGGERS, *Historiography in the Twentieth Century*, p. 23.

conhecimento do mundo purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros”.⁵

Na prática, e de modo geral, a purificação proposta pelo cônego resultou em um empreendimento politicamente direcionado, no sentido de apresentar a história do Brasil como a história de sua inserção e evolução nos quadros da civilização européia, conduzida desde o início pelo Estado monárquico – primeiro o português, depois seu “legítimo” e “natural” herdeiro nacional. Mais que a continuidade entre a antiga situação colonial e a recente autonomia conquistada, procurava-se demarcar com clareza a homogeneidade entre passado e presente, conferindo unidade e linearidade à trajetória pátria. Importava, na verdade, engendrar, por meio da história, a *memória da nação*, selecionando e articulando de modo coerente os seus acontecimentos “significativos”, ao mesmo tempo em que se excluía, ignorava, apagava as lacunas e fissuras que contestassem a lógica de sua organização. Em sua missão política e intelectual, o Instituto acreditava assim dotar o país, jovem e perigosamente multifacetado, de um passado comum, que seria referência tanto para a preservação de seu corpo político-territorial quanto da elaboração da identidade nacional.⁶

Instalado “debaixo da imediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II” (como desde 1839 estampava orgulhoso o frontispício de sua *Revista*) por vontade e iniciativa de seus fundadores, o IHGB foi das mais sólidas instituições do Império e verdadeiro segundo lar do imperador, seu protetor, mecenas e freqüentador assíduo e interessado de suas sessões. A identificação profunda com o regime, porém, pôs a Casa em grandes dificuldades nos primeiros tempos da República. Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, “sem a augusta proteção, os subsídios públicos e as benesses tornaram-se escassos. Ao que parece, os novos donos do poder percebiam no tradicional reduto letrado uma herança típica do *Ancien Régime*”.⁷ Ainda de acordo com a historiadora, a estagnação só começaria a ser superada no início do século XX, mais precisamente a partir de 1908, quando José Maria da Silva Paranhos, o barão do

⁵ Januário da Cunha BARBOSA, “Discurso”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, Tomo I, n. 1, 1º trimestre de 1839, p. 10.

⁶ Cf. Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, p. 515-23, *passim*; Manoel Luis Salgado GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, p. 6-11; Arno WEHLING, *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*, p. 32-5.

⁷ Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, “Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”, p. 220.

Rio Branco, tornou-se presidente do Instituto. O prestígio, a influência e, sobretudo, a ação do consagrado chanceler renovaram a dinâmica das atividades da associação e deram início à sua “segunda caminhada ascendente”, num ritmo mantido, senão intensificado, pelo conde Afonso Celso, que, com a morte de Rio Branco, em 1912, assumiu a presidência e nela permaneceu até julho de 1938, quando veio a falecer.⁸

A retomada caracterizou-se, entre outros aspectos, pela realização de eventos de visibilidade e importância, como os dois primeiros Congressos de História Nacional, promovidos em 1914 e em 1931, e o Congresso Internacional de História da América, incluído na programação oficial dos festejos do centenário da Independência, em 1922. Além disso, o propósito de “revelar o Brasil aos brasileiros pelo caminho das letras”, como exortara Alberto Torres em seu discurso de posse como sócio do Instituto, em 1911, colocara suas atividades em perfeita sintonia com o debate político-intelectual das décadas de 1910 e 20 e, depois de 1930, com as intenções nacionalistas do governo Vargas.⁹ Assim, a passagem do primeiro século de vida alcançou o IHGB em meio ao reflorescimento de seu vigor acadêmico e à recuperação de sua inserção na vida política do país, ambos orientados pela ótica patriótica e pedagógica da *brasilidade*, tal como formulada por Afonso Celso – autor, é bom lembrar, do àquela altura já clássico *Por Que Me Ufano do Meu País*, publicado pela primeira vez em 1901.¹⁰ Graças a essa nova dinâmica, mais uma vez os interesses da instituição passavam a se confundir com os do poder, e vice-versa.¹¹

⁸ Cf. *idem*, p. 220-1. Ver também Angela de Castro GOMES, “Gilberto Freyre e Oliveira Lima: *Casa Grande e Senzala* e o contexto historiográfico do início do século XX”, p. 37.

⁹ Cf. Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, “Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”, p. 221-2; *idem*, “História e brasilidade”, p. 76-7, *passim*.

¹⁰ De acordo com Circe Bittencourt, “em *Por Que Me Ufano do Meu País*, obra que Afonso Celso escreveu para as crianças das escolas primárias em 1900 [mas publicada somente no ano seguinte], exprime-se com perfeição o nacionalismo patriótico produzido e difundido por setores da elite intelectual. O sentimento de amor à pátria era constituído por meio da difusão da beleza e da grandeza da terra brasileira. O Brasil possuía rios enormes e grandiosas florestas, clima ameno, riquezas minerais sem fim e uma história ‘sem feitos deprimentes ou vergonhosos’. Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, dentre outros, prosseguiram nessa tarefa e, por essa trilha, foi sendo construída uma galeria de heróis nacionais que passaram a ser cultuados em festas cívicas de rituais cuidadosamente preparados”. Circe BITTENCOURT, “Identidade nacional e ensino de História do Brasil”, in Leandro KARNAL (org.), *História na Sala de Aula*, p. 192.

¹¹ A Sessão Magna do dia 21 de outubro, comemorativa do centenário, evidenciaria o novo momento vivido pelo Instituto. Na mesa de trabalho, ao lado de Manuel Cícero Peregrino da Silva, presidente do Instituto, o general-de-divisão Francisco José Pinto, representante do presidente da República; na bancada dos sócios, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em pessoa; na platéia, o Núncio Apostólico, representantes dos ministros da Agricultura e da Justiça e do prefeito do Distrito Federal e várias outras personalidades de destaque, muitas delas pertencentes aos quadros tanto do grêmio quanto do poder. Na

Mas a revitalização da Casa não trilhou apenas o percurso do novo. No que dizia respeito à essência da instituição, as mais caras tradições conservavam seu peso e sua força, como a celebração do centenário deixaria claro. Fazendo valer seu *métier*, os sócios procuraram então honrar a data magna com a promoção de mais um Congresso de História Nacional, em cuja organização se empenharam desde maio de 1937.¹² A proposta, em linhas gerais, era a mesma das reuniões anteriores, qual seja, pôr em discussão temas (“teses”, como então nomeadas) predefinidos pelo Instituto e dispostos em ordem cronológica, em torno dos quais os interessados deveriam produzir seus trabalhos, ou “memórias”. Entre os 55 tópicos apresentados, que iam dos “primeiros contatos entre europeus e habitantes das terras descobertas por Pedro Álvares Cabral” à proclamação da República e a “organização política e administrativa do Brasil no Império e na República”, a novidade estava na oferta de seis pontos voltados à história do próprio IHGB, da fundação à sua “influência cultural”, do “patrocínio e ação de D. Pedro II” às suas “grandes figuras”, de sua “obra científica na *Revista*” à sua “obra científica nos Congressos”.¹³

Como o presidente Manuel Cícero Peregrino da Silva diria em seu discurso na Sessão Solene inaugural do Congresso, realizada ao final da tarde de 22 de outubro, o elenco das teses propostas referia-se aos “*atos principais da nossa história* até o último ano do século XIX”; o recorte dedicado ao Instituto, por sua vez, marcava a conquista de “seu lugar na história, não apenas pela idade

tribuna, com a palavra, o secretário perpétuo Max Fleiuss, após relatar os destaques do último ano, encerrava sua fala com um louvor ao apoio decisivo do presidente Vargas para o sucesso das recentes atividades do Instituto, incluindo as próprias comemorações do centenário. Concluía ele: “O nome do sr. Getúlio Vargas está para sempre insculpido na história deste sodalício”. Cf. “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 838, p. 891-2 e p. 851 (citação). Para Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, no entanto, as relações entre o Instituto e o poder sofreram “um leve desvio de curso” após as reformas do ensino promovidas pelo ministro Francisco Campos a partir de 1931, que, entre outras medidas, substituiu o estudo da História do Brasil pela Educação Moral e Cívica nos programas de ensino secundário; pouco depois, com o Estado Novo, Vargas “não necessitava mais se apoiar nas concepções históricas dos membros da academia. Apropriando-se delas, distanciou-se deles”. Cf. “História e brasilidade”, p. 77-8. A autora não avança nessas considerações, mas, ao que parece, tal “leve desvio de curso”, bem como o suposto distanciamento de Vargas do IHGB, não abalaram a recuperação do prestígio político do Instituto. Cf., por exemplo, Helio VIANA, “A história do Brasil no quinquênio 1937-1942”. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 21, novembro de 1942, p. 355-62.

¹² Cf. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 7-8. A expectativa frente ao centenário, todavia, vinha de muito antes de 1937: ainda em 1931, logo no preâmbulo à “Exposição de motivos” do Segundo Congresso de História Nacional, o secretário perpétuo do IHGB e secretário geral do evento, Max Fleiuss, já dizia que “novo congresso se impõe para 1938, em comemoração ao centenário do Instituto Histórico”. Cf. *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1929 [sic]. Vol. I, p. 9.

¹³ Cf. “Regimento para o 3º Congresso de História Nacional”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 8-17.

profecta, mas pelos serviços com que assinala as diversas fases da sua existência”.¹⁴ Desta forma, a instituição nascida para “eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade, o espírito de partidos e até mesmo a ignorância”, nas palavras do fundador Januário da Cunha Barbosa,¹⁵ agora transcendia seu caráter objetivo para mostrar-se a si mesma como *mais um* daqueles “fatos memoráveis da pátria” pelos quais zelava.

À semelhança do que sempre promovera com relação à nação, o interesse do Instituto estava em cristalizar o seu passado em uma imagem bem definida, inquestionável, para o presente – isto é, em também converter a sua história em memória. Nisso se empenharam os (poucos) trabalhos voltados àquelas teses específicas,¹⁶ bem como as vozes institucionais que pontuaram todo o Congresso, a começar daquelas que se pronunciaram já na Sessão Magna do dia 21 de outubro, comemorativa do centenário. Primeiro, o presidente Manuel Cícero, no discurso de abertura, afirmou orgulhoso aos presentes:

Perfaz um século de existência e de atuação fecunda o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A anciania não lhe exauriu nem depauperou as energias, reanimado o seu organismo com o sangue vitalizante de que lhe fizeram a transfusão novos e devotados prosélitos. Ao contrário, o balanço dos trabalhos e empreendimentos que há promovido e realizado no decurso de tão dilatado período evidencia que tem sido incessante e profícua a sua atividade, elevados os objetivos, patrióticos os desígnios.
[...]

Sucederam-se as gerações, substituíram-se a pouco e pouco os componentes do quadro social, nem podia ser de outro modo, tal a contingência da vida humana, transformaram-se as instituições, e o

¹⁴ Cf. “Ata da Sessão Solene inaugural do 3º Congresso de História Nacional”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 41 (grifo meu).

¹⁵ Januário da Cunha BARBOSA. “Discurso”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, Tomo I, n. 1, 1º trimestre de 1839, p. 11.

¹⁶ Do total de oitenta trabalhos inscritos no Terceiro Congresso de História Nacional, que procuravam atender aos 55 temas previamente definidos, seis diziam respeito direto ao IHGB, sendo que três deles foram apresentados pelo secretário Max Fleiuss: “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cem anos bem vividos)”, “L’Institut Historique et Géographique du Brésil – Esquisse de son histoire” (versão pouco mais alentada do texto anterior) e “O Instituto Histórico através de sua Revista”. Os três outros foram o de Virgílio Corrêa Filho, “O Instituto Histórico: Sua obra científica nos Congressos”, o de Marcos Carneiro de Mendonça, “Aspectos da siderurgia e da mineração no Brasil através da Revista do Instituto”, e a “Homenagem ao Instituto Histórico”, composta por vários trabalhos de alunos do Colégio São José. Cf. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 22-3.

*Instituto Histórico, sempre idêntico a si mesmo, tem prosseguido impávido e, cem anos depois da sua fundação, persevera no rumo que se traçou, deixando no caminho percorrido indeléveis vestígios da sua gloriosa passagem. [...]*¹⁷

Logo em seguida, foi a vez de Max Fleiuss dirigir-se ao público para expor o relatório das atividades da Casa no último ano. Ancoradas na autoridade e no respeito propiciados por sua atuação como secretário perpétuo ao longo de mais de três décadas, desde 1907, suas palavras iniciais tornaram mais claro o que significava ser “sempre idêntico a si mesmo” na visão dos historiadores ali reunidos:

Atingimos a Terra da Promissão!

Cem anos bem vividos, num desdobrar sereno, sem ódios nem rivalidades, com a preocupação única de servir à nossa pátria, pelo estudo e investigação de seus problemas históricos, geográficos e etnográficos.

Os 27 brasileiros que, a 21 de outubro de 1838, fundaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nutriam, por certo, a convicção de que a obra seria duradoura, a desenvolver-se pelas gerações afora, lembrados sempre seus nomes e a benemérita formação.

Cem anos!

Assistiu o Instituto ao ocaso da Regência, à Maioridade, ao longo e glorioso reinado de d. Pedro II, à República, finalidade do continente americano.

Hoje podemos todos lançar com ufania uma vista retrospectiva, apurando os trabalhos realizados e que, em máxima parte, se concretizam nos 168 volumes da nossa Revista, e nas onze dezenas de publicações especiais.

*E só teremos louvores para os que nos antecederem [sic] e para os que nos acompanham nessa cruzada augusta de patriotismo. [...]*¹⁸

Expressas pelos seus principais dirigentes, ambas as falas pintavam, com vibrantes pinceladas, o retrato oficial do IHGB e revelavam a face que o Instituto imaginava (ou gostaria de) ter. Através delas divisavam-se os contornos de uma

¹⁷ “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 839.

¹⁸ *Idem*, p. 844-5.

academia vigorosa, sólida, apegada às suas raízes e de insuspeito ideal patriótico, o qual fornecia sua coesão impenetrável; a julgar por elas, polêmicas e contradições ali não tinham lugar. E, como elas, outras intervenções acompanhariam o mesmo tom laudatório característico das ocasiões marcantes, valorizando momentos específicos, distinguindo nobres personagens, entrelaçando harmonicamente nomes, datas e acontecimentos, conforme a dialética da lembrança e do esquecimento que, segundo Pierre Nora, norteia a permanente configuração da memória.¹⁹ Duas mais, contudo, ainda merecem ser destacadas em meio a tantos panegíricos, justamente por resvalarem no quadro geral da produção historiográfica brasileira até então. A primeira é a do congressista João Paulo de Medeiros, que, honrado com a missão de saudar a Casa em nome dos participantes na Sessão Solene inaugural de 22 de outubro, fez uma breve contextualização de suas origens para sentenciar:

O Instituto surge, portanto, ao calor da vida brasileira, na fase do renascimento nacional com o Segundo Império [sic], para desempenhar na vida do país o papel de um patrimônio das nossas mais ilustres e honrosas tradições. [...]

*Patrimônio histórico, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a própria História do Brasil: nos seus anais, nas suas atividades, nos seus arquivos, em tudo o que se reúne aqui como relíquias de um templo aberto à adoração das divindades cívicas brasileiras, se refletem e palpitam todos os instantes da nacionalidade.*²⁰

¹⁹ “Mémoire, histoire: loin d’être synonymes, nous prenons conscience que tout les oppose. La mémoire est la vie, toujours portée par des groupes vivants et à ce titre, elle est en évolution permanente, ouverte à la dialectique du souvenir et de l’amnésie, inconsciente de ses déformations successives, vulnérable à toutes les utilisations et manipulations, susceptible de longues latences et de soudaines revitalisations. L’histoire est la reconstruction toujours problématique et incomplète de ce qui n’est plus. La mémoire est un phénomène toujours actuel, un lien vécu au présent éternel; l’histoire, une représentation du passé. Parce qu’elle est affective et magique, la mémoire ne s’accommode que des détails qui la confortent; elle se nourrit de souvenirs flous, télescopants, globaux ou flottants, particuliers ou symboliques, sensible à tous les transferts, écrans, censure ou projections. L’histoire, parce que opération intellectuelle et laïcisante, appelle analyse et discours critique. La mémoire installe le souvenir dans le sacré, l’histoire l’en débusque, elle prosaïse toujours. La mémoire sourd d’un groupe qu’elle soude, ce qui revient à dire, comme Halbwachs l’a fait, qu’il y a autant de mémoires que de groupes; qu’elle est, par nature, multiple et démultipliée, collective, plurielle et individualisée. L’histoire, au contraire, appartient à tous et à personne, ce qui lui donne vocation à l’universel. La mémoire s’enracine dans le concret, dans l’espace, le geste, l’image et l’objet. L’histoire ne s’attache qu’aux continuités temporelles, aux évolutions et aux rapports des choses. La mémoire est un absolu et l’histoire ne connaît que le relatif”. Pierre NORA, “Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux”, in P. NORA (dir.), *Les Lieux de Mémoire — I. La République*, p. XIX.

²⁰ Cf. “Ata da Sessão Solene inaugural do 3º Congresso de História Nacional”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 43.

A inversão promovida pela empolgação do orador é engenhosa e significativa, à medida que, ao transformar o Instituto na “própria história do Brasil”, impunha a história da instituição àquela que deveria trazer à luz. A *parte* virava *todo*, e vice-versa, pois, se no IHGB encontrava-se “tudo” o necessário para se escrever a nossa história, esta só poderia existir graças à agremiação, ao menos enquanto relato legítimo do passado. Ao mesmo tempo, essa fiel depositária dos fastos nacionais tornava-se também um *todo* à parte, percebido por Medeyros como “patrimônio”, “templo” ou ainda “monumento vivo do Brasil que caminha para a frente”. Um lugar sagrado, enfim, um *lugar de memória* vigilante e empenhado em evitar que os fatos históricos demarcadores da vida nacional (devidamente selecionados, é claro) se perdessem na poeira dos tempos.²¹

A mesma idéia, quase nos mesmos termos, tornaria a aparecer em uma das sessões do Congresso com o trabalho de Max Fleiuss, mais uma vez ele. Em sua memória intitulada “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cem anos bem vividos)”, o decano da Casa afirmava que o valoroso percurso do Instituto o havia transformado no “cenáculo secular onde os nossos maiores lançaram os fundamentos da *história* da Pátria e religiosamente se guarda o culto dos deuses lares da tradição nacional”. E mais:

A História do Brasil, que fora até Varnhagen um puro feudo de crônicas lendárias, veio deparar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não apenas um centro condensador, mas seu autêntico e natural órgão representativo, interpretativo e consultivo.

O Instituto Histórico é o registro vivo da História do Brasil; é o nosce te ipsum da tradição nacional para o povo brasileiro, que não pode na espécie divisar qualquer outro órgão mais autêntico e legítimo do que esse, pela simples razão de que nenhum outro possuiria ou possui os requisitos e predicados essenciais.

O Instituto Histórico e Geográfico tem sua longa e fecunda existência e sua luminosa gravitação tão estreitamente vinculadas ao passado das nossas instituições nacionais, cujo advento e transformação assistiu, que bem se pode dizer (caso raro entre quaisquer outras instituições

²¹ Cf. Pierre NORA, “Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux”, in P. NORA (dir.), *Les Lieux de Mémoire — I. La République*, p. XXIV. Vale notar que, mais tarde, o IHGB passaria a se autodenominar “Casa da Memória Nacional”, epíteto orgulhosamente mantido até hoje.

*congêneres) dessa conspícua fundação da Regência que não encontrou já feita a fulgurante história do Brasil Império e do Brasil República, mas, contemporâneo dela, ele próprio a viveu, à proporção que os seus fastos se desenrolavam, e os deixou indelevelmente gravados nas páginas serenas e imparciais da sua Revista.*²²

Obviamente, nem Medeyros, nem Fleiuss estavam errados em atribuir ao IHGB a qualidade de fundador da historiografia brasileira, visto que esta, *stricto sensu*, inclui especificamente “a produção dos historiadores brasileiros sobre o Brasil, a partir da constituição do Estado nacional”, como lembra o Professor Fernando Novais.²³ Já a idéia de que a simples *existência* do Instituto conferia *naturalmente* um caráter lúdico à história ali escrita, esta não passava de um sofisma, porém muito útil aos propósitos da ocasião, por excluir do cânone da historiografia nativa qualquer autor em desacordo com os princípios da Casa. Em termos políticos, isto reforçava o apego à tarefa de estabelecer a grandiosa memória da nação, como já apontado; não por acaso, *todos* os principais discursos da Sessão Magna do centenário e das Sessões Solenes de abertura e encerramento do Terceiro Congresso de História Nacional renderam destacadas homenagens tanto ao imperador D. Pedro II, saudado como sua figura máxima e “protetor perpétuo”, quanto à atuação dos presidentes que por ela passaram, do visconde de São Leopoldo ao recém-falecido Afonso Celso, dedicados que foram à missão do Instituto.²⁴ Em termos propriamente historiográficos, por sua vez,

²² Max FLEIUSS, “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cem anos bem vividos)”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1942. Vol. VII, p. 222 (os grifos de ambas as citações são do original). Sobre este texto e seu autor, vale notar o comentário incluído no parecer do relator da Comissão incumbida de avaliá-lo para o Congresso, o sócio Francisco Marques dos Santos: “Cem anos bem vividos — historiou o Secretário Perpétuo dessa casa. E quem, melhor do que ele, poderia dizer desses 100 anos, quando há 38 assiste diuturnamente ao Instituto?”. Cf. “Parecer sobre a tese n. 35”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 194.

²³ Fernando A. NOVAIS, “Capistrano de Abreu na historiografia brasileira”. *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*, p. 315.

²⁴ O discurso de Max Fleiuss na Sessão Magna, por exemplo, apresentava a sucessão dos oito presidentes que a Casa tivera até então (excetuando-se Manoel Cícero, no exercício do cargo) como se fosse a própria linha evolutiva do IHGB. Segundo ele, São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro) representava “a formação”; o marquês de Sapucaí (Cândido José de Araújo Vianna), “a coordenação e o desenvolvimento”; o visconde do Bom Retiro (Luís Pedreira do Couto Ferraz), “a execução brilhante de novas tarefas”; Joaquim Norberto de Souza e Silva (que, à falta de um título de nobreza, foi chamado de “o historiador da Inconfidência” em outro discurso, o do já citado João Paulo de Medeyros), “as investigações”; o conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, “a perfeita regularidade nos trabalhos”; o marquês de Paranaguá (João Lustosa da Cunha Paranaguá), “a continuidade tranqüila”; o barão do Rio Branco, “o fulgor nas manifestações, a expansão inter-continental”; o conde Afonso Celso, “a atividade, a nobreza em todos os atos e em todas as providências”. Cf. “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 845.

significava valorizar aquelas narrativas que mais se coadunassem com tal propósito – daí a menção, rápida, mas reveladora, de Max Fleiuss a Varnhagen.

Sócio do IHGB de 1840 até sua morte, o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (1816–1878) foi um autor profícuo e pesquisador empenhado, que deixou dezenas de textos, tanto de caráter histórico quanto literário e mesmo ficcional. Mas deve-se à sua obra máxima, a *História Geral do Brasil Antes da sua Separação e Independência de Portugal*, ou simplesmente *História Geral do Brasil*, o reconhecimento a ponto de dividir as águas da história pátria frente às das “crônicas lendárias”, qual Heródoto nos trópicos. Publicado em dois volumes entre 1854 e 1857 e dedicado ao imperador Pedro II (de quem era amigo pessoal), o livro formulava, como indicado já no título, a primeira grande síntese histórica da formação da nação brasileira, panorâmica e sistemática.²⁵ Em 54 capítulos descortinava-se, no dizer de José Carlos Reis, “uma história sobretudo político-administrativa, repleta de fatos, nomes e datas, individualista e psicológica”, assemelhando-se “a um nostálgico e prazeroso álbum de fotografias das ações dos heróis portugueses”.²⁶ Erudita, fartamente embasada em documentos oficiais, dotada de rigor metodológico e pretensamente neutra e objetiva frente à “verdade dos fatos”, a obra mostrava-se como um produto típico da historiografia hegemônica em meados do Oitocentos, em perfeita sintonia tanto com as formulações de Leopold von Ranke para uma ciência histórica quanto com os interesses a ela subjacentes.

Assim, fosse pelo acento político, fosse pelo cuidado científico, o difuso, disperso, desarticulado *passado* do país transformava-se na *história* tão desejada

²⁵ Como nota Francisco Iglésias, antes de Varnhagen, foi o poeta inglês Robert Southey quem escreveu “a primeira *História do Brasil* verdadeiramente monumental”, publicada na Inglaterra em três volumes entre 1810 e 1819. No entanto, além de ser estrangeiro, sua visão extremamente crítica da colonização portuguesa na América o tornou uma espécie de “inimigo” do IHGB e seu projeto nacionalista, algo que certamente contribuiu para que a obra só aparecesse traduzida no Brasil em 1862, cinco anos depois, portanto, da publicação do segundo volume da *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Cf. Francisco IGLÉSIAS, *Historiadores do Brasil*, p. 48-50; também José Carlos REIS, *As Identidades do Brasil*, p. 23, e Arno WEHLING, *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*, p. 38. Especificamente sobre Southey e sua história do Brasil, veja-se o crucial estudo de Maria Odila Leite da Silva DIAS, *O Fardo do Homem Branco: Southey, Historiador do Brasil*.

²⁶ José Carlos REIS, *As Identidades do Brasil*, p. 49. Como a bibliografia acerca de Varnhagen e o caráter de sua produção historiográfica, notadamente a *História Geral do Brasil*, é um tanto ampla, vale destacar aqui os demais trabalhos que nortearam a elaboração deste e do parágrafo seguinte: Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, “Francisco Adolfo de Varnhagen – *História Geral do Brasil*”; *idem*, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, p. 558-561; Francisco IGLÉSIAS, *Historiadores do Brasil*, p. 72-94; Nelson SCHAPOCHNIK, “Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – Projetos de narrativa instituinte”; Arno WEHLING, *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*.

pelo IHGB. E mesmo que suas afirmações depreciativas acerca dos indígenas tenham desagradado e provocado furiosas reações da corrente romântico-indianista que então predominava na Casa,²⁷ a forma e o conteúdo da narrativa articulada na *História Geral do Brasil* converteram-na no paradigma por excelência dos trabalhos realizados no e pelo Instituto e, ultrapassando seus muros, em “matriz explicativa” de toda a trajetória brasileira, filha da colonização lusitana e herdeira dos valores do Ocidente europeu. Como notou o crítico Wilson Martins, Varnhagen, “além de escrever *uma* história do Brasil, fez, em larga medida, *a História* do Brasil, pois a sua ficou sendo, afinal de contas, desde então, a nossa própria visão da história pátria”.²⁸

Eram estas as referências implícitas na alusão de Fleiuss a Varnhagen. Sobejamente conhecidas, elas dispensavam maiores comentários a respeito do estudioso que, pelo seu trabalho em prol da pátria, fora agraciado pelo imperador com o título de barão e, depois, visconde de Porto Seguro. Nada mais justo, então, que ele também fosse celebrado pelo Instituto, o lar que tivera “a felicidade de possuir, entre os seus primeiros sócios, aquele que estava destinado a ser insigne historiador”, conforme o orador Alfredo Valladão afirmou na Sessão Magna do centenário.²⁹ A homenagem materializou-se em nada menos que um monumento, levantado graças “aos auxílios do sr. Presidente da República, dos prefeitos [*sic*] do Distrito Federal, do Estado de São Paulo [e] das Prefeituras de Petrópolis e Sorocaba”. Inaugurado no mesmo dia em que a Casa completava seus cem “bem vividos” anos, o marco juntava-se a outros símbolos que, espalhados pelo Rio de Janeiro, ali também tiveram sua origem, como a estátua eqüestre de D. Pedro I na praça Tiradentes, a estátua de José Bonifácio de

²⁷ Cf. Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, “Francisco Adolfo de Varnhagen – *História Geral do Brasil*”, p. 94-6; sobre a polêmica indianista, cf. *idem*, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, p. 560-1.

²⁸ Wilson MARTINS, *História da Inteligência Brasileira*, v. III, p. 132 (grifos meus). Como o final da citação indica, o “paradigma Varnhagen” gozou de longa permanência em nossa historiografia, avançando século XX adentro, e marcou não apenas a produção do IHGB, mas também os programas e manuais de História para o 1º e 2º graus e as cátedras universitárias de História do Brasil surgidas a partir da década de 1930. De acordo com Arno WEHLING, “foi somente nas décadas de 1960 e 1970, com a implantação dos programas de pós-graduação em história nas Universidades brasileiras, no plano acadêmico, e com as críticas crescentes aos modelos econômicos, sociais e culturais, apontados como dependentes do primeiro mundo pelos críticos de esquerda, que se fez explícita a contestação e a rápida revogação do que era ou parecia ser um pensamento conservador”. Cf. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*, p. 218.

²⁹ Cf. “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 860. Na mesma ocasião, antes do discurso de Valladão, o presidente Manoel Cícero já se havia referido a Varnhagen como “o maior dos nossos historiadores”. Cf. *idem*, p. 840.

Andrada e Silva no Largo de São Francisco de Paula e a estátua de D. Pedro II na Quinta da Boa Vista, além de uma cruz em Porto Seguro, representativa daquela erguida por Pedro Álvares Cabral em 1500.³⁰

Com a inserção de Varnhagen nesse verdadeiro panteão da pátria, o IHGB fechava o seu circuito da memória e da tradição. A instituição, o historiador e a história por ele elaborada, todos os três pretensamente “oficiais”, fundiam-se em um monumento que, para todos os efeitos, não deixava de simbolizar também o sucesso do projeto do cônego Januário da Cunha Barbosa, a recompensa dos esforços empreendidos durante um século, a consagração da postura avessa às mudanças. Tantos êxitos, todavia, não escapavam à contradição observada por Pierre Nora acerca dos lugares de memória: se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não seria necessário construí-los; se as lembranças que evocam fossem verdadeiramente vividas, eles seriam inúteis.³¹ No caso do Instituto, ele poderia pretender ser “sempre idêntico a si mesmo”, como dissera Manoel Cícero, mas não deveria esperar o mesmo da história; a diferença entre 1938 e 1838 não era apenas uma questão numérica, como pareciam querer seus ilustres confrades.

À MARGEM DA HISTÓRIA DO BRASIL

Por mais evidente que seja tal constatação, somente ao final do Terceiro Congresso de História Nacional ela relampejou sobre a Casa. Incumbido de proferir as últimas palavras na Sessão Solene de encerramento, o presidente do encontro, o sócio Augusto Tavares de Lyra, de início repisou o mote das comemorações, ao afirmar ter o IHGB “jamais fugido à sua finalidade” e, na seqüência, rememorar os grandes acontecimentos do Brasil independente e o papel do Instituto frente a eles. Sua fala seguia o mesmo roteiro dos discursos de

³⁰ Sobre o monumento a Varnhagen, cf. “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 849. Sobre os demais, cf. Max FLEIUSS, “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cem anos bem vividos)”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1942. Vol. VII, p. 220. Com relação a tal conjunto como o panteão da pátria formado pelo IHGB, como afirmado no parágrafo seguinte, cf. Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, p. 542-3.

³¹ “[...] Mais si ce qu'ils défendant n'était pas menacé, on n'aurait pas non plus besoin de les construire. Si les souvenirs qu'ils enferment, on les vivait vraiment, ils seraient inutiles. [...]”. Pierre NORA, “Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux”, in P. NORA (dir.), *Les Lieux de Mémoire — I. La République*, p. XXIV.

uma semana antes, até observar que, “na antiguidade clássica, a história era a narração despretensiosa dos fatos ou, como disse alguém, o maravilhoso épico. No primeiro caso, crônica monótona e muitas vezes enfadonha; no segundo, gênero de literatura que seduzia pelo estilo, *a arte da forma*, e a movimentação dramática dos personagens, através de seus grandes feitos ou ações heróicas. Outro, porém, o seu conceito no momento atual”. Citando “passagens lapidares” do falecido jurista Pedro Lessa, para quem a história “nos apresenta os fatos que servem de fundamento às generalizações da sociologia”, Tavares de Lyra então concluía:

*Mesmo assim, reduzida a uma ciência auxiliar, a função da história é importantíssima, a de estudar o homem em seu tempo e no meio físico, social e econômico em que vive, a de coligir e classificar metodicamente os fatos, em suas causas e seus efeitos, a de fazer sua crítica justa, serena, imparcial. Formula as grandes sínteses, que só são possíveis mediante a consulta e a análise de abundante e fidedigna documentação, que surge todos os dias à luz e que exige longas e cuidadosas investigações. Ao historiador nunca se confina o terreno das pesquisas. Ao contrário, se alarga e aumenta sempre, abrindo aos seus olhos novos e mais amplos horizontes.*³²

Como se vê, a mudança de perspectiva frente ao estudo do passado não preocupava o expositor, que, para todos os efeitos, falava como historiador. Sem

³² Cf. “Ata da Sessão Solene de Encerramento do 3º Congresso de História Nacional, realizada em 28 de outubro de 1938”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 79-80. É significativo que, para tecer seus comentários sobre a História, Tavares de Lyra (vice-presidente do Instituto e ministro do Tribunal de Contas da União) tenha recorrido a Pedro Lessa (1859–1921): jurista, ministro do Supremo Tribunal Federal e também membro do IHGB, Lessa foi um “positivista ilustrado”, que, embora convencido da importância e do valor da física social, “repudiou francamente o autoritarismo do comtismo” (cf. *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros*, p. 272). A citação feita por Lyra, infelizmente sem a referência da obra, demonstra muito bem o acento positivista de seu autor: “O estudo das leis a que está sujeito o organismo social faz o objeto da sociologia e das ciências sociais particulares. Se estudamos o que há de uniforme, geral e permanente na gênese, na estrutura e na evolução das sociedades, temos a sociologia ou ciência social fundamental. Se estudamos certos fenômenos especiais, certos aspectos particulares da sociedade, por exemplo, a sociedade considerada sob o aspecto da riqueza, da direção dos interesses públicos internos e externos, ou da manutenção da ordem necessária à conservação e desenvolvimento da coletividade, temos a economia política ou o direito. A história contém os fatos, cuja comparação nos leva às induções da sociologia e das ciências sociais particulares... A filosofia da história foi substituída pela sociologia... Limitamos nossa aspiração científica a conhecer a sociedade... Para alcançar esse *desideratum*, dispomos das duas séries de processos lógicos, dos dois instrumentos únicos que a ciência pode admitir: a indução, a generalização, obtida pela comparação dos fatos; e a dedução, a extração pelo raciocínio de verdades gerais menos extensas, compreendidas virtualmente em verdades gerais superiores. É a história que nos apresenta os fatos que servem de fundamento às generalizações da sociologia...”. Cf. “Ata da Sessão Solene de Encerramento do 3º Congresso de História Nacional, realizada em 28 de outubro de 1938”, *cit.*, p. 80.

qualquer constrangimento, ele não apenas aceitava a submissão da história à sociologia como ainda procurava valorizar esse seu novo papel reduzido, coadjuvante, perante os colegas presentes. Só não percebia, porém, que tal afirmação da condição “moderna” do estudo do passado confessava, por certo involuntariamente, o esgotamento das narrativas do passado circunscritas à massa volumosa dos documentos – ou seja, o esgotamento do paradigma estabelecido pelo mesmo Varnhagen incensado pelo Instituto. Ao contrário do que afirmara, as crônicas monótonas e enfadonhas, bem como os relatos de grandes feitos e ações heróicas, não só não haviam desaparecido como era sobre eles que a sociologia se impunha, uma vez que fazia aquilo que os mesmos supostamente não atingiam: a *interpretação* dos fatos coligidos e classificados no terreno das pesquisas.

A rigor, Tavares de Lyra não anunciava nenhuma novidade. Desde as últimas décadas do século XIX despontavam novas possibilidades de análise da formação social brasileira, graças à atividade da chamada “geração de 1870”. Pegos pela inserção compulsória do país nos quadros da economia capitalista global, envoltos nas delicadas transformações estruturais por ela acarretadas e embebidos nas novas doutrinas científicas estrangeiras, em especial o evolucionismo e o positivismo, esses intelectuais *fin-de-siècle* sentiam-se “homens naufragados entre o passado e o presente, à procura de um ponto fixo em que se apoiar”, conforme Nicolau Sevcenko.³³ Como a questão fundamental que os afligia era a adequação (ou não) do Brasil a uma nova ordem mundial, sua tábua de salvação foi a investigação da realidade nacional, à qual se dedicaram de diversas maneiras e em diferentes frentes, não raro confundidas umas com as outras. Por isso, embora visassem ao futuro, acabaram em larga medida por voltar-se à compreensão do passado, movimento que incidia direta ou indiretamente numa crítica à historiografia estabelecida e seus limites.³⁴

³³ Nicolau SEVCENKO, *Literatura como Missão*, p. 107. Apesar de óbvio, é forçoso notar também que a expressão “inserção compulsória do país nos quadros da economia capitalista global” é uma paráfrase do título de seu primeiro capítulo (“A inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque*”).

³⁴ Sílvio Romero, por exemplo, avaliou a obra de Varnhagen em sua *História da Literatura Brasileira*, fundamentando seu juízo “na valorização da pesquisa documental, por um lado, e na crítica à falta de embasamento antropológico ‘moderno’ e de ‘capacidade filosófica’, por outro”. Cf. Arno WEHLING, *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*, p. 201. Para uma visão mais apurada da diversidade de angústias, expectativas, projetos, práticas e resultados da “geração de 1870” – muito menos homogênea do que o rótulo permite imaginar –, veja-se, além do citado livro de Nicolau SEVCENKO, *Literatura como Missão* (especialmente o capítulo II – “O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos”), A. L. MACHADO NETO, *Estrutura Social da República das Letras*; Roberto VENTURA,

Mesmo dentro do IHGB as mudanças ecoariam, e muito antes dos próprios Congressos de História Nacional. A partir da virada do século, alguns sócios começaram a produzir obras em que inovações historiográficas eram nítidas e marcantes. Os exemplos mais destacados nesse sentido, como mostram vários comentaristas recentes, são certamente Joaquim Nabuco, com *Um Estadista do Império* (lançado em três volumes entre 1897 e 1899), João Ribeiro e a *História do Brasil* (1900), Oliveira Lima e *Dom João VI no Brasil* (1908), e Alcântara Machado e seu *Vida e Morte do Bandeirante* (1928). Nestas obras, o alcance da pesquisa extrapolava os limites da documentação oficial e a colocava lado a lado com narrativas de viagem, inventários, testamentos, memórias e outros papéis privados. Como novas fontes exigem novos métodos, a reconstrução promovida pelos autores levava também a mudanças interpretativas, refletidas na organização e desenvolvimento dos temas abordados e, no caso de Nabuco e de Oliveira Lima, ainda no estilo narrativo, que assumia características “literárias”. Cada qual a seu modo, enfim, eles mostravam sob outras *formas* um *conteúdo* também novo, que, ao trazer à luz dimensões sociais, culturais, materiais do nosso passado, ultrapassava em muito o referencial político-administrativo do que usualmente se pensava como “história”.³⁵

Nenhum desses nomes, entretanto, se empenhou mais, nem foi mais longe nesse exercício de renovação da historiografia brasileira que João Capistrano de Abreu (1853–1927). Cearense com passagem pela efervescente Recife de fins da década de 1860, autodidata ávido e curioso por conhecimento, Capistrano fez do interesse pela história, despertado ainda em sua terra natal, o horizonte de sua atuação desde que se estabeleceu no Rio de Janeiro, em 1875. Daí até o final da vida, suas atividades seguiram sempre três direções, nota Fernando Novais: a crítica historiográfica, voltada à exegese radical da produção bibliográfica sobre o

Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil; Lilia Moritz SCHWARCZ, *O Espetáculo das Raças*; e Angela ALONSO, *Idéias em Movimento: A Geração de 1870 na Crise do Brasil Império*.

³⁵ Ou, como diz Angela de Castro Gomes, “todos esses historiadores, no trato com novas fontes e com o uso de novas categorias, apresentavam uma história de homens vivos e interessantes para o leitor”, bem diferente das abordagens habituais. Cf. Angela de Castro GOMES, “Gilberto Freyre e Oliveira Lima: *Casa Grande e Senzala* e o contexto historiográfico do início do século XX”, p. 42. Todo o parágrafo baseia-se nas análises feitas pela autora entre as páginas 37 e 43 deste texto, como também se aproveitou da leitura dos artigos de Luiz Felipe de ALENCASTRO, “Joaquim Nabuco – *Um Estadista do Império*”; Laura de Mello e SOUZA, “Alcântara Machado – *Vida e Morte do Bandeirante*”; Guilherme Pereira das NEVES, “Oliveira Lima – *D. João VI no Brasil*”, todos ensaios que aparecem pelos dois volumes do livro organizado por Lourenço Dantas MOTA, *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico*. Especificamente sobre João Ribeiro e sua *História do Brasil*, de caráter didático, as referências foram os livros de Arno WEHLING, *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*, p. 202-3, e de Arlette Medeiros GASPARELLO, “Invenção e continuidade: a *História do Brasil* de João Ribeiro”.

Brasil; as traduções e a pesquisa documental criteriosa, “com descobertas importantíssimas e edições críticas de textos fundamentais”; e, finalmente, “a produção propriamente histórica, isto é, do discurso historiográfico, seja em monografias, seja em obra de síntese”.³⁶

Assim, Capistrano se fez *especialista entre polígrafos*, fugindo à grande característica que marcou a intelectualidade nativa, do século XIX até boa parte do XX. É certo que, para garantir uma sobrevivência modesta, nunca pôde prescindir da imprensa, o tradicional refúgio dos nossos homens de letras e o principal veículo de circulação de idéias no país de analfabetos que então era o Brasil. Em contrapartida, sua colaboração para variados jornais cariocas, iniciada logo após chegar à Corte, não cedeu às paixões políticas dos primeiros tempos da República, nem ao mundanismo da *Belle-Époque* ou ao nacionalismo dos anos em torno da Grande Guerra, antes fez das folhas o veículo difusor de suas posições sobre a história. Foi, portanto, o primeiro *historiador* brasileiro no sentido moderno do termo. Erudito, rigoroso e militante, seu compromisso fundamental era com a elaboração de um saber histórico qualificado, pautado por extremo apuro teórico-metodológico. Afinal, como ele próprio afirmara ainda no início da carreira, “é preciso saber muita coisa, ter grande solidez de raciocínio, para se poder escrever história, e entre o que se deve saber é indispensável também conhecer-se a história que se pretende escrever”.³⁷

Fundado sobre tão firmes posições, o trabalho capistraniano desde logo se contrapôs à historiografia “oficial” do IHGB e, sobretudo, ao “paradigma Varnhagen”. Como é sempre observado pelos comentadores de um e de outro, a primeira revisão crítica do legado do autor da *História Geral do Brasil* partiu justamente de Capistrano, no conhecido “Necrológio” que publicou no *Jornal do Commercio* no exato momento em que “a pátria traja[va] luto pela morte de seu historiador”. Com indisfarçável admiração, o balanço valorizava o “grande

³⁶ Fernando A. NOVAIS, “Capistrano de Abreu na historiografia brasileira”. *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*, p. 313-4. Do mesmo modo que com relação a Varnhagen, existe um número considerável de análises biobibliográficas acerca de Capistrano, em sua maioria na forma de artigos e ensaios, publicados em diferentes lugares; assim, a elaboração das páginas que se seguem tomaram como referências principais, além deste texto do Professor Novais, os seguintes trabalhos: Stuart SCHWARTZ, “A house built on sand: Capistrano de Abreu and the History of Brazil”; Ronaldo VAINFAS, “Capistrano de Abreu – *Capítulos de História Colonial*”; José Honório RODRIGUES, “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira” e “Duas obras básicas de Capistrano de Abreu: os *Capítulos de História Colonial* e *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*”.

³⁷ Capistrano de ABREU, “História da Fundação do Império Brasileiro”, resenha publicada em *O Globo* de 10 de março de 1877. Reproduzida em *Ensaio e Estudos – 4ª Série*, p. 40.

progresso na maneira de conceber a história pátria” promovido pelo Visconde de Porto Seguro, que, por “atender somente ao Brasil”, se diferenciava de todos os seus antecessores, de Gândavo a Southey. Já os lamentos eram por conta de seu “maior defeito”, a “falta de espírito plástico e simpático” aos homens e acontecimentos estudados – ausência que, embora Capistrano não note, expressava a objetividade e a neutralidade pretendidas pelos historiadores oitocentistas –, e de seu desconhecimento do “corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”. Com relação a isto, especificamente, ainda completava:

Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele, as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito, de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos; compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como consequência e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguiu-lo-ia.³⁸

O tom dos reparos à ausência da sociologia na obra de Varnhagen exemplifica muito bem a relação entusiasmada da geração de 1870 com aquilo que Sílvio Romero chamou o “bando de idéias novas”, recém-chegadas de fora. Mas as coisas nem sempre são o que parecem ser, e o acento de Capistrano deve ser visto com certo cuidado, para não identificá-lo à defesa da prevalência da sociologia sobre a história, a antecipar posições como aquelas de Pedro Lessa e Tavares de Lyra. Longe de querer substituir ou submeter uma à outra, pretendia era aproximá-las, para potencializar o máximo possível a reconstrução do passado – e isto, sim, antecipava uma postura que ganharia grande importância na historiografia do século XX. Em outras palavras, o que lhe interessava era

³⁸ Capistrano de ABREU, “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro” (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 e 20 de dezembro de 1878), in Capistrano de ABREU, *Ensaio e Estudos – 1ª Série*, p. 90. As citações do parágrafo anterior, deste mesmo texto, estão às p. 82, 89-90, 89 e 90, respectivamente.

aplicar o novíssimo saber sociológico a serviço do conhecimento histórico, não o contrário:

[...] Esperemos que alguém, iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos, eleve o edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto Seguro. [...]

*Que venha, e escreva uma história da nossa Pátria digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos. Guiado pela lei do consensus, mostre-nos o rationale de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos. [...]*³⁹

Exageros positivistas à parte, para Capistrano a sociologia deveria, em suma, contribuir para o historiador ir além da reconstituição dos fatos e buscar o *sentido* da história, isto é, deixar a superfície e penetrar na essência das transformações ocorridas ao longo do tempo. Percebe-se, assim, que pensava a história enquanto processo dotado de especificidade, afastando-se claramente da concepção até então predominante, linear e sem rupturas. Quatro anos mais tarde, em nova crítica ao Visconde de Porto Seguro, esta muito mais ácida e despida da terminologia sociológico-cientificista, ele diria:

*Sob as mãos de Varnhagen, a história do Brasil uniformiza-se e esplandece; os relevos arrasam-se, os característicos misturam-se e as cores desbotam. Vê-se uma extensão, mas plana, sempre igual, que lembra as páginas de um livro que o brochador descuidoso repete. E, todavia, mesmo as pessoas que conhecem a história pátria infinitamente menos que Varnhagen, percebem que as épocas se sucedem, mas não se parecem, e muitas vezes não se continuam.*⁴⁰

Sem se restringir à crítica pela crítica, essa forma de pensar a história, e a história do Brasil especificamente, desdobrou-se em formulações originais a seu

³⁹ Capistrano de ABREU, "Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro", p. 90-1.

⁴⁰ Capistrano de ABREU, "Sobre o Visconde de Porto Seguro" (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21, 22 e 23 de novembro de 1882), in Capistrano de ABREU, *Ensaio e Estudos – 1ª Série*, p. 140.

respeito. Ainda no “Necrológio”, por exemplo, a percepção de Capistrano foi capaz de valorizar a importância de aspectos secundários dentro do plano eminentemente político da *História Geral do Brasil*, como “as explorações do território, a cruzada cruenta contra os Tupis, o aumento da população, os começos da indústria, as descobertas das minas, as obras e associações literárias, as comunicações com outras nações”.⁴¹ Já no artigo de 1882, logo após notar a descontinuidade do passado acima descrita, ele deitaria uma visão inédita sobre nossa cronologia histórica, dividindo-a em seis períodos, que “apresentam entre si, ao lado de feições congêneres, caracteres que os separam pronunciadamente”. De acordo com sua periodização, de 1500 a 1614 “se tratou principalmente de ocupar o litoral”; de 1614 a 1700, “começa a internação, mas pelos rios”; de 1700 a 1750, “dominam as minas”, “todo o interior é devassado e povoado” e “rompem, para não mais se extinguir, as rivalidades de raça”; de 1750 a 1808 ocorre a “consolidação do sistema colonial”, enquanto o momento seguinte, de 1808 a 1850, marca a “decomposição” do mesmo sistema, iniciada com a abertura dos portos por D. João; finalmente, de 1850 até aquele início da década de 1880, vivia-se “um período novo, a que se poderá chamar centralizador, imperialista ou industrial”, em que “há muita coisa que ainda durará longo tempo e que só o historiador do futuro poderá dizer”.⁴²

Ambas as passagens indicam o caminho que Capistrano começava a traçar para sua própria análise historiográfica. Convergentes e complementares, elas mantinham a formação da nação brasileira como objeto de estudo e, ao mesmo tempo, referencial teleológico, do mesmo modo que Varnhagen e os demais historiadores reunidos no IHGB. A grande mudança em relação a eles dizia respeito ao ângulo de abordagem, que se afastava da “evolução” política para juntar-se à geografia e tomar como fio condutor o *processo* de colonização, pelo viés da ocupação e povoamento do território. Pelo menos dois outros artigos, escritos entre o primeiro e o segundo textos dedicados ao Visconde, deixam claro que tal perspectiva era fruto de contínuas reflexões acerca da forma pela qual nossa história vinha sendo escrita. No primeiro deles, publicado em outubro de

⁴¹ Capistrano de ABREU, “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, p. 88.

⁴² Capistrano de ABREU, “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, p. 140-2. Cumpre observar que esta mesma passagem já foi abordada por José Honório RODRIGUES em sua *Teoria da História do Brasil*, p. 134-6, e Stuart SCHWARTZ, “A house built on sand: Capistrano de Abreu and the History of Brazil”, p. xxiv.

1880 na *Gazeta de Notícias*, a propósito do livro *História do Brasil*, do historiador português Oliveira Martins, ele afirmava:

O Brasil precisa de duas histórias. Uma – história íntima – deve mostrar como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação. Esta história deve escrevê-la um brasileiro, e só daqui a quarenta anos será possível, quando estiverem reunidos os documentos, e as monografias tiverem esclarecido pontos ainda obscuros.

*A outra – a história externa – convém que trate o Brasil como colônia portuguesa, a princípio desdenhada, dividida depois em donatarias para fazer frente aos franceses, paulatinamente reduzida a possessão régia, vaca de leite no tempo de D. João IV, bezerro de ouro no tempo de D. João V. Para esta um português é preferível, porque grande parte dos monumentos existe em Portugal, e, além disso, proferida por lábios portugueses, a sentença não será acoimada de injusta.*⁴³

No seguinte, saído no mesmo jornal quase um ano depois, a atenção se voltava para aquela “parte da história pátria que sempre nos pareceu que deveria receber a maior atenção e ser estudada com especial cuidado: as viagens”. Seriam elas “o fato capital de nossos anais durante muito tempo”, que poderiam inclusive dividir a história do Brasil em dois momentos: “durante o primeiro, as viagens dão-se no litoral, que acabam povoando quase totalmente; no segundo, levam ao interior, que desfloram, exploram e até certo ponto povoam”. Sem deixar de reconhecer, novamente, os esforços e as limitações da obra de Varnhagen (“o que fez o Visconde de Porto Seguro é muito, mas não é bastante”), Capistrano lastimava que, “apesar de tão importante, uma história das viagens ainda não foi escrita, nem sê-lo-á nestes cinqüenta anos”.⁴⁴ Como no artigo anterior, a datação revelava sua constante preocupação com a situação de desconhecimento, quando não a ausência, das fontes e das peculiaridades locais e regionais assumidas pela expansão colonial, obstáculos que apenas o desenvolvimento arejado dos estudos históricos no país poderia superar. Isso, porém, não o

⁴³ Capistrano de ABREU, “Livros e letras” (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1880), in Capistrano de ABREU, *Ensaio e Estudos – 4ª Série*, p. 157-8.

⁴⁴ Capistrano de ABREU, “Variedade” (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1881), in Capistrano de ABREU, *Ensaio e Estudos – 4ª Série*, p. 280-3.

impedia de pensar grande, como anunciou em carta ao amigo Barão do Rio Branco, escrita em abril de 1890:

*Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a História do Brasil, não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida – uma História modesta, a grandes traços e largas malhas, até 1807. Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen, que, introduzidos por [Joaquim Manuel de] Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas.*⁴⁵

Seguro e à vontade no mundo íntimo da correspondência pessoal, Capistrano podia confessar, sem meias palavras nem dissimulações, o desejo de escrever uma *outra* história do Brasil. O arquiteto que, no “Necrológio”, dissera talvez não tardar a aparecer para sobrelevar o edifício posto em pé por Varnhagen não seria outro senão ele mesmo. Que podia dizer muitas coisas novas acerca do assunto, seus textos vinham demonstrando havia mais de uma década; a partir da virada do século, continuaria a fazê-lo de modo cada vez mais difícil de ser ignorado, graças à nova edição (a terceira) da própria *História Geral do Brasil* que se pôs a preparar, planejando alentadas introduções críticas a cada um dos três volumes programados para a publicação.

Sua apreciação da então principal peça da historiografia brasileira acabaria por consumir anos de intensa pesquisa, o que levou um comentarista contemporâneo a assegurar, na ocasião do lançamento do primeiro volume, em 1907, “que o trabalho do editor não foi menor que o do autor”.⁴⁶ Poucos meses

⁴⁵ Carta de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1890. Reproduzida em Capistrano de ABREU, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. I, p. 130. Capistrano mencionaria, pontualmente, esse projeto em pelo menos três outras ocasiões registradas em sua correspondência: em cartas a Guilherme Studart, datada de 18 de agosto de 1901, a João Lúcio de Azevedo, de 19 de março de 1917, e a Paulo Prado, de 20 de maio de 1924. Cf. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. I, p. 152, vol. II, p. 37-8, e vol. II, p. 457, respectivamente.

⁴⁶ José Carlos Rodrigues, *apud* José Honório RODRIGUES, “Duas obras básicas de Capistrano de Abreu: os Capítulos de História Colonial e Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil”, p. 95.

depois, contudo, um incêndio nas oficinas da Companhia Tipográfica do Brasil destruiu todo o material em preparo e boa parte da tiragem do tomo já saído. Capistrano desistiu da tarefa, deixando suas anotações para o amigo e auxiliar Rodolfo Garcia, que retomaria e concluiria o projeto entre 1927 e 1936. Menos mal que todo o labor tivesse lhe proporcionado também a produção daquela que seria depois considerada sua obra-prima. Convidado, em 1905, pelo Centro Industrial do Brasil a colaborar com a introdução a um livro de divulgação do desenvolvimento econômico-industrial do país (*O Brasil. Suas Riquezas Naturais. Suas Indústrias*), ele aproveitou largamente os estudos acerca de Varnhagen para redigir o texto “Noções de história do Brasil até 1800” – que, ao ser publicado em separata naquele mesmo ano de 1907, ganharia o nome de *Capítulos de História Colonial*.⁴⁷

O novo título podia parecer ainda mais modesto frente ao anterior, mas em si mesmo trazia uma inovação ao encaixar a palavra “História” entre *dois* recortes, um bem definido, outro nem tanto. Se o “colonial” não deixava dúvidas sobre o tema do livro, os “capítulos” sugeriam algo multifacetado, não-monolítico e até mesmo descontínuo, inserido numa abordagem não necessariamente linear do passado, portanto. Na organização do texto, isso se refletia nos temas e na disposição dos onze capítulos, que pouco tinham a ver com o paradigma varnhageniano e sua história “oficial”, embora os temas convencionais também se fizessem presentes em suas páginas. Basta lembrar, por exemplo, que o livro principia pelos “antecedentes indígenas” do Brasil (na verdade, muito mais a descrição minuciosa da geografia e da natureza da nova terra), para em seguida apresentar o português e o negro como “fatores exóticos” a penetrar nos trópicos. Esta significativa inversão consolidava-se, por fim, na idéia-chave que perpassa todo o trabalho, mostrar como o país e a nação se formaram “de dentro para fora” e, ao mesmo tempo, “de baixo para cima”, com a diversidade como tom e o povo como personagem principal, isto é, como o sujeito da história.

Fruto de um historiador na plenitude, os *Capítulos* sintetizavam assim muitas das preocupações historiográficas sempre demonstradas pelo seu autor. Embora não fossem propriamente a sua sonhada “História do Brasil”, eles apresentavam a história do Brasil sob novos ângulos, como os da relação entre o

⁴⁷ Cf. José Honório RODRIGUES, “Explicação” à 4ª edição dos *Capítulos de História Colonial*, p. 7-11; Ronaldo VAINFAS, “Capistrano de Abreu – *Capítulos de História Colonial*”, p. 176-7.

homem e a natureza, da indissociabilidade entre geografia e história, das relações sociais, culturais e econômicas e mesmo do cotidiano, da vida material e das mentalidades *avant la lettre*. E se isto, em si, é de fundamental importância para se perceber a originalidade capistraniana frente à historiografia estabelecida, mais importante ainda é notar, como fez Fernando Novais, que “não se trata apenas de atentar para novos temas, mas efetivamente transcender uma história setorial para uma história global e ultrapassar uma história puramente narrativa para uma história que, sem deixar de ser narrativa, seja também explicativa, ou, ao menos, compreensiva”.⁴⁸

Não obstante tantas e tamanhas novidades, o olhar diferenciado do historiador cearense, seu fecundo diálogo interdisciplinar e a metodologia rigorosa e bem aplicada não seriam suficientes para “quebrar os quadros de ferro” moldados pelo Visconde. Far-se-ia necessário também (ou acima de tudo, talvez) o reconhecimento e a aceitação de sua abordagem do passado como legítima, isto é, como tão válida quanto aquela que questionava. Como os debates intelectuais da nação se davam nos limites impostos pela falta de público leitor, pela debilidade numérica dos próprios letrados e das instituições científico-literárias, pelas *igrejinhas* dela decorrentes e pelo pífio mercado editorial, o espaço de consagração de alguém que se dissesse “historiador” não poderia ser outro senão o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Eleito sócio efetivo da Casa em outubro de 1887, poder-se-ia dizer então que Capistrano estava no lugar certo, não tivesse ele feito do IHGB uma espécie de alvo preferencial, sob ataque constante de sua virulenta ironia desde muito antes de nele ingressar. Aliás, nem ao manifestar o sonho de fazer parte de seus quadros, em fins da década de 1870, deixou de lado a galhofa. A citação é longa, mas deliciosa:

Consta-nos (o nosso consta-nos não tem felizmente o valor do consta-nos dos noticiários, de sorte que nem somos obrigados a tomar tantas informações, nem o leitor nos deve dar tanto crédito), consta-nos que Sua Majestade fez um dia a filosofia do caráter brasileiro, dizendo que entre nós as aspirações limitam-se a duas: ser senador ou lente de [o Colégio] Pedro II.

⁴⁸ Fernando A. NOVAIS, “Capistrano de Abreu na historiografia brasileira”, *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*, p. 316. As afirmações deste e do parágrafo anterior baseiam-se nesse texto de Novais e também em Capistrano de ABREU, *Capítulos de História Colonial*; José Honório RODRIGUES, “Explicação”; Ronaldo VAINFAS, “Capistrano de Abreu – Capítulos de História Colonial”.

É claro que a generalização não se aplica senão a uma classe limitada de pessoas, àquelas que moram na Corte e sabem o que de beatíficos se contém nas duas posições, ou àquelas que aspiram a habitar a primeira cidade da América do Sul, e do centro das suas províncias fizeram o protesto cesáreo de todo provinciano ingênuo: vir, ver e vencer.

Mesmo assim limitada, a apreciação do Imperador ainda encontraria numerosas exceções. Nós, por exemplo, de modo nenhum aspiramos ao Senado, e desde já cedemos de nossos direitos presentes e pretensões futuras em favor do candidato nacional, o Sr. Martinho Campos. À cadeira de Pedro II bem pode ser que já tenhamos aspirado; mas são necessárias tantas condições – a secularização do colégio, a liberdade de opiniões, a impossibilidade de reproduzirem-se julgamentos como o do concurso de filosofia –, enfim, são necessárias tantas coisas difíceis de realizar-se que não temos dúvida em fazer renúncia em favor de quem quiser.

Não vão por isso elogiar o nosso desinteresse. Ai de nós! Homo sum. Se fazemos tal cessão, é porque pretendemos posição muito mais elevada: a de membro do Instituto Histórico. Funcionar no Paço, trajar farda literária, aparecer com ela, representando a sociedade, nas festas nacionais e nos cortejos; ser presidido pelo Visconde do Bom Retiro, assistir aos discursos monumentos do monumental Sr. Macedo, e, honra ainda mais é invejável servir de ponto de incidência a olhares augustos, apanhar até uma nesga da conversação semidivina... eis o nosso desideratum. Desideratum bem difícil de ser satisfeito. O Instituto contém a disposição de serem admitidos em seu seio aqueles unicamente que têm escrito trabalhos históricos e geográficos. Às vezes, abrem-se exceções – uma está a escapar-nos do bico da pena... mas exceções são exceções, e nós que a elas não temos direito também nelas não nos podemos fiar.

Havendo de ceder à imposição regulamentar, hesitamos mais; já escolhemos até o assunto. Vamos escrever a história do Instituto Histórico, uma história curiosíssima, onde estão traçados em caracteres indeléveis os progressos da história pátria, a dignidade de nossas letras, os efeitos da proteção sobre a literatura, enfim, a origem e desenvolvimento da literatura oficial.

O último número da Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Brasileiro, agora recebido, era um ensejo para a publicação. Mas não aproveitá-lo-emos porque outros trabalhos mais

*urgentes nos ocupam e mesmo brevemente haverá nova oportunidade, porque a revista é trimensal. Até logo, pois.*⁴⁹

Capistrano não chegaria a empenhar seu tempo na reconstituição da história do Instituto Histórico, mas, como mencionado, nunca o poupou, nem à maioria de seus membros, em seus artigos e em sua vasta correspondência.⁵⁰ Talvez seu incômodo com relação a ele se devesse à posição central que ocupava na medíocre vida intelectual brasileira, um reino de aparências onde fardões e discursos pouco diziam de concreto e importante, ao menos a seus olhos.⁵¹ Tanto que, antes de pertencer à Casa, cogitou até mesmo a criação de uma agremiação alternativa, como demonstra uma carta de 1883 para Antônio Joaquim Macedo Soares. Nela, Capistrano dizia estar “tratando da fundação de uma sociedade histórica, menos pomposa e menos protegida que o Instituto Histórico, porém quero ver se mais efetiva”. A sociedade chamar-se-ia Clube Taques, “em honra de [Pedro] Taques Pais Leme”, e deveria “ocupar-se quase que exclusivamente das bandeiras e bandeirantes, caminhos antigos, meios de transporte e história econômica do Brasil”, a partir do século XVI.⁵² O plano não vingou, mas sua orientação nada tinha de surpreendente, apenas reforçava suas

⁴⁹ Capistrano de ABREU, “Livros e Letras” (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1879), in Capistrano de ABREU, *Ensaio e Estudos – 4ª Série*, p. 104-5.

⁵⁰ Em artigo de 1880, por exemplo, a propósito da “notícia que o Sr. Ministro da Agricultura organiza uma comissão para escrever a história física e política do Brasil”, Capistrano alertava que parte das dificuldades inerentes à tarefa poderiam ser evitadas caso o ministro “se precavesse contra o Instituto Histórico”. E, após avaliar a lista dos 187 sócios da Casa (sem deixar, inclusive, de citar nomes e traçar cáusticos perfis intelectuais) concluía: “vemos que de 187 sócios do Instituto podem servir e servir bem 26; podem servir condicionalmente 3; são perfeitamente inúteis 158”. Capistrano de ABREU, “Uma grande idéia” (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1880), in Capistrano de ABREU, *Ensaio e Estudos – 4ª Série*, p. 89-92 (as citações são das páginas 89, 90 e 92, respectivamente).

⁵¹ É muito significativo a esse respeito que, muitos anos depois, em fins de 1896, ao se deparar com seu nome arrolado entre os 40 futuros componentes da Academia Brasileira de Letras (dos quais vários eram também confrades do IHGB), tenha pedido ao responsável pela lista, o escritor Lúcio de Mendonça, que consertasse o equívoco e dela o retirasse. Mais tarde, em nota biobibliográfica escrita para Guilherme Studart, diria que “não quis fazer parte da Academia Brasileira, e é avesso a qualquer sociedade, por já achar demais a humana. Por exceção única pertence ao Instituto, do qual pretende demitir-se em tempo, se não morrer repentinamente”. Cf. Carta de Capistrano de Abreu a Guilherme Studart. [Fazenda] Paraíso, 18 de agosto de 1901. Reproduzida em Capistrano de ABREU, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. I, p. 152. Sobre as motivações, caminhos e personagens que levaram à fundação da ABL, bem como seus primeiros anos de funcionamento, veja-se o livro de Alessandra EL FAR, *A Encenação da Imortalidade*.

⁵² “O meu plano é começar pelo século XVI, tomando os impressos e manuscritos conhecidos e utilizáveis, e incumbindo cada sócio de examinar um ou mais. Cada trecho que interessa à questão será copiado, com os comentários que julgar necessários à pessoa encarregada do respectivo autor. Depois será tudo impresso, precedido de uma introdução geral, que sintetize e enfeixe os resultados obtidos. Por este modo, espero que em um ano se trate das bandeiras do século XVI, em dois ou três das do século XVII, e mais tarde das do século XVIII, aliás menos numerosas e menos importantes”. Carta de Capistrano de Abreu a Antônio Joaquim Macedo Soares. S. l., s. d. [1883]. Reproduzida em Capistrano de ABREU, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. III, p. 2.

idéias acerca da história do Brasil, ao mesmo tempo que denunciava uma profunda insatisfação com a produção do IHGB.

Por que teria entrado em uma instituição que tanto criticava, então? É difícil dizer, pois os relatos biográficos a seu respeito não dão a menor importância a essa questão.⁵³ Pode ser porque a idéia do Clube Taques não tenha dado certo, ou porque pensasse em, como sócio, aproveitar melhor a biblioteca e o rico acervo documental da Casa, ou ainda porque simplesmente estivesse no horizonte de sua afirmação pessoal ser admitido como membro do respeitável Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e assim, quem sabe, encontrar maior reconhecimento para si e para sua dedicação à história nacional. Seja qual for a resposta, uma vez admitido, ele sempre se manteve alheio à dinâmica institucional, ao contrário do “rival” Varnhagen, primeiro-secretário da Casa entre 1851 e 1858. Não parece equivocado sugerir, pois, que essa sua condição marginal dentro do IHGB, associada a todos os aspectos inovadores de sua prática historiográfica, certamente prejudicou a recepção e a aceitação de sua obra pelos nossos historiadores “oficiais”, ao mesmo tempo em que contribuiu para formar a imagem caricata de homem excêntrico e cheio de esquisitices que se lhe imprimiu ainda em vida.

Ainda nesse sentido, é emblemático que, dez anos após sua morte, e a despeito de toda sua produção, Capistrano de Abreu tenha sido ignorado quase por completo nos discursos marcantes da comemoração do centenário ao longo do Terceiro Congresso de História Nacional. Exceto por uma breve referência feita por Alfredo Valladão na Sessão Magna, e apenas com a finalidade de valorizar não o trabalho dele, Capistrano, e sim o de Guilherme Studart, seu nome não foi mencionado por nenhum outro orador, em nenhuma outra ocasião.⁵⁴ Pior que isso, foi “esquecido” em um momento muito significativo, quando, na Sessão Solene Inaugural do Congresso, os participantes reunidos julgaram por bem enviar o seguinte telegrama a Rodolfo Garcia:

⁵³ Nem mesmo o mais alentado estudo biográfico sobre Capistrano, feito por José Aurélio Saraiva Câmara, traz mais que três ou quatro vagas menções ao IHGB no decorrer de mais de 200 páginas, enquanto o verbete “Capistrano de Abreu”, um dos mais longos do *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*, publicação do próprio Instituto, reserva somente uma linha, ao final do texto, para dizer que o cearense “foi eleito sócio efetivo do IHGB em 19/10/1887”. Cf. José Aurélio Saraiva CÂMARA, *Capistrano de Abreu. Tentativa Biobibliográfica; Dicionário Brasileiro de Historiadores...*, p. 13-6.

⁵⁴ Cf. “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 884.

*Congresso História aprovou calorosamente proposta comandante Carlos Carneiro de um voto grande louvor pelas anotações feitas ilustre colega na terceira edição História Geral de Varnhagen.*⁵⁵

Quanto às atividades de Capistrano para a mesma edição e sua influência sobre o amigo Garcia, nenhuma palavra. Ao que tudo indica, para a Casa era como se ele nunca tivesse existido. Talvez resida aí o sentido mais profundo do comentário um tanto vago de José Honório Rodrigues acerca de seus principais trabalhos, os quais marcariam “um momento crítico de nossa historiografia, uma revolução modernista que não se completou”.⁵⁶ Ainda assim, se o desprezo, o desinteresse e o não-reconhecimento daqueles que controlavam a historiografia institucionalizada o tomavam pelo “João Ninguém” que assinara em muitas das cartas enviadas aos amigos, a revolução por ele precipitada não teria volta. Até porque fazia parte de um movimento muito mais amplo do que parecia.

UM TERRITÓRIO EM MUDANÇA

Na virada do século XIX para o XX, enquanto Capistrano tentava firmar as bases para uma nova história do Brasil, o campo da ciência e do conhecimento estava revolto na Europa. Em diferentes áreas, descobertas e reflexões buscavam se aproximar de explicações do mundo mais coerentes com a força e a instabilidade da sociedade urbano-industrial. A mecânica quântica, a teoria da relatividade, a genética, a lingüística, a semiologia, a psicanálise, a psicologia social e mesmo a filosofia agora punham em questão a objetividade típica do Oitocentos, de fundo positivista e funcionalista, e imprimiam uma visão relativista da e sobre a realidade, que passava assim a ser apreendida, segundo Nicolau Sevcenko, “como uma complexidade densamente entramada, em que cada entidade considerada só pode ser compreendida nos seus inextricáveis nexos com todas as outras”.⁵⁷

⁵⁵ Cf. “Sessão Solene Inaugural, em 22 de outubro de 1938”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 45.

⁵⁶ José Honório RODRIGUES, “Duas obras básicas de Capistrano de Abreu: os *Capítulos de História Colonial* e *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*”, p. 97.

⁵⁷ Nicolau SEVCENKO, *Orfeu Extático na Metrópole*, p. 177. A sintética descrição aqui apresentada fundamenta-se nas considerações tecidas pelo autor entre as páginas 174 e 181, secundada pelos textos de

As modificações eram tão drásticas que nem o tempo e o espaço permaneceram imunes. Outrora inquestionáveis e absolutos, também eles assumiram os contornos da especificidade e da contingência para passarem a ser pensados como categorias condicionadas pelas circunstâncias. Conforme Bertrand Russell notaria ainda em 1914, “o espaço e o tempo deixaram de ser, para a física relativista, elementos constitutivos do mundo, admitindo-se agora que são *construções*”.⁵⁸ E mesmo que o refinamento das novas análises e interpretações da realidade dissesse respeito apenas a uma minoria, conforme ressalvam os intérpretes do período, elas eram efetivas e verdadeiras, no sentido de espelhar algo muito mais profundo: a redefinição das formas de percepção do mundo. Isto, sim, era compreendido empírica e existencialmente por um número cada vez maior de pessoas, à medida que o avanço do capitalismo dissolia seus hábitos e costumes tradicionais e as transformava em “massa” desprovida de referências mais sólidas.⁵⁹

Diante das inconsistências do presente, sequer o passado era confiável – ao menos o passado estabelecido pelas certezas dos historiadores “científicos”, com sua ênfase na política. Tornava-se mais e mais evidente que as narrativas “dos grandes feitos dos grandes homens”, até então soberanas, pouco tinham a oferecer a quem pretendesse fazer da história um meio de iluminar, de algum modo, a atualidade. Como Lucien Febvre diria, décadas mais tarde, num “exame de consciência” do período de sua formação profissional, “como conceber, no meio de tantas transformações, uma história perfeitamente imóvel nos seus velhos hábitos? Como não sentir a necessidade, para nós [historiadores], de ligar as nossas idéias e os nossos métodos a outros? Para empregar a palavra: como não reconstruir, quando por toda a parte aparecem fendas?”⁶⁰

Alan BULLOCK, “A dupla imagem”, no livro organizado por Malcolm BRADBURY e James MCFARLANE, *Modernismo: Guia Geral (1890-1930)*, e de Eric J. HOBBSBAWM, “Certezas solapadas: as ciências” e “Razão e sociedade”, capítulos 10 e 11 de seu *A Era dos Impérios*.

⁵⁸ Bertrand Russell, *apud* Eric J. HOBBSBAWM, *A Era dos Impérios*, p. 339 (grifo meu).

⁵⁹ Cf. Nicolau SEVCENKO, “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”, no volume 3 da *História da Vida Privada no Brasil*, por ele organizado, pp. 7-11. Sobre a relação entre as transformações científicas e as transformações sociais, lembra Hobsbawm que, “seja qual for a natureza das relações entre a ciência e a sociedade onde está embutida e a conjuntura histórica particular onde ocorre, essa relação existe. Os problemas que os cientistas identificam, os métodos que usam, os tipos de teorias que consideram satisfatórias em geral ou adequadas em particular, as idéias e modelos que usam para resolvê-los são os de homens e mulheres cujas vidas, mesmo no presente, não se restringem ao laboratório ou ao estudo”. Eric J. HOBBSBAWM, *A Era dos Impérios*, p. 349.

⁶⁰ Lucien FEBVRE, “De 1892 a 1933: Exame de consciência de uma história e de um historiador”. *Combates pela História*, p. 23 (embora a referência não apareça nesta tradução portuguesa, trata-se do texto de sua

Por volta de 1900, não eram apenas os historiadores das novas gerações, como Febvre, que se sentiam incomodados e insatisfeitos com os rumos da sua disciplina. Antes mesmo deles, os novos teóricos da sociedade, os cientistas sociais, procuravam respostas para questionamentos semelhantes, cientes da importância do passado para a análise do presente e das limitações da historiografia dominante. Por isso, boa parte desses teóricos combinava o interesse pela história à rejeição do trabalho dos profissionais da área, algo que os levou a promover, por si mesmos e de diferentes formas, a aproximação entre o conhecimento histórico e o campo específico de sua atuação, fosse ele a sociologia ou a antropologia, a geografia, a economia ou até mesmo a psicologia. De Vidal de la Blache a Max Weber, passando por Frazer, Pareto, Durkheim, outros sentidos se atribuíram ao passado, indicando novas possibilidades para o trabalho do historiador, ainda que tais nomes pudessem eventualmente estar mais preocupados com a afirmação das identidades de seus recentes domínios do saber que com a renovação da história.⁶¹

Entre os próprios historiadores, uma das primeiras reações mais vigorosas surgiu na mesma Alemanha onde Ranke parecia reinar absoluto. Ainda sem questionar o primado da história político-diplomática, nos anos 1880 alguns acadêmicos passaram a dar maior atenção a obras como *A Cultura do Renascimento na Itália*, de Jacob Burckhardt (1860), e a temas da cultura e da sociedade, indicando que novos ventos começavam a soprar sobre o passado. O choque direto se deu pouco depois, com a publicação dos primeiros volumes da *História da Alemanha*, de Karl Lamprecht, iniciada em 1891 e concluída em 1909. Interessado em ir além das esferas do poder e do biográfico, Lamprecht procurava, muito significativamente, se aproximar das novas ciências sociais, em especial a psicologia e a sociologia, para fazer da história uma “ciência sociopsicológica”, voltada à “cultura universal da humanidade”. No contexto em que se inseria, a polêmica foi inevitável. Os debates da “controvérsia Lamprecht”, aberta em 1893 com um duro ataque de Georg von Below contra o autor e a obra, arrastaram-se por mais de uma década, sem resultar, porém, em mudanças profundas na prática dos historiadores alemães, que continuariam pactuados –

aula inaugural no *Collège de France* em 1933, publicado no ano seguinte na *Revue de Synthèse* em seu tomo 7, n. 2, 1934. pp. 93-106).

⁶¹ Todo o parágrafo se fundamenta, um tanto livremente, em Peter BURKE, *História e Teoria Social*, p. 22-8.

inclusive ideologicamente – com o estudo do político por muito mais tempo. A renovação, enquanto isso, ocorria “disfarçada” em obras de sociologia e economia, como as de Weber e de Sombart, das quais se originou a chamada “sociologia histórica” alemã.⁶²

Praticamente ao mesmo tempo, na França, a escola metódica de Monod, Lavissee, Coulanges, Langlois e Seignobos, radical na submissão do historiador ao método e às fontes, sofria as primeiras contestações à sua hegemonia, construída no rescaldo da derrota de 1870. Com a fundação, em 1900, da *Revue de Synthèse Historique* por Henri Berr, o desejo de ampliar os horizontes do estudo do passado ganhou um impulso decisivo: formado em letras, Berr via na história a ciência das ciências, a única capaz de recompor a unidade perdida das ciências humanas e de formular, assim, um conhecimento sintético (no sentido de “global”) acerca do homem e da realidade. Este deveria ser, para ele, o fundamento da *nouvelle histoire* pela qual se batia, contra o fetichismo dos fatos, contra a sujeição cega ao método, contra o espírito de especialização. A *Revue*, por sua vez, era o fórum privilegiado dos debates interdisciplinares que estimulava, cujo eco mais famoso decerto foi o artigo “Método histórico e ciência social”, do economista durkheimiano François Simiand, que, publicado em 1903, investia de modo feroz sobre os “ídolos da tribo dos historiadores”. Após a guerra, a revista perdeu o ímpeto renovador, mas a força e inspiração que evocava ainda teria longa vida nas atividades de dois de seus jovens colaboradores, moldados decisivamente por ela: Lucien Febvre e Marc Bloch, que, como se sabe, em fins dos anos 1920 lançariam a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*.⁶³

Movimento semelhante acontecia do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos. De modo mais orgânico e sistemático, alguns historiadores procuraram libertar a disciplina do conservadorismo dos “científicos” surgidos nas últimas décadas do Dezenove sob a tardia inspiração rankeana, bem como fortalecê-la frente ao ataque dos cientistas sociais interessados em questões

⁶² Sobre Lamprecht, cf. Fritz RINGER, *O Declínio dos Mandarins Alemães*, p. 281-4; Peter BURKE, *História e Teoria Social*, p. 28-9; Georg G. IGERS, *Historiography in the Twentieth Century*, p. 30-4. Sobre as relações entre história, sociologia e economia na Alemanha, cf. Peter BURKE, *História e Teoria Social*, p. 29; Georg G. IGERS, *Historiography in the Twentieth Century*, p. 36-40.

⁶³ Cf. François DOSSE, *A História em Migalhas*, p. 36-59; Bertrand MÜLLER, “Introduction” à *Correspondance Marc Bloch/Lucien Febvre*, Tome Premier, 1928-1933, p. XVI-II. Especificamente sobre a crítica aos “ídolos da tribo”, ver François SIMIAND, *Método Histórico e Ciência Social*; já sobre os *Annales*, a bibliografia é vasta, mas, para visões panorâmicas, veja-se, além do referido livro de Dosse, Peter BURKE, *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*.

contemporâneas. Identificados e comprometidos com a profunda modernização pela qual o país passava, esses “novos historiadores”, ou “historiadores progressistas”, como emblematicamente se autodenominavam, propunham a abertura da história tanto para novos temas quanto para as demais ciências sociais e, mais importante, defendiam que ela só teria sentido se fosse *present-minded*, isto é, orientada pelas inquietações e necessidades do presente, não pelo passado em si mesmo. O resultado foi o aparecimento de análises as mais variadas sobre a história norte-americana: Frederick Jackson Turner a via sob a chave geográfica da “fronteira”, Charles Beard sob o ângulo dos conflitos econômicos e sociais, Vernon Parrington, James Robinson e Carl Becker sob o das idéias, Perry Miller sob o da religião. Pelas inovações apresentadas e pelo otimismo de suas teses (este em relação direta com o “progresso” norte-americano), a *New History*, apesar de eclética, acabou por converter-se no paradigma dominante da historiografia norte-americana até o final da Segunda Guerra Mundial.⁶⁴

Fora do meio estritamente acadêmico, despontaram filosofias e morfologias da história, sendo a mais significativa delas a formulada por Oswald Spengler no célebre *A Decadência do Ocidente*. Em seu primeiro volume, publicado em 1918, logo após a guerra e a derrota alemã, o livro reconstituía os ciclos vitais de oito grandes culturas, ou civilizações, da humanidade em perspectiva comparada, método que permitia ao autor extrair a suposta regularidade da história e, mais importante, tecer prognósticos para a presente – e “decadente” – sociedade ocidental. Justamente por isso, era uma obra que “oferecia uma visão cultural da história que qualquer um poderia manusear a fim de buscar respostas às próprias angústias”, segundo Josep Fontana; a história, assim, deixava a competência dos desacreditados profissionais do ofício e caía nas mãos do “homem comum, para que pudesse fazer as próprias especulações e descobertas”.⁶⁵ A julgar pelas trinta reimpressões e mais de 100.000 cópias vendidas em cinco anos, além das traduções em várias línguas, não foram poucos os que, inspirados por Spengler, a isso se dedicaram.⁶⁶

⁶⁴ Cf. Gerson MOURA, *História de uma História*, p. 16-28, *passim*; Georg G. IGGER, *Historiography in the Twentieth Century*, p. 34-5 e 41-3.

⁶⁵ Josep FONTANA, *A História dos Homens*, p. 253-4.

⁶⁶ Cf. Marnie HUGHES-WARRINGTON, *50 Grandes Pensadores da História*, p. 318 e 322; Nicolau SEVCENKO, *Orfeu Extático na Metrópole*, p. 179.

Em contrapartida, no extremo oposto ao das concepções “intuitivas” da história estava o materialismo histórico, que, na virada para o Novecentos, ampliava o raio de sua ação e influência graças à atividade político-intelectual ligada às classes trabalhadoras. Agora sob o nome de marxismo, sua difusão e recepção associavam-se, em larga medida (mas não exclusivamente), a uma vulgarização empobrecedora e mesmo distorcida das formulações originais de Marx e Engels, da qual originar-se-ia, inclusive, o dogmatismo da versão leninista, elaborada após o triunfo da revolução bolchevique. Não obstante, sua adoção como referencial teórico-metodológico para a análise da realidade assumia como central uma visão da história que, conforme sintetizado pelo próprio Engels em 1892, “procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes”. Nada mais distante, portanto, de uma história de reis, batalhas e tratados apresentados em sucessão linear, quando não “natural”: o que se afirma é a dinâmica e o processo da história dos homens, reconstruída sob a perspectiva das suas múltiplas articulações, algo que, apesar das muitas formas assumidas, teria grande impacto sobre a historiografia do século XX.⁶⁷

Por fim, é essencial lembrar que o surgimento e desenvolvimento de tantas e tão diferentes possibilidades interpretativas revelavam a exaustão e a crise de uma historiografia cada vez mais próxima de ser chamada “tradicional”, mas não o seu desaparecimento. Os pressupostos do conhecimento histórico consagrados no século XIX continuavam vivos, e não saíam de cena tão cedo – a rigor, continuam presentes até hoje, em meio à diversidade da produção sobre o passado. De todo modo, esse verdadeiro mosaico de novas abordagens, evidentemente muito mais complexas e interpenetráveis do que a sumária descrição aqui apresentada permite notar, torna inevitável dizer que as semelhanças percebidas com o trabalho de Capistrano de Abreu no Brasil não

⁶⁷ Cf. verbetes “Historiografia” e “Materialismo histórico” do *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom BOTTOMORE, p. 179-81 e 259-63, respectivamente. A citação de Engels, da Introdução a seu *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, está na p. 260. Sobre o marxismo, a historiografia marxista e seu impacto sobre a historiografia do século XX, ver, entre outros, Josep FONTANA, *História: Análise do Passado e Projeto Social* (capítulos 12 – “O marxismo no século XX: Desnaturalização e dogmatismo” – e 13 – “O marxismo no século XX: Desenvolvimento e renovação”), e Eric J. HOBBSBAWM, *Sobre História* (ensaios “O que os historiadores devem a Karl Marx” e “Marx e a história”).

são mera coincidência. Mesmo no periférico Rio de Janeiro, ele participava de um território em mudança, em perfeita sintonia com os centros dinâmicos da historiografia ocidental, reforçada inclusive pela dedicada leitura de periódicos como a *Revue Historique*, a *English Historical Review*, a *American Historical Review* e a já mencionada *Revue de Synthèse Historique*, entre outras.⁶⁸ Se o IHGB resistiu o quanto pôde ao seu trabalho e, de certa forma, conseguiu fazer valer a tradição, no mesmo momento em que festejava seu centenário uma nova geração de pensadores sociais já percebia o passado de modo diferente. O jovem Pedro Calmon, por exemplo, assim escrevia no início da década de 1930:

*Sem a antropogeografia, sem a antropologia, sem a economia, sem o exame das manifestações artísticas e literárias, sem a apreciação do 'espírito', em suma, não estudaremos a história do Brasil que nos interessa, senão o calendário ou a tábua histórica, que interessa muito menos. Entendida como uma sucessão de fenômenos sócio-históricos cuja interdependência constitui a lógica da civilização e lhe dá o sentido. Civilização integral. Valor humano. Espiritualidade. Nacionalização. Ciência. O problema assim colocado tem para a cultura moderna atrativos e seduções. A nova história será essa. A fisionomia do Brasil. O seu retrato.*⁶⁹

Tão importante quanto as perspectivas frente à história, agora mais globais que pontuais, a situação do ambiente intelectual também era outra. Embora os homens de letras e o público leitor continuassem limitados, o mercado editorial crescia e se diversificava, impulsionado pela aceleração do processo de industrialização e urbanização do país. Maiores oportunidades se abriam assim para a difusão do conhecimento histórico, bem como para o debate e a crítica, à medida que livros e revistas especializadas passavam a dar forma mais perene a textos que, de outra maneira, perder-se-iam no tempo efêmero dos artigos de jornal. Em breve, seria nesses novos campos de batalha que a historiografia nacional exporia seus dilemas e travaria seus embates.

⁶⁸ Cf. Pedro Moacyr CAMPOS, "Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX", p. 277.

⁶⁹ Texto de Pedro Calmon publicado no *Jornal Acadêmico* (RJ) de 18 de agosto de 1931. *Apud* Pedro CALMON, *Memórias*, p. 192.

C O L E Ç Ã O
DOCUMENTOS BRASILEIROS

DIRIGIDA POR GILBERTO FREYRE

3

OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

BERNARDO PEREIRA
DE
VASCONCELLOS
e seu tempo

Livraria JOSÉ OLYMPIO *Editora*

2

O BRASIL DESCOBRE A HISTÓRIA, A HISTÓRIA DESCOBRE O BRASIL

[...] Em todos os domínios, sob todas as formas, o Brasil é o grande assunto do espírito brasileiro, a sua última e absorvente descoberta. Aparece-lhe provido de valores insuspeitados até há pouco, em muito dos quais se percebem os vestígios da troca de sinal matemático ainda recente. Diga-se, aliás, para conforto nosso, que, na maioria dos casos, semelhante procedimento sem dúvida se justifica. Ele nos foi mesmo imposto como consequência natural de estudos que tiveram, entre muitas outras, a utilidade de nos convencer de que, afinal, nem tudo entre nós é paisagem, o que estava longe de ser ponto pacífico nas nossas letras.

PEDRO DANTAS, 1941¹

LER, ESCREVER, PUBLICAR

Em longa carta a Mário de Alencar, datada de 14 de setembro de 1901, Capistrano de Abreu tinha alguns conselhos a dar ao amigo, então um tanto lamurioso. Quase todos diziam respeito a seu fraco estado de ânimo, que Capistrano atribuía à sombra forte do pai, José de Alencar, da qual o exortava a livrar-se para não ficar condenado “ao triste papel de epígono”. Mas, sendo Mário também escritor, e às voltas com a publicação de novo livro, o remetente não deixou de fazer outros alertas:

Não acho feliz a sua idéia do formato 32°. Com o nosso papel, o nosso tipo, a nossa brochagem, sairia um monstrengo. E qual a razão da preferência? Poder-se andar com o livro no bolso? Não atenua os erros contra a estética, não o tornaria de aspecto menos rebarbativo. É um sonho de poeta conseguir vendas de dez mil exemplares. Creio que Laemmert conquista este algarismo para suas folhinhas. Aliás, para os seus silabários; as agências portuguesas dele se aproximam; mas tudo isto são fatos solteiros e extraordinários; que não podem servir de regra,

¹ Pedro DANTAS, “Literatura de idéias”. *Cultura Política*, Ano I, n. 1, março de 1941, p. 258.

*é evidente; que não se dariam no seu caso, facilmente se demonstra, porque V. não dispunha de toda uma organização comercial espalhada pelo Brasil inteiro, e sem esta condição prévia, ficaria tolhido desde os primeiros passos; mesmo com ela, é duvidoso o resultado final, com a crise moral e econômica vigente nos últimos vinte anos. [...]*²

Observador acurado, Capistrano descreveu de modo preciso os limites materiais da produção intelectual no Brasil daquele início de século. Não havia, contudo, nenhuma revelação em suas palavras. Alencar, como qualquer outro confrade contemporâneo, bem sabia do abismo existente entre a pretensão e a realização no pequeno mundo das letras, profundo a ponto de prevalecer até mesmo frente a seu poderoso sobrenome. Humilhada por folhinhas, silabários e também por manuais técnicos e práticos de toda natureza, a atividade literária dependia, para sua viabilização, de um mercado editorial extremamente reduzido, concentrado no Rio de Janeiro e com poucas casas editoras bem estruturadas.

Nesse campo, os nomes consagrados eram a Garnier, predominante na publicação da prosa de ficção nacional e estrangeira, e a Laemmert, mais voltada a obras de cunho sócio-histórico e científico, que lançara, por exemplo, a primeira e a segunda edições da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, em 1854 e 1877, respectivamente. Estabelecidas na capital na primeira metade do Oitocentos, a ambas juntava-se a Francisco Alves, mais recente e que viria a se especializar e a dominar o segmento dos livros didáticos.³ Tratava-se, portanto, de um terreno muito bem esquadrihado, cujas fronteiras eram dadas pelas necessidades e gostos do pequeno público leitor e pelas dificuldades de se promover a circulação do livro, produto sem dúvida diferenciado em um país de população majoritariamente rural e analfabeta, distribuída por um território tão grande quanto mal servido de vias de comunicação e instituições difusoras da cultura letrada, como livrarias, periódicos e bibliotecas.⁴

² Carta de Capistrano de Abreu a Mário de Alencar. S. l., 14 de setembro de 1901. Reproduzida em Capistrano de ABREU, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. I, p. 209. Infelizmente, nem esta nem as demais cartas trocadas entre ambos fazem referência ao livro que Mário de Alencar (1872 – 1925) pretendia publicar, nem ao seu (possível) editor. Pela sua data, é possível que se tratasse do volume de poesias *Versos*, saído em 1902.

³ Sobre Garnier, Laemmert, Francisco Alves e todo o movimento editorial no Brasil do século XIX para o XX, cf. Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, capítulos 8-11.

⁴ Segundo dados oficiais, em 1900 o Brasil tinha uma população de 17.318.556 habitantes. Deste total, somente a terça parte sabia ler e escrever e, de acordo com Helena Bomeny (que apresenta um número ligeiramente diferente – 17.438.434 habitantes), apenas cerca de 17% vivia no meio urbano. Com relação à

Além do mais, como essas editoras maiores eram também livrarias, elas desempenhavam o duplo papel de indústria e mercado. Produzindo em larga medida para si mesmas e com sua atuação confinada a tão exíguo espaço, os riscos de fracasso eram mais controláveis e as possibilidades de sucesso mais previsíveis. Ou seja, elas só publicavam aquilo que elas próprias tinham a certeza de vender: dificilmente alguma aventurava-se a publicar quem já não tivesse notoriedade ou que, pelo menos, não dispusesse de um bom padrinho. Já do ponto de vista do escritor, a diferença entre o medalhão, o pistolão e o anônimo dizia respeito muito mais ao grau das dificuldades enfrentadas nas relações que mantinha, ou tentava manter, com os editores que a qualquer outra coisa. Conquanto as vantagens pessoais não pudessem ser desprezadas, nem sempre prestígio significava privilégio – na verdade, quase nunca. Tanto que nem Machado de Assis escapou à remuneração e condições impostas pela Garnier para a publicação de suas obras, incluindo a “cessão da propriedade plena e direta” das edições, mesmo quando já tido e reconhecido como o principal autor nacional. Foi justamente no seu apogeu, aliás, que chegou a vender toda a sua obra à editora pela módica quantia de oito contos de réis, fato que anos mais tarde provocaria o corrosivo comentário de Monteiro Lobato:

*[...] Que respeito o Manoel da Venda, lá na rua Cosme Velho, onde morava Machado de Assis, podia ter por aquele seu vizinho – “o raio do mulato de óculos que vive a escrevinhar” – se tudo quanto Machado de Assis obteve pela propriedade da sua obra literária – 16 livros – foram os 8 contos que recebeu do editor Garnier? Oito contos líquidos ganha o Manoel por ano só no que furta no peso da manteiga e da banha. E talvez que já tivesse ganho oito contos só no que furtou no peso da manteiga que vendeu ao pobre Machado de Assis – se é que o romancista máximo da nossa língua pôde em vida dar-se ao luxo de comer pão com manteiga...*⁵

escassez de instituições culturais, o número de bibliotecas é ilustrativo: o *Anuário Estatístico do Brasil* de 1908 informa que, no ano anterior, havia 406 bibliotecas *no país inteiro*, com mais da metade delas concentradas no Distrito Federal (56) e nos estados de São Paulo (106), Minas Gerais (49) e Rio Grande do Sul (40). Cf., respectivamente, IBGE, *Estatísticas do Século XX*, “População”; Helena BOMENY, *Os Intelectuais da Educação*, p. 13; IBGE, *Estatísticas do Século XX*, “Cultura”.

⁵ Monteiro LOBATO, *Miscelânea*, p. 160. Como afirmam Marisa LAJOLO e Regina ZILBERMAN, o primeiro contrato de Machado com Garnier foi firmado em 1864, para a impressão de *Crisálidas*, livro pelo qual recebeu 150 réis por exemplar, cedendo, como notado, “a propriedade plena e inteira não só da primeira [edição] como de todas as seguintes”. Daí até a venda dos direitos de toda a sua obra já produzida, que ocorreu em janeiro de 1899, sua remuneração variou pouco, embora em termos proporcionais tenha dado um

Havia, é certo, várias outras livrarias-editoras de menor porte, bem como inúmeras tipografias dispostas a, eventualmente, se lançarem na edição de um livro, desde que os encargos ficassem com o interessado. Da mesma forma, se a opção de arriscar a sorte junto a editores portugueses, ou ainda mandar imprimir as obras em outros países europeus, era concreta e plausível, ela também não oferecia nenhum grande benefício ao autor. O caso de Lima Barreto é exemplar nesse sentido. Sem encontrar editor no Brasil disposto a pôr em brochura seu *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, alguns laços de amizade fizeram chegar os originais à Livraria Clássica Editora, de Lisboa, que o publicou em fins de 1909. A materialização de seu primeiro livro, contudo, teve seu preço. Não bastasse ter o texto todo revisto e “limpo” dos brasileirismos lingüísticos e recebido somente cinquenta exemplares do editor, Lima mal viu o livro ser vendido por aqui, pois, como diz Laurence Hallewell, “os livreiros brasileiros importaram tão poucos exemplares – o que mais comprou foi Francisco Alves, com uma encomenda de cinquenta livros – que o romance se esgotou e, em janeiro de 1910, já não podia ser encontrado no Rio”.⁶

Se os literatos, tradicionalmente revestidos de grande importância sociocultural, eram impotentes diante de um quadro tão precário, o que dizer de quem se dedicava à história? Embora essa dedicação raramente fosse exclusiva naquele meio intelectual dominado, como visto, por polígrafos, ao metamorfosear-se em historiador o homem de letras assumia uma identidade carregada de particularidades. Seu compromisso com a reconstrução do passado brasileiro sob a ótica da “verdade” o diferenciava do romancista, do poeta, do cronista, todos artisticamente livres para pensar e formular possibilidades e fantasias acerca de qualquer época, ainda que enraizados em seu tempo e lugar. Por isso, em termos simbólicos, talvez a história fosse vista até como um gênero mais nobre que a literatura, porém também muito mais difícil, tanto por causa da erudição a ela subjacente quanto pela sua estrutura narrativa. Em geral atada a enfadonhas

salto significativo entre as décadas de 1860 e 1890, acompanhando justamente o crescimento de seu prestígio. Além disso, também segundo as autoras, Machado “nunca recebeu percentual por venda de livros, sendo obrigado a se desfazer dos direitos e a produzir novos textos para receber mais dinheiro”. Cf. *A Formação da Leitura no Brasil*, p. 94-5. Ainda a propósito de Garnier e da visão que os autores tinham dos editores, não custa lembrar que as iniciais de B.-L. Garnier, impressas nas capas de suas edições, eram jocosamente tomadas não por Baptiste-Louis, mas pelo epíteto – injusto, ao que parece – de “Bom Ladrão”. Cf., entre outros, Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 206-ss.

⁶ Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 263; cf. também Francisco de Assis BARBOSA, *A Vida de Lima Barreto*, capítulos V e VI.

sucessões de acontecimentos, nossa produção historiográfica da época tinha, no dizer coetâneo de José Veríssimo, “a secura e o incolorido de um relatório”, fato que obviamente restringia ainda mais seu interesse e seu alcance comerciais.⁷

Com poucos atrativos a adorná-la, a história só poderia então ter pouca densidade e visibilidade públicas. Seus principais canais de divulgação eram a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (publicada ininterruptamente desde 1839), as publicações de seus similares estaduais e as páginas de jornais e revistas, literárias ou não, das principais cidades do país, mormente da Capital. Não obstante fossem veículos de características muito distintas, todos eles pouco ofereciam de favorável à difusão efetiva do conhecimento histórico: os periódicos institucionais eram a expressão de um nicho especializado, produtor de um saber quase sacralizado e, por isso mesmo, restrito aos nele iniciados; já na imprensa os eventuais autores podiam, ao menos em tese, abordar o passado com mais leveza e alcançar um número muito maior de leitores, porém a efemeridade intrínseca ao jornalismo impedia o desenvolvimento de algo mais profundo e sistemático. Mais uma vez, Capistrano de Abreu deve ser lembrado para ilustrar a pequena abrangência das inovações disseminadas em papel-jornal, ele que escreveu muito nas folhas, mas viu em vida apenas dois de seus originais transformarem-se em livro – e é significativo que nenhum deles levasse o sinete de alguma das prestigiosas editoras da época.⁸

A exceção de sucesso em meio às adversidades desse contexto eram os manuais didáticos. Por mais que a educação formal e o acesso aos estabelecimentos de ensino continuassem a ser privilégio de poucos, a escola representava um público cativo, espalhado por todo o país e, sobretudo, com

⁷ José VERÍSSIMO, “Um historiador político: o Sr. Joaquim Nabuco”, em *Estudos de Literatura Brasileira – 1ª Série* p. 99. É interessante notar que a crítica à “insipidez” dos textos historiográficos, para citar outro termo empregado por Veríssimo, já aparece muito antes da virada do século nos artigos de Capistrano de ABREU (cf., por exemplo, a resenha do livro *História da fundação do Império Brasileiro*, do conselheiro Pereira da Silva, publicada em *O Globo* de 10 de março de 1877 e reproduzida em *Ensaios e Estudos – 4ª Série*, p. 37-41), enveredaria, como veremos, pela primeira metade do século XX e ainda tem alguma validade mesmo nos dias de hoje, como demonstra o artigo “Martius e Nossa História”, de José Murilo de CARVALHO.

⁸ Como já foi observado, os *Capítulos de História Colonial* foram publicados como separata de uma obra maior, *O Brasil. Suas Riquezas Naturais. Suas Indústrias*, bancada pelo Centro Industrial do Brasil. Seu outro livro, o estudo etnolinguístico *Rã-txahu-ni-ku-í: A Língua dos Caxinauás do Rio Ibaçu, Afluente do Muru*, saiu em 1914, “editada às expensas de Pires Brandão, amigo do autor”, segundo o biógrafo José Aurélio Saraiva CÂMARA, em *Capistrano de Abreu: Tentativa Biobibliográfica*, p. 161. Diante disso, soa um tanto estranha a vaga afirmação de Laurence HALLEWELL, que diz que Capistrano de Abreu foi “o autor mais importante a ser editado regularmente por Leuzinger”, destacada tipografia e casa editora carioca entre o final do século XIX e o início do XX. Cf. *O Livro no Brasil*, p. 232.

grande potencial de expansão devido às necessidades intrínsecas à modernização brasileira. Do ponto de vista de quem publica, diz Hallewell, “os livros didáticos constituem uma linha de vendas segura e permanente, além de proporcionar ao editor nacional uma vantagem sobre os competidores estrangeiros, cujos produtos jamais podem adaptar-se tão bem às condições ou aos currículos locais”.⁹ No caso da história, isso era nítido, uma vez que seu ensino pautava-se pela perspectiva da elevação moral e cívica e do desenvolvimento dos mais elevados sentimentos patrióticos, destacando-se as datas, os personagens e os acontecimentos marcantes da nação. Não por acaso, o principal compêndio de história do Brasil do século XIX foi o *Lições de História do Brasil Para Uso dos Alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, escrita em 1861 por Joaquim Manuel de Macedo – romancista, membro do IHGB e titular da cadeira de História do mesmo colégio – a partir da *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Graças a essa transposição didática, a história “oficial” alcançava e se imprimia em um público ideal, o das consciências em formação.¹⁰

Ainda nesse sentido, é ilustrativo notar que, entre as obras historiográficas renovadoras produzidas na virada do século, a que encontrou melhores resultados comerciais tenha sido a *História do Brasil* de João Ribeiro, professor da cadeira de História Universal do Colégio Pedro II, filólogo e crítico literário. Diferentemente de *Um Estadista do Império*, de Nabuco, ou de *Dom João VI no Brasil*, de Oliveira Lima, o livro de Ribeiro era um manual escolar voltado à instrução primária e secundária. Lançado em 1900 pela Livraria Cruz Coutinho, do conhecido livreiro carioca Jacinto Ribeiro dos Santos, no mesmo ano uma segunda edição o dividiria em dois livros, um para a “infância” e outro para os “cursos superiores”, isto é, para o ensino nos colégios. Tal divisão deu a forma definitiva da obra e, a partir daí, sua aceitação traçou o seu êxito, que perduraria por décadas com constantes reedições, já sob o selo de Francisco Alves. Também por conta dessa aceitação, a versão *Curso Superior* pôde evidenciar a abordagem sociocultural da história do Brasil feita pelo autor, em sintonia com a *Kulturgeschichte* alemã que marcava a sua formação, e o tornou reconhecido como historiador entre contemporâneos e pósteros. Na contramão do movimento

⁹ Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 280.

¹⁰ Sobre Macedo e seu livro, cf. Circe Maria Fernandes BITTENCOURT, *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*, p. 85; Thais Nívia de Lima e FONSECA, *História & Ensino de História*, p. 49-50.

habitual, da escola alcançava-se a historiografia, demonstrando assim a relevância do livro didático naquele momento.¹¹

Houve, todavia, alguns sopros de incomum vitalidade, indicativos de expectativas represadas. Entre eles, o mais sugestivo pode ser percebido no sucesso editorial de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Publicado pela Laemmert em dezembro de 1902, cinco anos após o fim do dramático episódio de Canudos, seus mil exemplares esgotaram-se em dois meses, levando a editora a lançar sua segunda edição já em junho de 1903 e, dois anos depois, a terceira. Ambas totalizaram dez mil exemplares, também rapidamente vendidos, e pode-se pensar que uma quarta edição imediata seria algo natural não fosse a crise interna então vivida pela empresa, depois agravada por um incêndio que destruiu boa parte de suas instalações, em 1909. Em 1910, com a falência da Laemmert, os direitos autorais da obra foram adquiridos pela Francisco Alves, que a reeditou no ano seguinte, numa tiragem de 3300 exemplares, mais uma vez vendidos de pronto. Em 1914, veio a público a quinta edição, também de 3300 exemplares, com o texto totalmente revisto e uma nova composição tipográfica. A procura mantinha-se em alta, e logo não havia mais cópias nas livrarias, como notou Capistrano de Abreu em carta ao historiador português João Lúcio de Azevedo, desejoso de lê-lo:

*Procurei ontem na cidade Os Sertões e não achei; está esgotado; não sei se a Livraria Alves pensa em [re]editá-lo. Mando-lhe o meu exemplar, por sinal bem pouco apresentável.*¹²

Seria lógico que a editora pensasse em reeditá-lo, mas, tal como ocorrera com a Laemmert na década anterior, agora era ela que passava por problemas. A morte do sócio Manuel Pacheco Leão, em 1913, seguida da do próprio Francisco Alves, em 1917, obrigaram-na a uma difícil recomposição administrativa. Depois, o testamento de Alves deixava praticamente toda sua fortuna e seus bens, incluindo a editora e suas livrarias, à Academia Brasileira de Letras; esta, impedida pelo seu estatuto de desempenhar funções comerciais, acabou por

¹¹ Cf. Arlette Medeiros GASPARELLO, “Invenção e continuidade: a *História do Brasil* de João Ribeiro”, p. 3-5; Arno WEHLING, *Estado, Memória, História: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*, p. 202-3.

¹² Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo. Rio de Janeiro, 09 de março de 1918. Reproduzida em Capistrano de ABREU, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. II, p. 83.

vender a empresa a Paulo de Azevedo, antigo gerente da filial paulistana e homem de confiança do finado proprietário. Somente depois das necessárias adequações jurídicas e comerciais, que mudaram sua razão social para Paulo de Azevedo & Cia., é que, enfim, apareceu a sexta edição, em abril de 1923. Em seis meses, ela estava esgotada. Até o final da década, saíam nada menos que outras cinco, dando seqüência à trajetória que levaria *Os Sertões* a ter mais de quarenta edições no país até o final do século.¹³

Os números, impactantes em si mesmos, impressionam mais ainda quando se sabe que Euclides da Cunha teve de bancar a primeira edição desse seu *best-seller*. Em consonância com a já discutida lógica editorial da época, a Laemmert, observa Regina Abreu, “não queria correr o risco editando o livro de estréia de um engenheiro e jornalista que se aventurava na literatura”.¹⁴ Que, a rigor, nem era propriamente “literatura”: o tema abordado, a perspectiva crítica adotada, a linguagem utilizada, tudo o dotava de um vigor surpreendente, marcado pelo entrelaçar de história e ciência em um estilo discursivo de proporções épicas como os acontecimentos narrados (e *analizados*), porém realista e naturalista, sem concessões à ficção e seus recursos.¹⁵ Pode-se pensar que tais características, muito diferentes do tom da produção literária habitual, apontassem mais para o caminho do fracasso, não para o da glória. No entanto, exatamente elas nutriram a recepção crítica não apenas favorável, mas entusiástica, da obra desde sua primeira apreciação, feita por José Veríssimo nos seguintes termos:

O livro, por tantos títulos notável, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um

¹³ Até 1995, *Os Sertões* teve, além das três edições iniciais da Laemmert, outras 37 apenas pela Francisco Alves, que o continuou publicando com regularidade mesmo depois do texto ter caído em domínio público, em 1969. Antes desta data, a editora já havia autorizado diferentes selos a também lançá-lo para públicos “específicos”: foi o caso da edição “acadêmica” da Editora da Universidade de Brasília, da edição de luxo da Aguilar e da edição “popular”, de bolso, da Ediouro; tornada livre, à obra imprimiram-se novos sinetes, como os da Cultrix, do Círculo do Livro e da Abril. Como afirmado, tudo isso diz respeito apenas ao Brasil, obviamente, deixando de lado as também numerosas traduções em vários idiomas, do inglês ao chinês. Todas as informações apresentadas aqui e nos parágrafos anteriores baseiam-se nos trabalhos de Aníbal BRAGANÇA, “Revisões e provas. Notas para a história editorial de *Os Sertões* de Euclides da Cunha: as edições Francisco Alves”, e de Regina ABREU, *O Enigma de Os Sertões*, p. 33-4, p. 210-1, *passim*, além do várias vezes referido Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 247 e p. 277-96 (estas sobre Francisco Alves, especificamente).

¹⁴ Regina ABREU, *O Enigma de Os Sertões*, p. 210.

¹⁵ Sobre as características e os fundamentos da obra de Euclides da Cunha, não apenas de *Os Sertões*, cf. Nicolau SEVCENKO, *Literatura como Missão*, capítulo IV (“Euclides da Cunha e o círculo dos sábios”).

*historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contato do homem e estremece todo, tocado até o fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as “secas” que assolam os sertões do Norte brasileiro, venha da estupidez ou da maldade dos homens, como a Campanha de Canudos.*¹⁶

À combinação entre a força da narrativa e o acolhimento dos críticos somaram-se duas tragédias que, mesmo involuntariamente, também colaboraram para o prodigioso alcance do livro. A primeira é a do próprio povo do Conselheiro, cuja memória permanecia bem viva no Brasil dos primeiros anos do século; a outra, a de Euclides ele mesmo, morto a tiros em 1909, aos 43 anos, num duelo com o amante da esposa. Esta, em especial, talvez tenha provocado ainda uma redefinição na aceitação da obra, à medida que deu início à sua canonização como um clássico de nossas letras e, ao mesmo tempo, despertou o interesse mais amplo, fora do círculo exclusivo dos homens cultos, pelo livro.¹⁷ De todo modo, e em síntese, a repercussão atípica de um texto atípico indicava o quão ansioso o público leitor estava por interpretações a respeito do país além-rua do Ouvidor, revelando assim o profundo contraste entre os frágeis suportes materiais do trabalho intelectual e a existência de sólida base social para reflexões dedicadas à realidade brasileira.

O caminho para a aproximação entre ambos os pólos começaria a ser mostrado em São Paulo – que até então ocupava lugar secundário no nosso cenário editorial – pelas realizações de um bacharel-fazendeiro chamado Monteiro Lobato. Em 1918, mesmo ano da publicação de seu primeiro livro, *Urupês*,¹⁸ Lobato adquiriu a *Revista do Brasil*, periódico mensal fundado dois anos

¹⁶ José VERISSIMO, *Estudos de Literatura Brasileira - Quinta série*, p. 73-4. Sobre a recepção inicial ao livro, cf. Regina ABREU, *O Enigma de Os Sertões*, capítulo 6 (“Um engenheiro faz literatura”).

¹⁷ Sobre a canonização de *Os Sertões*, bem como de Euclides da Cunha, cf. Regina ABREU, *O Enigma de Os Sertões*, capítulos 7 (“O ideal bandeirante”) e 8 (“A santificação do escritor”). Sobre a ampliação do interesse pelo livro, cf. Aníbal BRAGANÇA, “Revisões e provas. Notas para a história editorial de *Os Sertões* de Euclides da Cunha: as edições Francisco Alves”, p. 341.

¹⁸ Efetivamente, o primeiro livro de Lobato é *O Saci-Pererê: Resultado de um Inquérito*, assinado com o pseudônimo “Demonólogo Amador” e publicado meses antes de *Urupês*. A obra, como indica o título, apresentava os resultados de suas pesquisas sobre esse personagem do folclore nacional, originalmente publicadas em *O Estado de S. Paulo*, e teve ampla aceitação dos leitores, com duas edições rapidamente esgotadas. De acordo com Enio PASSIANI, “o livro serviu como uma espécie de ensaio para Lobato, uma pré-estréia que revelou o potencial do autor junto ao público, estreitou suas relações com determinados agentes

antes por um grupo de intelectuais ligado ao jornal *O Estado de São Paulo*, Julio de Mesquita à frente. Os dois acontecimentos foram decisivos para lhe dar as condições necessárias à implementação das idéias que há tempos nutria acerca do mundo dos livros e da importância de fomentar o seu desenvolvimento em uma terra de iletrados. As mais de onze mil cópias de *Urupês* vendidas em um ano conferiram a seu nome dimensão e prestígio raros entre os escritores nacionais, sobretudo os vivos; associados à estrutura do também prestigioso mensário, garantiam as bases para a incursão em um mercado cujo potencial, evidenciado pelo próprio sucesso do autor, ainda estava por ser devidamente explorado. Nascia aí o Monteiro Lobato editor, pronto para “entupir este país com uma chuva de livros”, como dissera anos antes ao amigo Godofredo Rangel.¹⁹

Seu primeiro ato foi buscar ampliar o número de apreciadores da revista, tanto para torná-la lucrativa quanto para formar um público cativo, ao qual pudesse direcionar também os títulos que já começava a lançar. Uma boa divulgação e distribuição eram essenciais a esse desafio, e ele as incrementou por diferentes vias: oferecendo promoções aos leitores, aproximando-se dos círculos intelectuais regionais e, principalmente, estimulando a multiplicação de pontos de venda por todo o país, sem qualquer apego aos balcões, vitrines e estantes das poucas livrarias então existentes. É célebre o seu contato com *todos* os agentes postais brasileiros para pedir o nome e o endereço dos comerciantes locais, os quais pouco mais tarde receberiam a seguinte correspondência:

Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada “livros”? Vossa Senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro: batata, querosene ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa examinar nem saber se é boa nem vir a esta escolher. O conteúdo não interessa a V. S., e sim ao seu cliente, o qual dele tomará conhecimento através das nossas explicações nos catálogos, prefácios etc. E como V. S. receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais “livros”, terá uma comissão de 30 p. c.; se não vendê-los,

do campo [literário] e encorajou o autor a publicar, no mesmo ano, seu primeiro volume de contos”. Na *Trilha do Jeca*, p. 158. Cf. também Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 315-6.

¹⁹ Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, de janeiro de 1915. *Apud* Tania Regina de LUCA, *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*, p. 65.

*no-los devolverá pelo Correio, com o porte por nossa conta. Responde se topa ou não topa.*²⁰

Bastante gente topou. Quase dois mil estabelecimentos passaram a alinhar em suas prateleiras, junto à batata, ao querosene, ao bacalhau e outras tantas coisas, os peculiares produtos vindos da capital paulista com o selo “Monteiro Lobato & Cia.”. A partir de 1919, eles foram muitos, cuidados com esmero cada vez maior, diferenciando-se do padrão imperante, sóbrio e pouco atraente em termos comerciais. Capas, ilustrações, diagramação, impressão, formato e até o papel ganharam em qualidade, enquanto seu conteúdo, do título ao texto, passava pela avaliação crítica do editor, sempre pronto a sugerir alterações para a obra ser mais bem acolhida entre o público. Não é difícil perceber que se tratava de uma revolução em todas as áreas da atividade editorial brasileira, da produção à circulação, com a divulgação ainda reforçada por uma abundante propaganda em jornais e revistas. E, ao contrário do que talvez possa parecer, tudo isso não se reduzia ao simples interesse econômico-empresarial: embora ele obviamente estivesse presente, ao seu lado, senão acima, estava a preocupação nacionalista de Lobato com a transformação do país. Era ela que o fazia apostar no livro como o instrumento ideal para a difusão da educação e da cultura tão necessárias à realização de mudanças profundas, como era ela que o fazia apostar nos autores de olhar pouco convencional, em geral estreantes ou pouco conhecidos fora de suas rodas literárias.²¹

A revolução lobatiana, marcada por altas tiragens, boas vendagens e pela expansão da editora para o setor gráfico, teve fôlego até 1925. Além da crise econômica presente desde o início da década, a revolta tenentista de 1924 em

²⁰ *Apud* Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 320. Além de lançar mão do Correio para a divulgação de suas publicações, Monteiro Lobato também não perdia outras oportunidades que lhe apareciam, mesmo casualmente: Brito BROCA, por exemplo, ao narrar o seu primeiro encontro com o escritor e editor, no início da década de 1920, lembra que Lobato “perguntou-me de onde era. Guaratinguetá? Lê-se muito lá? Sim; lia-se um pouquinho; pelo menos eu relera muitas vezes o *Urupês*”. Muito depois, avançando a conversa, ele “perguntou-me se eu poderia conseguir um agente para a *Revista do Brasil* em Guaratinguetá. Respondi-lhe que conhecia o proprietário de uma papelaria bem capaz de aceitar essa função. Despedi-me radiante. [...] Regressando a Guaratinguetá, tratei de conversar com Mário Moreira, que acedeu à proposta. Como, nessa ocasião, Lobato tivesse publicado o livro *O Macaco que se Fez Homem* [1923], escrevi-lhe uma carta, informando-o sobre a agência da *Revista* e fazendo-lhe muitos elogios ao último livro. Respondeu-me com uma carta breve, de que conservo esta frase: ‘Você é generoso porque jovem e de coração bem formado’. Não havia dúvida: estávamos amigos, eu era amigo do criador do *Jeca Tatu*”. *Memórias*, p. 169-71.

²¹ Todo o parágrafo baseia-se nas análises de Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, capítulo 13 (“Monteiro Lobato”); Tania Regina de LUCA, *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*, capítulo 1 (“*Revista do Brasil*: redespertar da consciência nacional”); e Gustavo SORÁ, *Brasílianas: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 34-6.

São Paulo forçou a interrupção das atividades da empresa e agravou sua própria situação financeira, delicada por conta das obrigações referentes à importação de papel e à recente aquisição de modernas máquinas impressoras norte-americanas. Para piorar, uma seca descomunal assolou a cidade no inverno seguinte, comprometendo o fornecimento de energia elétrica, o que praticamente paralisou, mais uma vez, o trabalho nas oficinas. Como, no mesmo momento, o governo do presidente Artur Bernardes impunha limites à obtenção de crédito com vistas a combater a inflação, em agosto Lobato decidiu pela liquidação da firma sem sequer consultar Octalles Marcondes Ferreira, seu sócio e braço-direito desde a constituição da “Monteiro Lobato & Cia.”. Depois de tantos esforços pelos livros, sua preocupação imediata passava a ser com as dívidas da casa, assunto de extrema relevância para alguém cujo nome há tempos deixara de aparecer “no alto dos livros ou embaixo de artigos” para virar “objeto de registro na Junta Comercial”.²²

A relativa brevidade e o triste fim da companhia demonstram bem que suas inovações, apesar de substanciais, foram vítimas da própria situação que afrontavam. Nascidas da iniciativa isolada de Lobato, isoladas permaneceram, sem conseguir estimular a criação de um conjunto maior, articulado e sistêmico. Como pondera o antropólogo Gustavo Sorá, mesmo o alargamento dos canais de distribuição dos livros teve seu limite dado pela “exígua capacidade de absorção comercial” das farmácias, armarinhos, papelarias e outros pontos de venda do interior do país, o que impediu o desenvolvimento de um mercado de fato nacional.²³ De qualquer forma, o fim da empresa não foi o fim do Lobato editor: em novembro daquele mesmo ano de 1925, mal saídos da bancarrota, ele e Octalles Marcondes Ferreira retomariam o ofício (e os sonhos) ao fundarem a Companhia Editora Nacional. O nome da nova empresa era, em si mesmo, uma declaração de princípios, manifestando a continuidade das idéias e dos ideais orientadores da experiência anterior, que lhe imprimiriam um perfil editorial muito bem definido, notadamente após 1930. Nessa segunda aventura, a diferença estava nas posições administrativas, agora invertidas, com Octalles na direção,

²² Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, *Apud* Tania Regina de LUCA, *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*, p. 71.

²³ Gustavo SORÁ, *Brasílianas: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 36. HALLEWELL, por sua vez, afirma que o empreendimento “surgiu, de fato, cerca de dez anos antes do tempo”. Cf. *O Livro no Brasil*, p. 340.

em São Paulo, e Lobato no Rio de Janeiro, como gerente da filial, cargo de pouca expressão e de pouco poder, mas que lhe garantia o tempo necessário para voltar a escrever como escritor.

O restabelecimento da carreira como autor, principalmente de livros infantis (publicados pela Nacional, claro), foi exitosa, como se sabe. Em contrapartida, sua atividade editorial cedo ficaria pelo caminho. Nomeado, em 1927, adido comercial nos Estados Unidos pelo presidente Washington Luís, afastou-se da Companhia, embora continuasse dela sócio. Lá, empolgou-se com o desenvolvimento norte-americano tanto quanto com a especulação na bolsa de valores, a febre da época. Dois anos depois, com a quebra da Bolsa de Nova York, o prejuízo sofrido o obrigou a vender sua parte na editora, que acabaria comprada pelo irmão de Octalles, Themistocles. Somente muito mais tarde, já no final da vida, ele voltaria a atuar nessa área, como sócio-fundador da Editora Brasiliense, em 1943.²⁴ Até lá, vários outros atores, a começar da própria Companhia Editora Nacional, apareceriam para preencher os grandes espaços ainda vazios no mapa da indústria e do mercado do livro no Brasil. Entre eles, um outro paulista, por nome José Olympio Pereira Filho.

UM PAÍS SE FAZ COM HOMENS, LIVROS... E BOAS RELAÇÕES

Quase ao mesmo tempo em que Monteiro Lobato comprava a *Revista do Brasil*, o jovem José Olympio chegava a São Paulo. Vinha de Batatais, onde nascera em 1902, para trabalhar na Casa Garraux, emprego conseguido graças à influência de seu padrinho de crisma, o conterrâneo Altino Arantes, então em seu segundo mandato como presidente do Estado.²⁵ Estabelecida no início dos anos 1860, a tradicional Garraux fora, segundo Francisco de Assis Barbosa, um dos agentes do processo de europeização vivido pelos paulistanos a partir das últimas décadas do século XIX, “um pedaço da França encaixado na Rua Quinze de

²⁴ Sobre a Companhia Editora Nacional e as origens da Brasiliense, cf. Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, capítulo 14 (“Octalles Marcondes Ferreira”), p. 346, *passim*.

²⁵ Os autores que passam pela biografia de José Olympio informam que ele, ainda menino, aproveitou-se da presença do bispo em Batatais e dirigiu-se a Arantes para pedir que ele o crismasse; embora não tivessem parentesco nem qualquer relação mais próxima, o político, mesmo surpreso, aquiesceu. Foi a esse laço casual e, sobretudo, meramente formal que José Olympio recorreria mais tarde para conseguir um emprego em São Paulo. Cf. Antônio Carlos VILLAÇA, *José Olympio: O Descobridor de Escritores*, p. 51; Francisco de Assis BARBOSA, “Alguns aspectos da influência francesa no Brasil (Notas em torno de Anatole Louis Garraux e da sua livraria em São Paulo)”, p. XXXV.

Novembro”. Além dos serviços oferecidos, como os de tipografia, em suas bancas, balcões, prateleiras e vitrines havia de tudo, literalmente: jóias e bijuterias, instrumentos de engenharia, fazendas, artigos para bilhar, artigos para montaria, papel, charutos, bebidas, chocolates, bombons e outras guloseimas, perfumes, germicidas, inseticidas, rapé, manteiga, tijolos, telhas, lança-perfume, confete, serpentina e até coroas de *biscuit* para enterros de crianças. E havia livros, cuja seção, significativamente, “ocupava o espaço maior dessa máquina heterogênea, criada por Anatole Louis Garraux como que para ‘civilizar’ São Paulo”.²⁶

Pois foi na livraria que José Olympio fez sua carreira como funcionário desse grande *magasin*. Dos serviços gerais, como abrir caixotes e fazer a arrumação e limpeza do setor, passou a balconista, para depois chegar à gerência, em 1926. Ao longo desta evolução, estreitou o contato com os livros e também com a seleta clientela de políticos, acadêmicos e escritores que ali tinham seu ponto de encontro e de sociabilidade intelectual. Brito Broca, por exemplo, lembra que, quando começou a freqüentar tal espaço, logo lhe chamou a atenção aquele gerente moço e muito alinhado, “que, num tom de amabilidade discreta, cumprimentava os fregueses já conhecidos, com eles entretendo, não raro, dois dedos de prosa”.²⁷ De prosa em prosa, conquistou a confiança e o respeito de muitos, de decisiva valia para lhe permitir alçar um vôo maior quando, em 1930, a maior biblioteca particular do Estado de São Paulo foi posta à venda após o falecimento de seu proprietário, Alfredo Pujol, advogado, político e membro da Academia Brasileira de Letras. Como o governo paulista recusara-se a comprá-la, José Olympio procurou vários dos amigos feitos entre as estantes da Garraux para levantar os recursos necessários e, graças aos empréstimos, pôde arrematá-la por 80 contos de réis, em abril de 1931.

O precioso acervo de dez mil livros, repleto de obras raras, agora passava a ser a base da sua própria livraria, aumentada pouco depois com a aquisição de outra importante biblioteca, a de Estevão de Almeida. A loja foi oficialmente aberta em fins de novembro, e já no mês seguinte lançava seu primeiro título, *Conhece-te pela Psicanálise*, do norte-americano Joseph Ralph. A sincronia precisa

²⁶ Cf. Francisco de Assis BARBOSA, “Alguns aspectos da influência francesa no Brasil (Notas em torno de Anatole Louis Garraux e da sua livraria em São Paulo)”, p. XXV-XXXVII. As citações estão nas páginas XXXII, XXXVI e XXXIV, respectivamente.

²⁷ Brito BROCA, *Memórias*, p. 188.

demonstra que os planos de José Olympio, além de vender livros, incluíam também a tarefa de publicá-los, o que à primeira vista poderia parecer uma postura bem de acordo com a atuação característica dos nossos tradicionais livreiros-editores. No entanto, ela logo revelaria-se muito diferente. Na contramão das estratégias habituais, no correr da década a empresa fez da atividade editorial, e não da comercial, o seu eixo, tornando a Livraria José Olympio Editora muito mais *editora* que *livraria* – e uma editora voltada primordialmente à produção brasileira, a despeito de ter estreado com um título estrangeiro (que, aliás, encontrou grande sucesso, com consecutivas edições até pelo menos meados dos anos 1950).

Em 1933, depois de um ano sem lançar nada devido à instabilidade política em São Paulo, as publicações foram retomadas por José Olympio. Nesse retorno, buscando consolidar-se no ramo, procurou o acadêmico Humberto de Campos para propor-lhe ser seu novo editor. Embora popularíssimo por suas crônicas, contos e poesias sentimentalistas, as obras de Campos vinham saindo pela inexpressiva Marisa Editora, do Rio de Janeiro, que, segundo Gustavo Sorá, “apesar do volume de vendas de seu editado, não arriscava edições de mais de 2000 exemplares”.²⁸ Como o próprio Campos diria a José Olympio em carta de abril de 1933, essa situação, emblemática das relações entre autores e editores ainda predominantes, lhe provocava desgaste e insatisfação

[...] Devo organizar, nos primeiros dias do mês vindouro, os originais de um livro de crônicas escolhidas. O meu editor, aqui, está contando com ele, na convicção ingênua de que eu não posso mais escrever livros para outra casa. Mas esse editor está me dando muito trabalho. Sem capital, não pode tirar senão edições reduzidas, resultando, daí, ter de recorrer a edições novas dentro de pouco tempo, forçando-me com isso a não fazer outra coisa senão ler provas de livros. Agora mesmo estou ultimando a leitura da 3ª edição das Memórias, quando ele podia ter feito uma edição grande desde o princípio.

*Faça-me, pois, a sua proposta. Livro de 300 páginas. E diga-me de quanto pode ser a edição, de modo que eu não tenha de reler provas da mesma obra neste ano de 1933.*²⁹

²⁸ Gustavo SORÁ, *Brasílianas: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 63.

²⁹ Carta de Humberto de Campos a José Olympio. Rio de Janeiro, 18 [de] abril de 1933. *Apud* Gustavo SORÁ, *Brasílianas: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, s. n. p.

A resposta superaria todas as suas expectativas. José Olympio propôs uma tiragem de cinco mil exemplares (depois ajustada em três mil) e o pagamento adiantado de dois contos de réis como direitos autorais, ambas as coisas muito pouco comuns até então. Se a ousadia cativou o autor, que pouco a pouco passou toda a sua obra para o novo selo, ela também mostrou-se comercialmente certa, pois Humberto de Campos de imediato converteu-se no principal nome da editora em termos de vendagem. Mesmo tendo falecido logo em 1934, o sucesso de seus livros manteve-se até o final da década, ajudando em larga medida o sucesso do próprio José Olympio como editor.³⁰

Além de encontrar seu *best-seller*, outro trunfo decisivo para a afirmação da livraria como editora foi o seu estabelecimento no Rio de Janeiro, em 1934. Segundo Hallewell, a mudança de sede deveu-se à estagnação econômica e cultural de São Paulo, ainda abalada pelos efeitos da depressão de 1929 sobre a economia cafeeira e pelos desdobramentos do recente levante constitucionalista, ao passo que a Capital Federal começava então a “recuperar a posição de preeminência literária e intelectual que parecia ter perdido para a capital do café, no início do movimento modernista, dez anos antes”.³¹ Ambas as premissas são, contudo, questionáveis. Em primeiro lugar, os números da produção editorial paulista entre os anos de 1931 e 1934 mostram claramente que, a despeito das crises, as tiragens só fizeram aumentar, e de maneira significativa; porém, como mostra Gustavo Sorá, tal aumento correspondia quase todo ele ao crescimento de uma única empresa, a Companhia Editora Nacional, constatação que o levou a indicar um motivo diferente para a transferência da José Olympio, a busca por um maior espaço de atuação.³²

Já com relação ao suposto “reerguimento” do Rio, exceto pela sobrevalorização *a posteriori* do modernismo, nada indica que a cidade tenha deixado de ser referência cultural para o país na década de 1920 ou em qualquer outro momento da primeira metade do século, senão além. Durante todo esse período, foi a partir dela que se definiu a “cara” do Brasil, inclusive na e pela

³⁰ Os detalhes dos contatos de José Olympio com Humberto de Campos são descritos por Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 436-9, e Gustavo SORÁ, *Brasileiras: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 63-9.

³¹ Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 442.

³² Cf. Gustavo SORÁ, *Brasileiras: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 112-5.

literatura, como o crítico mineiro Eduardo Frieiro notou ainda em fins dos anos trinta:

Não se pode dizer que a planta literária [nacional] é mais bela ou mais vigorosa nesta ou naquela latitude. Nem que é diferente. Se é verdade que há mais de um tipo específico de brasileiro, não é entretanto permitido fazer qualquer distinção entre os produtos literários de mineiros e cearenses, paulistas e baianos, cariocas e gaúchos... [...]

*Literariamente, o Brasil é o Rio de Janeiro. Os Estados são seus afluentes, uns mais e outros menos caudalosos. É no Rio de Janeiro que se lançam os gênios provincianos. E fora do Rio, por ora, não se vê possibilidade de salvação.*³³

Eis o ponto: mais que impelido pela supostamente desfavorável conjuntura paulistana, José Olympio foi atraído pela centralidade carioca. Não bastasse ser o ponto de convergência e de irradiação da literatura tida por *nacional*, a cidade assistia então ao mercado editorial entrar numa nova dinâmica, refletida numa proliferação de editoras e títulos jamais vista. Mesmo com as tiragens, em geral, se mantendo na tradicional casa dos mil, no máximo dois mil exemplares, era inegável que o campo se alargava, inclusive com ecos em outras partes do país. A melhor prova de tal desenvolvimento talvez seja a criação, em 1937, do *Anuário Brasileiro de Literatura* pelos Irmãos Pongetti, originalmente uma empresa gráfica carioca que no correr da década também passara ao ramo das edições, acompanhando a expansão desse setor. Como o próprio diretor da publicação, J. L. Costa Neves, afirmou na abertura do número inaugural, o *Anuário* nascera para ser o “órgão de coordenação e de aproximação que faltava para completar este surto admirável da indústria do livro brasileiro” vivido nos últimos anos – um surto cuja medida era dada poucas páginas adiante em outro artigo, no qual Henrique Pongetti afirmava, não sem exagero, que em 1937 o Brasil lia “como só imagináramos que pudesse ler em 1960”.³⁴

³³ Eduardo FRIEIRO, “Carta literária do Brasil”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 1, 1937, p. 17 (destaque do original). Cf. também A. L. MACHADO NETO, *Estrutura Social da República das Letras*, em especial o capítulo IV (“Ecologia intelectual”), e, para um rico e envolvente panorama do Rio de Janeiro como capital cultural do Brasil da *belle-époque* à “era do rádio”, Nicolau SEVCENKO, “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”.

³⁴ J. L. COSTA NEVES, “Leitor Amigo!”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 1, 1937, p. 6; Henrique PONGETTI, “Em dez curtos anos...”. *idem*, p. 10. Cf. também Heloisa PONTES, “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”, p. 426-7. As características gerais do *Anuário* foram muito bem descritas por Sergio MICELI da seguinte maneira: “Além do ‘Movimento Bibliográfico’ [seção dedicada à apresentação sumária dos títulos lançados e reeditados no ano de referência], continha balanços críticos a

Junto aos escritores e editores, no Rio de Janeiro concentravam-se ainda as principais vozes da crítica literária, a grande legitimadora da produção de nosso pequeno mundo intelectual. Agripino Grieco, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Eloy Pontes, Lúcia Miguel-Pereira, entre outros, eram “juízes” respeitados e temidos, vistos como responsáveis pelo reconhecimento ou ruína de um autor ou de uma obra. Como se isso não fosse suficiente, naquele início da década de 1930 alguns deles aproveitaram o momento favorável e estenderam seu espaço de atuação, criando seus próprios selos e periódicos. Augusto Frederico Schmidt, por exemplo, abriu em 1930 uma livraria que, ao reunir em torno de si uma nova geração de literatos preocupados com a temática “social”, lançou as bases para sua atuação como editor, a partir do ano seguinte.³⁵ Grieco e Gastão Cruls, por sua vez, fundaram em 1931 a Editora Ariel, dedicada tanto aos livros quanto à publicação do *Boletim de Ariel*, “mensário crítico-bibliográfico” voltado às “letras, artes e ciências”, rapidamente convertido em principal veículo da crítica nacional até sua extinção, sete anos depois.³⁶ Dessa forma, com sua dimensão hipertrofiada, os críticos passaram a influenciar de modo mais efetivo as tendências da produção editorial, à medida que as fronteiras entre uma e outra atividade se diluíam na ambigüidade de papéis.

Enfim, instalando-se na Capital, José Olympio pôde se inserir nesse circuito e acompanhar de perto tais tendências, inclusive aquela da qual se aproximara ainda em São Paulo ao firmar contrato com o romancista paraibano José Lins do Rego. Seu livro de estréia, *Menino de Engenho*, publicado em 1932 pela pequena editora carioca Adersen, fora saudado pela crítica pela originalidade da linguagem e da temática, louvação que, repetida no ano seguinte em torno de

respeito dos lançamentos anuais nos diversos gêneros, uma resenha da vida literária internacional, um panorama da vida intelectual nos estados, matérias e entrevistas com editores, uma lista de endereços de intelectuais e escritores do Rio de Janeiro e dos estados, pequenos contos e novelas, poemas, anúncios de lançamentos, reedições, novas coleções, artigos sobre a vida literária, resenhas etc. O veículo centralizava informações a respeito dos editores particulares, que eram os principais interessados nesse trabalho de divulgação e quase os únicos anunciantes”. *Intelectuais à Brasileira [Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-45)]*, p. 264, nota 18. Tudo isso fazia com que a publicação não fosse “um simples catálogo de livros”, como notou o mesmo Costa Neves em sua apresentação.

³⁵ De acordo com Gustavo SORÁ, “a livraria começou com o nome de Católica, açambarcou funções de integração do Centro Dom Vital e diversificou os projetos de ação cultural. Ali passou a congregar-se o chamado ‘círculo católico’, do qual também participaram Manuel Bandeira, Hamilton Nogueira, Afonso Arinos de Melo Franco, Sobral Pinto, Jayme Ovalle, além de Schmidt e [Alceu Amoroso] Lima. Antes que uma intenção doutrinário-religiosa, unia este grupo uma rejeição visceral à República Velha e a intenção de introduzir ‘o social’ na produção intelectual. O renome acumulado pelo conjunto dos integrantes formou uma rede de relações utilizada para promover também atividades de edição”. *Brasileiras: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 92.

³⁶ Cf. Wilson MARTINS, *História da Inteligência Brasileira*, volume VI, p. 521.

Doidinho (este saído pela Ariel), contribuiu decisivamente para consagrar o autor e fazer de ambos os títulos um grande sucesso de público. Tal como fizera com Humberto de Campos, no mesmo ano de 1933 José Olympio escreveu ao xará nas Alagoas oferecendo-se para reeditar seu primeiro livro, àquela altura esgotado, e lançar o próximo, o já anunciado *Bangüê*. Os argumentos sedutores foram, mais uma vez, as tiragens e os direitos autorais, porém expressos em números ainda mais fabulosos que os oferecidos a Campos: dez mil exemplares para o inédito, cinco mil para a reedição e nove contos de réis – antecipados – como pagamento pelos dois. O escritor, é claro, aceitou, e ao se mudar para a nova casa deu a ela o prestígio da nova e ascendente literatura nacional representada pelo chamado “romance nordestino”.³⁷

Graças às suas relações pessoais, em breve José Lins daria ainda ao editor os principais nomes desse movimento. Por seu intermédio, e com a contrapartida de contratos que nenhum outro selo podia ou queria cobrir, os celebrados José Américo de Almeida, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz pouco a pouco passaram ao rol de autores da José Olympio, ao qual também vinham se agregando muitos outros escritores de nomeada, como Jorge Amado, Amando Fontes, Rubem Braga, Lucio Cardoso, Oswald de Andrade. Um rol heterogêneo, mas por isso mesmo extremamente expressivo daquilo que seria assim notado por J. L. Costa Neves na já citada apresentação do *Anuário Brasileiro de Literatura* de 1937:

Fato incontestado é o desenvolvimento constante e pasmoso do Brasil. Dizer-se isto é já incorrer-se num lugar comum. Paciência... Mas o que talvez não se saiba, ou pelo menos pouco se saiba, é que o nosso país também avança intelectualmente. Aí está, para quem quiser, a prova matemática dos números. Aumentam os escritores nacionais de valor. Avultam os livros bons. Toma um caráter definitivo o nosso romance brasileiro. Percebe a gente que o Brasil vem adquirindo um estilo todo seu, personalíssimo, peculiaríssimo, inteiramente desembaraçado das

³⁷ Para melhor situar o sentido da “originalidade” dessa literatura regionalista emergente no início da década de trinta, é importante notar que ela, de acordo com João Luiz LAFETÁ, “embora marcada pelo estouro libertador dos anos vinte, permanece aquém dele quanto à radicalidade da experimentação. Rotinizam-se, de fato, as técnicas modernistas do *coloquial* e da *ruptura* com as regras rígidas de construção convencionadas pelo século XIX; mas em algum lugar, em algum momento, perdeu-se o ímpeto criador: as formas do romance ‘novo’ que surge acomodam-se, no geral, aos esquemas antigos, e procuram compor, lado a lado, elementos inspirados na modernidade e elementos herdados da tradição naturalista”. *1930: A Crítica e o Modernismo*, p. 227.

velhas formas clássicas portuguesas – formas sem dúvida belas, mas arcaicas e inadaptáveis ao nosso ambiente de novo povo americano. (Os Estados Unidos também modificaram à sua moda e segundo suas conveniências a língua – bem mais prática do que a lusa – da velha Inglaterra.) Possuímos, escritos em linguagem brasileira, livros do valor de A Bagaceira [José Américo de Almeida], O Estrangeiro [Plínio Salgado], Bangüê [José Lins do Rego] e Cacau [Jorge Amado].³⁸

Poderia parecer uma coincidência, mas não era nada casual o fato de todos os quatro títulos citados pertencerem ao catálogo da José Olympio. Como dizia outra matéria, esta não assinada, no mesmo *Anuário*, seu fundador e proprietário já era então “o maior editor nacional na lídima acepção da palavra”, e não poupava esforços “no sentido de converter a pequena ou, digamos com mais propriedade, a inexistente indústria do livro genuinamente brasileiro numa realidade brilhante”. E mais:

Em torno de sua pessoa aglomeram-se os nomes dos intelectuais de mais prestígio no nosso mundo culto. Tem “descoberto” gente nova e boa, prodigaliza concessões quando se lhe apresenta um escritor de mérito real e, muitas vezes deixando de lado a idéia de lucro, abrindo mão de qualquer vantagem financeira, tão justificável aliás, apenas cuida de “lançar” um nome que virá aumentar o prestígio das letras pátrias e acrescer de mais uma pedra o nosso edifício literário, que, um dia, ainda virá a figurar entre os mais belos de quantos se têm erguido no mundo.³⁹

Tomados em conjunto, os dois textos revelam bem a ambivalência do momento e permitem sintetizar todo o quadro exposto até aqui. Buscando enfatizar o caráter positivo das mudanças do mercado editorial brasileiro, nas entrelinhas eles inconscientemente acabavam por sugerir a permanência de um de seus traços mais tradicionais – a *coterie*, a “igrejinha”, a “panela”. Nas memórias de Nelson Werneck Sodré, que então iniciava sua carreira de escritor e crítico literário, “apesar do desenvolvimento já alcançado, as letras brasileiras atravessavam, naquela época, uma fase de transição, em que se confundiam o velho e o novo”. Em termos gerais, isso se dava da seguinte maneira:

³⁸ J. L. COSTA NEVES, “Leitor Amigo!”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 1, 1937, p. 5 (destaque do original).

³⁹ N/a, “Livreria José Olympio Editora”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 1, 1937, p. 296.

Enquanto, de um lado, [os escritores] conquistavam o público, de outro mantinham o provincianismo da igreja. As literaturas subdesenvolvidas, realmente, apresentam a igreja como característica normal: como não conquistaram o público – público e literatura guardam entre si relação dialética: o público influi na literatura e a literatura influi no público –, os escritores vivem do calor artificial, de estufa, gerado em círculos reduzidos, constituídos por oficiais do mesmo ofício, quando os fatores pessoais primam sobre os sociais, o particular sobre o geral. Onde não existe público, quem pode consagrar senão os próprios confrades, agremiados em igrejinhas, como forma espontânea, natural, inevitável, necessária até de apreço, de conforto, de aplauso? [...]

Feita a análise estrutural, o autor passa a definir melhor a situação à qual aludia:

[...] havia número reduzido de escritores e jornalistas, que controlavam os suplementos literários e consagravam determinadas figuras, omitindo ou obscurecendo outras. Os critérios eram diversos, nas igrejinhas então existentes, influenciando muito o fator regional. Como a fase apresentava a galeria de ficcionistas nordestinos como agrupamento mais ativo, uma das igrejinhas mais conhecidas, e a mais forte, era por eles mantida. Para sua manutenção, aceitavam adesões de elementos não recrutados pelo local de nascimento, desde que pudessem ser úteis. A regra da igreja era o auxílio mútuo; uma das formas do auxílio mútuo era o elogio recíproco, trocado com uma constância e um método que a publicidade comercial invejaria. O auxílio mútuo ia mais longe, através do controle dos suplementos literários, das seções de crítica literária ou de simples informação, que a quase totalidade dos jornais mantinha; tais suplementos eram privativos, na colaboração, dos que aceitavam as consagrações da igreja. Isso levou, e não poderia deixar de levar, ao monopólio dos prêmios literários, e esse foi outro campo em que, provincianamente, as nossas letras capengavam ainda nos laços que as prendiam ao passado.⁴⁰

⁴⁰ Nelson Werneck SODRÉ, *Memórias de um Escritor*, p. 116-8. Sobre as “igrejinhas” como uma tradição da intelectualidade nacional, veja-se A. L. MACHADO NETO, *Estrutura Social da República das Letras*, capítulo VII (“Estrutura social da República das Letras”).

Embora Sodré se refira apenas a escritores e críticos, os editores, obviamente, não estavam à margem de tais redes. Quando o *Anuário* apresenta José Olympio como “o maior editor nacional”, quando vê em seus títulos a expressão do legítimo “romance brasileiro”, ou ainda quando diz que “em torno de sua pessoa aglomeram-se os nomes dos intelectuais de mais prestígio no nosso mundo culto”, pode-se sentir a força e a amplitude das relações por ele construídas com eficiência e rapidez desde sua fixação no Rio de Janeiro. Tais relações, aliás, eram fortes, amplas e, ademais, diferenciadas porque não se prendiam ao mundo exclusivamente literário. Mesmo dotado da sensibilidade necessária para perceber o valor dos títulos que publicava, José Olympio, estrategicamente, nem sempre se pautava por ela em suas escolhas editoriais. Mais uma vez, é Nelson Werneck Sodré quem nos conta:

Ao editor [José Olympio] interessava a qualidade das obras que pretendia editar, por oferecimento dos autores ou por sua própria escolha, não importando a posição política de quem as escrevera, até o limite, muito natural, do risco para sua empresa. Havia os títulos que eram aceitos ou procurados porque o público os preferia. E havia outros em que os prováveis, às vezes certos, prejuízos eram compensados por outra forma de lucro não contábil, por exemplo, a de amizade que poderia ser útil adiante, seja para o crédito bancário, seja para a obtenção de algum favor ou concessão do poder. Naquele tempo, José Olympio, amigo dos poderosos, era-o também dos que não tinham nenhuma afinidade com o poder. Tornou-se íntimo de Lourival Fontes, que, dirigindo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão publicitário da ditadura [do Estado Novo], encarregado inclusive da censura e do controle da imprensa, lhe era útil, e editou os seus livros. Mas a verdade é que essa amizade durou até a morte de Lourival Fontes, cujos livros foram editados todas as vezes que desejou. Já o lançamento do romance de um dos sucessores de Lourival no DIP não poderia ter outra justificativa senão a necessidade de viver em bons termos com o diretor de órgão que tanto interferia com a cultura e seus meios e processos de divulgação. Original assinado por banqueiro não era recusado; todos os banqueiros eram gênios por definição. Mas, ao lado disso, havia o enorme acervo de autores que José Olympio revelou

*ao país ou aos quais proporcionou condições editoriais que, até aí, eram privativas dos consagrados.*⁴¹

Como no caso de Monteiro Lobato, vale notar que, apesar das sugestivas evidências em contrário, as opções de José Olympio não se guiavam por mero interesse ou oportunismo comercial e político. Pretensiosamente e sem qualquer ingenuidade, elas buscavam antes de tudo dotá-lo das condições materiais necessárias ao exercício de uma presumida função social, voltada ao desenvolvimento da cultura nacional. Afinal, ele também acreditava que “um país se faz com homens e livros”, a ponto de adotar esta emblemática frase lobatiana como lema de sua empresa.⁴² E não era o único, por certo. Octalles, Schmidt, Cruls e Grieco, os Pongetti, Galeão Coutinho, Henrique Bertaso e outros mais também pareciam dispostos a pôr o país em sintonia consigo mesmo e com o mundo, publicando a nova literatura nacional e vários outros gêneros, da biografia à divulgação científica, além de traduções de autores clássicos e contemporâneos. O ex-balconista da Casa Garraux, contudo, foi quem mais se empenhou em levar adiante esse ideal “civilizador”, o que explica muito de sua atuação multifacetada, às vezes paradoxal, da qual nasceu a imagem heróica e mítica de um personagem acima do bem e do mal, cujas atitudes eram tomadas sempre em nome do Brasil.⁴³

TEMPO DE PENSAR O BRASIL

José Olympio, na verdade, personificava em si e em sua atividade muito do espírito da época. Do início modesto em São Paulo à afirmação como editor de renome, toda a sua ascensão pessoal e profissional se desenvolvera *pari passu*

⁴¹ Nelson Werneck SODRÉ, *Memórias de um Escritor*, p. 94-5.

⁴² O sentido dessa apropriação da frase de Lobato por José Olympio também é notado por Heloisa PONTES em “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções Brasiliana’ nas décadas de 30, 40 e 50”, p. 427.

⁴³ Tal imagem marcaria José Olympio por toda a vida, propagada em larga medida pelos seus editados e também assumida por ele. Em artigo reproduzido no *Anuário Brasileiro de Literatura* de 1940, por exemplo, Almir de Andrade rememorava a instalação de José Olympio no Rio de Janeiro atribuindo-lhe a disposição de “trabalhar menos para si do que para a cultura nacional, decidido a afrontar todos os riscos e prejuízos imediatos da aventura difícil de fazer do livro brasileiro uma expressão verdadeira da nossa vida intelectual”. Justamente por isso, uma futura história das “origens da renovação cultural do Brasil contemporâneo” não poderia esquecer “o nome de José Olympio Pereira Filho, que tanto vem fazendo pelo livro brasileiro e pelo levantamento de uma verdadeira e eficiente organização editorial, digna da nossa inteligência e da nossa civilização edificada sobre os grandes valores do espírito”. Almir de Andrade, “Um homem e uma obra”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 4, 1940, p. 268. Para se ter uma visão mais ampla e diversificada acerca do “culto” a José Olympio, cf. Antônio Carlos Villaga, *José Olympio, o Descobridor de Escritores*.

às profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira entre meados da década de 1910 e o início dos anos 1930, as quais moldaram a geração intelectual que então se formava. Mesmo sem ser propriamente um *intelectual*,⁴⁴ mas trabalhando – fosse como empregado, fosse como empresário – em seu território, ele acabou por assumir e partilhar os anseios e as propostas dessa nova geração (à qual, de resto, pertencia), bem como a também nova consciência nacional por ela reivindicada e expressada. Justamente por isso é que ele se via e era visto como parte de um esforço maior e coletivo, o de conhecer em profundidade o país para, a partir daí, modificar as suas estruturas.

Tal esforço intervencionista guardava uma clara semelhança com a postura paladina da chamada “geração de 1870”. Obscurecida, na virada do século, pelo discurso ufanista, que expressava um nacionalismo radical e otimista, e pela literatura diletante das crônicas mundanas, que procuravam demonstrar nossa sintonia com o cosmopolitismo burguês, ela foi atualizada logo que a Primeira Guerra Mundial mostrou a face feia da *belle époque*. Visto à distância, o conflito na Europa indicava a falência da civilização até então seguida como modelo e impunha, por conseguinte, a necessidade de se retomar a perspectiva crítica e a reflexão sobre nós mesmos e nossos destinos, como anunciava, por exemplo, o editorial do primeiro número da *Revista do Brasil*, publicado em janeiro de 1916:

O que está por trás do título desta Revista e dos homens que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de

⁴⁴ Como já observou Jean-François Sirinelli, a definição de “intelectual” deve ser vista segundo uma “geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”. Tanto num quanto noutro caso, é a intervenção direta e “especializada” sobre a realidade social que fundamenta suas ações, com vistas a produzir um “saber” a seu respeito. Já com relação às “gerações intelectuais”, é importante notar, ainda de acordo com Sirinelli, que elas não se definem em função da simples sucessão (ou “renovação”) linear e progressiva de pessoas e, por extensão, de idéias; ao contrário, “um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita”. Nesse sentido, as articulações entre os intelectuais de diferentes faixas etárias que vivem e convivem em um mesmo momento histórico tornam-se cruciais para a delimitação e para a compreensão de uma “geração intelectual”. Cf. Jean-François SIRINELLI, “Os intelectuais”, p. 242-3 e p. 254-5, *passim*.

*romper sozinha para a frente, numa projeção rigorosa e fulgurante da sua personalidade.*⁴⁵

Os ecos da proposta fizeram com que a *Revista do Brasil* rapidamente se convertesse em um fórum privilegiado do debate da questão nacional, congregando em suas páginas uma grande variedade de correntes ideológicas e estéticas, mesmo algumas antagônicas entre si. Cada qual à sua maneira, todas se empenhavam em discutir o “atraso” do país e apontar caminhos para a construção de um futuro próprio e adequado à nação brasileira, que refletisse plenamente a nossa especificidade, a nossa singularidade.⁴⁶ Como esse futuro só poderia emanar dela mesma, de suas entranhas, de sua história, enfim, urgia voltar ao passado para nele distinguir os traços fundamentais da identidade nacional, da *brasilidade*, como então se dizia. A chave do futuro encontrava-se no passado, e entre um e outro estava o presente a ser superado: esta era a bússola pela qual a intelectualidade nativa agora passava a se guiar. Portanto, muito mais que estabelecer a continuidade entre momentos históricos distintos, o que significaria manter-se preso a uma realidade esgotada, tratava-se de propor a ruptura entre eles, vista como a única possibilidade de se alcançar as transformações então almejadas e de definir nosso lugar no mundo.

Como se sabe, não foram poucos os que a partir de então atenderam a esse apelo e se dedicaram à análise e à compreensão da formação social brasileira, fazendo delas uma verdadeira plataforma de ação que atravessaria a década de 1920. Alguns, inclusive, nem tão jovens quanto se poderia imaginar, como o quase sexagenário Paulo Prado. Filho mais velho do conselheiro Antonio Prado, aristocrata do café, amante e mecenas das letras e das artes, Paulo Prado encantou-se com a história pátria e, em particular, com Capistrano de Abreu, de quem se tornou amigo e discípulo em fins dos anos dez, pouco depois de retornar em definitivo da Europa. Como que respondendo ao chamado da época, além de engajar-se na *Revista do Brasil* (cuja direção assumiria em 1923) e cerrar fileiras com os escritores modernistas, voltou-se ao passado para tentar entender o

⁴⁵ Apud Lúcia Lippi OLIVEIRA, *A Questão Nacional na Primeira República*, p. 119-120. Este livro é também a referência para as afirmações do parágrafo anterior à citação, baseadas em seus capítulos 4 (“Ufanismo: versão otimista da nação”) e 5 (“*Belle époque*: a integração no mundo cosmopolita”).

⁴⁶ Cf. Tania Regina de LUCA, *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*, capítulo 1 (“*Revista do Brasil*: redespertar da consciência nacional”), *passim*.

presente, procurando seguir a trilha explicativa aberta pelo mestre. Um primeiro fruto de seus estudos foi a publicação, em 1925, de *Paulística*, reunião de ensaios sobre a história de São Paulo. Sua grande obra, porém, apareceria três anos depois, sob o título cabal de *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*, dedicado a mostrar como e porque “numa terra radiosa vive um povo triste”, conforme sua não menos taxativa frase inicial.

Centrado no período colonial, o *Retrato* anunciava já nos temas que encimavam seus quatro capítulos os motivos da “tristeza” que definiria o caráter nacional brasileiro: a luxúria, a cobiça, a tristeza e o romantismo da retórica sentimental, grandiloquente, egoísta, portanto inútil. Para que não houvesse dúvidas acerca de seus propósitos, Paulo Prado ainda incluiu um longo “*Post-scriptum*”, o qual dava bem a temperatura do momento. Segundo ele, o livro, “pensado e escrito numa cidade de província”, fora feito “como um quadro impressionista”, método que o levava a insistir “em certas manchas, mais luminosas, ou extensas, para tornar mais parecido o retrato”. Prosseguindo na insistência, ele convocava o leitor a fixar o olhar “por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automóvel a paisagem que passa”. Veria-se então “o espetáculo de um povo habitando um território que a lenda – mais que a verdade – considera imenso torrão de inigualáveis riquezas, e não sabendo explorar e aproveitar o seu quinhão”. Assim, repleto de problemas materiais e espirituais, agravados pelo “vício da imitação” e pela politicagem mais mesquinha, o Brasil, historicamente prostrado, não poderia contar com soluções simples para seus dilemas:

*Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia. Filosoficamente falando – sem cuidar da realidade social e política da atualidade – só duas soluções poderão impedir o desmembramento do país e a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas: a Guerra, a Revolução.*⁴⁷

⁴⁷ Paulo PRADO, *Retrato do Brasil*, p. 179. As citações anteriores são das páginas 151-3 e 168.

O tom podia soar catastrófico, mas nada tinha de despropositado. Àquela altura, escancarava-se a crise do pacto oligárquico que desde a virada do século equilibrava as relações de força e o jogo político republicano, e nem a “guerra” nem a “revolução” afiguravam-se como acontecimentos improváveis. Muito pelo contrário: junto à multiplicação das dissidências internas aos grupos hegemônicos, à radicalização dos discursos e à crescente insatisfação de setores civis e militares, o levante tenentista de 1922, a ocupação e o bombardeio de São Paulo em 1924, o estado de sítio quase permanente durante a presidência de Artur Bernardes (1922-26), a marcha da Coluna Miguel Costa–Luís Carlos Prestes pelo interior do país indicavam quão próximas e concretas eram tais possibilidades extremas. Consciente de seu próprio radicalismo, o autor fez questão de notar que “estas palavras não serão certamente compreendidas. Para uns, pura fraseologia; para outros, mera manobra de política que toma a tangente de dissertação filosófica”; ainda assim, mostrava-se esperançoso – esperançoso como um revolucionário:

*Para o revoltado, o estado de coisas presente é intolerável, e o esforço de sua ação possível irá até a destruição violenta de tudo que ele condena. O revolucionário, porém, como construtor de uma nova ordem, é por sua vez um otimista que ainda acredita, pelo progresso natural do homem, numa melhoria em relação ao presente. É o que me faz encerrar estas páginas com um pensamento de reconforto: a confiança no futuro que não pode ser pior do que o passado.*⁴⁸

Sem voltar diretamente à tese central da “tristeza” brasileira, o texto do “*Post-Scriptum*”, oscilando entre o explicativo e o panfletário, fazia a denúncia de uma época que alcançara o seu limite, o que tornava o livro ainda mais provocador e polêmico. A repercussão foi imediata. Lançado em novembro de 1928, a 1º de janeiro de 1929 Paulo Prado notava, em carta ao filho Paulo Caio, já ter esgotado “perto de duas edições”, e havia um mês “que todos os dias os jornais se ocupa[vam] do livro”. As opiniões podiam se dividir, mas, ainda segundo ele, em geral percebiam o peculiar “otimismo do médico que quer curar”

⁴⁸ *Idem*, p. 182-3. Para uma visão mais precisa e esmiuçada do *Retrato do Brasil*, veja-se, além da própria obra, as análises de Dante Moreira LEITE, *O Caráter Nacional Brasileiro*, p. 287-95, e Marco Aurélio NOGUEIRA, “Paulo Prado – *Retrato do Brasil*”.

implícito em suas páginas. Isto lhe permitia sentir-se “à frente dos que preconizam a Ação, e da única maneira possível neste momento: agitando e discutindo. Agir é fácil, o difícil é pensar, dizia Goethe, que o Capis sempre citava nessa frase”.⁴⁹

Entretanto, alguns setores civis e militares aliados do poder central divisavam outras possibilidades no horizonte, e lançaram-se à sucessão do presidente Washington Luís nas eleições de março de 1930 com o discurso da “regeneração” das estruturas políticas e sociais nacionais. Derrotados nas urnas, passaram progressivamente a moldar a conspiração revolucionária que, entre outubro e novembro, tomaria o poder e colocaria o gaúcho Getúlio Vargas na presidência. Vitoriosa, a “revolução de 30” concretizava, na prática, a ruptura com que tantos sonhavam havia tempos, além de conferir um assombroso acento profético às palavras de Paulo Prado.⁵⁰ Ele mesmo, por sua vez, não se mostrou muito impressionado com os acontecimentos: em 1931, um tanto *blasé*, escreveria em nota à quarta edição do *Retrato do Brasil* que seus vaticínios eram “profecias fáceis”, só não enxergadas por “aqueles que os Deuses tinham enlouquecido, para melhor lhes preparar a queda...”.⁵¹

Previsível ou não, a revolução, se punha fim a uma República daí por diante caracterizada como *velha*, também trazia consigo as incertezas do porvir. O *novo* estava em aberto e precisava ser construído com urgência, em nome dos supostos anseios da nação. A oportunidade não podia ser perdida. Para o heterogêneo grupo político que se instalava no poder, isto significava reorganizar o Estado para legitimar sua vitória, o que não se deu sem muita disputa e conflito, conciliações e dissensões. Para os intelectuais, o conhecimento e a análise da “realidade brasileira” (outra expressão típica da época) continuavam a servir de referência para a ação, agora potencializados e favorecidos por essa mesma

⁴⁹ *Idem*, “Apêndice”, p. 184-5. O “Capis” a que Paulo Prado se refere é, evidentemente, Capistrano de Abreu, falecido havia pouco.

⁵⁰ A bibliografia acerca da Revolução de 1930 é enorme, como se sabe, e não cabe aqui entrar em detalhes sobre seu processo histórico nem sobre as interpretações historiográficas – não raro polêmicas – que a envolvem. Como referência para ambas as coisas, veja-se os balanços analíticos de Vavy Pacheco BORGES, “Anos trinta e política: História e historiografia”; Maria Helena Rolim CAPELATO, “Estado Novo: Novas histórias”; Marieta de Moraes FERREIRA e Surama Conde Sá PINTO, “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”; e Dulce Chaves PANDOLFI, “Os anos 1930: As incertezas do regime”.

⁵¹ Paulo PRADO, *Retrato do Brasil*, p. 2. De acordo com Marco Aurélio NOGUEIRA, “Paulo Prado não aplaudiu com entusiasmo a revolução. Olhou-a meio de longe, não se sentindo motivado a aderir a ela ou a prestar maiores serviços à sua consolidação. Como tantos outros, foi fisgado pelo ‘paulistismo’ que levaria à movimentação constitucionalista de 1932 e a uma oposição visceral ao varguismo. [...] A rigor, seu desencanto com os rumos do país saído da revolução liderada por Vargas se manifestaria em 1934, quando decide se recolher e se dedicar mais aos negócios. Já não o apaixona como antes a vida cultural”. Cf. “Paulo Prado – *Retrato do Brasil*”, p. 210 e p. 212.

realidade, pega em pleno instante de mudança. Entre os primeiros, os embates levariam à definição de um Estado forte, centralizado e intervencionista, articulado em torno da figura do presidente Vargas; enquanto isso, junto aos demais, a discussão sobre o país aprofundava a percepção crítica a seu respeito e convertia-o em objeto de estudo sistemático e da maior importância. Ou, nas palavras de um de seus estudiosos contemporâneos, assistia-se ao “contato cada vez mais estreito da inteligência com a realidade”, algo que lhe permitia inclusive caracterizar a época como a “da recuperação do Brasil pelo seu próprio pensamento”.⁵²

Tal contato trouxe à luz uma profusão de outros “retratos” em forma de brochura, os quais, de certo modo, permaneciam no espírito do trabalho de Paulo Prado, muito embora a ele nem sempre se assemelhassem.⁵³ Nesse processo, junto aos autores agora imbuídos de interpretar o Brasil, também os editores desempenharam papel fundamental, não apenas por exercerem a imprescindível tarefa de converter manuscritos em livros, mas ainda por desdobrar-lhes o sentido, à medida que reuniram e organizaram muitos deles em conjuntos maiores, as *coleções*. Utilizado por vários selos, este recurso respondia a uma dupla necessidade: por um lado, a de manejar a ampliação e a diversificação de suas próprias atividades, evitando que obras dotadas de certa especificidade temática se dispersassem em meio à variedade de gêneros disponíveis aos leitores; por outro, a de fazer valer sua já mencionada “função social” e marcar posição no debate público, amplificando, pela força simbólica do conjunto, o alcance das idéias contidas em cada volume. Assim, entre razões empresariais, comerciais e políticas, as coleções acabaram por se afirmar como um produto editorial característico daquele momento e “um dos espaços privilegiados para a veiculação do pensamento da época”, segundo Heloisa Pontes.⁵⁴

⁵² Afonso Arinos de Melo FRANCO, “Síntese da história econômica do Brasil”, em *Terra do Brasil*, p. 121-2.

⁵³ Como nota o brasilianista Ludwig LAUERHASS, com *Retrato do Brasil* Paulo Prado “antecipou o tipo do estudo panorâmico, interpretativo, do Brasil, que se popularizou na década seguinte”. Cf. *Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro*, p. 67. Além do tipo, também o título parece ter rapidamente se transformado em expressão de uso genérico e corrente (como o é hoje, aliás): em 1933, em crítica a *Maquiavel e o Brasil*, de Octavio de Faria, Sérgio Buarque de Holanda caracterizava-o, de pronto, como um livro composto “claramente de dois ensaios distintos – uma apologia de Maquiavel e um retrato do Brasil”. Cf. “Maquiavel e o Sr. Octavio de Faria”. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, ano III, n. 3, dezembro de 1933, p. 69 (reproduzido em Sérgio Buarque de HOLANDA, *O Espírito e a Letra*, v. I, p. 248).

⁵⁴ Heloisa PONTES, “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”, p. 449. Cabe aqui ressaltar que, além das interpretações sócio-históricas e políticas, também a literatura e os livros didáticos e científicos mereceram coleções específicas à época, como demonstram, por exemplo, as séries “Romances da Bahia”, que reunia os livros de Jorge Amado, e “Ciclo da Cana-de-açúcar”, com os

Diante do presente em ebulição, algumas delas abriram-se à discussão das questões políticas e sociais imediatas, com tendências mais ideológicas (e, por extensão, polêmicas) que propriamente eruditas. O editor Augusto Frederico Schmidt foi o primeiro a enveredar por essa seara, ao lançar em outubro de 1932 *Brasil Errado*, de Martins de Almeida, título inaugural de sua “Coleção Azul”, que prosseguiria até junho do ano seguinte com a publicação de outros quatro livros.⁵⁵ Apesar de efêmera e pouco volumosa, a “Azul” ganhou notoriedade e representatividade por agrupar escritos que iam do liberalismo reformista de Afonso Arinos ao integralismo de Plínio Salgado, passando pela crítica ao tenentismo, feita por Virgínio Santa Rosa e também por Alcindo Sodrê – ou seja, as vertentes político-ideológicas mais proeminentes então. Preocupados com “o reencontro do verdadeiro caminho nacional”, esses autores dialogaram muito com a história, recente ou remota, a qual servia para embasar inúmeros aspectos de suas análises. Efetivamente, porém, seu radicalismo estava muito mais na linguagem que nas idéias, frágeis e confusas, senão obscuras: de acordo com Edgar Carone, os textos, “com alguma exceção, são mal-arquitetados e mal-elaborados”, e dão “a impressão de terem sido encomendados com certa urgência, obrigando seus autores a redigi-los em curto espaço de tempo”.⁵⁶

José Olympio também aproveitou a idéia e o momento, e em 1934 deu início à coleção “Problemas Políticos Contemporâneos”. Os problemas, no caso, eram os do Brasil, os quais seriam pretensamente examinados sob o crivo da

títulos de José Lins do Rego, ambas lançadas pela José Olympio, e a “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, da Companhia Editora Nacional, subdividida em cinco subséries: “Literatura Infantil”, “Atualidades Pedagógicas”, “Livros Didáticos”, “Iniciação Científica” e a mais famosa delas, a “Brasileira” – que será discutida mais adiante. Sobre estas e outras coleções lançadas por editoras nacionais, cf. Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 374-82, p. 441-2, p. 444 e *passim*. Já para uma visão geral do significado propriamente editorial do conceito de “coleção”, cf. Gérard GENETTE, *Umbrales*, p. 24-5.

⁵⁵ Estes quatro outros livros foram, em ordem cronológica de publicação, *Introdução à Realidade Brasileira*, de Afonso Arinos de Melo Franco; *O Sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa; *A Gênese da Desordem*, de Alcindo Sodrê; *Psicologia da Revolução*, de Plínio Salgado. Segundo Edgar CARONE, foram ainda anunciados, mas não publicados na Coleção, *O Norte*, de Lauro Palhano, *Para Além da Revolução*, de Martinho Nobre de Mello, e *Maquiavel e o Brasil*, de Octavio de Faria (cuja primeira edição fora lançada pelo mesmo Schmidt em 1931). Cf. “Coleção Azul. Crítica pequeno-burguesa à crise brasileira depois de 1930”, em *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, p. 128. Laurence HALLEWELL acrescenta alguns outros títulos a essa lista, a saber: *A Desordem*, de Virgínio Santa Rosa (livro anterior a *O Sentido do Tenentismo* e que motivara, como “resposta”, o citado livro de Alcindo Sodrê), *O Que é o Integralismo*, de Plínio Salgado, e *Na Revolução de 1930*, de Estevão Leite de Carvalho; no entanto, a julgar pela análise de Carone, trata-se de um equívoco. Cf. *O Livro no Brasil*, p. 426-7.

⁵⁶ Edgar CARONE, “Coleção Azul. Crítica pequeno-burguesa à crise brasileira depois de 1930”, em *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, p. 128. Todo o parágrafo baseia-se neste texto pioneiro do professor Carone, publicado originalmente em 1969, e na breve análise de Ludwig LAUERHASS sobre a “Azul”, em seu *Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro*, p. 92-3. Embora ambos apresentem interpretações diferentes acerca do sentido político das obras da coleção, parecem estar de acordo quanto à sua fragilidade teórica e estrutural.

história e da teoria política. Na realidade, a objetividade e neutralidade do nome e da proposta apenas encobriam, e de modo muito tímido, aquilo que ela era de fato: “pura propaganda integralista”, na crua definição de Hallewell. Embora nem todos os autores nela publicados vestissem camisas verdes, a sua maior parte o fazia, e o restante não saía do campo da direita, como Alceu Amoroso Lima, Helio Viana e Azevedo Amaral. Ao contrário da “Coleção Azul”, portanto, na “Problemas Políticos Contemporâneos” não havia espaço para o confronto de pontos de vista, num eloqüente sinal dos tempos que corriam. Mas, se a crise da democracia liberal e a ascensão do pensamento autoritário davam legitimidade e, pode-se supor, público a tal iniciativa, foi a própria afirmação do autoritarismo que pôs fim a ela. Após o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, a ditadura Vargas renegou de vez o integralismo e, esvaziado o interesse e o alcance do movimento, o editor deu a série por encerrada.⁵⁷

À margem das vicissitudes da política, a esta altura uma coleção bem diferente havia ocupado o centro das atenções dos intelectuais pátrios. Lançada pela Companhia Editora Nacional em 1931 e dirigida pelo respeitabilíssimo educador Fernando de Azevedo, a “Brasileana” acabava de alcançar seu centésimo volume (a *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, em dois tomos), reunindo “ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, estudos de figuras e de problemas nacionais (geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, militares etc.), reedições de obras raras de notório interesse e traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros”. Apresentada como “a mais vasta e a mais completa coleção e sistematização que se tentou até hoje de estudos brasileiros”, seu surgimento e seus objetivos foram assim descritos nas páginas do *Anuário Brasileiro de Literatura* de 1938:

⁵⁷ Os títulos publicados pela coleção entre 1934 e 1937 foram os seguintes: *O Estado Moderno, Formação da Política Burguesa e Atualidades de um Mundo Antigo*, de Miguel Reale; *O Sofrimento Universal, A Quarta Humanidade, Despertemos a Nação, Palavra Nova dos Tempos Novos* e a reedição de *Psicologia da Revolução*, todos de Plínio Salgado; *O Quarto Império*, de Gustavo Barroso; *O Estado Corporativo*, de Tasso da Silveira; *Soluções Brasileiras*, de Menotti Del Picchia; *Democracia Integralista*, de Jaime R. Pereira; *Formação Brasileira*, de Helio Viana; *A Aventura Política do Brasil*, de Azevedo Amaral; *Panorama do Brasil*, de José Maria Bello; *No Limiar da Idade Nova*, de Alceu Amoroso Lima; *Introdução à Política Moderna*, de Cândido Mota Filho; e *O Imperativo Econômico Brasileiro*, de A. de Lima Campos. Cf. Ludwig LAUERHASS, *Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro*, p. 106, nota 35; Edgar CARONE, “Notícias sobre ‘Brasileanas’”, em *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, p. 169-70; Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 449-50 (citação).

*Todos os que se dedicam a estudos sobre o nosso país eram unânimes em reconhecer as imensas dificuldades criadas para as suas investigações pela raridade de obras de informações e de consulta, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quase todas dispersas. A Companhia Editora Nacional propôs-se a coligir essas obras, reeditá-las ou traduzi-las e a promover e estimular a produção desse gênero reunindo em uma série não só os livros clássicos e os novos trabalhos sobre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário.*⁵⁸

Muitos anos depois, em 1954, na aula inaugural do curso *Introdução ao conhecimento do Brasil*, Fernando de Azevedo detalharia de modo mais pessoal e judicioso as motivações da “Brasílica”, que então já ultrapassava as duas centenas de volumes. Sugestivamente, aliás, elas foram o próprio ponto de partida da sua exposição:

Quando, em 1931, numa empresa editora que me convidara para seu diretor intelectual, fundei a “Brasílica” – biblioteca de estudos brasileiros cuja orientação me competiu por mais de quinze anos –, o que pretendia era concorrer de minha parte, e com os recursos editoriais que se dispunham a aplicar, para alargar e aprofundar, completar e retificar os nossos conhecimentos sobre o Brasil. Nessa iniciativa, que, pelo êxito alcançado, se verificou atender a necessidades sentidas por todos, reconheceu Anísio Teixeira uma obra destinada a “descobrir o Brasil aos brasileiros”. Não houve uma voz sequer, entre as mais altas e autorizadas, que não se erguesse para apoiá-la. É que conhecíamos ainda muito pouco o nosso país e a preocupação, em geral, que vinha desde a colônia (salvo exceções mais notáveis quanto mais raras) era antes exaltar-lhe as glórias e as grandezas do que alcançar uma visão clara de suas duras realidades e penetrar-lhe os problemas fundamentais. [...] Comprazia-se essa mentalidade, já felizmente superada, em enaltecer o país, sobretudo nas suas paisagens geográficas, e nelas destacar, no mais forte relevo, o volume e o curso de nossos rios, suas formidáveis cachoeiras, nossas montanhas alcantiladas, a vastidão territorial, sem compreender que tudo o que se tinha por maior, mais grandioso – a começar pela imensidade da superfície –, constituía antes um obstáculo à marcha da civilização, mais

⁵⁸ COMPANHIA EDITORA NACIONAL, “A Coleção ‘Brasílica’ comemorando o seu 100º volume!”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 2, 1938, p. 303. Todas as citações do parágrafo provêm deste texto publicitário.

um desafio à inteligência do homem, ao seu esforço e à sua técnica do que uma fonte de vaidade ou motivo de orgulho.

Certeira, a avaliação azevediana do cenário intelectual brasileiro até os anos 1930 ia além:

*Certamente, cronistas do século XVI e XVII, naturalistas e viajantes estrangeiros, cujas obras constituíam ainda privilégio de iniciados e só então começavam a ser traduzidas e reeditadas; historiadores do século XIX, como Varnhagen, ou pensadores como Tavares Bastos; e, em nosso século, mestres da altura de Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Pandiá Calógeras, Manuel Bonfim, Celso Garcia e Afonso Taunay, entre outros, escritores vigorosos, de espírito crítico e de lucidez de vistas, como Silvio Romero e Euclides da Cunha, as expedições de Rondon – o desbravador de sertões –, já haviam projetado e lançavam sobre o Brasil, esse desconhecido, uma claridade viva, reduzindo à categoria seca de problemas grande parte desse material com que se alimentavam as nossas efusões sentimentais e os nossos sonhos de grandeza. Mas numerosos pontos (geográficos, históricos, sociais e culturais) constituíam ainda, apesar de tudo, pela sua obscuridade, territórios de difícil penetração, em que mal se percebiam clareiras na selva densa de generalizações apressadas, de concepções simplistas e primárias, de idéias vagas e confusas. [...]*⁵⁹

É em tal contexto que a “Brasiliiana” surge, como uma “reação contra aquela mentalidade retórica” que turvava o saber sobre o Brasil e diluía o pensamento crítico a seu respeito. Como se depreende da fala de Fernando de Azevedo, mais que o conhecimento, era a *reflexão* sobre o país que a coleção procurava recuperar e fomentar, única forma de compreendê-lo em toda a sua complexidade. Em termos concretos, isso levou à publicação de autores conhecidos e novos, clássicos e contemporâneos, nacionais e estrangeiros, e trabalhos tanto originais como reeditados. Mas, em meio a tamanha diversidade, um traço se sobressaía: o apelo à história. Desde o livro inaugural, *Figuras do Império e Outros Ensaio*s, de Batista Pereira, a sucessão dos volumes revelava

⁵⁹ Fernando de Azevedo, “Para a análise e interpretação do Brasil. Diretrizes e fatos de referência”, em *A Educação entre Dois Mundos*, p. 15-6. Como observado, este texto refere-se à aula inaugural do curso *Introdução ao conhecimento do Brasil*, proferida a 17 de abril de 1954 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (onde Fernando de Azevedo era catedrático de Sociologia) e a 15 de julho do mesmo ano na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais.

que “descobrir o Brasil” equivalia a promover o encontro do presente com o passado, fosse sob a forma de biografias e ensaios político-sociais, fosse sob a forma de textos de época e, é claro, obras de caráter historiográfico. Tanto que, completada a primeira centena de títulos, era nítida a larga predominância do gênero histórico entre eles, o qual ganhava assim visibilidade e materialidade inéditas.⁶⁰

Nesse sentido, a “Brasiliiana” alargava o alcance daquele saber específico até então circunscrito, com raras exceções, aos domínios do vetusto Instituto Histórico. E o alargava duplamente, tanto por torná-lo mais acessível quanto por abrir-se a outras visões sobre o passado, nem todas coadunadas com a do IHGB – algumas, inclusive, mostravam-se muito distintas e distantes dela, como a do falecido Manuel Bomfim ou a do jovem Gilberto Freyre. Por certo, ambos os fatores foram relevantes para a rápida consolidação da coleção enquanto empreendimento editorial, que já em 1934 era vista por Fernando de Azevedo como dotada de “condições de vida própria”;⁶¹ eles eram, a um só tempo, fruto e resposta às expectativas do momento, assim definida pelo *Anuário Brasileiro de Literatura* após grande enquete com quinze editores do país em 1938:

É fácil se entender que a divulgação científica, neste ou naquele ramo, se acentua na preferência pública, o que é um índice de interesse de educação intelectual.

*A atração pelo espírito e pela cultura estrangeiras cede ao interesse pelo espírito nacional, que se modela e toma rumo dentro do sentimento, da tradição, da história e da antropologia nacionais.*⁶²

⁶⁰ Cf. Anexo 1, ao final.

⁶¹ Carta de Fernando de Azevedo a Francisco Venâncio Filho. São Paulo, 1º de fevereiro de 1934. *Apud* Maria Luiza PENNA, *Fernando de Azevedo: Educação e Transformação*, p. 110.

⁶² N/a, “O que se lê no Brasil”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 2, 1938, p. 408. Esta enquete apresentou as seguintes perguntas às editoras: “Qual a tendência do público com referência ao gênero de leituras?”; “O que publicou em 1937, e quais os sucessos marcantes entre as suas edições?”; “Entre os seus editados, quais os escritores nacional e estrangeiro mais lidos?”; “Como encara o caso do papel nacional, as suas vantagens e o seu valor em face do papel estrangeiro?”. As respostas vieram da José Olympio (RJ), Cultura Brasileira (SP), Brasília Editora (RJ), Livraria Editora Guanabara (RJ), Civilização Brasileira (“braço” carioca da Companhia Editora Nacional), Livraria Francisco Alves (RJ), Casa Editora Vecchi (RJ), Livraria Briguiet-Garnier (RJ), Editora Casa Mandarino (RJ), Livraria Editora Minerva (RJ), Athena Editora (RJ), Companhia Brasil Editora (RJ), Schmidt Editor (RJ), Irmãos Pongetti (RJ), Companhia Editora Nacional (SP). Segundo a matéria, ainda deixaram de responder à pesquisa as Edições Cultura Moderna, Livraria Freitas Bastos, A Noite, Bedeschi e Norte Editora. Como se vê, entre pequenas e grandes editoras, faziam-se presentes os principais nomes da indústria do livro nacional, à exceção da Livraria e Editora do Globo, de Porto Alegre, àquela altura já consolidada como um selo de renome – como, aliás, o próprio *Anuário* já reconheceu no ano anterior. Sobre a Globo, cf. Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, capítulo 15 (“Bertaso & Veríssimo”).

É certo também, contudo, que a sua recepção se deu de maneira diferenciada. Junto aos intelectuais, ela adquiriu prestígio incontestado, como se pode perceber na página e meia de opiniões publicada no mesmo *Anuário*, em comemoração aos cem números editados. Em meio a considerações mais elaboradas e outras nem tanto, talvez a mais expressiva fosse a de Nelson Werneck Sodré, então crítico do *Correio Paulistano*, para quem a “Brasiliiana” representava “um dos acontecimentos mais notáveis da vida mental do país. Esse esforço único, que constitui uma realização integral de programa bem delineado, marca uma época nos estudos das coisas nacionais”.⁶³ Os leitores “comuns”, em contrapartida, pareciam ainda não ter desenvolvido a mesma sensibilidade. Na avaliação da própria Companhia Editora Nacional, a “elite apreciadora dos trabalhos de cultura” acompanhava com interesse o desenvolvimento da coleção; no entanto, apesar de seu “animador aumento nestes últimos tempos”, ela ainda era “uma minoria” frente “a massa”, cujas preferências recaíam sobre a “literatura de ficção, que distrai sem fazer pensar”.⁶⁴

Apesar desse descompasso entre públicos, que obviamente se refletia nas vendas, a editora seguiu firme com seu projeto, comprometida antes com o lucro simbólico que com o lucro financeiro possibilitado pela “Brasiliiana”.⁶⁵ Desde 1936, porém, ela não estava mais sozinha: sob sua evidente inspiração, José Olympio iniciara então a sua própria série dedicada ao “descobrimento do Brasil” – a “Coleção Documentos Brasileiros”.

⁶³ COMPANHIA EDITORA NACIONAL, “A Coleção ‘Brasiliiana’ comemorando o seu 100º volume!”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 2, 1938, p. 304.

⁶⁴ Complementando sua resposta à enquete do *Anuário*, o representante da editora dizia ser “plenamente justificável a tendência que a massa quase geral do público sente por este gênero de literatura. Diz um dos nossos mais eminentes críticos que este interesse vem da ‘necessidade de sonho, a premência de distrair a mente na oscilação igual da vida cotidiana, a procura daquilo que eles não vivem, aquilo que está além dos limites das suas existências pacíficas e metodizadas’. N/a, “O que se lê no Brasil”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 2, 1938, p. 407.

⁶⁵ Cf. Heloisa PONTES, “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções Brasiliiana’ nas décadas de 30, 40 e 50”, p. 450; Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 378 e p. 380-1.

C O L E Ç Ã O
DOCUMENTOS BRASILEIROS

DIRIGIDA POR OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

31

NELSON WERNECK SODRÉ

OESTE

ENSAIO SOBRE A GRANDE
PROPRIEDADE PASTORIL

Livraria JOSÉ OLYMPIO Editora

ARTÍFICES E ARTIFÍCIOS DE UMA COLEÇÃO

Na crítica literária brasileira tem hoje perfeito cabimento a reserva de uma rubrica especial, destinada à bibliografia histórica. Acontece isso tanto pelo vulto das edições do gênero ultimamente registradas quanto pelo valor dos livros, revistas, ensaios, documentários etc. a essa categoria pertencentes, com sensível freqüência publicados em todo o país. Digno de grandes atenções é, sem dúvida, esse notável incremento de nossa historiografia. O maior interesse que revela pelas coisas brasileiras, pelo melhor conhecimento do nosso passado, traduz o fortalecimento do próprio espírito nacional. [...]

HELIO VIANA, 1941¹

UM AUTOR, UM LIVRO, UM MARCO

Em sua edição de novembro de 1933, o *Boletim de Ariel* trazia um longo artigo de José Lins do Rego, intitulado “O próximo livro de Gilberto Freyre”. Com perspicácia e erudição, o escritor paraibano aventurava-se ali a avaliar o estado do conhecimento histórico no Brasil, chegando à conclusão que nossa história até então vivera “de explorações e maus-tratos”. Segundo ele, Rocha Pombo, autor de inúmeras obras e compêndios de caráter patriótico-moralista, dentre as quais uma vasta *História do Brasil* em dez volumes, “tratou-a como um marido estéril”. Varnhagen, como um “esposo infiel, cometendo adultérios”, em especial com a literatura, presume-se. Por fim, mesmo seus “grandes namorados, que lhe seriam ótimos matrimônios”, como Capistrano de Abreu e Alfredo de Carvalho (“um Capistrano de Abreu com mais viagens, com o mesmo escrúpulo e mais dispersivo”), não a desposaram de fato, antes a teriam abandonado no altar das pesquisas e dos documentos.

O pernambucano Gilberto Freyre, contudo, aparecia como um pretendente diferente, à altura de sua nobreza e dignidade. Em suas mãos, a história do Brasil não era “uma vaidade de saber mais datas do que os outros, como se dá com o

¹ Helio VIANA, “Literatura histórica”. *Cultura Política*, Ano I, n. 1, março de 1941, p. 260.

Barão do Rio Branco”, nem “puro deleite de esquisito” como teria sido para Capistrano, caracterizado de modo cruel como “o homem que poderia ter sido o nosso grande historiador se não tivesse querido ser somente o nosso maior esquisitão”. Para José Lins, “a história que Gilberto Freyre sabe e escreve tem mais uma expressão de vida que de pura memória. É uma história com sangue, mais humana do que sábia”. E completava, sem furtar-se a uma profecia:

*A história que Gilberto Freyre escreve é assim, exposta aos elementos, em contato íntimo com ele mesmo. Para ser verdadeira, a história precisa mais de um lírico que das “provas exuberantes dos autos”. As provas desta natureza valem muito, mas o grande, o forte, o intenso da História está mais no historiador que nos fatos. No Brasil, este homem prodigioso andou por perto de Joaquim Nabuco. Capistrano, por doença da vontade, afastou-se dele. Está, no entanto, com Gilberto Freyre. Pode-se talvez dizer, sem medo de afirmar uma barbaridade, que o primeiro grande historiador brasileiro vai sair de Pernambuco.*²

Atrevido, exagerado, envolvente, o texto de José Lins do Rego projetava sobre a história o olhar do romancista, desejoso de encontrar na reconstituição do passado a pulsão vital dos bons enredos. O fundamento desse desejo, aquilo que evitava transformá-lo em delírio e à própria história em pura ficção, ele buscava justamente no Capistrano jovem, ao relembrar sua crítica póstuma ao Visconde de Porto Seguro, acusado pela “falta de espírito plástico e simpático” aos homens e acontecimentos distantes no tempo. E, se o então aspirante a historiador ficara a meio caminho de revelar-se o esperado “espírito superior que viesse insuflar a vida e o movimento na massa informe”, agora o resultado seria outro, pois “a obra que Capistrano não quis concluir é esta que Gilberto Freyre vai começar”.³

Palavras tão enfáticas, proferidas por um nome festejado e em ascensão no nosso mundo das letras, obviamente pretendiam criar uma grande expectativa em torno do autor que anunciavam, e parece razoável supor terem sido bem-sucedidas nesse propósito. Ainda assim, algumas dúvidas cruciais poderiam

² José Lins do REGO, “O próximo livro de Gilberto Freyre”. *Boletim de Ariel*. Ano III, n. 2, novembro de 1933, p. 35. Reproduzido em Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 39-42.

³ *Idem, ibidem*. Sobre a crítica de Capistrano a Varnhagen, reveja-se o capítulo 1.

despontar junto a seus eventuais leitores, surgidas das brechas das certezas afirmadas. A primeira delas por certo se referiria ao objeto mesmo do título do artigo, já que em nenhuma de suas linhas o “próximo livro de Gilberto Freyre” era abordado. Somente no curto parágrafo final havia uma vaga e indiscreta referência a seu respeito, revelando que o autor, por necessidades financeiras e pela força de um contrato assumido com o editor Augusto Frederico Schmidt, vira-se obrigado a “se decidir, pela força das circunstâncias, a fazer qualquer coisa de grande”.⁴ Fora isso, nada mais, nem sequer o nome da obra – algo sem dúvida curioso, mas longe de ser a maior das inquietações sugeridas pelo texto. Afinal, embora estivesse claro tratar-se da apresentação de um estudioso sério, detentor de grandes qualidades intelectuais, era bem provável que um bom número de pessoas se perguntasse ao terminar a leitura: mas *quem* diabos era esse tal “Gilberto Freyre”?

Como a demonstrar a pertinência da pergunta, páginas adiante o destacado personagem voltava a aparecer na revista, desta vez em uma nota bibliográfica mais ponderada. Trazendo logo em seu título, “Casa grande & senzala”, o nome do livro que o artigo de José Lins sonegara, a nota descrevia Freyre como alguém tido “pelas novas gerações nordestinas como um verdadeiro *chef de file* a quem se deve admirar e seguir”. Em contrapartida, notava também que, no sul, ele não passava de um “quase desconhecido, [...] tão grande é o nosso país e tão pouco repercutem nas outras unidades da Federação o que se passa em um ou outro Estado, a menos que não se irradie do centro para a periferia a fama a consagrar”.⁵ A partir daí, os mais apressados poderiam concluir estar diante de mais um provinciano em busca de inserção e sucesso na Capital, o que, de certa forma, era bem plausível. Os mais atentos, estes certamente desconfiariam de algo mais, inclusive porque o *Boletim de Ariel* não era a única publicação do Rio de Janeiro a abrir espaço àquele “quase desconhecido” por aqueles dias. Fosse quem fosse Gilberto Freyre, havia alguma coisa no ar a envolvê-lo.

Pouco antes, em 5 de novembro, o texto de José Lins do Rego saíra no jornal *Literatura*, acompanhado de um outro de Pedro Dantas (Prudente de Moraes

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ N/a, “Casa grande & senzala”. *Boletim de Ariel*. Ano III, n. 2, novembro de 1933, p. 53.

Neto), intitulado “Casa Grande & Senzala” e que, na mesma data, aparecia também no *Diário de Notícias*. Para este crítico, “o Sr. Gilberto Freyre” distinguia-se de seus companheiros de geração pela “apreciável vantagem de uma cultura dirigida e, portanto, livre das hesitações, da desorientação e do retardamento dos autodidatas”. Já sua “obra monumental” revelava “a perfeita intuição do fenômeno brasileiro”, destinando-se “a representar para nós, e por muito tempo, a melhor das introduções ao conhecimento do que somos e do que condiciona o que podemos ser”.⁶ Um vaticínio corajoso, que reafirmava a primeira notícia acerca do autor e do livro em questão, surgida ainda mais cedo, a 20 de outubro, no *Diário Carioca*. Assinada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, a resenha ressaltava como marcas daquele trabalho sobre a “formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal” a “acuidade de inteligência” e o “conhecimento dos fenômenos examinados”, que lhe emprestariam “o alcance de obra de utilidade pública”. Mais importante, porém, era a mistura rara e peculiar de “brasilidade”, ciência e arte saída da relação entre criador e criatura, forma e conteúdo:

Apesar da formação de seu espírito se ter processado longe do Brasil, sob a influência de mestres, idéias e livros estrangeiros, o sr. Gilberto Freyre é talvez o mais intensamente brasileiro dos nossos escritores. Nele, não é apenas o estilo que impressiona pela feição marcadamente nacional da linguagem, e sim também a natureza e a direção do pensamento, inconfundivelmente brasileiro. A cultura geral e a especializada adquiridas no estrangeiro enriqueceram-lhe enormemente a inteligência, sem deformá-la de modo algum. Assim, estudando a história social do Brasil, ele não se coloca na posição distante de um sociólogo alheio e superior aos fenômenos observados. Seu livro não é somente a obra de um especialista notável em sociologia, mas um livro em que a ciência e a intuição do sociólogo são guiadas pela sua profunda afinidade com o meio que constitui o objeto do estudo. [...]

Em virtude de sua compreensão profunda e por vezes lírica do processo de formação da sociedade brasileira, ele se desviou dos erros e das idéias preconcebidas em que têm resvalado tantos dos nossos especialistas e amadores de sociologia.

⁶ Pedro DANTAS, “Casa Grande & Senzala” (*Literatura e Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1933), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 43.

*Escreveu um grande livro, cheio de conhecimentos sérios e de idéias nítidas, mas que se distingue também dos ensaios anteriores pelo seu valor excepcional como documento literário.*⁷

Como o tão saudado livro ainda *não* havia sido publicado, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Prudente de Moraes Neto e José Lins do Rego compartilhavam assim com o público a euforia provocada pela leitura em primeira mão dos originais, privilégio assegurado pelos velhos laços de amizade que os uniam ao autor (os quais, aliás, eram explicitados apenas no texto de José Lins).⁸ Caso não se perdessem na superfície de adjetivos e de elogios que revestia cada artigo, os hipotéticos leitores contemporâneos poderiam então divisar em Gilberto Freyre e em *Casa-Grande & Senzala* os portadores de uma nova interpretação do Brasil, substancialmente diferente daquelas conhecidas ou em voga. Em um momento em que, relembremos, o “pensar o Brasil” era o compromisso dos nossos intelectuais – e a linguagem empregada pelos citados críticos ilustra muito bem tal preocupação –, isto não era pouca coisa. Tanto que, arrebatado pela obra, até mesmo o equilibrado Prudente afirmava não ser excessivo “dizer-se que há uma política a extrair dos resultados a que chegou o pesquisador pernambucano”.⁹

O próprio pesquisador, este parecia andar muito menos entusiasmado. Com o livro já pronto e nas mãos dos editores Maia e Schmidt, no Rio de Janeiro, ele escreveu do Recife a Rodrigo Melo Franco para tratar dos últimos passos antes de seu lançamento. Primeiro, comunicou ao amigo ter finalizado a “introdução ou prefácio, ou misto de introdução e prefácio”, que estava à espera de um “portador de confiança”, pois “o Correio, apesar do nosso Zé Américo [de Almeida, então ministro da Viação e Obras Públicas], infelizmente não merece fé”. Depois, entre insatisfeito e desanimado, aproveitou para desabafar:

⁷ Rodrigo Melo Franco de ANDRADE, “Casa-Grande & Senzala” (*Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1933), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 35 e p. 37-8, respectivamente.

⁸ A amizade entre José Lins do Rego e Gilberto Freyre remontava a 1923, quando ambos se conheceram no Recife, logo após o retorno de Freyre à capital pernambucana depois de quase seis anos no exterior. Já os laços com Rodrigo Melo Franco e Prudente de Moraes Neto se haviam estabelecido em 1926, por ocasião de uma viagem de Freyre ao Rio de Janeiro, onde conheceu pessoalmente também Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Heitor Villa-Lobos, Pixinguinha e Donga, entre outros. Cf. Neroaldo Pontes de AZEVEDO, *Modernismo e Regionalismo: Os Anos 20 em Pernambuco*, p. 128 e 131 (sobre José Lins e Freyre) e p. 142 (sobre Freyre e o círculo carioca); Edson Nery da FONSECA, “Bibliografia de Gilberto Freyre”, p. 646.

⁹ Pedro DANTAS, “Casa Grande & Senzala” (*Literatura e Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1933), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 43.

[...] Seria ótimo se os editores achassem meio de me mandar o bastante para uma viagem ao Rio a fim de combinarmos formatos, vermos juntos as provas, ilustrações etc., mas isso não sendo possível o melhor é tudo ser decidido aí. A remessa de provas para cá terá grandes inconveniências – o melhor é não mandarem coisa nenhuma. O que for decidido, de acordo com V. e [Manuel] Bandeira, está muito bem. Esse livro já me deu bastante trabalho e aborrecimento – e o meu papel agora é cuidar de outra vida, e entregar o livro aos seus verdadeiros e legítimos donos – o editor e os possíveis curiosos que se dêem ao trabalho de comprá-lo e lê-lo. Preciso realmente cuidar da vida. [...] Eu é possível que vá dar com os ossos no Pará – empregado da empresa Ford. [...]¹⁰

Gilberto Freyre não viajaria nem ao Rio, nem ao Pará, mas, quando *Casa-Grande & Senzala* enfim apareceu, na virada de 1933 para 1934, rapidamente pôde se dar conta de que tanto trabalho e aborrecimento haviam valido a pena. Logo a 10 de janeiro, o poeta Manuel Bandeira lhe escrevia da Capital com a notícia de que ele, Freyre, estava “na ordem do dia com a publicação da grande *Casa Grande*. Ficou um bichão de tão bom aspecto que já está ficando conhecido como o *Ulysses* pernambucano...”. Os “possíveis curiosos” dispostos a conferir os propagados méritos do livro agora eram reais e, podia-se imaginar, muitos, pois “as informações dos livreiros é que o livro está tendo muita saída” – algo que o fiel Rodrigo confirmaria dias depois, também por carta:

*A venda dos exemplares nas livrarias continua a se fazer otimamente, apesar de só terem aparecido por enquanto poucas notas e artigos sobre o livro. De Recife e de São Paulo já mandaram pedir novas remessas ao seu Maia e estou convencido de que, quando tiverem aparecido as críticas autorizadas ou ruidosas [?], a edição não tardará a esgotar-se. Ela foi somente de 3.000 exemplares, segundo me informou o Schmidt.*¹¹

¹⁰ Carta de Gilberto Freyre a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Recife, s/d. Reproduzida em Gilberto FREYRE, *Cartas do Próprio Punho sobre Pessoas e Coisas do Brasil e do Estrangeiro*, p. 252.

¹¹ Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1934. Acervo da Fundação Gilberto Freyre (doravante AFGF), CRB98p1doc8. A carta de Manuel Bandeira a Gilberto Freyre é citada (mas não reproduzida na íntegra) na Introdução de Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 13. Para ressaltar o sucesso de vendas de *Casa-Grande & Senzala*, importa notar que, embora sua primeira edição traga 1933 como o ano de publicação e a maior parte de seus comentaristas, senão todos, aponte o mês de dezembro como o momento de seu lançamento, outra carta de Rodrigo a Gilberto, esta datada do dia 3 de janeiro, indica que o livro atrasou mais do que parece: nas palavras do remetente, “os safardanas [?] Maia & Schmidt informam que C. & S. [sic] sairá

O “somente” devia-se ao otimismo do missivista, é claro. De todo modo, ele tinha razões para apostar na crítica e se mostrar tão certo do sucesso do livro. Embora a recepção ainda fosse incipiente, eram figuras de peso as que se manifestavam a seu respeito, citando o antropólogo Roquette-Pinto, o qual ficara “de fato entusiasmado” e “não poderia ter feito maiores elogios” no artigo que escrevera para o *Boletim de Ariel* a sair em fevereiro, e o crítico literário Yan de Almeida Prado, “que fabricou aquela vasta apologia na *Literatura*”.¹² Tivesse esperado mais um dia para escrever sua carta, Rodrigo poderia juntar aos dois o nome imponente de Agripino Grieco; tivesse esperado mais quatro, acrescentaria também o de João Ribeiro à lista, todos em pleno acordo quanto à alta qualidade da obra. Para Almeida Prado, tratava-se de um “livro admirável de erudição e espírito crítico, equilíbrio e discernimento, onde não sabemos o que mais admirar, se a sagacidade do autor movendo-se em assuntos inteiramente novos entre nós ou a sua capacidade de reunir a prodigiosa documentação que apresenta”. Grieco afirmava estar diante de uma “obra notabilíssima”, uma “espécie de história do Brasil contada inteligentemente, à moderna, com grande amenidade”, enquanto Ribeiro dizia que aquele texto estaria “sempre diante dos olhos para ler e reler de tempos a tempos”. Finalmente, Roquette-Pinto era categórico:

*Casa-Grande & Senzala nasceu obra clássica. Ninguém dará mais um passo em matéria sociológica referente a este país sem consultar o volume, a menos que deseje andar errando, como quem se exercita em buscar, no escuro, os objetos que um facho de luz facilmente denuncia.*¹³

As impressões iniciais, a um só tempo respeitáveis e favoráveis, revelavam assim a confirmação, senão a superação, das expectativas projetadas sobre o trabalho de Gilberto Freyre – algo inclusive notado por João Ribeiro em sua recensão. E o faziam sem condescendência, sem deixar de apontar os problemas

amanhã. Mas sairá mesmo?” (Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1934. AFGF, CRB98p1doc4).

¹² Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1934. AFGF, CRB98p1doc8.

¹³ Edgar ROQUETTE-PINTO, “Casa Grande & Senzala”. *Boletim de Ariel*. Ano III, n. 5, fevereiro de 1934, p. 116. As citações anteriores são dos seguintes textos, reproduzidos por Edson Nery da FONSECA em *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944* às páginas 50-1, 74 e 78, respectivamente: Yan de ALMEIDA PRADO, “Casa Grande & Senzala” (*Literatura*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1934); Agripino GRIECO, “Casa-Grande & Senzala” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1934); e João RIBEIRO, “Casa-Grande & Senzala” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1934).

percebidos no livro, mesmo que motivados pela estranheza ou pelo desconforto diante das inovações nele apresentadas. Foi o caso, por exemplo, da desaprovação de Agripino Grieco ao uso de “termos crus, dos que arranham ouvidos castos”, que, por cheirarem “muito a *boutade* scandalizante do ledor de Mencken e de contemporâneo do Sr. Serafim Ponte Grande”, não seriam cabíveis num “volume de ciência histórica, quase um tratado sobre homens e coisas do Brasil”. Logo, para Grieco, ao refinamento da análise deveria corresponder a polidez da linguagem, verniz da “seriedade” do texto.¹⁴

Mas havia também observações muito mais argutas, como a de Roquette-Pinto acerca do título da obra, indicador do desejo do autor de “contrapor, no surto histórico do Brasil, os dois tipos de cultura que no caso do branco e do negro se interpenetraram”; no entanto, continuava o antropólogo, “toda a massa enorme de coisas que a escravidão derramou na gente não veio de fato da senzala. Veio mesmo da própria Casa Grande, para onde os mais bem dotados filhos da senzala eram imediatamente conduzidos, a começar pela mãe preta”. João Ribeiro, de sua parte, reclamava que o livro, “conquanto grande (mais de quinhentas páginas), não conclui: as paredes esboçam uma cúpula que não existe. Convergem para a abóbada, que fica incompleta e imaginária”. Agripino Grieco, de modo semelhante, lamentava seu final “um tanto brusco”, bem como a falta de “um núcleo, um centro, e há muita coisa lateral no livro. Talvez lhe falte uma ‘convicção’”.¹⁵

Os próprios críticos, entretanto, eram os primeiros a reconhecer que seus reparos e restrições em nada afetavam a excelência do ensaio de Gilberto Freyre.

¹⁴ Agripino GRIECO, “Casa-Grande & Senzala” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1934), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 67. É importante notar que Grieco não foi o único a se incomodar com o linguajar freyreano, visto que reparos semelhantes aparecem em vários outros artigos sobre o livro: o amigo Afonso Arinos, por exemplo, observa que “a linguagem de Gilberto Freyre devia ter um pouco mais de dignidade. [...] Apenas estou querendo salientar que o estilo, aliás gostoso e agradável, que Gilberto Freyre emprega no seu livro era mais próprio para outro gênero de literatura que ele pratica tão bem quanto a sociológica: o de ficção. Será que Gilberto, homem civilizado, vai a um jantar de cerimônia com o mesmo traje sumário com que saiu para o tênis matinal?”. Afonso Arinos de MELO FRANCO, “Casa Grande & Senzala” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1934), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 84.

¹⁵ Pela ordem das citações, as referências são: Edgar ROQUETTE-PINTO, “Casa Grande & Senzala”. *Boletim de Ariel*. Ano III, n. 5, fevereiro de 1934, p. 116; João RIBEIRO, “Casa-Grande & Senzala” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1934), e Agripino GRIECO, “Casa-Grande & Senzala” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1934), ambos in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 76-7 e p. 73-4. Embora a análise do livro de Gilberto Freyre não esteja nos propósitos deste trabalho, é importante notar que essas observações pontuais da crítica da época mais tarde reapareceriam com força, ainda que obviamente reelaboradas, entre as inúmeras leituras acadêmicas de *Casa-Grande & Senzala*, que continuam a ser feitas até hoje. Cf., dentre outros, Ricardo Benzaquen de Araújo, “Raios e trovões. Plasticidade, excesso e modernidade na obra de Gilberto Freyre”.

Na verdade, antes a enfatizavam, pois, como o próprio Grieco afirmara, estava aí “um escritor que nos leva a concordar, a discordar, mas não nos deixa nunca indiferentes, sacudindo-nos sempre as ferrugens do cérebro”.¹⁶ Portanto, muito mais que por um ou outro aspecto particular, pertinente ou não, a grande questão relativa a *Casa-Grande & Senzala* parecia ser aquela levantada por Yan de Almeida Prado:

[...] *Críticas mais acerbadas e menos sinceras ele [Freyre] irá sofrer da imprudência que cometeu entre nós, enveredando pelo terreno escorregadio e irritante para o cientista indígena quando se aplica métodos modernos à sociologia. Todas as nugas e falhas da revisão, feita na ausência do autor, serão catadas para puni-lo do crime de ter demonstrado tão peregrino talento. O livro de Gilberto Freyre parece-me que vai ser o último embate entre modernos e antigos, entre a velha e a nova geração.*¹⁷

Embate mesmo não houve, ao menos no plano da crítica. O impacto de *Casa-Grande & Senzala* foi tão marcante que sua celebração superou de muito as condenações que sofreu, evidenciando justamente o caráter de “divisor de águas” do pensamento social brasileiro implícito no texto de Almeida Prado.¹⁸ O

¹⁶ Agripino GRIECO, “Casa-Grande & Senzala” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1934), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 74.

¹⁷ Yan de ALMEIDA PRADO, “Casa Grande & Senzala” (*Literatura*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1934), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 55.

¹⁸ Tal celebração pode ser percebida até mesmo em termos quantitativos, a partir da compilação realizada por Edson Nery da Fonseca: entre 1934 e 1938, das 28 críticas apresentadas (publicadas em periódicos do Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió e Aracaju), apenas três são abertamente negativas – as de Miguel Reale, Armando Más Leite e J. Fernando Carneiro. Para Reale, “ao terminar a leitura de *Casa-Grande & Senzala*, tive a impressão que teria quem visitasse uma casa, apreciando homens e mulheres em atividade, indo de um lado para outro atarefados, desenvolvendo mil afazeres e com mil preocupações, mas em silêncio, todos calados, todos guardando os segredos íntimos da inteligência e do coração. Vi paredes e vi perfis. Observei usos e costumes, mas de fora, como se medisse ou pesasse coisas. Vi silhuetas, não encontrei almas. Vi a ‘história natural’ da sociedade colonial brasileira, mas não vi a história integral dessa sociedade. E fiquei pensando no direito que se arroja o sociólogo naturalista de reconstituir uma sociedade arrancando-lhe o espírito, sob o pretexto de preferir a ‘substância’ à ‘forma’”. Já Leite refutava os comentários de Gilberto Freyre sobre a atividade jesuíta no período colonial, com vistas a mostrar o “sectarismo”, o “anti-espiritualismo” e a “falsidade dos pontos de vista” do autor, caracterizando seu livro como “uma premissa, uma premissa sorrateiramente posta, para o comunismo”. Carneiro, por fim, fazia uma relação daquilo que via como equívocos antropológicos e biológicos presentes em *Casa-Grande & Senzala* (que a certa altura da resenha chama de “grande livro errado”) para concluir: “Claro está que o Sr. Gilberto Freyre não tem obrigação de entender de tudo no mundo. É possível fazer-se sociologia sem ser um bamba em química, astronomia, medicina e genética, até suas últimas minúcias. Mas o que há é que o Sr. Gilberto fala como se fora um bamba. E o mais curioso é que o seu livro, de tão grandes qualidades [...] parece que teve êxito foi por causa dos defeitos. O de que muito leitor gostou foi da bioquímica que há nele. E a este aspecto é que eu quero opor alguns reparos”. Cf., respectivamente, Miguel Reale, “Notas à margem de *Casa-Grande & Senzala* (Ação. São Paulo, 16 de outubro de 1936); Armando Más LEITE, “Casa-Grande & Senzala” (*O Diário*. Belo Horizonte, s/d; *A Cidade*. Recife, s/d); J. Fernando CARNEIRO, “Comentários à margem de um grande livro” (*Diário Carioca*, s/d, e *Revista Brasileira de*

prêmio de melhor livro do ano, conferido pela prestigiosa Sociedade Felipe de Oliveira, deixou claro este aspecto, como se pode perceber pelo artigo de Saul Borges Carneiro publicado no *Boletim de Ariel* de março de 1935. Dirigindo-se àqueles que haviam estranhado a atribuição de um prêmio literário a um ensaio sócio-historiográfico, o articulista dizia bastar “ampliar o conceito de literatura, e considerá-la simples sinônimo de expressão de vida intelectual, como fazem em geral historiadores e críticos, para perceber a razão da estranheza”. Caso isso não contentasse os contrariados, ele lembrava nunca terem faltado “livros de história que, só pela forma, pela expressão lingüística apurada, pela atração envolvente do estilo, pudessem figurar legitimamente ao lado de poemas e novelas” – e era impossível negar a Gilberto Freyre “os mais puros dons literários”, tal como a Tácito e Plutarco, Michelet e Renan, Nabuco e Euclides. O argumento definitivo, porém, vinha ao final, com a definição de *Casa-Grande & Senzala* como “um livro novo para os brasileiros”, que, por rasgar “tão amplos e novos horizontes à historiografia nacional”, não seria “somente o melhor livro de 1934. É o melhor livro de uma época”.¹⁹

Em suma, a consagração de *Casa-Grande & Senzala* significava a consagração do *novo*, seu adjetivo-síntese. Sem dúvida, tudo no livro trazia este traço: os novos sujeitos históricos apresentados – o senhor, o escravo e o mundo à sua volta; a nova abordagem empreendida, centrada no âmbito privado das relações entre tais sujeitos, com a família como peça-chave; a nova explicação oferecida, diferenciando “raça” de “cultura” e daí enfatizando a positividade da miscigenação; as novas fontes empregadas, como livros do Santo Ofício, cartas dos jesuítas e outros documentos produzidos na esfera eclesiástica, inventários e testamentos, livros de viagem, livros e cadernos de modinhas, receitas e etiqueta,

Pedagogia. Rio de Janeiro, n. 35, junho de 1937), todos in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 161-6, 167-9 e 181-9.

¹⁹ Saul Borges Carneiro, “Um livro premiado”. *Boletim de Ariel*. Ano IV, n. 6, março de 1935, p. 149-50 (reproduzido em Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 155-9). A Sociedade Felipe de Oliveira fora criada em agosto de 1933 para cultuar a memória do poeta Felipe Daudt d'Oliveira (nascido em 1891 e tragicamente falecido no mesmo ano de 1933, em fevereiro) e permaneceria em atividade até 1945. Segundo Angela de Castro Gomes, ela se constituiu como “um autêntico espaço de fruição, fechado a seus 15 sócios e aberto, em termos de concessão de benesses, aos intelectuais de todo o Brasil e até mesmo aos de fora do país”. De tais benesses, a mais importante era precisamente a eleição do livro do ano, a qual transferia ao título escolhido, além de cinco contos de réis em dinheiro, todo o prestígio e a influência daquele clube tão seletivo formado por “intelectuais amigos e empresários dinâmicos, todos amantes das letras e das funções editoriais” – entre eles, o editor Schmidt, o jornalista-empresário Assis Chateaubriand, o político e mecenas paulista José de Freitas Vale e os literatos Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto e Rodrigo Otávio Filho. Cf. Angela de Castro GOMES, *Essa Gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*, p. 82-8 e *passim*.

jornais, romances, memórias e biografias, depoimentos e até a iconografia; e, claro, a nova linguagem que expressava tudo isso, solta, fluente e vívida. Mas a novidade fundamental, aquilo que consistia sua maior inovação, era dada pelo conjunto, isto é, pela reunião de todas essas características em uma única obra, manejadas por um único autor. Tal como acontecera décadas antes com *Os Sertões*, o livro de Freyre revelava uma força interpretativa surpreendente, a qual descortinava aos brasileiros – ainda que somente à minoria culta – aspectos da formação do Brasil até então pouco ou nada considerados.²⁰

Assim, no decorrer de um ano, menos até, Gilberto Freyre passava de “quase desconhecido” a intelectual dos mais importantes do país, senão o mais importante. Naturalmente, essa nova posição implicaria outras mudanças. Já em março de 1934, o escritor Ribeiro Couto, responsável pela Editora Civilização Brasileira, “braço” carioca da Companhia Editora Nacional, pedia a Rodrigo Melo Franco comunicar ao amigo o desejo da empresa de publicar o seu segundo livro, oferecendo-lhe “qualquer quantia, em mensalidade ou em bloco, de que necessite para os longos repousos da meditação e do trabalho excessivo”.²¹ Ribeiro Couto mostrava-se atento, pois, como o próprio Freyre dissera, “o propósito de condensar em um só volume todo o trabalho, não o consegui infelizmente realizar. O material esborrou, excedendo os limites razoáveis de um livro. Fica para um segundo o estudo de outros aspectos do assunto – que aliás admite desenvolvimento ainda maior”.²²

O contato foi bem-sucedido, e Rodrigo, mais uma vez, passou a fazer as vezes de procurador de Gilberto no Rio de Janeiro. Em outra carta, datada de 21 de maio, ele relatava um novo encontro com Couto e explicava os principais

²⁰ Cumpre notar que Dante Moreira Leite faz uma avaliação cáustica do paralelo entre o livro de Gilberto Freyre e o de Euclides da Cunha: “Sob certos aspectos, *Casa Grande & Senzala* só tem um símile em nossa história literária: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Como *Os Sertões*, é um livro que, ostensivamente apresentado como de história ou de interpretação geral do Brasil, vale provavelmente como reconstrução literária – por isso mesmo ambígua, polivalente e imperecível; como *Os Sertões*, é um livro pedante, desequilibrado e pretensioso; como *Os Sertões*, é um trabalho de principiante nas letras, primeiro livro de um autor e que é, também, sua obra-prima; finalmente, como *Os Sertões*, é um livro que procura redimir um grupo incompreendido e desprezado: no caso de Euclides, o sertanejo nordestino; no de Gilberto, o negro. E existe ainda uma outra semelhança: depois de escrever *Os Sertões*, Euclides pensa em ampliar a sua análise para outras regiões brasileiras; Gilberto Freyre, depois de *Casa Grande & Senzala*, tenta ampliar o seu trabalho, pensando-o na continuidade histórica”. Dante Moreira LEITE, *O Caráter Nacional Brasileiro*, p. 299-300.

²¹ Cf. carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 3 de março de 1934. AFGF, CRB98p1doc11.

²² Gilberto FREYRE, [“Prefácio à primeira edição”], *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. XXVIII.

pontos da minuta do contrato proposto pela Editora, elaborado a partir daquela conversa:

O que há de mais importante a resolver entre vocês é a questão do título, uma vez que ele acha ruim o que V. escolheu e incluiu na proposta de contrato uma cláusula dispondo que “o título do livro será dado pelo autor da obra, mas de modo a não contrariar a orientação da Editora ... [ilegível]”.

Além deste ponto, há a ponderar a circunstância dele não poder pagar a V. senão 4 contos adiantadamente, e os outros 4 no ato da entrega dos originais: isto é, não poder pagar esses últimos 4 contos à razão de 1 conto por mês antes da entrega dos originais.

Finalmente, quanto ao formato e à capa do livro, V. terá de resolver se aceita ou não que o ensaio apareça na coleção “Brasíliana”, como querem os editores.

Quanto ao mais, a minuta redigida pelo Couto é mais favorável a V. do que a que eu poderia extrair das bases fixadas em sua carta aérea, tal como V. verá pela cláusula terceira.²³

Aparentemente, as vantagens de início insinuadas por Ribeiro Couto haviam se convertido em pressões sobre Freyre. Como de costume, os interesses autorais eram solapados pelos empresariais, pouco importando se tratar de um negócio entre a maior editora do país e o autor de *Casa-Grande & Senzala*. Rodrigo, no entanto, defendia o contrato com a Nacional, “mesmo que as objeções do Couto pareçam irritantes”. Para ele, a única questão importante de fato era a do título, e mesmo esta poderia ser resolvida com facilidade, fosse pela sua troca, fosse pela insistência naquele desejado. E foi o que aconteceu: de acordo com Vamireh Chacon, o problema mesmo não estava no título em si, *Sobrados e Mucambos*, e sim no seu complemento, originalmente pensado como *Decadência da família patriarcal*; diante da implicância dos editores, Freyre teria aceitado uma sugestão de Fernando de Azevedo e o modificou para *Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, resolvendo assim a pendenga e garantindo o lugar do livro na respeitável *Brasíliana*.²⁴

²³ Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1934. AFGF, CRB98p1doc13 (grifo do original).

²⁴ Cf. Vamireh CHACON, *A Construção da Brasilidade. Gilberto Freyre e sua geração*, p. 74.

Sobrados e Mucambos apareceria em 1936, mesmo ano da publicação da segunda edição de *Casa-Grande & Senzala*, agora apenas sob o selo “Schmidt Editor”. Com as críticas ao seu primeiro ensaio ainda frescas, Gilberto Freyre aproveitou a coincidência dos lançamentos para sustentar, no espaço das próprias obras, a sua forma de analisar a formação social brasileira, com atenção especial para o aspecto não-conclusivo do trabalho. Nesse sentido, no “Prefácio à segunda edição” de *Casa-Grande*, datado de 1934, ele afirmava ter se limitado a “procurar fixar certos aspectos da formação patriarcal da família brasileira, às vezes aventurando-se a interpretações”; a tarefa de concluir, “por certo mais nobre”, deixava-se para um grupo vagamente denominado “pensadores”, pois ali se reuniam apenas “um grupo de fatos que, por sua significação social, talvez dêem um pouco que pensar”. Adiante, ao justificar a escassez de referências aos “grandes mestres da nossa história”, dentre eles Varnhagen, Capistrano e Oliveira Lima, explicava-se pelo fato de ter atribuído primazia à variedade e quantidade de fontes frente a bibliografia, o que “humanizaria” a história.²⁵

Tais questões seriam retomadas no “Prefácio” a *Sobrados e Mucambos*, datado do ano de sua publicação. De saída, o autor apresentava o novo livro como a continuação da “tentativa de reconstituição e de interpretação de certos aspectos mais íntimos da história social da família brasileira iniciada em trabalho anterior”, elaborada “dentro do mesmo critério e da mesma técnica de estudo”. Exatamente por isso, quase ao final do texto ele advertiria que a segunda parte de seu estudo continuaria a causar estranheza naqueles ávidos por conclusões, pois estas estavam quase ausentes, embora a ausência não significasse “repúdio de responsabilidade intelectual pelo que possa haver de pouco ortodoxo nestas páginas. De contrário ao estabelecido, ao aceito, ao consagrado”. Para Freyre, tratava-se de uma “qualidade revolucionária”, advinda “da própria evidência do material reunido e aqui revelado e interpretado dentro da maior objetividade possível, de método e de técnica”. Os tempos eram outros, era o que ele queria dizer:

*É tempo de procurarmos ver na formação brasileira a série de
desajustamentos profundos, ao lado dos ajustamentos e dos equilíbrios.
E de vê-los em conjunto, desembaraçando-nos de pontos de vista*

²⁵ Gilberto FREYRE, “Prefácio à segunda edição”, *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. XXXIII-IV.

estreitos e de ânsias de conclusão desinteressada. Do estreito ponto de vista econômico, ora tão em moda, como do estreito ponto de vista político, até pouco tempo quase o exclusivo. O humano só pode ser compreendido pelo humano – até onde pode ser compreendido; e compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade à subjetividade. Pois tratando-se de passado humano, há que deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério: a história de uma instituição, quando feita ou tentada sob critério sociológico que se alongue em psicológico está sempre nos levando a zonas de mistério, onde seria ridículo nos declararmos satisfeitos com interpretações marxistas ou explicações behavioristas ou paretistas; com puras descrições semelhantes às da história natural de comunidades botânicas ou animais.

*A “humildade diante dos fatos”, a que ainda há pouco se referia um mestre da crítica, ao lado do sentido mais humano e menos doutrinário das coisas, cada vez se impõe com maior força aos novos franciscanos que procuram salvar as verdades da História, tanto das duras estratificações em dogmas, como das rápidas dissoluções em extravagâncias de momento.*²⁶

Vista assim, em par, a autodefesa freyreana assumia a forma de verdadeiro manifesto por uma nova história do Brasil. Uma história livre, até onde possível, de idéias pré-concebidas e, ao mesmo tempo, permeada pela sociologia, pela antropologia, pela psicologia ou qualquer outra ciência que possibilitasse a melhor compreensão de seus processos. Uma história apoiada em fontes as mais diversas, que permitissem tanto a reconstituição multifacetada e global do passado quanto a compreensão da sua dinâmica. Uma história marcada pelo comprometimento do historiador com seu objeto, produzida pelo entrecruzamento da objetividade científica com a subjetividade analítica. Uma história que, sem se limitar apenas a ele, Freyre, orientasse modernas interpretações da sociedade brasileira, que avançassem os limites das abordagens tradicionais. Uma história, enfim, que *revolucionasse* o conhecimento sobre o Brasil e se convertesse, no limite, em seu novo *paradigma*.²⁷

²⁶ Gilberto FREYRE, “Prefácio à primeira edição”, *Sobrados e Mucambos* [7ª ed., 1985], p. XXXVIII e L-LI, respectivamente.

²⁷ O emprego das expressões em destaque exige uma caracterização mais precisa, visto que remete diretamente ao já clássico estudo de T. S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, de 1962. Neste livro, “paradigmas”, no plural, são definidos como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de

Nesse combate pela história encampado por Gilberto Freyre,²⁸ o ano de 1936 marca também a tomada de uma trincheira importante. Utilizando-se de uma das armas típicas da época, a correspondência, no dia 26 de maio ele enviava um informe breve ao editor José Olympio:

Caro José Olympio:

Em resposta à sua carta de 13 do corrente, tenho prazer em comunicar-lhe que aceito dirigir a Coleção “Documentos Brasileiros”, que V. vai iniciar breve. Concordo com as condições da proposta que V. me faz – quinhentos mil réis mensais e 2% sobre o preço de capa dos volumes a ser [sic] publicados na coleção.

Sem mais,

Gilberto Freyre²⁹

BRASIL, CAPITAL RECIFE

A inspiração para a nova coleção vinha, evidentemente, da Brasiliana da Companhia Editora Nacional, cujo propósito e sucesso combinavam muito bem com os interesses empresariais e patrióticos de José Olympio. A escolha de Gilberto Freyre para a sua direção, por sua vez, pode ser vista também como tão

uma ciência”. Como se sabe, o referencial de Kuhn é, todo o tempo, o campo das ciências físicas e naturais; além disso, o próprio autor, no Pós-fácio de 1969, faz um balanço das críticas recebidas sobre os usos do termo, reconhece alguns problemas e tenta deslindá-lo melhor, vinculando-o a uma outra expressão, “matriz disciplinar”: “‘disciplinar’ porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; ‘matriz’ porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada”. Finalmente, o conceito de “paradigma” faz par indissociável com o de “revoluções científicas”, denominadas como “os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais [um novo conjunto de compromissos, uma nova base para a prática da ciência]. As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada”. Assim, diante do que foi exposto acerca de Gilberto Freyre e das inovações de seu trabalho, parece perfeitamente possível associá-lo às análises de Kuhn: mesmo que com algumas ressalvas, está claro – e os intérpretes da obra freyreana confirmam – que *Casa-Grande & Senzala* apresentou uma forma extraordinariamente nova de pensar o Brasil. Cf. Thomas S. KUHN, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, p. 13, 226 e 25, respectivamente.

²⁸ A alusão à conhecida expressão de Lucien Febvre obviamente não é casual. Como já notou o historiador inglês Asa Briggs, Gilberto Freyre foi “um genuíno pioneiro na elaboração do que Lucien Febvre designou, em 1949, ‘um novo tipo de história’”. No início da década de 1930, ambos trilhavam então caminhos muito próximos rumo à renovação do conhecimento histórico – e não é casual que seja justamente Febvre quem assina o prefácio da primeira edição francesa de *Casa-Grande & Senzala*, publicado como *Maîtres et Esclaves* pela Gallimard em 1952. Cf. Asa BRIGGS, “Gilberto Freyre e o estudo da história social”, p. 35-6. Mais recentemente, Peter Burke também tem chamado a atenção para as contribuições pioneiras de Freyre a muitos temas e aspectos que também eram ou viriam a ser caros à escola dos *Annales*. Cf. Peter BURKE, *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales*, p. 116, e “Gilberto Freyre: um precursor da História Cultural”, p. 98.

²⁹ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1936. Arquivo José Olympio/Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa (doravante AJO/AMLB/FCRB), doc. 79/1385.

“natural” quanto a idéia de criá-la. Afinal, o pernambucano reunia à sua sólida formação acadêmica e ao respeito e prestígio que seu nome conquistara duas outras qualidades nada desprezíveis do ponto de vista do editor: de um lado, ele representava a “novidade” e a “brasilidade” que José Olympio tanto prezava em seus autores; de outro, a amizade, forte e de longa data, com José Lins do Rego o tornava muito mais próximo e acessível, senão vulnerável, ao apelo do selo. Tanto que ela se mostraria mesmo decisiva, pois, como o próprio Freyre lembraria quase cinco décadas depois, foi “a mão fraterna” de José Lins que o levou “a outra casa que se tornaria para mim como se fosse também própria: a Editora José Olympio, construída por José Olympio Pereira, o grande J. O.”.³⁰

Do ponto de vista de Freyre, a oferta era irrecusável. Não bastasse a considerável remuneração, ela também representava a oportunidade de ocupar uma posição privilegiada dentro de uma das principais editoras do país – e, por extensão, dentro do limitado circuito nativo de produção e circulação de idéias. Embora a empresa preservasse o direito de não publicar aquilo que julgasse “sem base comercial”, os termos do contrato lhe garantiam autonomia total na definição dos títulos da coleção, pois estabeleciam que nela só seriam editados os textos aprovados pelo diretor, sem impor qualquer outra condição ou restrição.³¹ Na prática, isto não apenas abria um novo espaço para seus futuros livros como, sobretudo, se configurava como uma possibilidade concreta de ampliar para além de sua própria obra os seus esforços no sentido da renovação do conhecimento sobre o Brasil. Mais que um autor, ele agora assumia o papel de legitimador de outros autores, e não deixaria de aproveitá-lo para estabelecer um programa de ação centrado em seus próprios interesses intelectuais.³²

³⁰ “Eu estava me sentindo dono de casa todo própria – o livro intitulado *Casa-Grande & Senzala*, casa própria e construída por mim, quando a mão fraterna de José Lins do Rego levou-me a outra casa que se tornaria para mim como se fosse também própria: a Editora José Olympio, construída por José Olympio Pereira, o grande J. O. Desde então, me sinto tão da Editora José Olympio como de *Casa-Grande & Senzala*. Sem esquecer a Casa de Apipucos, que há quase meio século vem sendo a da minha vivência telúrica. Três casas distintas e uma só verdadeira”. Discurso de Gilberto Freyre em homenagem promovida pela Livraria José Olympio Editora aos seus oitenta anos de idade. Rio de Janeiro, 5 de março de 1980. *Apud* Antônio Carlos VILLAGA, *José Olympio: O Descobridor de Escritores*, p. 193. Embora com poucas e imprecisas referências documentais, Gustavo SORÁ também afirma que foi José Lins o intermediador do contato entre José Olympio e Gilberto Freyre ainda em 1935, já com vistas à *Documentos Brasileiros*. Cf. *Brasílianas: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 139-40.

³¹ Cf. Antônio Carlos VILLAGA, *José Olympio: O Descobridor de Escritores*, p. 87-8.

³² Gustavo SORÁ faz interpretação idêntica à exposta neste parágrafo, vinculando ainda o “programa de ação” de Freyre à “afirmação da noção de *nordeste* e sua legitimação como *locus* simbólico dos produtos escritos que condensariam essências do caráter nacional”. Esse desdobramento, contudo, parece limitar bastante uma perspectiva que, como se procurará mostrar, era bem mais ampla. Cf. *Brasílianas: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 146-51.

O correio entre o Rio de Janeiro e Recife mostra bem como isso se deu. Em 4 de julho, escrevendo a José Lins do Rego, recém-estabelecido na Capital, Gilberto discute o que parece ser uma sugestão do amigo, a inauguração da coleção com um livro do diplomata e historiador Alberto Rangel. “Acho ótimo”, dizia ele, “um livro do Rangel na coleção, mas o 1º acho que deve ser o de Sérgio – por ser um estudo inteiro, sério e profundo sobre um só assunto, e por já figurar como o primeiro na introdução que escrevi e remeto por seu intermédio”.³³ Sérgio, no caso, era Sérgio Buarque de Holanda, crítico literário, professor-assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea na novíssima Universidade do Distrito Federal e seu velho amigo, do mesmo círculo de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Prudente de Moraes Neto. Pelos elogios tecidos ao trabalho, pode-se perceber com clareza que seu valor estava em seu caráter monográfico e analítico, bem de acordo com os novos saberes esperados pelo diretor. Tão bem que, mesmo se tratando da obra de estréia de um autor novo, de pouco nome público, Gilberto Freyre lhe havia assegurado de imediato o privilégio de abrir a Documentos Brasileiros, como se deduz do argumento pragmático com que encerra o assunto junto a José Lins.

Muito corajosa sob o aspecto editorial, a atitude parecia não deixar dúvidas sobre qual seria o espírito da série. Se ela causou temor em José Olympio, o editor soube disfarçá-lo muito bem, pois em nenhum momento da correspondência com Freyre deixa transparecer qualquer preocupação com um eventual fracasso comercial. Ao contrário, ele se envolve com entusiasmo na realização do projeto, atento a autores e títulos, começando pelo próprio responsável pela coleção, a quem escreve em 15 de julho apenas para perguntar como andava o livro em que então trabalhava, *Nordeste*. Sem rodeios, deixava claro que, “como você não pode deixar de imaginar, gostaria que fosse ele dos primeiros a sair dos ‘Documentos Brasileiros’”.³⁴

O destinatário, porém, leria a carta somente em setembro, ao retornar a Pernambuco depois de uma viagem à Europa. Retomando então o contato com

³³ Carta de Gilberto Freyre a José Lins do Rego. Recife, 4 de julho de 1936. *Apud* Sônia Maria van Dijk LIMA e Nestor FIGUEIREDO JÚNIOR, “De Gilberto Freyre para José Lins do Rego”, p. 247. Cf. também o catálogo organizado pelos mesmos autores, *Cartas de Gilberto Freyre. Correspondência passiva de José Lins do Rego*, p. 49. Apesar do contato feito com o Museu José Lins do Rego, em João Pessoa, infelizmente não foi possível consultar diretamente as cartas trocadas entre ambos devido ao estado delicado do material.

³⁴ Carta de José Olympio a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1936. AFGF, CRB200p1doc5.

José Olympio, informava, entre vários assuntos, trabalhar “vagarosamente” no livro sobre o “Nordeste do açúcar”, embora acreditasse que resultaria “um trabalho de interesse”. Ao final, mesmo depois de dizer-se “muito desinteressado de tudo, numa das minhas fases do que os americanos chamam ‘blues’”, perguntava: “O livro do Sérgio? O de Julio Bello? O de Oliveira Vianna já foi entregue? Ouvi dizer ... [*ilegível*] há um de Zé Américo? Creio que seria de todo o interesse para a Coleção. Me escreva. Já recebeu minha primeira carta daqui?”.³⁵

Na resposta, escrita em 10 de outubro, o editor diria a Gilberto que “sua segunda carta foi recebida com muita alegria, mas a primeira com certeza se perdeu”. Por isso, pedia-lhe que tornasse a dar notícias do que vinha fazendo, em especial com relação à Documentos Brasileiros, a qual já tinha alguns novos livros em vista e, mais importante, estava prestes a ser lançada. José Olympio mal podia conter a expectativa diante da proximidade do lançamento do volume inaugural, previsto para o dia 20 do mesmo mês, nem esconder a satisfação com o resultado de sua produção. Com orgulho, contava: “mandei fazer (e mandarei fazer sempre de cada livro) vinte exemplares fora de comércio, sendo dez para a Casa e dez para o autor, além dos que ele já tem [...] em papel comum”. A capa também lhe agradara bastante, e estava certo de que com Freyre não seria diferente. Por fim, a continuidade imediata da coleção estava garantida, com os originais das *Memórias*, de Oliveira Lima, já na tipografia e com publicação prevista até janeiro, juntamente com *No Rolar do Tempo*, de Alberto Rangel; em seguida, “ainda no primeiro trimestre de 37”, sairia *Memórias de um Senhor de Engenho*, de Julio Bello, e, talvez, a biografia de Bernardo Pereira de Vasconcellos escrita por Octavio Tarquínio de Sousa. Oliveira Vianna comunicara que não mais prepararia o livro esperado, mas ainda havia a “tradução magnífica” da *Viagem a São Paulo*, de Saint-Hilaire, feita por Rubens Borba de Moraes e A. Couto de Barros.³⁶

Quando esta carta chegou a Recife, os 3.000 exemplares de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, já estavam nas livrarias, ao preço de 10\$000 (dez mil-réis) cada.³⁷ Como observara o editor, o aspecto material da obra

³⁵ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 28 de setembro de 1936. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1386.

³⁶ Carta de José Olympio a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1936. AFGF, CRB200p1doc6.

³⁷ O dado referente à tiragem de *Raízes do Brasil* foi extraído do recibo do pagamento de seus direitos autorais, assim manuscrito e assinado por Sérgio Buarque: “Recebi de José Olympio Pereira Filho a importância de 3:000\$000 (três contos de réis) correspondente aos direitos autorais da primeira edição de

era mesmo digno de elogio, em especial sua capa, feita pelo artista plástico Tomás Santa Rosa, notável colaborador da “Casa”.³⁸ Na cor clara do papel-cartão característico das encadernações da época e com as letras em um suave tom de marrom, ela trazia no topo o nome da coleção e, separada por um filete verde e em corpo um pouco menor, a inscrição “dirigida por Gilberto Freyre”, seguida do número do volume e do nome do autor; pouco abaixo, quase no meio da folha, o título do livro, este em grandes, porém proporcionais, letras verdes. No exato centro da página não havia nada, mas a sensação de vazio era evitada pelo desenho de uma discreta palmeira, o símbolo da coleção, que, no mesmo tom de marrom das letras, dominava praticamente toda a sua metade inferior, completada pelo sinete “Livraria José Olympio Editora”. Diferentemente da Brasileira, cujas capas chamativas eram tomadas por um mapa do Brasil pontilhado de estrelas, em cores que variavam para cada título da série, a primeira impressão que se tinha do livro era a de equilíbrio e objetividade – o mesmo que o leitor, ao abri-lo, encontraria reivindicado para a coleção no prefácio de Gilberto Freyre.

O texto de Freyre, intitulado justamente “Documentos Brasileiros”, principiava por vinculá-la ao momento vivido pela intelectualidade nacional. Buscando no contexto a sua legitimação, ele ressaltava ainda o papel e a importância de José Olympio no cenário das transformações que então ocorriam:

A série que hoje se inicia com o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, vem trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio.

meu livro “Raízes do Brasil”, edição de 3.000 exemplares, tendo sido tirados a mais 100 exemplares para publicidade e mais 20 exemplares em papel especial, fora de mercado. Rio, 12 [?] de outubro de 1936. (a) *Sérgio Buarque de Holanda*. Fundo Sérgio Buarque de Holanda, Arquivo Central, Unicamp (doravante SBH/SIARQ/UNICAMP), SBH.VP.018.P1. Já o preço do livro encontra-se em um anúncio da coleção publicado no *Anuário Brasileiro de Literatura*, 2, 1938, p. 64.

³⁸ Tomás Santa Rosa (1909-1956), paraibano radicado no Rio desde o início dos anos 1930 e conhecido pela revolução cênica que promoveu no teatro nacional, teve importância decisiva também na modernização material de nossos livros. Primeiro com Schmidt, depois na José Olympio e nas publicações do Governo Federal, inovou como diagramador, ilustrador e capista, sendo considerado, nota Hallewell, como “o maior produtor gráfico de livros do Brasil, responsável, quase sozinho, pela transformação estética do livro brasileiro nos anos de 1930 e 1940”. Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 462-3.

O característico mais saliente dos trabalhos a ser [sic] publicados nesta coleção será a objetividade. Animando-a, o jovem editor José Olympio mais uma vez se revela bem de sua geração e do seu tempo. Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro ele junta agora o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa atualidade. Não podia ser mais oportuna nem mais feliz a sua iniciativa.

Sobre o volume de estréia, ele representava a “afirmação vitoriosa” das “qualidades” e do “gosto” de seu autor, “uma daquelas inteligências brasileiras em que melhor se exprimem não só o desejo como a capacidade de analisar, o gosto de interpretar, a alegria intelectual de esclarecer”. Todavia, como o intuito daquela apresentação não era falar do livro, a voz autorizada do diretor rapidamente voltou ao plano geral da Documentos Brasileiros. Primeiro, destacava não se tratar “de uma aventura editorial, mas de uma coleção planejada e organizada com o maior escrúpulo e com todo o vagar, visando a corresponder não só às necessidades do estudioso como à curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado do seu país”. Na seqüência, passava a discorrer sobre os trabalhos a serem nela publicados: memórias, biografias, livros de viagem e de expedições científicas ao Brasil, relatórios de época, “documentos e estudos sobre os vários traços de influência estrangeira [...] que se encontram em nossa formação social e étnica”, “estudos documentados sobre as nossas populações atuais”, traduções. Todo um material, enfim, “tão rico e de um valor tão evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos atuais mais significativos”.³⁹

À primeira vista, a semelhança com a Brasileira era flagrante. Talvez por isso, como já notou Heloisa Pontes, Gilberto Freyre se esforçasse em destacar a sua singularidade, trocando qualquer alusão à agora concorrente pela ênfase no planejamento e na organização de José Olympio.⁴⁰ No entanto, a diferença crucial entre elas não estava nesse aspecto, até porque, como Freyre e seus leitores

³⁹ Gilberto FREYRE, “Documentos Brasileiros”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil* [1ª ed., 1936], p. V-IX.

⁴⁰ Cf. Heloisa PONTES, “Retratos do Brasil: Editores, editoras e ‘coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”, p. 464.

bem sabiam, a série da Nacional também primava por uma estrutura bem pensada e executada. A essência da nova coleção revelava-se em seu comprometimento com aquilo que trazia já no próprio nome e que era várias vezes repetido no texto de apresentação: o *documento*. Desencavado do passado ou produzido no presente, em “estado quase bruto” ou analisado de forma criteriosa, ele estaria na base dos trabalhos a serem publicados, como era dito praticamente a cada parágrafo. O propósito era, parece claro, a afirmação de um conhecimento *verdadeiro* sobre o Brasil, do conhecimento do Brasil *real*, fundamentado não em reconstruções ou especulações superficiais e estéreis, e sim em interpretações *comprováveis* a seu respeito. Numa palavra, tratava-se de afirmar o conhecimento *científico* sobre o Brasil, elaborado por *especialistas* que davam “vida” aos documentos para juntá-los “à história social do brasileiro”.⁴¹

Não era difícil perceber o quanto tal perspectiva emulava o trabalho do próprio Freyre. Ao contrário, podia-se ouvir com facilidade no prefácio a *Raízes do Brasil* os ecos de *Casa-Grande & Senzala* e de *Sobrados e Mucambos*, a começar da atenção dedicada ao caráter histórico das já mencionadas memórias, biografias, livros de viagem e toda “uma variedade de material em grande parte ainda virgem”. Também a “história íntima” do Brasil, reivindicada na abertura de sua primeira obra, reaparecia na referência àqueles “que procuram conhecer o passado brasileiro na sua maior intimidade”. Ou então o acento no caráter

⁴¹ Cf. Gilberto FREYRE, “Documentos Brasileiros”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil* [1ª ed., 1936], p. VII: “Outros documentos, MSS e relatórios dignos de publicação amarelecem tristemente pelos arquivos, pelas bibliotecas e pelos cartórios deste vasto Brasil e até de Portugal, da Espanha e da Holanda, à espera do estudioso que lhes dê vida e os junte à história social do brasileiro. [...]”. A referência ao papel do estudioso é decisiva, pois marca a diferença frente à pretensa “neutralidade” do historiador frente aos fatos, característica da historiografia oitocentista. Ou, dito de modo mais direto, a história “científica” de Gilberto Freyre não é a mesma em que pensavam Ranke e – principalmente – seus epígonos. Cf. também Gustavo SORÁ, *Brasileiras: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 150. Sorá apresenta, em nota de rodapé, uma citação muito significativa das intencionalidades da Documentos Brasileiros, extraída de um “texto escrito por Freyre, em outubro de 1986, para os festejos do cinquentenário da coleção”: em seu estilo característico, o primeiro diretor dizia lembrar-se “da alegria de Jota O em torno desse triunfo de uma sua iniciativa, a que generosamente me associou. A mim e ao que eu trazia de Oxford e da Sorbonne, como europeístas ainda não de todo transferidos para atividades expressivamente brasileiras. Documentos Brasileiros surgiu correspondendo a duas sensibilidades (...). Em primeiro lugar, a avaliação do que fosse, em literatura brasileira, documento. Nada de simples eruditismo. E sim a inovação em apresentar-se o fato literário como nova espécie de fato cultural: o documentado idoneamente. E junto a esse arrojo, esta prudência: a seleção de produções, de autores, potencialmente clássicos, mesmo quando de todo, ou quase todo, desconhecidos ou ignorados. O caso de Sérgio Buarque (...). Pode-se lembrar circunstância ao fato de haver José Olympio associado, no Brasil, às belas letras, um impacto que lhes faltava: o das Ciências Sociais e Humanas. Recém-chegado de estudos em profundidade no estrangeiro – Oxford, Sorbonne, Columbia – fui eu quem trouxe. Já havia, no Brasil, quem fosse crítico literário superior e que ouvisse cantar galos madrugadores: o velho João Ribeiro, um exemplo. Mas Documentos Brasileiros foi, entretanto, o que realizou sistemática e triunfalmente: uma inovadora política de revelação de talentos, vocações, saberes brasileiríssimos, tocados por contatos com novas Ciências do Homem (...)”. *Apud idem*, p. 150-1 (as supressões do texto original são de Sorá).

diversificado da história e na necessidade de abordá-la com “humildade diante dos fatos”, porém sem deixar de quebrar a sua rigidez para assim “humanizá-los”, idéias essas que perpassavam todos os textos em questão, ora de modo explícito, ora implícito.⁴²

Por conseguinte, nada mais lógico que os nomes elencados como colaboradores da coleção tivessem também grande afinidade intelectual ou profissional com seu diretor. Tal qual Sérgio Buarque, muitos deles eram seus amigos pessoais, como Octavio Tarquínio de Sousa, Olívio Montenegro, Afonso Arinos de Melo Franco, Rüdiger Bilden, Manuel S. Cardoso, entre outros. Alguns, inclusive, já haviam merecido menção nos trabalhos anteriores de Freyre, tanto pela ajuda e amizade quanto pela importância de seus estudos em desenvolvimento, os mesmos que agora se anunciavam para breve na *Documentos Brasileiros*.⁴³ Dos que não eram tão próximos, havia pesquisadores notórios pelo seu domínio de temas específicos, em geral mais velhos e institucionalmente estabelecidos, como Rodolfo Garcia e Afonso d’Escragnolle Taunay;⁴⁴ professores-investigadores ligados às modernas ciências sociais e ao meio acadêmico, casos de Heloisa Alberto Torres e de Donald Pierson; e, o que talvez pudesse parecer surpreendente aos leitores da época, até um autor duramente criticado em *Casa-Grande & Senzala*: Oliveira Vianna.⁴⁵ Finalmente,

⁴² Cf., respectivamente, Gilberto FREYRE, “Documentos Brasileiros”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil* [1ª ed., 1936], p. V. Gilberto FREYRE, “[Prefácio à primeira edição]”, *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. XXII, *passim*; Gilberto FREYRE, “Documentos Brasileiros”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil* [1ª ed., 1936], p. VI. Gilberto FREYRE, “Prefácio à segunda edição”, *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. XXXIV; Gilberto FREYRE, “[Prefácio à primeira edição]”, *Sobrados e Mucambos* [7ª ed. 1985], p. LI.

⁴³ Como exemplo do primeiro caso, pode-se destacar de *Casa-Grande & Senzala* as referências ao próprio Sérgio, a quem Freyre agradecia por ter traduzido do alemão “quase o trabalho inteiro de Watjen”, e Julio Bello, que, “no seu engenho de Queimadas, reuniu-me interessantes dados folclóricos sobre relações de senhores com escravos”; de *Sobrados e Mucambos*, o reconhecimento de amigos como José Antônio Gonsalves de Melo Neto, Manuel Diegues Junior, Afonso Arinos de Melo Franco, Luís Camilo de Oliveira. Cf. Gilberto FREYRE, “[Prefácio à primeira edição]”, *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. XXX; Gilberto FREYRE, “[Prefácio à primeira edição]”, *Sobrados e Mucambos* [7ª ed. 1985], p. XLVIII. Do segundo, o mais eloquente – mas não o único – talvez seja a citação do “trabalho em preparo” de seu antigo colega na Universidade de Columbia Rüdiger Bilden, em *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. 228.

⁴⁴ Vale notar que Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, e Afonso Taunay, diretor do Museu Paulista, chegam a ser chamados de “mestres” nos prefácios de *Casa-Grande & Senzala* e de *Sobrados e Mucambos*. Cf. Gilberto FREYRE, “[Prefácio à primeira edição]”, *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. XXXI; Gilberto FREYRE, “[Prefácio à primeira edição]”, *Sobrados e Mucambos* [7ª ed. 1985], p. XLIX. Além disso, os trabalhos de Taunay são bastante citados em ambos os livros, especialmente no primeiro.

⁴⁵ Francisco José de Oliveira Vianna, autor então de grande relevância entre os intelectuais brasileiros desde a publicação de *Populações Meridionais do Brasil*, em 1920, teve suas teses raciais refutadas por Freyre ao longo de todo o livro, desde o prefácio, em passagens como essa: “As generalizações do professor Oliveira Vianna, que nos pintou com tão bonitas cores uma população paulista de grandes proprietários e opulentos fidalgos rústicos, têm sido retificadas, naqueles seus falsos dourados e azuis, por investigadores mais realistas e melhor documentados que o ilustre sociólogo das *Populações Meridionais do Brasil* [...]”. Gilberto FREYRE, *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. 45 e *passim*. Os ataques foram tantos e tão intensos que

mesmo os “estrangeiros como [Roy] Nash, [Theodor] Koch-Grünberg, [Konrad] Guenther, [J. F.] Normano, [Pierre] Deffontaines, [Percy Alvin] Martin”, cujas obras se pretendia traduzir, podiam ser encontrados quase todos pelas páginas dos dois livros de Gilberto Freyre, a ajudá-lo a fundamentar suas análises.

A arquitetura da coleção mostrava-se assim uma bem planejada extensão da casa-grande intelectual construída pelo historiador-sociólogo pernambucano. E, em sua própria avaliação, a pedra fundamental fora lançada com sucesso, como escreveu a José Olympio em 10 de novembro:

[...] *O nosso [José] Lins [do Rego], que está aqui por uns dias, já lhe mandou dizer por telegrama que a minha impressão do 1º livro da nossa coleção foi a mesma que a dele: ótima. V. está de parabéns. Acho que o tipo do texto – para não falar no feitio da capa, tão feliz – deve ser mantido. É tão claro, sóbrio, elegante. Não tenho dúvidas: vai ser, já é, uma coleção vitoriosa.*⁴⁶

A atenção de Freyre ao projeto gráfico do volume inaugural não era gratuita, sequer irrelevante. Até mesmo pelas várias críticas aos problemas de composição de *Casa-Grande & Senzala* quando de seu lançamento,⁴⁷ ele tinha

Agripino Grieco, em sua longa resenha do livro de Freyre, abriu um longo parágrafo em defesa de Oliveira Viana, no qual tentava pôr as coisas no que julgava ser os seus devidos lugares: “Por estas alturas, aqui e ali, vai-se acentuando no Sr. Gilberto Freyre, embora em expressões polidas, uma acidulidade íntima para com o Sr. Oliveira Vianna, que é citado várias vezes no livro, mas levando a sua bodocada amável. [...] Ora, o Sr. Gilberto Freyre fez estudos especializados sobre sociologia e antropologia nos Estados Unidos, ao passo que o Sr. Oliveira Vianna, admirável autodidata, teve que aprender tudo isso na sua vivenda da Alameda São Boaventura, em Niterói. [...] Sem cargo oficial, sem igreja literária, não se exibindo nunca (e ainda hoje são raros, dentre os seus milhares de leitores, os que o conhecem de perto), suscitou ele entre nós a boa literatura sociologia nas *Populações Meridionais do Brasil*, uma obra-prima que, malgrado a caduquice de alguns detalhes, ainda desfruta de invejável saúde espiritual. [...] Sem o Sr. Oliveira Vianna e sem Alberto Torres, quem, nos domínios do Brasil, teria instigado o Sr. Gilberto Freyre a produzir, em nobre emulação, este soberbo volume de agora?”. Agripino GRIECO, “Casa-Grande & Senzala” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1934), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 67-8.

⁴⁶ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 10 de novembro de 1936. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1387.

⁴⁷ Agripino Grieco, por exemplo, lamentou a falta de “um índice de nomes e um índice de assuntos a esse volume, de quinhentas e vinte páginas amplas e compactas, o que dificulta ao leitor o encontro de qualquer trecho a confrontar com o que vai percorrendo no momento. E a errata inicial, bastante avantajada, prova que as etapas finais da impressão foram queimadas com certa violência”. O amigo Afonso Arinos, por sua vez, apontou de forma mais direta as responsabilidades do editor: “Grande é ele [o livro] a começar pelas suas imponentes proporções. Volume sólido, belo, com uma capa austera e convincente. A gente já o abre com gosto e respeito, como se preparando para um longo e grave roteiro intelectual. De passagem, chamarei a atenção de Gilberto Freyre para a má revisão do seu livro. Não sei que diabo arranja o lírico Schmidt, Editor que as obras saídas de sua casa têm sempre má revisão. Disto me queixo eu, entre outros. E são desagradáveis esses choques em palavras mutiladas, aleijadas. São como topadas nos pés alados do pensamento”. Observações como essas, mesmo não se referindo à esfera da responsabilidade do autor, obviamente depreciavam a obra e precisavam, no limite das possibilidades, ser contornados. No prefácio à segunda edição, então, Gilberto Freyre dizia terem sido “retificados erros de revisão, alguns graves, que infelizmente foram numerosos na primeira”, bem como acrescentados índices, “cuja falta foi tão reparada na

plena consciência de que um *livro*, por melhor que fosse o seu conteúdo, não era apenas *texto* – e se, no caso da coleção, os textos estavam sob seu controle, o processo que os transformava em livros, não. Diante da alta qualidade material de *Raízes do Brasil*, sua satisfação estava completa. Além disso, a confiança no êxito da série agora lhe permitia desdobrar o zelo em outras atividades também importantes para reforçar, ou consolidar, o seu sucesso. Uma delas despontava ao final da mesma carta, quando pedia ao editor que enviasse “os livros da coleção e os de Lins” para o historiador Percy Alvin Martin e para os antropólogos Rüdiger Bilden e Melville J. Herskovits, nos Estados Unidos. Amigos e interlocutores de Freyre, todos os três eram nomes muito respeitados no meio acadêmico daquele país e estudiosos da América Latina e de questões raciais,⁴⁸ características que revestiam a cortesia da intenção de divulgar e, pretensamente, *legitimar* a Documentos Brasileiros entre a moderna ciência social norte-americana, berço intelectual do seu próprio diretor.

Ao lado das relações públicas e da afirmação externa da coleção, havia ainda que dar continuidade à sua edificação, tarefa nada simples. O contato direto ou indireto com potenciais autores, apesar de constante, nem sempre se mostrava frutífero, e por razões às vezes bem prosaicas: em carta de dezembro

primeira edição”; contudo, ele também se precava: “ainda desta vez, não foi possível ao autor – doente e afastado do Rio – encarregar-se do trabalho de revisão das provas; da revisão dos nomes de autores, títulos de livros e expressões científicas incumbiu-se gentilmente o seu amigo Ruy Coutinho. Da revisão geral foi encarregado, pelos editores, Romulo de Castro”. Cf., respectivamente, Agripino GRIECO, “Casa-Grande & Senzala” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1934), e Afonso Arinos de MELO FRANCO, “Casa Grande & Senzala” (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1934), ambos *in* Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 62 e p. 83; Gilberto FREYRE, “Prefácio à segunda edição”, *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. XXXIII-IV.

⁴⁸ Sobre Martin, Herskovits e Bilden, cf. Maria Lúcia Garcia PALLARES-BURKE, *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos*, p. 395. Tal como Freyre, Bilden e Herskovits eram originários da Universidade de Columbia e discípulos de Franz Boas, sendo que Bilden dedicava-se a estudar as relações raciais no Brasil e parece ter exercido grande influência sobre as teses do amigo Gilberto acerca da mestiçagem e de sua valorização. Segundo Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, “ao receber o *Casa-grande* de Freyre, em 1934, enquanto o seu próprio livro tão esperado não se concluía, Bilden não escondeu de seu interlocutor e amigo certo desapontamento ao ver que expunha idéias que considerava mais suas do que dele. Não podia negar que fosse ‘o livro mais valioso escrito sobre o Brasil em muito tempo’, admirável por combinar uma abordagem ampla e compreensiva com ‘objetividade e precisão científicas’. E também não podia pensar em nenhuma outra obra que se assemelhasse a *Casa-grande* nessa combinação de profundo amor pelo país com a disposição de ‘criticá-lo e atacá-lo quando necessário’. Por outro lado, dizia, ‘é claro que você, até um certo ponto, esvaziou o meu tema e tornou mais difícil para mim escrever o meu livro’, já que se utilizou ‘amplamente’ de um ‘ponto de vista’ com que antes não concordava e até criticara por considerá-lo ‘mecanicista’. Mas, como que pensando alto, afirmava que não estava com inveja, pois reconhecia que apesar de ele e Freyre trabalharem sobre o mesmo assunto, encaravam-no sob ‘ângulos diferentes’, ambos importantes para o tratamento exaustivo do ‘vasto campo’. Além disso, completava, estava muito grato pelas ‘numerosas referências’ ao seu trabalho e ficaria muito feliz se futuramente, em seu ‘novo livro’, Freyre fizesse ‘mais referências’, caso achasse apropriado – ‘ao meu artigo do *Nation* ... ou à minha apresentação em Virgínia ou ao meu manuscrito’ –, já que isso seria ‘profissionalmente útil’ para ele”. *Idem*, p. 403 (para uma visão mais ampla e completa das relações entre ambos, cf. p. 378-407).

de 1936 a Freyre, Rodrigo Melo Franco registrava em *post-scriptum* ainda não ter conseguido falar com Prudente de Moraes Neto sobre “a possibilidade dele escrever uma história da literatura brasileira para os Documentos Brasileiros”, mas adiantava achar “pouco provável que ele possa aceitar o convite, pois não tem agora tempo para nada desde que passou a trabalhar como secretário do pai na Light”.⁴⁹ Ademais, a desistência de Oliveira Vianna – que, além de mencionado no prefácio de *Raízes do Brasil*, como visto, tinha o abortado *Os Tipos Étnicos do Brasil* também anunciado na contracapa do volume entre os próximos lançamentos da série – demonstrava que nem mesmo o comprometimento prévio de um autor podia garantir o aparecimento de seu livro. Tudo isso sem considerar ainda que não se tratava somente de nomes, pois tão importante quanto eles era a sua adequação ao perfil da coleção ou às expectativas de seu diretor (o que, em geral, dava no mesmo), como mostram duas cartas trocadas entre José Olympio e Gilberto Freyre ainda em 1936. Na primeira, datada de 16 de dezembro, o editor dizia:

[...] Pergunto-lhe se posso programar na nossa coleção o livro do Eloy Pontes sobre Euclides da Cunha e o do Agripino [Grieco] sobre romancistas. O primeiro do Eloy sobre [Raul] Pompéia foi elogiadíssimo pela crítica, o que v. não ignora. Se saírem fora da coleção não alcançarão o mesmo sucesso. Mas você é quem sabe e dirá com a maior franqueza. Nada de constrangimentos.⁵⁰

Três dias depois, Freyre escrevia sua resposta, na qual, sem qualquer constrangimento, argumentava:

[...] Quanto aos livros do Eloy e de Agripino, tanto um como o outro têm nome e dariam assim brilho à coleção. Mas é preciso notar o seguinte: a coleção tem o seu caráter, os seus limites, os seus fins precisos e é preciso que o livro que saia como Documentos Brasileiros corresponda àquele caráter e àqueles fins. Se o Euclides do Eloy for como o Pompéia – com aquele luxo de documentação virgem –, corresponde. Seria

⁴⁹ Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1936. AFGF, CRB98p2doc30.

⁵⁰ Carta de José Olympio a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1936. AFGF, CRB200p1doc7. O referido livro de Eloy Pontes era *A Vida Inquieta de Raul Pompéia*, publicado pelo próprio José Olympio em 1935.

necessário examinar este ponto para lhe poder dar uma resposta conscienciosa. Quanto ao livro de Agripino, por quem tenho uma ... [ilegível] admiração, temo que, pelo seu caráter de crítica impressionista, não corresponde. Isto nada reflete de desfavorável sobre o livro – é uma questão de ser ou não ser – do ponto de vista, vamos dizer técnico, do caráter da coleção. O próprio livro que Olívio Montenegro está escrevendo receio às vezes que não se preste à coleção – embora seja um livro interessantíssimo, segundo tudo indica (ainda não li). Mas estou falando sobre o caso um pouco aereamente, sem saber ao certo o que são os livros de Eloy e de Agripino. Sobre o de Agripino – do qual V. só me dá o título, que fiz supor livro impressionista, no gênero dos que ele escreve admiravelmente e como ninguém no Brasil.⁵¹

Sem se excluírem entre si, a diferença entre as falas estava no foco que cada uma lançava sobre a Documentos Brasileiros. Para José Olympio, ela era portadora de um valor que se sobrepunha ao dos livros que reunia e, por isso, catalisadora da sua recepção, mesmo em se tratando de autores bem conhecidos como os em questão. Para Freyre, esse valor, inegável, não emanava da coleção em si, mas de uma fonte muito mais precisa: a fundamentação criteriosa dos textos nela publicados, a mesma tantas vezes afirmada no prefácio inaugural. Empenhada na divulgação de olhares objetivos e precisos sobre o Brasil, nela não deveria haver lugar para “impressionismos” como o de Agripino Grieco, representativo de uma tradição intelectual que se buscava superar. Pela mesma razão, o trabalho de Eloy Pontes só seria aceito ali se apresentasse a qualidade documental de seu estudo anterior, uma vez que, sem ela, não haveria sentido em acolhê-lo naquele conjunto. Sutilmente, o diretor parecia querer lembrar o editor de que o nome da coleção não era casual, e apresentava-se tão disposto a fazer valer seus princípios orientadores quanto a preservá-la de pretensões meramente comerciais.

Seria um engano, porém, presumir que Gilberto Freyre desprezasse essa dimensão do seu trabalho – até porque ela nada tinha de desprezível, assim como ele nada tinha de ingênuo. O desafio estava em aproximá-la ao “caráter e fins precisos” da coleção, algo nem sempre possível, mas que, às vezes, podia se beneficiar de circunstâncias extremamente favoráveis, como indica a nova carta

⁵¹ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 19 de dezembro de 1936. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1388.

que escreve a José Olympio, logo a 1º de janeiro de 1937. Depois de informar que seu *Nordeste* estaria terminado até o carnaval e não iria “ficar mau”, ele aproveitava o mote para dizer que “deve procurá-lo aí um jovem professor de Sociologia cearense, o Djacir Meneses, que me parece inteligente e é sem dúvida estudioso, sério, um pesquisador e não apenas um livresco, uma das figuras mais interessantes da nova geração do Norte. Já tem um livro publicado, creio que na Globo”. A razão da prevista visita era a apresentação de outro livro ao editor, trabalho que, segundo Freyre, “em rápido exame me pareceu de interesse para a nossa coleção. Intitula-se *Evolução Social do Nordeste*, mas é sobre o Nordeste pastoril, que tem sua expressão mais característica no Ceará, e não sobre o do açúcar, como o nosso [sic]”. Daí vinha a sugestão:

*Podia sair ao mesmo tempo que o meu (em abril, não?) e com o título O Outro Nordeste e o subtítulo Evolução ou Formação Social do Nordeste Pastoril. Creio que seria uma aquisição valiosa para os Documentos e bem dentro do espírito da coleção, mas, como disse, vi os originais rapidamente: o Meneses, que é simpático e ficou de procurá-lo logo aí no Rio, ficou também de me enviar, ... [ilegível] exame, a parte mais característica do livro. Acho que o título O Outro Nordeste ficou bem sugestivo, e seria de fato o estudo que completaria o meu pela zona que estuda, diferente da influência pela cana. [...]*⁵²

Com habilidade, o diretor traçava assim a inserção do autor e da obra na Documentos Brasileiros a partir de um duplo referencial, o intelectual e o mercadológico. A rigor, mais mercadológico que intelectual, à medida que procurava incrementar a divulgação do livro de Meneses com a formulação de um novo título e sua vinculação ao trabalho dele próprio, Freyre, *como se fossem complementares*. É certo que o Nordeste do “outro” era “o outro” Nordeste, de modo a não haver dúvida a respeito da interpretação e, mais importante, do autor predominantes, mas, de qualquer forma, a criação de um elo entre ambos era uma estratégia muito interessante e favorável tanto aos livros quanto à coleção e, por extensão, à editora. Ao menos neste caso, o casamento era perfeito.

Paralelamente às discussões acerca da identidade dos Documentos Brasileiros, prosseguia a preparação do seu segundo volume, as *Memórias*, de

⁵² Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 1 de janeiro de 1937. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1389.

Oliveira Lima. E este, por várias razões, não era um livro qualquer. Diplomata e historiador pernambucano, Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) passara a maior parte de sua vida fora do Brasil, primeiro em Portugal, durante a juventude, depois pelo mundo, em atividade no serviço diplomático, para o qual entrara em 1890. Inteligente e arguto, polêmico e combativo, suas opiniões lhe renderam muitas inimizades, entre elas a do todo-poderoso Barão do Rio Branco, e a aposentadoria precoce no Itamaraty, em 1913, após sua indicação para a chefia da legação brasileira em Londres ter sido vetada pelo Senado devido a seu suposto “monarquismo”. Em 1920, auto-exilou-se em Washington, onde deu continuidade à sua produção historiográfica, ligando-se à Catholic University of America (CUA), e onde também tornou-se íntimo de um jovem estudante que conhecera anos antes em Pernambuco e agora fazia seu mestrado em Columbia – Gilberto Freyre, sobre quem passou a exercer profunda influência intelectual e afetiva. Quando morreu, dedicava-se justamente às suas reminiscências, deixando ainda outra obra pronta, *Dom Miguel no Trono*, com a qual completaria seus estudos sobre o cenário luso-brasileiro do início do Oitocentos, iniciados com *D. João VI no Brasil*.⁵³

No início da década de 1930, de acordo com Gustavo Sorá, ambos os livros mobilizaram o interesse de editores brasileiros e portugueses junto à viúva do autor, Flora de Oliveira Lima, à época vivendo em Lisboa. José Olympio entrou nessa disputa em abril de 1933, e, graças à intermediação de Altino Arantes e Julio Prestes, exilados em Portugal desde a Revolução de 30, em cerca de um mês conseguiu para seu selo os direitos de publicação das memórias.⁵⁴ A mesma rapidez, no entanto, não se verificaria para o seu lançamento: propositalmente ou não, não se sabe, elas continuaram inéditas por um bom tempo, até sua inclusão entre os Documentos Brasileiros. O lugar central que o amigo, discípulo e admirador Gilberto Freyre ocupava na coleção certamente foi fundamental para tal decisão, anunciada e justificada pelo próprio Freyre já no texto de abertura que

⁵³ Os dados biográficos e da trajetória de Oliveira Lima provêm de Ângela de Castro GOMES, “Introdução”, in Ângela de Castro GOMES (org.), *Em Família: A Correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*, p. 15-ss. Ainda sobre a vida e a obra deste autor, veja-se, além de suas próprias *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)*, o importante trabalho de Teresa MALATIAN, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*.

⁵⁴ Gustavo SORÁ, *Brasileiras: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, p. 60-1. Embora Sorá dê a entender que José Olympio ficou com ambos os títulos póstumos, *Dom Miguel no Trono (1828-1833)* foi publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, ainda em 1933. Cf. “Bibliografia de Oliveira Lima”, in Manuel de Oliveira Lima, *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)*, p. 319.

acompanhava *Raízes do Brasil*.⁵⁵ Tanto que foi também ele quem assumiu a tarefa de dar legibilidade e sentido aos originais, além de escrever, a pedido de d. Flora e de José Olympio, o seu prefácio. Ao final, em mais uma carta ao editor, ele narrava a dimensão da empreitada e ditava algumas orientações finais para a conclusão do trabalho:

Caro José Olympio:

*Seguem as provas das Memórias do Oliveira Lima, depois de cuidadosa leitura por mim e revisão paciente pelo velho Freyre [Alfredo Freyre, pai de Gilberto], que uniformizou a maneira de escrever Brasil – que estava ora z, ora s; português, inglês etc., ora com ês, ora com z; época, ora com, ora sem h; e várias outras palavras: revisão que lhe peço recomendar com todo o empenho à casa impressora. Vão também corrigidas várias palavras inglesas – e algumas explicadas em notas – notas dos revisores, que devem sair embaixo da página, em tipo miúdo – ou palavras portuguesas formadas do inglês pelo próprio O. Lima; explicados outros pontos, que deixariam o leitor às escuras. O discurso do Robertson é melhor que fique em inglês, e o Senhora é mesmo do original, e não Mistress: os americanos fazem muito isso – Señor, Senhor etc., na língua estranha. Vão indicados os nomes dos retratos e sugerida a ordem. Tenho dúvidas sobre um – que D. Flora também não indicou: creio que é Pinheiro Chagas. Creio que o Filinto de Almeida poderia dizer. Vai o prefácio. D. Flora já tinha me falado nisso. Mas foi bom que V. me pedisse, porque saiu uma nota que me agrada e que me parece das melhores coisas que tenho escrito ultimamente. O livro, se bem que incompleto e por isso desequilibrado, parecendo dar demasiada atenção a incidentes sem importância, creio que vai fazer grande ruído [?]. Você não acha? Vale a pena recomendar todo o cuidado à revisão, na qual o velho Freyre trabalhou heroicamente.*⁵⁶

⁵⁵ “Dois livros de memórias aparecerão breve na coleção: o de Oliveira Lima e o de Julio Bello. As memórias de um diplomata e as de um senhor de engenho. Cada um deles documenta uma fase ou ilumina um aspecto característico da formação nacional. Os livros de memórias, as autobiografias, os diários de viagem, as correspondências particulares, os simples ‘livros de assentos’ têm feito e continuam a fazer uma falta enorme aos que procuram conhecer o passado brasileiro na sua maior intimidade. Já é tempo de se animar a publicação desse gênero de documentos”. Gilberto FREYRE, “Documentos Brasileiros”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil* [1ª ed., 1936], p. VI.

⁵⁶ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 22 de janeiro de 1936 [sic]. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1384 (grifos do original). Apesar do equívoco quanto ao ano, o conteúdo da carta não deixa dúvida de que ela foi escrita em 1937: além de referir-se ao trabalho de preparação das *Memórias*, incluindo seu prefácio (que no livro aparece datado de “Recife, Janeiro 1937”), Freyre ainda menciona ter recebido “carta do Djacir Meneses. Creio que o livro dele, cujo MSS apenas folhee, é interessante e digno da coleção, que lucraria com a inclusão desse pesquisador novo e cheio de possibilidades” – retomando assim o assunto de sua correspondência anterior com José Olympio.

O livro, intitulado *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)*, saiu enfim em março de 1937. A julgar pelo elogio de Freyre, que escreve a José Olympio dizendo ter achado “ótima a apresentação das memórias do Oliveira Lima”,⁵⁷ todas as suas recomendações haviam sido diligentemente cumpridas, para alívio de ambos. Frente ao primeiro volume, as únicas diferenças gráficas estavam na capa, onde o vermelho substituíra o verde do filete e das letras do título, e na contracapa, onde uma reunião de “opiniões da crítica brasileira sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda”, entrava no lugar dos próximos lançamentos da série. Também custava o dobro do preço do anterior, 20\$000 (vinte mil-réis), porém isso não chegava a ser um problema: ainda de acordo com Freyre, referindo-se à capital pernambucana, “[as *Memórias*] têm tido aqui uma saída extraordinária. Não param nas livrarias. A procura é enorme” – situação que se repetia no Rio de Janeiro e, é provável, em outros lugares do país.⁵⁸

Mas o aspecto mais importante que o segundo volume parece marcar para a coleção é o início de um novo ritmo em sua produção, a partir de agora mais acelerado e regular. Se entre o lançamento do livro de Sérgio Buarque e o de Oliveira Lima houvera um hiato de cinco longos meses, no decorrer de 1937 seriam publicados nada menos que cinco outros títulos: pela ordem, *Bernardo Pereira de Vasconcellos e Seu Tempo*, de Octavio Tarquínio de Sousa; o “par” *Nordeste*, de Freyre, e *O Outro Nordeste*, de Djacir Meneses; *No Rolar do Tempo*, de Alberto Rangel; e *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Melo Franco. Depois, até julho de 1938, saíam o estudo do historiador baiano Luis Viana Filho sobre *A Sabinada – A República Baiana de 1837*, a biografia *Brasílio Machado*, do historiador paulista Alcântara Machado, e, a despeito dos temores anteriormente manifestados pelo diretor, o livro de Olívio Montenegro, *O Romance Brasileiro*. De volume em volume, a Documentos Brasileiros tomava forma cada vez mais concreta, uma forma que, articulada por e em torno de Gilberto Freyre, fazia com que o conhecimento do Brasil passasse por Recife.

Aparentemente, portanto, a dinâmica da coleção materializava com perfeição as expectativas sobre ela projetadas. Além do mais, a conquista da

⁵⁷ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 17 de março de 1937. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1391.

⁵⁸ *Idem*. Com relação ao preço do livro, a informação foi extraída do já citado anúncio da coleção no *Anuário Brasileiro de Literatura*, 2, 1938, p. 64. Finalmente, sobre a vendagem em outros locais além de Recife, o “êxito admirável” das “escandalosas *Memórias* de Oliveira Lima” foi notado pela própria editora entre seus “sucessos marcantes” de 1937. Cf. “O que se lê no Brasil”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 2, 1938, p. 401.

estabilidade também lhe conferia um brilho que, embora continuasse a se beneficiar da importância dos nomes de seu diretor e de seu editor, já podia ser considerado próprio, à semelhança da Brasileira.⁵⁹ Com tudo correndo tão bem, seria difícil imaginar que algo abalasse o seu funcionamento. No entanto, como costuma acontecer com as grandes surpresas, elas vêm de onde menos se espera; no caso, do próprio Freyre, que em meados de 1938 tomou uma decisão assim justificada em carta ao amigo José Lins do Rego, no Rio de Janeiro:

Meu querido Lins:

*Já estava escrita e endereçada a carta para o nosso bom amigo José Olympio quando recebi seu telegrama e sua carta. Tudo muito bem – mas não se esqueça que não lhe dou o direito de duvidar por um instante que tem em mim seu amigo mais leal e seu admirador mais sincero. V. sabe que eu não tenho maior amigo: que é o maior. Que sua amizade é uma das grandes amizades que tenho tido na vida, que se tornou a maior e que nada nem ninguém pode turvá-la. No caso, V. foi um tanto leviano, não com relação a mim, propriamente, mas com relação à Documentos – mas que é isso em contraste com as vezes em que V. tem sido generoso e bom como nenhum outro amigo? Deixe de bobagens. Se insisto em deixar a direção da Documentos é por uma série de coisas inevitáveis, estando eu longe do Rio – inevitáveis e independentes de V. e do José Olympio, de quem tenho recebido tantas gentilezas. Creio que, sob todos os pontos de vista, é melhor uma pessoa daí à frente da Documentos. Lembro Prudente. De qualquer modo, devo passar pelo Rio breve, em setembro – dois ou três dias, suponho – a caminho de New York, e então falaremos com vagar, José Olympio, V. e eu, desse assunto e de outros. [...]*⁶⁰

O tom e o peso das palavras são bem significativos do quão inusitado fora o seu gesto, mas Freyre o manteria firme, indicando que ele nada tinha de impensado. A tal “série de coisas inevitáveis” ficara mal explicada, é verdade, mas o argumento da distância entre Recife e o Rio era de fato considerável, à medida que o impedia de ser mais ágil na condução da série e de acompanhar

⁵⁹ Nelson Werneck Sodré, por exemplo, diz que já “com *Nordeste*, quarto título da coleção, esta podia ser considerada vitoriosa, em 1937; seu prestígio estava assegurado”. *Memórias de um Escritor*, p. 96.

⁶⁰ Carta de Gilberto Freyre a José Lins do Rego. Recife, 12 de agosto de 1938. AJO/AMLB/FCRB, doc. 76/1628.

diretamente o seu processo de produção.⁶¹ Por esse raciocínio, não haveria dúvida de que seu posto seria mais bem ocupado por alguém que pudesse ser mais presente e, portanto, mais eficaz no trato com autores e com o editor. De todo modo, a saída não significava uma ruptura nem com José Olympio, nem com a coleção, que àquela altura alcançava seu décimo título e tinha vários outros já aprovados, entre eles o outrora discutido trabalho de Eloy Pontes sobre Euclides da Cunha e duas reedições do próprio Euclides, *Canudos (Diário de uma Expedição)* e *Peru versus Bolívia*. Assim, embora Gilberto Freyre comunique ainda em 1938 a sua resolução, seu nome continuaria a aparecer no frontispício dos oito livros seguintes da Documentos Brasileiros, adentrando o ano de 1939. Enquanto isso, seu sucessor seria definido – e, embora a escolha não recaísse sobre Prudente de Moraes Neto, ela também sairia do círculo de amigos do pernambucano.

O MINISTRO E A CASA-GRANDE

A sugestão de Gilberto Freyre, se chegou a ser considerada por José Olympio, não se concretizou. A partir do volume 19, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, de José Carlos de Macedo Soares, a Coleção Documentos Brasileiros passou a trazer a inscrição “dirigida por Octavio Tarquínio de Sousa”. Nascido no Rio de Janeiro em 1889, formado em Direito em 1907 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Distrito Federal, Octavio Tarquínio tinha uma carreira profissional vinculada ao serviço público, primeiro na administração dos Correios e, a partir de 1918, no Tribunal de Contas da União, onde ingressou como procurador-geral e chegaria a ministro, em 1932. Em 1939, era vice-presidente do Tribunal, posição que mantinha desde 1937, após ter passado pela presidência nos dois anos anteriores. Muito mais destacadas, porém, eram as suas atividades intelectuais na década de 1930. Além de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Felipe de Oliveira, colaborava com vários jornais e revistas do eixo Rio–São Paulo, fora crítico literário do

⁶¹ Esta situação não raro também lhe rendia alguns dissabores pessoais: um mês antes, por exemplo, em outra carta a José Lins, ele festejava como uma “boa notícia a que V. deu sobre o livro do Olívio [Montenegro] – que sai, afinal – e sobre o livro de Julio [Bello] – que vai sair. Como é natural, eu já estava encabadíssimo”. Carta de Gilberto Freyre a José Lins do Rego. Recife, 5 de julho de 1938. AJO/AMLB/FCRB, doc. 76/1627.

prestigioso *O Jornal* (RJ) entre 1935 e 1937 e em 1938 assumira a direção da *Revista do Brasil* em seu relançamento, agora vinculada aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Como autor, publicara o romance *Monólogo das Coisas* em 1914 e uma elogiada tradução do poema *Rubaiyat*, de Omar Khayyam, em 1928, mas desde o trabalho *A Mentalidade da Constituinte*, de 1931, dedicou-se por completo à história do Brasil. Uma guinada que, como ele mesmo diria muito mais tarde, tivera fortes motivações:

*Foi por ocasião da Revolução de 1930. O movimento armado surgiu, aos meus olhos, como uma mudança total do mundo em que eu nascera e me formara. A impressão que tive era a de que o Brasil estava se acabando, e isso fez com que minha atenção se voltasse para a História. Busquei refúgio no passado para esquecer-me das tropelias do presente. E assim, sem quase o sentir, tornei-me historiador.*⁶²

Pois todas essas credenciais, somadas à amizade com Gilberto Freyre e José Olympio e ao fato de ter dois livros publicados na coleção, faziam de Octavio Tarquínio um nome ideal para assumir a Documentos Brasileiros. E se seu *Bernardo Pereira de Vasconcellos e Seu Tempo* tivera a honra de ser dos primeiros da série, *História de Dois Golpes de Estado* seria, por coincidência, o último volume editado sob a direção de Gilberto Freyre, em abril de 1939. Pelo menos um mês antes, contudo, a transição estava completa, como indica uma interessante troca de informações entre os três personagens em foco, a um só tempo autônomas e complementares. Em 31 de março, um breve bilhete de Tarquínio acompanhava a devolução ao editor dos “originais do livro de ‘Memórias’ do Sr. Otávio de Freitas. Li-os com atenção e penso que o livro não convém à nossa coleção”.⁶³ Dois dias depois, Freyre escrevia a José Olympio “uma daquelas cartas que V. não gosta de receber”, na qual, entre vários lamentos e reclamações, dizia já não ser “nada na coleção, mas ainda me

⁶² *O Estado de S. Paulo*, 23 de dezembro de 1959, p. 9. *apud* Tania Regina de LUCA, “*Revista do Brasil* (1938-1943), um projeto alternativo?”, p. 325. Sobre a biografia de Octavio Tarquínio de Sousa, veja-se, além deste texto de Tania de Luca, os verbetes “SOUSA, Otávio Tarquínio”, do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, e “TARQUÍNIO DE SOUSA, Otávio”, do *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros* (volume 3); com relação à sua produção historiográfica, veja-se a tese de doutorado de Márcia de Almeida GONÇALVES, “Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octavio Tarquínio de Sousa”.

⁶³ Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a José Olympio. Rio de Janeiro, 31 de março de 1939. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/2834.

interesse por ela. V. tenha cuidado com ela”.⁶⁴ Mais dois dias, e agora o correio era do Rio para o Recife, do novo diretor para o antigo:

[...] *Achei ótima sua entrevista ao Jornal, e agradeço a referência ao meu nome. Espero ansioso o artigo prometido para a Revista do Brasil e venho pedir para a coleção “Documentos” o livro anunciado – Um Engenheiro Francês no Brasil.*

*A propósito de “Documentos”: li os originais das Memórias do meu “xará” de Freitas e devo dizer-lhe com franqueza que não gostei. Falta o verdadeiro interesse humano, o livro é horrivelmente escrito e o que há nele de depoimento do meio social do Recife entre 1890 e 1930 [...] não o salva. Leu-o V. todo?*⁶⁵

Um cenário diferente parecia assim se desenhar à sombra das palmeiras de Santa Rosa. Totalmente à vontade em sua nova função, Octavio Tarquínio assumiu os poderes do cargo sem hesitar, a ponto de vetar a publicação de um livro sugerido pelo próprio Gilberto Freyre – situação, aliás, que voltaria a se repetir dois meses depois, quando devolveu a José Olympio os originais de uma obra sobre Tobias Barreto, a ele confiados “pelo nosso Gilberto”, com a mesma frase fatídica: “penso que não convém à coleção ‘Documentos Brasileiros’”.⁶⁶ Era evidente que, tal como o autor de *Casa-Grande & Senzala*, o ministro-historiador também tinha interesse em projetar sobre a coleção as *suas* concepções acerca do conhecimento do Brasil, em geral, e da história, em particular, as quais ficavam patentes nos mais recentes livros de sua autoria.

Tomados em conjunto, *Bernardo Pereira de Vasconcellos, História de Dois Golpes de Estado* e *Evaristo da Veiga*, este publicado no mesmo ano de 1939 na “rival” Brasileira, denunciavam a predileção do autor pelos acontecimentos e, principalmente, pelos personagens da política imperial em torno do período das Regências. Para ele, o estudo biográfico era um privilegiado meio de acesso a toda uma época, percebendo “nas narrativas de vida de seus biografados a possibilidade de construir análises históricas decifradoras e atualizadoras dos

⁶⁴ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 2 de abril de 1939. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1406.

⁶⁵ Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1939. AFGF, CRB72p2doc18.

⁶⁶ Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a José Olympio. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1939. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/2835.

problemas nacionais”, como já observou Márcia de Almeida Gonçalves.⁶⁷ Mas, para que tal possibilidade se realizasse, era fundamental obedecer a alguns critérios, como fizera questão de ressaltar nas breves notas que abriam os referidos trabalhos. No primeiro deles, dizia então que procurara “situar o homem no meio histórico”, com esforços “para ser tanto quanto possível objetivo”, sem deixar que a admiração o levasse “a ocultar o que pudesse acaso diminuir a glória do político e do estadista ou afetar o homem nos seus sentimentos e na sua inteireza moral”; no segundo, que, “mais uma vez”, tentara “ser objetivo, fugindo ao método romancista, que pode agradar a leitores displicentes, mas acrescenta pouco à interpretação do passado”; no terceiro, que, “fiel à mesma técnica biográfica” empregada no perfil de Bernardo Pereira de Vasconcellos, tentara ainda “fazer um pouco de introspecção social e de reconstituição psicológica”.⁶⁸

Tal perspectiva, portanto, distanciava-se muito das tradicionais narrativas laudatórias dos “grandes feitos de grandes homens”, produzidas tanto por historiadores quanto por literatos. Para Octavio Tarquínio, o valor historiográfico das biografias estava na contextualização rigorosa – sempre fundamentada em documentos – que elas tinham a obrigação de empreender, a fim de *entender* o indivíduo, suas ações, suas contradições, sem sobrepô-lo a seu tempo ou consagrar-lhe características “heróicas”. Nesse sentido, ele se alinhava junto a autores que, em diferentes lugares, inclusive no Brasil, empenhavam-se pela renovação do próprio gênero, tendo à frente André Maurois, Emil Ludwig e Lytton Strachey, os “arautos de uma escrita biográfica que se queria moderna”.⁶⁹ Sua inovação crucial, entretanto, estava no desdobramento dessa postura, que, ao estabelecer um vínculo indissociável entre biografia e história, fez da primeira um meio para a transformação da segunda, isto é, para a modernização também da

⁶⁷ Márcia de Almeida GONÇALVES, “Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octavio Tarquínio de Sousa”, p. 88. Considerando a motivação que direcionou os interesses do autor para a história, talvez se possa dizer que sua opção pelo período regencial não foi casual ou gratuita, à medida que a década de 1930 se mostrara tão turbulenta e prenhe de possibilidades históricas quanto a de 1830. Cf. também *idem*, p. 89.

⁶⁸ As citações provêm, respectivamente, de: Octavio Tarquínio de SOUSA, *Bernardo Pereira de Vasconcellos e Seu Tempo*, p. 5; Octavio Tarquínio de SOUSA, *História de Dois Golpes de Estado*, p. 5; Octavio Tarquínio de SOUSA, *Evaristo da Veiga*, *apud* Márcia de Almeida GONÇALVES, “Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octavio Tarquínio de Sousa”, p. 37-8.

⁶⁹ Márcia de Almeida GONÇALVES, “Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octavio Tarquínio de Sousa”, p. 149.

historiografia brasileira.⁷⁰ Com sua ascensão ao comando da Documentos Brasileiros, tentativas semelhantes passaram a contar com um aliado sempre disposto a lhes dar abrigo, como demonstra, por exemplo, mais uma carta sua a José Olympio, um ano depois de assumir a coleção:

Meu caro José Olympio:

O portador desta é o escritor Renato de Mendonça, que vai conversar com V. sobre a edição do livro Um Diplomata do Império, excelente biografia do Barão de Penedo, figura das mais interessantes do 2º Reinado.

*O livro do Renato de Mendonça, que li atentamente, pode ser publicado na coleção “Documentos Brasileiros”. É obra de valor. V. resolverá sobre a oportunidade da publicação. [...]*⁷¹

Infelizmente para Renato de Mendonça, o editor não teve a mesma impressão, e sua “excelente biografia” ficou de fora da coleção.⁷² Para Octavio Tarquínio, ainda que a recusa porventura lhe desagradasse, ela não era exatamente uma derrota, visto que os volumes 20 e 21, publicados ainda em 1939, eram obras da mesma natureza – *André Rebouças Através de Sua Autobiografia*, de Inácio José Veríssimo (com prefácio dele mesmo, Tarquínio), e *A Vida Contraditória de Machado de Assis*, o mais recente livro do prolífico Eloy Pontes. Além disso, e mais importante, o revigorado interesse dos intelectuais e do público por perfis mais vivos e “humanizados” não deixaria de garantir títulos adequados aos interesses do diretor, ele mesmo então voltado à reconstituição da vida do regente Feijó. E, ao que parece, ele soube aproveitar muito bem a “epidemia biográfica” daqueles dias: nos cinco anos seguintes, treze dos 29 volumes lançados seriam de caráter biográfico ou memorialístico, do citado *Um Engenheiro Francês no Brasil*, de Gilberto Freyre, ao *Rio Branco* do crítico Álvaro Lins, passando por dois livros seus, o concluído *Diogo Antônio Feijó*, de 1942, e

⁷⁰ Cf. *idem*, p. 200-1. Para um bom panorama das relações entre biografia e historiografia ao longo da história, veja-se Sabina LORIGA, “A biografia como problema”, e Philippe LEVILLAIN, “Os protagonistas: da biografia”; especificamente para o caso brasileiro (até meados do século XX), José Honório RODRIGUES, *Teoria da História do Brasil*, p. 206-11.

⁷¹ Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a José Olympio. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1940. AJO/AMLB/ FCRB, doc. 79/2836.

⁷² O livro de Renato de Mendonça acabaria publicado na Brasileira em 1942, sob o título *Um Diplomata na Corte de Inglaterra. O Barão de Penedo e sua época*.

José Bonifácio, de 1945.⁷³ Ao prefaciар um desses lançamentos, as *Minhas Recordações*, de Francisco de Paula Ferreira de Rezende (1944), o próprio Tarquínio assumia que, “tendo lido os originais, animei quanto pude a sua inclusão na ‘Documentos Brasileiros’, do editor José Olympio”, por ser “autenticamente um documento de homem, de vida, de fatos do Brasil”, em perfeita consonância com o espírito da coleção – que já reunia “nesse gênero de literatura algumas obras de incontestável significação” – e com o momento:

Nossa época, que sob tantos aspectos se caracteriza por uma inumana anulação do indivíduo, é ávida, como reação inevitável, de livros em que os homens apareçam de alma nua, homens particulares, homens diferentes uns dos outros, homens como a vida modela e destrói, homens no seu meio familiar e social, sofrendo influências e influenciando, seu comportamento dentro e fora de casa, os amores e as afeições, o lirismo e a política, as intenções e os atos, a vida, toda a vida em suas mais opostas e diversas faces.

*Daí o êxito tão grande das biografias e autobiografias, dos livros de memórias ou de confissões, dos diários íntimos ou de viagem, dos assentos de família e das correspondências particulares.*⁷⁴

Junto à incorporação da biografia, o novo diretor soube também consolidar o prestígio da coleção, que logo no início da década de 1940 já podia ser comparada à série da Companhia Editora Nacional, embora fosse muito mais recente e muito menos vultosa. É o que se depreende de uma pequena nota publicada na *Revista do Brasil* em maio de 1942, a qual dizia ser “bastante significativo o gosto do público literário do país pelas obras de estudo relativas à

⁷³ A expressão “epidemia biográfica” foi cunhada por Tristão de Athayde em fins da década de 1920 para designar “a expressão do estado de espírito da época, um estado marcado por *uma grande tendência à realidade*”, segundo Márcia de Almeida Gonçalves, que a retoma para situar o debate acerca da produção biográfica nacional nas décadas de 1930 e 1940. Como as biografias seriam o gênero predominante entre os títulos da coleção no período em que Octavio Tarquínio foi o seu diretor, de 1939 a 1959, esta autora ressalta que “cabe indagar se tal fato não teria sido resultado dos gostos e escolhas do diretor da Documentos Brasileiros, na época ele mesmo um biógrafo cujos trabalhos integraram a coleção, ou se nesse fato encontraríamos porventura as marcas de um tempo ávido por narrativas de vida”. Não foi seu objetivo buscar a resposta a essa indagação, mas parece claro que as opções não são excludentes, e sim *complementares*: no caso, tudo indica (e a citação seguinte corrobora essa idéia) que os interesses da época foram filtrados pelos “gostos e escolhas” de Tarquínio, forçosamente associados às propostas originais da coleção. Cf. Márcia de Almeida GONÇALVES, “Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octavio Tarquínio de Sousa”, p. 106 e p. 238. Para se ter uma idéia do conjunto da série, a relação completa dos autores e títulos editados na Coleção Documentos Brasileiros entre 1936 e 1959, com suas respectivas datas de publicação, encontra-se no Anexo 2.

⁷⁴ Octavio Tarquínio de Sousa, “Prefácio”, in Francisco de Paula Ferreira de Rezende, *Minhas Recordações*, p. 21.

vida brasileira nos seus vários aspectos”, percebido pelo “sucesso de algumas coleções especializadas organizadas pelas principais editoras nacionais”. Como o texto ressaltava, “não é possível tocar no assunto sem referir a Brasileira”, cujos 220 volumes representariam “o mais variado repertório de estudos sobre temas brasileiros”, refletindo “o corpo e a alma do Brasil”. A relação da José Olympio, porém, “não lhe fica[va] atrás”, pois, mesmo contando com menos de 35 obras, todas haviam sido “escolhidas com o maior rigor, e quase todas [eram] de singular importância do ponto de vista histórico, sociológico ou literário”.⁷⁵

Rapidamente, Octavio Tarquínio afirmara-se como um ótimo administrador do edifício arquitetado e levantado por José Olympio e Gilberto Freyre. Estes, por sua vez, continuavam muito participativos em relação à Documentos Brasileiros, em contato direto tanto com Tarquínio quanto entre si. No caso de José Olympio, o dever do ofício e os cuidados que a ela dedicava o levavam a fazer muito mais que referendar ou não as idéias e decisões do diretor, procurando também atrair autores sempre que possível. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Nelson Werneck Sodré, freqüentador assíduo das rodas literárias de sua livraria enquanto esteve na Capital, entre 1937 e 1938. Em suas *Memórias de um Escritor*, Sodré conta que no início de 1939 escreveu a Daniel Pereira, irmão de José Olympio, para comunicá-lo de que finalizava um novo trabalho, *Orientações do Pensamento Brasileiro*, e pensava em reeditar seu primeiro livro, a *História da Literatura Brasileira (Seus Fundamentos Econômicos)*, publicado um ano antes pela Cultura Brasileira, a editora de Galeão Coutinho, havia pouco falida. E continua:

Sobre aquele, havia conversado, quando estava no Rio, com José Olympio por vezes, sem entrar em mais detalhes no terreno editorial porque o livro não estava pronto. O editor e amigo conhecia o plano, a estrutura e a relação dos autores escolhidos para objeto dos estudos. Nessas condições, nada dissera. Foi com alguma surpresa, pois, que recebi resposta direta de José Olympio:

“Meu caro Nelson. Recebi o seu recado pelo Daniel. Fiquei contente. Contente porque: 1º) não me era possível editar o seu livro sobre pensadores brasileiros. Razões de ordem particular me impedem de ser o editor daquele trabalho. Estava constrangido porque precisava ser

⁷⁵ N/a, “Livros sobre o Brasil”. *Revista do Brasil*, ano V, n. 43, maio de 1942, p. 88.

*franco a você e receava magoá-lo. Tenho-o em grande apreço e, além disso, quero-lhe bem. Você agora me oferece a reedição da História da Literatura, que aceito, com grande prazer, para fazer imediatamente. Mande, pois, o original. Sairá na 'Documentos' se o nosso Tarquínio concordar. E, se ele não concordar, sairá fora da coleção, mas entrará para o prelo imediatamente".*⁷⁶

Tarquínio concordou, e a coleção ganhou assim seu vigésimo terceiro volume, publicado em 1940, e um autor assíduo, que lhe daria três outros títulos até o final da década seguinte.⁷⁷

Enquanto isso, Gilberto Freyre era ainda muita coisa na coleção, ao contrário do que ele mesmo havia dito em 1939. Agindo sem muita diferença dos tempos em que a tinha sob sua responsabilidade, fazia contato com potenciais autores e incentivava outros a escrever, indicava livros e remetia originais para o Rio de Janeiro, discutia ora com o diretor, ora com o editor a publicação dos seus próprios títulos. Tudo em larga medida estimulado e legitimado por Octavio Tarquínio e José Olympio, que, ao menos aparentemente, não se sentiam ofendidos com tantas intervenções. Às vezes, elas podiam ser intermediações marcadas pela sutileza, como quando escreve ao amigo Manuel Cardoso, nos Estados Unidos, sobre “a publicação de sua dissertação em português”, um “assunto de que já cuidei. O diretor da Documentos Brasileiros – o que me

⁷⁶ Nelson Werneck SODRÉ, *Memórias de um Escritor*, p. 186-7. Logo em seguida, Sodré explica que “o motivo particular, que José Olympio não revelava, consistia em que entre as figuras estudadas em *Orientações do Pensamento Brasileiro* havia uma de desafeto seu. O curioso – e, aliás, honroso para as duas partes – é que, sendo eu amigo de ambos, jamais ouvi de cada um a mínima referência ao outro; os dois respeitaram sempre a minha condição de amigo”. Para ilustrar ainda melhor as relações entre este autor e o editor, também é interessante registrar a polida carta que escreve de volta a José Olympio, não transcrita em seu livro: “José Olympio, abraços. Acabo de receber sua carta datada de ontem. Muito grato pelos termos com que você a escreveu. Qualquer que fosse a situação entre nós, não ficaria magoado pela sua resolução em não editar o livro que lhe entreguei em janeiro. Respeito as suas resoluções, dadas, eu sei, pelas condições imperativas do mercado de livros, pela viabilidade ou não de certas publicações. Colocada a solução no terreno da mais ampla liberdade, conforme fiz, posta de parte a nossa amizade, que não poderia ser arranhada por caso de ordem comercial, fico satisfeito de que você não tivesse constrangimento em se manifestar contrário a uma pretensão minha que, aceita, iria contrariar interesses seus, que, como amigo, devo respeitar. Muito obrigado pela sua confiança, José. Os tempos mostrarão que não sou indigno dela. Grato, ainda, pela aceitação da *História da Literatura*. Estou em condições de mandar os originais imediatamente. Não os envio nestes dois ou três dias porque desejo fazer uma releitura. O texto foi ampliado e revisto, quero apurá-lo ainda. Por toda a semana entrarei eu lhe remeterei os originais. Acredito que, na troca de originais, ganha você e ganho eu. No fim, José, eu ainda fico seu devedor. [...]”. Carta de Nelson Werneck Sodré a José Olympio. Itu, 15 de abril de 1939. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/2651.

⁷⁷ Respectivamente, *Oeste* (1941), *Formação da Sociedade Brasileira* (1944) e *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), além da terceira edição, “integralmente refundida” da *História da Literatura Brasileira*, em 1960. Cf. Anexo 2 e Nelson Werneck SODRÉ, *Memórias de um Escritor*. Sobre *Oeste*, Octavio Tarquínio escreveu a José Olympio após avaliar as provas do livro: “Estou de inteiro acordo em que seja publicado na ‘Documentos Brasileiros’: é livro muito bem feito, equilibrado e de real interesse”. Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a José Olympio. Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1941. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/2837.

substituiu, Octavio T. de Sousa, já deve ter escrito a V. do Rio sobre isso. Será um livro de interesse para o Brasil. E eu terei prazer e honra em apresentar aos brasileiros o antigo estudante de Stanford”.⁷⁸ Em outras ocasiões, podiam também ser bem diretas e incisivas:

Caro José Olympio:

O meu conterrâneo Getúlio César tem um livro, que li em MS, sobre superstições do Nordeste que me parece muito interessante, baseado como é no conhecimento direto de um aspecto do nosso folclore para o qual se volta a atenção não só dos eruditos como dos curiosos. Livro sobre assunto que nunca foi tratado como ele o trata. Cabe na Documentos. Mas, na Documentos ou não, me parece livro que V. não deve perder como editor.

Um abraço do

Gilberto Freyre

*P. S. Tenho o compromisso com o autor de escrever o prefácio, o que farei com prazer. G. F.*⁷⁹

Até mesmo pelas negativas recebidas logo após ter deixado a direção, é muito provável que Freyre tivesse consciência de que suas sugestões e seu comprometimento por si só nada garantiam de efetivo. No caso dos livros de Manuel Cardoso e de Getúlio César, aparentemente muito diferentes, mais uma vez o desfecho lhe foi frustrante, já que, por razões desconhecidas, nenhum dos dois viria a ser publicado pelo selo, na coleção ou fora dela – apesar de uma carta sua a Cardoso informar, em dezembro de 1940, que “para sua história das minas está assegurado editor – o melhor – tratando-se da qualidade – do Brasil: José Olympio. Conforme prometi, farei com prazer e orgulho de antigo mestre (há muito tempo!) o prefácio para o seu trabalho, apresentando o autor aos brasileiros”.⁸⁰ Mesmo assim, ele mantinha-se atuante, pois, se sofria reveses com

⁷⁸ Carta de Gilberto Freyre a Manuel Cardoso. Recife, 17 de março de 1940. Reproduzida em Gilberto FREYRE, *Cartas de Próprio Punho sobre Pessoas e Coisas do Brasil e do Estrangeiro*, p. 159.

⁷⁹ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 8 de outubro de 1940. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1417.

⁸⁰ Carta de Gilberto Freyre a Manuel Cardoso. Recife, 6 de dezembro de 1940. Reproduzida em Gilberto FREYRE, *Cartas de Próprio Punho sobre Pessoas e Coisas do Brasil e do Estrangeiro*, p. 163. O historiador Manuel da Silveira Cardoso, de origem portuguesa, era professor na CUA e mais um estudioso do Brasil que Freyre conheceu em sua temporada nos Estados Unidos; trabalhando desde 1940 na Oliveira Lima Library, junto àquela Universidade (nesta mesma carta, aliás, Freyre lhe dava os parabéns por sua nomeação para a Biblioteca), ele viria a aparecer na *Documentos Brasileiros* em 1953, não com obra própria e sim como responsável pelo prefácio e pelas notas do livro póstumo de Oliveira Lima, *Impressões da América Espanhola*.

certos títulos e autores, também conseguia emplacar outros, como aconteceu com *Tempo dos Flamengos*, do primo, amigo e colaborador José Antônio Gonsalves de Mello Neto, elogiado por Octavio Tarquínio como “obra séria e com muita novidade, que vai honrar a coleção ‘Documentos Brasileiros’”.⁸¹

Por outro lado, quando o assunto era as suas obras, a conversa assumia um tom bem diferente. Tratando diretamente com José Olympio, e apenas com ele, Gilberto Freyre planejava em detalhes o lançamento de cada uma, com sugestões e determinações meticulosas. Em abril de 1940, por exemplo, o autor instigava o editor para que mandasse um telegrama ao sociólogo francês Paul Arbousse-Bastide “pedindo o favor de remeter o prefácio (que será publicado em francês)” para *Um Engenheiro Francês no Brasil*, “porque já está se tornando irritante a demora desse livro”. Notava ainda que, “com as ilustrações numerosas, será livro para 20\$ [vinte mil-réis]”, enquanto a reedição de suas conferências sob o título *O Mundo que o Português Criou*, “com a longa introdução nova que escrevi para ele, acréscimos no texto e apensos e o prefácio do [historiador português António] Sergio (que Lins me escreve ser extenso), será livro para 15\$. Nunca menos”. Este, tal como aquele, também caberia na coleção, com a ressalva de que “isso, claro, depende do Octavio” – que, naturalmente, não se opôs.

Tamanha liberdade de negociação apoiava-se na íntima relação pessoal e profissional construída entre ambos desde os primeiros passos da Documentos Brasileiros. Sincera e ao mesmo tempo plena de interesses, essa relação facilitava a obtenção de vantagens materiais e simbólicas de parte a parte, percebidas nas bases do favor e da gratidão, como de resto acontecia com os demais escritores da casa.⁸² A maior dessas vantagens seria, sem dúvida, a publicação de *Casa-Grande & Senzala* pela José Olympio, algo que Gilberto Freyre propusera pela primeira vez em 1936, e em minúcias, como era de seu feitio:

(1904-1906), volume 65 da coleção. O livro de Getúlio César, por sua vez, seria publicado em 1941 pelos Irmãos Pongetti, com o título *Crendices no Nordeste*.

⁸¹ Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1944. AFGF, CRB72p3doc33.

⁸² Cf. capítulo 2, p. 18-23; Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 450-2; Gustavo SORÁ, *Brasileiras: A Casa José Olympio e a Instituição do Livro Nacional*, capítulo 4 (“A arte da amizade”).

[...] *Eu venho lhe lembrar o seguinte: V. faça um esforço e compre Casa-Grande. Faríamos então o seguinte: reforma na apresentação e distribuição do material, que ficaria como em Sobrados [e Mucambos], as referências bibliográficas no fim, a leitura muito mais agradável para o comum dos leitores; novas e excelentes ilustrações, que eu obteria, algumas substituindo as atuais; o mapa [da casa-grande do Engenho Noruega, feito por Cicero Dias] – se não for muito caro – em três cores; a revisão – péssima na primeira edição e má na 2ª – escrupulosamente bem-feita por um competente; a linguagem melhorada, ainda, em alguns pontos. Isto nos permitiria: ou dividir o livro em 2 volumes, 1 e 2, cada um a ser vendido por 15\$, ou fazer o livro [em] um volume só, mas muito bem apresentado, de modo a poder ser vendido a 30\$. Pense bem no assunto. Creio que seria negócio para V. Mas pense no assunto e estude as possibilidades e me escreva logo. Eu ficaria dançando de contente no dia em que visse C. G. & S. livre das garras ladronas de Schmidt – ladronas e sobretudo safadas – e editada por V.*⁸³

José Olympio, contudo, sabia que as coisas não seriam simples. Estava em questão uma obra de sucesso estrondoso e, o que era pior, cujos direitos haviam sido cedidos em definitivo ao editor original pelo próprio autor.⁸⁴ Em sua resposta, prometeu “ver o que conseguirei com o *Casa Grande*. Mas acho difícil, pois é natural que eles peçam mundos e fundos pelo livro. Te escreverei depois”.⁸⁵ Se escreveu ou não, não é possível dizer, mas o seu palpite se mostraria absolutamente correto: em resposta à enquête do *Anuário Brasileiro de Literatura* de 1938, Schmidt diria ter publicado no ano anterior “cerca de 100.000 volumes, entre os livros novos e reeditados, sendo que o maior êxito ainda foi para *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, sem dúvida o maior livro

⁸³ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 28 de setembro de 1936. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1386. Os problemas de Freyre com Schmidt fizeram também que a raiva contra o editor fosse incorporada pelos seus amigos mais fiéis, como Rodrigo Melo Franco de Andrade e José Lins do Rego. Em outubro de 1934, por exemplo, Rodrigo informava a Gilberto ter tomado “todas as providências recomendadas por V., menos a da entrega do material da 2ª edição de C. & S. [sic] ao Seu Oliveira. O próprio Antiogenes Chaves [amigo dos missivistas] se incumbiu disso, porque não quero mais ter entendimento com aquela gente da Livraria Schmidt”. O desgaste se mostraria ainda duradouro: dois anos depois, em setembro de 1936, por ocasião da publicação do segundo livro de Freyre, o mesmo Rodrigo escreveria para dizer, entre outras coisas, que “hoje, *O Jornal* publica um artigo do Zé Lins sobre *Sobrados e Mucambos*. Parece que o primeiro de uma série. Ele aproveita a oportunidade para esculhambar o Schmidt”. Cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1934; Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1936. AFGF, CRB98p2doc18 e CRB98p2doc27, respectivamente.

⁸⁴ Cf. Sylvio RABELLO, “As cartas de Gilberto Freyre”, in Gilberto FREYRE, *Cartas de Próprio Punho sobre Pessoas e Coisas do Brasil e do Estrangeiro*, p. 31.

⁸⁵ Carta de José Olympio a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1936. AFGF, CRB200p1doc6.

brasileiro depois de *Os Sertões*.⁸⁶ Refém de um acordo equivocados, Freyre ainda sofreria um duro golpe no mesmo ano de 1938, ao deparar-se com o lançamento de mais uma edição, a terceira, sem qualquer entendimento ou aviso prévio da parte do poeta-editor. Avisado do fato por Gastão Cruls, ele escreve um longo artigo para o número de reestrela da *Revista do Brasil*, no qual dedica-se “apenas a anotar algumas críticas àquele livro, desde a sua segunda edição, em 1936”; embora logo de saída deixasse claro tratar-se “de uma edição à revelia do autor”, ele dizia também não querer nem dever “tocar aqui nesse aspecto do assunto, de interesse quase exclusivamente pessoal”.⁸⁷

A briga, a partir daí, se daria em outros fóruns. Segundo Sylvio Rabello, “foi preciso que o advogado Trajano Miranda Valverde provasse que a cláusula de cessão dos direitos autorais não era senão uma ‘lesão enormíssima’ para que Gilberto tivesse de volta os seus direitos sobre *Casa-Grande & Senzala* nas futuras edições”.⁸⁸ Isto, claro, não se deu do dia para a noite. Somente em agosto de 1940 Freyre pôde assegurar ao “meu caro Ditador” José Olympio ter “a palavra do advogado, homem consciencioso e respeitado, de que o livro é meu”, ressaltando estar “interessado em que V., de preferência a outro editor qualquer, se interesse por ele” – apesar de lembrá-lo de que, “como V. sabe, já tenho oferta de 15 contos da [Companhia] Editora [Nacional]”.⁸⁹ Como o interesse obviamente

⁸⁶ “O que se lê no Brasil”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 2, 1938, p. 407.

⁸⁷ Gilberto FREYRE, “A propósito de um livro em 3ª edição”. *Revista do Brasil*, ano I, n. 1, julho de 1938, p. 33 (o artigo completo vai até a página 40). A partir da quarta edição de *Casa-Grande & Senzala* (a primeira pela José Olympio), o texto passaria a aparecer no livro “com ligeiras modificações”, sob o título “Quase um prefácio à terceira edição”.

⁸⁸ Sylvio RABELLO, “As cartas de Gilberto Freyre”, in Gilberto FREYRE, *Cartas de Próprio Punho sobre Pessoas e Coisas do Brasil e do Estrangeiro*, p. 32. A questão dos direitos autorais no Brasil, desde sempre problemática, ganharia grande destaque no início da década de 1940, no contexto da fundação da Associação Brasileira de Escritores (ABDE). Seu relatório de atividades referente a 1943-44, assinado pelo presidente Octavio Tarquínio de Sousa, dizia não ser temerário “afirmar-se que ainda não chegamos à situação dos países em que se tem na devida conta a dignidade do trabalho intelectual (aliás, de todo e qualquer trabalho) e em que a profissão de escritor é considerada em toda a sua importância. Com as nossas pouco desenvolvidas faculdades de discriminação, vivemos incertos e confusos no que diz respeito às características, à função, aos deveres e aos direitos do verdadeiro escritor. [...] Para tratar de preferência destes, é preciso salientar logo um dos pontos em que até hoje existe entre nós uma deplorável incompreensão: o problema dos direitos autorais, da justa remuneração devida ao escritor pelo seu trabalho. Uma questão como essa, tão primária, tão elementar, que não deveria envolver nenhuma dúvida, ao menos no tocante ao seu fundamento, está ainda, para os escritores brasileiros, mal orientada, mal definida e mal entendida”. N/a, “Associação Brasileira de Escritores em 1942-1943”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 7-8, 1944, p. 197.

⁸⁹ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 7 de agosto de 1940. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1413 (grifo do original). Nesta mesma carta, Freyre oferecia ao editor, além de *Casa-Grande & Senzala*, “os três livros em suas mãos” – *Um Engenheiro Francês no Brasil*, *O Mundo que o Português Criou* e *Região e Tradição*; pelo pacote, pedia “o máximo possível – uma boa soma – o mais breve possível. Pois como lhe terá explicado o nosso Lins, estou num momento de grandes e urgentes despesas e necessitadíssimo de dinheiro”. À parte as graves razões da sua angústia, que não cabem aqui ser explicitadas, o interessante é o

existia, a confirmação do editor fez com que o autor voltasse a lhe escrever poucos dias depois, disposto a “tratar do assunto”. Sua proposta era tentadora e nada modesta:

[...] Creio que poderíamos cuidar quanto antes de uma edição corrigida e melhorada de C. G & S. (portanto, trabalho para o autor, não esquecer isto, embora valorização para o livro). Poderia ser uma edição definitiva – o que muito o valorizaria. Poderia – pela primeira vez, de fato – ser mandada a Portugal e às colônias, estou certo de que com algum sucesso. Poderia, enfim, ser francamente de 5.000 exemplares e mais 500 exemplares em papel de luxo, para serem vendidos aqui e nos Estados Unidos e Argentina. E nessa tal edição ganhariam bem tanto o editor como o autor. Otimismo do autor? Tudo indica que não. Além disso, o Casa-Grande arrastaria consigo a nova edição de Sobrados e a primeira edição de Ordem e Progresso, uniformizados na série que constituem.⁹⁰

Os termos precisos da resposta de José Olympio não são conhecidos, mas seus desdobramentos, sim. Em 1941, a “edição definitiva” de *Casa-Grande & Senzala*, com “ilustrações de Santa Rosa e Cicero Dias”, passou a encabeçar a lista dos “próximos volumes” da Coleção Documentos Brasileiros, cujos títulos sempre apareciam relacionados nas páginas iniciais de cada um de seus livros. O lançamento ainda demoraria mais dois anos, pois, de acordo com Edson Nery da Fonseca, “o contrato de edição [original] dava a Augusto Frederico Schmidt um direito patrimonial de dez anos” sobre a obra,⁹¹ algo que, supõe-se, não fora afetado pela decisão judicial que restaurara os direitos autorais de Freyre. Quando enfim ocorreu, ele materializou praticamente todos os desejos expressos naquelas cartas de 1936 e de 1940 a José Olympio, a começar da divisão do livro

argumento que lança para convencer José Olympio da viabilidade do negócio: “A V. não seria tão difícil conseguir o bastante para o adiantamento – digamos em setembro – de que necessito – V. que tem tão bons padrinhos – o ministro José Carlos [de Macedo Soares], o [Altino] Arantes. Que diz? Diga alguma coisa com a possível brevidade ou urgência”.

⁹⁰ Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 16 de agosto de 1940. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1414 (grifos do original). Nesta carta, o assunto da publicação de seus demais livros é retomado por Freyre, que, no entrecruzamento da lógica do favor e da gratidão com a precária situação do escritor brasileiro, diz a José Olympio: “É com V. que prefiro me fixar com todos os meus livros e edições. E não esqueço todas as suas gentilezas, grandes gentilezas [...]. Se no momento eu dou talvez a impressão de amante de dinheiro, é que no momento preciso de tudo, do máximo que o meu trabalho possa dar”.

⁹¹ Edson Nery da FONSECA, “Introdução”, in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 26.

em dois volumes e de seu caráter de “edição definitiva”.⁹² A maior ausência talvez fosse a do mapa da casa-grande do Engenho Noruega, excluído do trabalho porque Cicero Dias deixara sua produção; em compensação, a nova apresentação, fruto do “interesse que o editor José Olympio tomou pela 4ª edição deste livro”, trazia “todas as antigas ilustrações e as novas – inclusive fotografias de casas-grandes – reduzidas a nítidos perfis traçados com rigorosa precisão” por Tomás Santa Rosa.⁹³ No mais, como notaria o crítico Sérgio Milliet em sua resenha do livro, “a 4ª edição de *Casa-Grande & Senzala* (José Olympio) teve sobre as anteriores vantagens apreciáveis: o acréscimo de notas, a reunião de todos os prefácios, os índices mais completos”.⁹⁴

Agora nas mãos do melhor editor do país, o mais importante livro da época, escrito por um dos maiores autores nacionais, chegava assim àquele que parecia ser o seu devido lugar. A Coleção Documentos Brasileiros, por seu lado, demonstrava-se plenamente consagrada ao acolher sua fonte de inspiração intelectual, ela que fora orientada, ao menos no início, pelas idéias e pelas propostas de *Casa-Grande & Senzala*. Subjacente a esse encontro, ocorre uma inversão de papéis sutil, quase imperceptível: a identidade própria conquistada pela coleção lhe dotara de autonomia suficiente para se impor às origens, transformando o livro de estréia de Gilberto Freyre em “apenas” mais um de seus volumes. Anos mais tarde, em 1948, a segunda edição de *Raízes do Brasil* reforçaria tanto uma quanto outra ao dispensar o prefácio inaugural do mesmo Gilberto, escrito havia mais de uma década – menos pela distância temporal que pelas mudanças de perspectiva ocorridas desde então.

⁹² Curiosamente, no novo prefácio Gilberto Freyre atribui a José Olympio a intenção de “dar o caráter de definitiva” à quarta edição de *Casa-Grande & Senzala*. Como se não bastasse, sua explicação para o “definitiva” também é assaz curiosa: “Definitiva dentro da relatividade que condiciona um ensaio da natureza deste, cuja objetividade depende, em grande parte, de novos avanços nas várias ciências e estudos em que se baseia. Isto sem falar nos aspectos, porventura ainda mais flutuantes, de sua subjetividade. As idéias e atitudes do autor. Seus pontos de vista. Os personalismos em que às vezes se alongam suas interpretações”. Gilberto FREYRE, “Prefácio à quarta edição”, *Casa-Grande & Senzala* [5ª ed., 1946], p. 69.

⁹³ Gilberto FREYRE, “Prefácio à quarta edição”, *Casa-Grande & Senzala* [5ª ed., 1946], p. 72-3.

⁹⁴ Sérgio MILLIET, “Casa Grande & Senzala” (*O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 16 de outubro de 1943), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 247. Cumpre notar, aliás, que o crítico e escritor paulista não gostara da substituição das fotografias por ilustrações por acreditar que “a arte adotou e embelezou os documentos tão falantes das edições precedentes”, como escreveu em seu texto. De todo modo, é também impossível deixar de destacar que Edson Nery da Fonseca, em sua introdução a este volume, diz a respeito da quarta edição de *Casa-Grande & Senzala*, “exemplo de como um editor consciencioso pode valorizar as obras que publica. Se ao autor pertence, inalienavelmente, a parte espiritual da obra, ao editor podemos legitimamente chamar de autor material da mesma. E José Olympio Pereira soube ser o autor exemplar da quarta edição de *Casa-Grande & Senzala*”. Edson Nery da FONSECA, “Introdução”, in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 26.

C O L E Ç Ã O
DOCUMENTOS BRASILEIROS

DIRIGIDA POR OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

58

GILBERTO FREYRE

Ingleses no Brasil

Aspectos da Influencia Britânica sobre
a Vida, a Paisagem e a Cultura do Brasil

Prefacio de
OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

Vinhetas de Rosa Maria, 14 ilustrações fora do texto
e um mapa de Luiz Jardim

Livraria JOSÉ OLYMPIO *Editores*

OS ESPELHOS DA HISTÓRIA

Os devotos da Sociologia apenas quantitativa ou matemática, ou da História apenas cronológica e descritiva, são hoje sebastianistas à espera de algum Dom Sebastião que, sob a forma de um novo Bacon, restaure nos estudos sociológicos e nos históricos o prestígio absoluto do Número ou do Fato Puro. Que esperem o seu Dom Sebastião. Mas que dêem aos outros o direito de seguir critério diferente de Ciência Social e de História humana.

GILBERTO FREYRE, 1949¹

UMA “NOVA HISTÓRIA” EM MOTO-CONTÍNUO

Em abril de 1942, ao escrever o prefácio para o lançamento de *Casa-Grande & Senzala* na Coleção Documentos Brasileiros, Gilberto Freyre dizia-se surpreso “de se encontrar tão de acordo com quase tudo o que escreveu em 1933”. Afora “alguns reparos” tidos por necessários, que se juntariam às explicações anteriormente apresentadas no “quase prefácio” à terceira edição, o livro dispensava, segundo ele, qualquer “acréscimo ou alteração que alcance idéia ou modo de dizer essencial”. A única “deficiência” reconhecida, pela qual procurava se desculpar, era “não ter procurado atualizar a bibliografia”, uma “tarefa impossível de ser realizada no Brasil” devido ao grande número de “estudos valiosos produzidos ultimamente em nosso país sobre assuntos de história e antropologia sociais”, exemplificados por uma longa relação de autores. Mesmo assim, este aspecto específico não lhe parecia um problema, pois “só escrito e publicado o último volume da série de estudos de que *Casa-Grande & Senzala* foi o primeiro poderá ser verdadeiramente organizada a bibliografia, que o autor pretende fazer acompanhar da publicação de vários mss. e documentos raros ou de família de que se serviu”.²

¹ Gilberto FREYRE, “Introdução à segunda edição”. *Sobrados e Mucambos* [7ª ed., 1985], p. LXIV.

² Gilberto FREYRE, “Prefácio à quarta edição”. *Casa-Grande & Senzala* [5ª edição, 1946], p. 69-70.

O que realmente incomodava o autor ao rever o seu trabalho era a recorrência de uma “crítica ou restrição” que teimava, “ora de boa fé, ora maliciosamente, no caráter regional – ‘nortista’ ou ‘pernambucano’ – do material reunido nas páginas que se seguem”. De acordo com tais comentários, esse suposto caráter regional “prejudicaria as conclusões – aliás poucas – e as interpretações – estas numerosas – baseadas sobre o estudo do mesmo material e as evidências e sugestões por ele oferecidas”.³ Anos antes, em seu texto a propósito da terceira edição, ele já havia abordado o assunto em respeitosa resposta a Afonso Taunay, para quem “o livro se ocupa[va] quase exclusivamente do Norte, desprezando a paisagem social do Sul”. Como procurou explicar então, por tratar-se de um ensaio “antes de sociologia genética do que de história convencional [...], impunha-se ao autor estudar o patriarcalismo baseado sobre a monocultura latifundiária e escravocrata naquela parte do país onde esse patriarcalismo teve a sua expressão mais característica e mais forte”; as características de sua expansão tardia pelo Sul, especificamente em São Paulo, longe de desprezadas, seriam objeto do último estudo da série iniciada com *Casa-Grande & Senzala*, o projetado *Ordem e Progresso*.⁴

As explicações, contudo, não deviam ter bastado, pois agora, ainda segundo Gilberto Freyre, “a insistência de alguns críticos nacionais neste ponto” acabara por levar “dois ou três estrangeiros” a adotar “a crítica talvez leviana; e um deles, embora pouco familiarizado ainda com o Brasil, chega a falar em ‘limites de perspectiva’ como o maior defeito – ou um dos maiores – deste esforço de interpretação do patriarcalismo brasileiro”.⁵ Cabia-lhe, portanto, tentar mais uma vez esclarecer sua proposta, principiando pelos fundamentos que as sustentavam:

A verdade é que na colheita de dados para este ensaio o autor não seguiu critério rigorosamente geográfico ou histórico, embora sempre fiel ao regional, de área de formação histórico-social do Brasil. Dentro desse critério – ao mesmo tempo genético e regional – é que não pôde esquivar-se a dar relevo, às vezes grande, ao açúcar e, conseqüentemente, aos agrupamentos nortistas no desenvolvimento da

³ *Idem*, p. 71.

⁴ Gilberto FREYRE, “Quase um prefácio à terceira edição”. *Casa-Grande & Senzala* [5ª edição, 1946], p. 64-5.

⁵ Gilberto FREYRE, “Prefácio à quarta edição”. *Casa-Grande & Senzala* [5ª edição, 1946], p. 71.

família patriarcal – agrária e escravocrata – no nosso país. A influência daquela técnica de produção e das sociedades que se desenvolveram sobre ela – no Maranhão, na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro – foi tão forte que durante longo tempo o açúcar é que deu à sociedade brasileira, tomada no seu conjunto ou considerada sem maiores luxos de discernimento, seus traços mais característicos, suas condições mais fortes de estabilidade econômica e social e de vida organizada de família.

Imediatamente a seguir, ele passava a discorrer acerca da validade de uma visão ampliada sobre a natureza patriarcal, nos termos acima expostos, das nossas origens. Amparado pela constatação da transmissão, “às vezes com uma pureza que nos surpreende”, dos “traços mais característicos” da economia açucareira à “economia do café (São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente) e à ordem social estabelecida sobre a mesma economia”, Freyre sentia-se muito seguro para afirmar que:

As duas economias – a do açúcar e a do café – condicionaram o desenvolvimento do nosso patriarcalismo agrário. Pelo menos o que o patriarcalismo agrário, no Brasil, apresenta de essencial. E desse patriarcalismo parece ao autor impossível separar qualquer estudo sério da formação social brasileira. Esta se vem processando ou dentro daquela influência ou contra ela: tal o caso do movimento bandeirante, ao qual talvez se possa ligar a formação não só da sociedade baseada sobre a exploração do ouro – Minas Gerais – como os agrupamentos pastoris, ainda hoje antagônicos nos seus interesses e nos seus estilos de vida e de cultura aos de origem maciçamente agrária. Interesses – os agrários – por tanto tempo econômica e politicamente predominantes no Brasil. Daí o caráter brasileiro – e não apenas pernambucano, baiano ou nortista – de interpretações baseadas sobre material colhido nos centros da formação agrária e patriarcal do Brasil. Colhidos nesses centros, é certo, mas sem exclusivismo geográfico nem indiferença pelas áreas marginais ou antagônicas às do açúcar e do café: pastoris ou policultoras, ou de mineração. As viagens de estudo ou observação do autor por áreas brasileiras menos agrárias na sua formação do que o Nordeste – ou inteiramente pastoris ou quase industriais, como certas áreas neo-brasileiras do sul do país – só têm feito confirmar nele as idéias e interpretações esboçadas neste livro. Do assunto pretende

*ocupar-se com maior atenção no seu próximo trabalho, Ordem e Progresso.*⁶

Sem disfarçar a irritação, Gilberto Freyre buscava assim afirmar o valor e o alcance de suas idéias diante de leituras e leitores que, ao identificá-las a um recorte limitado, meramente regional, acabavam por distorcer e desqualificar suas pretensões de analisar a formação da sociedade nacional. Decidido a fazer valer sua posição, quase ao final do prefácio ele voltava ao tema, ao agradecer ao sempre presente Rodrigo Melo Franco de Andrade a cessão das fotografias “de casas-grandes de várias áreas brasileiras” utilizadas na nova edição, as quais só confirmavam “o fato sociológico de que o complexo casa-grande, considerado na sua expressão arquitetônica – tão significativa do ponto de vista histórico e social – apresenta-se essencialmente o mesmo no Brasil de formação agrária mais antiga: no Sul como no Norte”.⁷ A afirmação e seus desdobramentos pelas linhas seguintes poderiam estar fora de lugar, mas não de propósito. Casual apenas na aparência, ela reforçava aquilo que, do ponto de vista do autor, mais importava ficar de perene – a sua própria legitimidade como um trabalho histórico-sociológico sobre *o Brasil*.

Tanto cuidado foi posto à prova, claro, quando a “edição definitiva” de *Casa-Grande & Senzala* veio à público, dez anos depois de aparecer pela primeira vez. A coincidência entre a reaparição e o aniversário da obra mobilizou a atenção de muitos críticos, que em regra aproveitaram a oportunidade para reiterar a sua importância para o arejamento do campo dos estudos brasileiros, não raro ecoando muitos dos elogios anteriores acerca da originalidade e das múltiplas inovações que lhe trouxera.⁸ Nelson Werneck Sodré, por exemplo, sintetizou muito bem o tom geral das abordagens ao caracterizar o lançamento como “o acontecimento máximo de 1943”, para depois completar:

Sobre Casa-Grande & Senzala não há julgamentos a acrescentar, porque eles estão feitos. O que se pretende assinalar aqui,

⁶ *Idem*, p. 72.

⁷ *Idem*, p. 73.

⁸ Cf., por exemplo, Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 201-97. Somente neste livro aparecem reunidos treze artigos sobre a “edição definitiva” de *Casa-Grande & Senzala*, publicados em alguns dos principais jornais e revistas do país à época e assinados por nomes como Eloy Pontes, Sergio Milliet, Álvaro Lins, Édison Carneiro, Wilson Martins. Tudo isso, visto em conjunto, expressa bem a dimensão do interesse despertado pelo livro na ocasião.

*frisantemente, é o fato do lançamento da quarta edição, de larga tiragem, de uma obra destinada aos estudiosos, verdadeiro levantamento do Brasil antigo, revisão de julgamentos e de conceitos, marco de iniciação donde já se originaram tantos rumos, conceituando a capacidade brasileira para receber um livro desse porte, e para aplaudir-lo como merece. Se 1942 marcou a 16ª edição de Os Sertões, 1943 marcou, com idêntica significação, a 4ª edição dessa obra de base, sobre a qual o autor ergueu uma crítica exata e um debate fecundo, e sobre a qual, no Brasil, se processou uma verdadeira renovação de processos de interpretação e análise, capaz de estabelecer um novo sentido à pesquisa do nosso passado.*⁹

Em meio aos antigos louvores, a velha e importuna crítica também reapareceu, vinda, como talvez fosse previsível, das terras do café. No primeiro de seus dois artigos sobre *Casa-Grande & Senzala* para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jovem filósofo Luís Washington Vita, após reconhecer o “alto valor humano e científico” do livro, para o qual nunca seriam “em excesso as discussões, que, afinal de contas, valem muito mais do que a cômoda laudação cordial”, pôs em questão a sua tese central, a formação do Brasil a partir da economia patriarcal fundamentada na escravidão, no latifúndio e na monocultura. Em sua avaliação, embora o autor acertasse “quase sempre nos detalhes estudados”, por vezes não chegava a convencer, “prejudicado talvez pelo limite do campo observado”; por conta disso, não havia dúvida de que o trabalho podia ser “a expressão exata de ‘um’ Brasil, o que não quer dizer, naturalmente, de ‘o’ Brasil”. Nesse sentido, Gilberto Freyre não poderia tomar o Norte agrário como a melhor expressão da colônia portuguesa porque “aqui nunca existiu uma realidade histórica total, e sim parcial”, responsável por fazer de cada “núcleo civilizador” uma “cultura própria, condicionada por fatores inerentes”, e não um complexo amarrado “num bloco uno, coerente”.¹⁰

Na verdade, de Afonso Taunay a Washington Vita, a condenação da pressuposta limitação de *Casa-Grande & Senzala* trazia implícito o desejo de afirmação de outro regionalismo, o dos próprios historiadores paulistas. Reunidos

⁹ Nelson Werneck Sodré, “O ensaio no biênio 1942-43”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 7-8, 1944, p. 38.

¹⁰ Luís Washington VITA, “Casa-Grande & Senzala” (*O Estado de S. Paulo*, 26 de dezembro de 1943), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 282-3.

em torno do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, havia décadas eles se empenhavam na caracterização de uma identidade singular, a *paulistanidade*, calcada na imagem mítica dos bandeirantes, de seu papel para a conquista e integração do território brasileiro e, por extensão, de formadores da própria nação – verdadeiro “mito de origem” que, é fácil notar, se chocava frontalmente com a interpretação que vinha de Pernambuco.¹¹ Para a satisfação de Freyre, porém, esse juízo não tinha mais a força de outros tempos. Até mesmo um dos autores nos quais Vita se apoiava para demarcar as diferenças de trajetória entre o Norte e o Sul do país parecia ter mudado, e muito, de opinião sobre o enfoque gilbertiano: Sergio Milliet, que em 1937 fizera uma apreciação devastadora de *Nordeste* graças à mesma idéia da “diversidade das duas formações sociais”, agora dizia ser “natural, dadas as conseqüências sociológicas das economias do açúcar e do café, uma dominando o Norte e outra abarcando o Sul”, que o patriarcalismo fosse a “característica comum aos sistemas latifundiários em que se basearam ambas”.¹²

Mas, se a crítica da historiografia paulista aparentava arrefecer perante o livro de estréia de Gilberto Freyre, outra mais aguda e abrangente já despontava, procurando percebê-lo à luz do considerável conjunto de títulos escritos pelo autor

¹¹ Cf. Tania Regina de LUCA, *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*, p. 98-109, p. 125 e *passim*. Especificamente sobre a formação e as características da chamada “historiografia paulista”, veja-se o trabalho de Danilo José Zioni FERRETTI, *A Construção da Paulistanidade. Identidade, Historiografia e Política em São Paulo (1856-1930)*.

¹² O contraste entre ambos os textos de Sergio Milliet é surpreendente. Em sua resenha de *Nordeste*, ele caracterizava o livro logo de início como um estudo que “não tem, para nós paulistas, maior importância informativa”, para ao final declarar que “pouco apresenta[va] de instrutivo para o estudo da formação social do Brasil. Esta talvez jamais se possa analisar em conjunto. Não o pretende, é certo, o autor, pois limitou modestamente o seu estudo à zona do nordeste, mas no vocabulário de seus comentários amiúde se refere ao brasileiro em geral, chegando a considerá-lo um produto só caracterizável no nortista e, principalmente, no nordestino. E então de duas, uma: ou abstrai do conceito nacional todo o território situado ao sul da linha tropical, ou nega aos seus habitantes o direito ao uso da nacionalidade brasileira”. Entre uma assertiva e outra, além de refutar as teses que Gilberto Freyre procurava demonstrar, pôs ainda em questão a validade e, subliminarmente, a existência da documentação por ele utilizada, além da própria perspectiva “ecológica” do trabalho – que para Milliet era muito mais “um lindo romance, com páginas e capítulos empolgantes”. Cf. Sergio MILLIET, “Nordeste”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. XXXIII, 1937, p. 39-45. A ferocidade da crítica, aliás, fez até com que o sempre polido Octavio Tarquínio de Sousa perdesse a compostura ao escrever para o amigo pernambucano: “[...] Viu um artigo do Sergio Milliet na *Revista do I. Histórico de S. Paulo* sobre o seu *Nordeste*? Cretino ou de má fé. Ou ambas as coisas. Basta dizer que ele afirma que o livro não ensina nada sobre ‘a formação social do Brasil’ porque não se ocupa de S. Paulo! O crítico não leu sequer o título do livro! Tudo isso é, no fundo, inveja, despeito. Você está pagando o preço de sua superioridade, da distância que há entre esses improvisadores e simuladores e a sua obra honesta, sólida, original, única no Brasil”. Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938. AFGF, CRB72p1doc15. Já em 1943, ao abordar *Casa-Grande & Senzala*, Milliet apresenta apenas algumas discordâncias mínimas e pontuais frente ao autor e à obra, chegando mesmo a dizer que “a formação social brasileira é extremamente curiosa, porque se apresenta, de um modo esquemático, como um conjunto de convergências e irradiações que, paradoxalmente, operam no sentido de um mesmo objetivo nacional”. Cf. Sergio MILLIET, “Casa Grande & Senzala” (*O Estado de S. Paulo*, 16 de outubro de 1943), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 247-52.

após 1933. Como observou Edison Carneiro, um dos que assim procedeu, a edição “definitiva” que ora se apresentava fornecia um excelente motivo para pôr em discussão “não mais o livro, mas a obra de Gilberto Freyre, tão vária, tão dispersa e, entretanto, tão una, tão orgânica”. Tão una e tão orgânica que, paradoxalmente, fazia de *Casa-Grande & Senzala* “o único dos seus livros que resistira ao tempo, o único dos seus livros que realmente trouxe alguma coisa de ‘novo’ para a compreensão dos problemas do Brasil”. Para o etnógrafo e folclorista baiano, embora houvesse inaugurado “uma nova época nos estudos científicos entre nós”, era de se lamentar que Freyre tivesse, ele mesmo, “se incumbido de mostrar que é difícil continuar pelo caminho aberto em *Casa-Grande & Senzala*”, como se podia constatar:

Com efeito, com Sobrados e Mucambos Gilberto Freyre tentou continuar a obra começada, mas nada mais conseguiu além da aplicação dos mesmos conceitos de Casa-Grande & Senzala a aspectos menos importantes da paisagem social brasileira – e com muito menor força de convicção. Em Nordeste, Gilberto Freyre resumiu o que nos dois primeiros livros havia sobre Pernambuco e adjacências, fazendo uma espécie de “sumário” para maior comodidade do estudioso. Fora disso – é triste confessá-lo – o estudioso de Casa-Grande & Senzala se limitou a pequenos estudos de caráter histórico ou sociológico, simples repetições dos mesmos temas de interesse muito discutível. É claro que sempre há alguma coisa de aproveitável nesses estudos, mas não exatamente o que se podia esperar desse pernambucano que, num momento, se viu o homem mais lido do país. Não me refiro aqui aos Guias do Recife e de Olinda, mas a trabalhos elementares como Problemas Brasileiros de Antropologia ou a esse volume incrível que se chama Açúcar, de simples receitas de doce. Os que ainda lêem os artigos de Gilberto Freyre notam a pobreza dos seus temas, a precariedade dos seus assuntos, o desinteresse das suas opiniões. Não se sabe onde está o excelente escritor que fez da leitura de um livro enorme como Casa-Grande & Senzala um verdadeiro prazer – e é difícil imaginar que tenha sido esse mesmo escritor que produziu, por exemplo, a recente conferência Continente e Ilha. [...].¹³

¹³ Edison CARNEIRO, “Casa Grande & Senzala” (*Diretrizes*, 9 de setembro de 1943), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 243-4.

Passando da obra ao autor, Carneiro ainda fustigava Freyre com a afirmação de que ele teria deixado de dizer “as coisas com franqueza” à medida que suas idéias foram apropriadas por “brilhantes senhoras”, “eminências” e “íntegros estadistas”. Culpa, provavelmente, do “grande sucesso alcançado pelos seus primeiros livros e [do] espírito de clã dos seus amigos nacionais e estrangeiros, que com os seus eternos elogios estão prejudicando – e talvez liquidando para sempre – uma das inteligências mais compreensivas do Brasil”.¹⁴ Impressões semelhantes, muito semelhantes, às do crítico literário Eloy Pontes, a quem parecia “que Gilberto Freyre não estima[va] críticas e advertências... Afeiçoado ao espírito de clã, prefere panegíricos, mesmo de medíocres”. *Casa-Grande & Senzala*, por sua vez, tinha ares de ser “o livro único que Gilberto Freyre teve para escrever”, não fazendo desde então “mais nada senão esticar, repetir, estender aqui e ali tudo aquilo que ficara dito e escrito” em seu primeiro trabalho. “Defeito? Nem de todo”, prosseguia Pontes. “Acontece apenas que, tendo firmado finca-pés em coisas que se nos antolham frívolas diante das demonstrações e das conseqüências sociológicas premeditadas, corrigindo o antigo texto não lhe quis dar justas medidas, como o amadurecimento das idéias sempre sugere”.¹⁵

À parte toda a sua virulência, esses olhares em perspectiva lançados à obra de Freyre, no sentido amplo, tinham razão ao constatar a estreita relação temática e teórico-metodológica entre os diversos trabalhos que a compunham. Também estavam corretos ao repararem a plena ascendência de *Casa-Grande & Senzala* sobre os demais, tanto pela sua precedência quanto por sua influência. Todavia, mostravam-se equivocados ao reduzi-los todos a pálidos reflexos de algumas idéias originais, elas próprias dez anos envelhecidas. Como já demonstrou Ricardo Benzaquen de Araújo, tais reflexos não eram tão esmorecidos quanto os resenhistas queriam fazer crer: mais que repetir-se, o resenhado promovia, deliberadamente, *desdobramentos* de suas idéias-força, por mais difícil fosse continuar pelo caminho que ele mesmo abrira.¹⁶ Assim, aquilo

¹⁴ *Idem*, p. 244-5.

¹⁵ Eloy PONTES, “Casa Grande e Senzala” (*O Globo*, 18 de setembro de 1943), in Edson Nery da FONSECA (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 216 e p. 212, respectivamente.

¹⁶ Cf. Ricardo Benzaquen de ARAÚJO, *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*, p. 107-8 e *passim*. Ricardo Benzaquen lembra ainda que o próprio Freyre “sempre procurou apresentar *Casa-Grande & Senzala* como uma espécie de ponto de partida do seu pensamento, insistindo

que Carneiro, Pontes e, por certo, outros leitores identificavam como o esgotamento do manancial freyreano era, de fato, a realização de um *projeto* de análise e interpretação da formação do Brasil, cujo eixo articulador estava muito menos nos resultados expostos por *Casa-Grande & Senzala* que em seus alicerces – a documentação diversificada, o método crítico, o discurso sociológico, a atenção ao caráter pulsante do passado e às suas relações com o presente.

Pois este projeto, como apontado anteriormente, se materializava em larga medida a partir de um lugar específico, que não era outro senão a Coleção Documentos Brasileiros. Além de ter definido os seus princípios, de escolher e indicar títulos e colaboradores, de discutir procedimentos com José Olympio e, após 1939, com Octavio Tarquínio de Sousa, todos aspectos relativos à dinâmica interna do trabalho editorial, Gilberto Freyre era uma presença constante nos livros da série desde o seu surgimento, em 1936; basta notar, a princípio, que, dos 36 volumes nela publicados entre *Raízes do Brasil* e a nova edição de *Casa-Grande & Senzala*, seu nome aparecia em doze, ora como autor, ora como prefaciador de outros autores.¹⁷ Uma presença que, evidentemente, se espalhava muito além dos números: por mais diferentes que as obras fossem entre si, a cada prefácio, a cada apresentação, a cada introdução Freyre reiterava e renovava os pressupostos norteadores de uma nova forma de se pensar o Brasil e, em especial, a nossa história. Afinal, não bastava *realizar* uma nova abordagem do passado, era fundamental também – senão ainda mais – *anunciá-la* com destaque, para ressaltar seus esforços para a superação dos padrões estabelecidos e, sobretudo, valorizar as suas intenções.

O fato desse esforço se manifestar logo nas páginas de abertura de tantos livros nada tinha de fortuito. Como mostra o teórico francês Gérard Genette, um texto poucas vezes se apresenta sem o reforço e o acompanhamento de *paratextos*, isto é, produções, verbais ou não, que visam primordialmente a “assegurar sua existência no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo, sob a forma

inclusive em afirmar que ele não seria apenas o seu primeiro livro, mas a sua principal fonte inspiradora, fonte cuja influência se faria sentir ao longo de toda a sua obra”. *Idem*, p. 107.

¹⁷ Até 1943, antes da reedição de *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre publicara na coleção os livros *Nordeste* (1937), *Um Engenheiro Francês no Brasil* (1940), *O Mundo que o Português Criou* (1940), *Região e Tradição* (1941) e o *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife* (1942); como prefaciador, ele aparecia nos livros de Oliveira Lima (*Memórias*, 1937), Olívio Montenegro (*O Romance Brasileiro*, 1938), Julio Bello (*Memórias de um Senhor de Engenho*, 1938), Euclides da Cunha (*Canudos – Diário de uma Expedição*, 1939) e Mário Travassos (*Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*, 1942), além de assinar o texto de apresentação da coleção que servira de prefácio a *Raízes do Brasil*.

(ao menos em nossa época) de um livro”.¹⁸ No caso do paratexto específico que é o prefácio, ou a “instância prefacial”, por configurar-se como “um discurso produzido acerca do texto que segue ou que precede”, perante o qual goza de relativa autonomia, ele busca, em geral, oferecer ao leitor as informações tidas como imprescindíveis a uma perfeita compreensão do texto, explicando-lhe por quê e como deve lê-lo.¹⁹ Desta forma, embora se coloquem como o espaço privilegiado do “diálogo” entre a obra e o público, os prefácios efetivamente visam – o que não quer dizer que consigam –, de modo implícito ou mesmo explícito, a *orientar* a leitura conforme interesses pré-estabelecidos pelo seu autor, quiçá *conduzi-la*. Ou seja, exatamente o que Gilberto Freyre procurava fazer, tanto a cada edição de *Casa-Grande & Senzala* quanto na Documentos Brasileiros.

Vale recordar, a propósito, que a própria coleção fora apresentada aos leitores por meio de um prefácio do então diretor, no qual se frisava, como vimos, a atenção à documentação e ao conhecimento fundamentado do passado como a razão de ser do empreendimento. A lembrança é importante porque este mesmo acento continuou a marcar as participações de Freyre nos livros de outros autores, a começar já das *Memórias* de Oliveira Lima. Em seu prefácio, escrito para “atender ao editor e obedecer à viúva do grande mestre”, o discípulo era direto ao qualificar o texto como “um documento cheio de interesse humano e, ao mesmo tempo, um depoimento cheio de valor histórico”; tão “humano”, porém, que ele mesmo não tinha como deixar de reconhecer que suas páginas ainda se mantinham “quentes” e impiedosas com muitos dos personagens nelas citados, todos eles figuras de relevo da recente história política do país. Como justificar a publicação de uma obra desse tipo, ainda mais em uma série que, a despeito de suas pretensões, mal se iniciara? A saída foi reivindicar, habilmente, um novo

¹⁸ “La obra literaria consiste, exhaustiva o esencialmente, en un texto, es decir (definición mínima) en una serie más o menos larga de enunciados verbales más o menos dotados de significación. Pero el texto raramente se presenta desnudo, sin el refuerzo y el acompañamiento de un cierto número de producciones, verbales o no, como el nombre del autor, un título, un prefacio, ilustraciones, que no sabemos si debemos considerarlas o no como pertenecientes al texto, pero en todo caso lo rodean y lo prolongan precisamente por *presentarlo*, en el sentido habitual de la palabra, pero también en su sentido más fuerte: por *darle presencia*, por asegurar su existencia en el mundo, su ‘recepción’ y su consumación, bajo la forma (al menos en nuestro tiempo) de un libro. Este acompañamiento, de amplitud y conducta variables, constituye lo que he bautizado [...] el *paratexto* de la obra – véanse, dije, los adjetivos como ‘parafiscal’ o ‘paramilitar’. El paratexto es para nosotros, pues, aquello por lo cual un texto se hace libro y se propone como tal a sus lectores, y, más generalmente, al público. [...]”. Gérard GENETTE, *Umbral*, p. 7 (grifos do original).

¹⁹ É importante notar que Genette toma a “instância prefacial” em sentido amplo, sob suas mais diversas formas e nomes, incluindo os posfácios. Cf. *idem*, p. 137 (citação), *passim*.

olhar também para a história dos “grandes homens”, um olhar como o do diplomata pernambucano:

Há pessoas extremamente delicadas, a quem a leitura de memórias como estas, de Oliveira Lima, não fazem bem. São pessoas que preferem ver os grandes homens sempre olímpicos e cor-de-rosa. Ora, o bom livro de memórias, em vez de gritar para o grande homem, como a biografia oficial ou o elogio acadêmico, na voz mais doce deste mundo, “Pára, és perfeito”, grita-lhe que ande, que se mova, que continue a se mostrar imperfeito e humano como sempre foi. Por isto suas páginas são às vezes tão cruéis. Elas não deixam os grandes homens descansar na sua glória de estátuas. Elas fazem os grandes mortos descer até os vivos e se tornar carne e habitar de novo entre os homens.”²⁰

Ciente de que o conteúdo explosivo do livro faria Oliveira Lima deixar “a sua paz gloriosa de grande morto [...] para se tornar tão vivo como o mais vivo dos escritores atuais do Brasil”, destinado a “afrontar de novo as iras dos seus inimigos e dos seus críticos”, o prefaciador preocupava-se assim em condicionar a sua leitura à conotação de testemunho de uma época, para além das impressões pessoais de seu autor. Nisso estaria o valor maior daquelas memórias, que, ao revelarem “traços ignorados” e “aspectos desconhecidos” de pessoas e acontecimentos “de toda a importância na vida brasileira” *fin-de-siècle*, convertiam-se em “um documento do maior interesse para a compreensão e para a interpretação de uma época: os últimos dias do Império e os primeiros anos de República no Brasil”.²¹ Pelas mesmas razões, podia-se deduzir, elas não ficariam deslocadas entre os Documentos Brasileiros, nem afrontariam o espírito da coleção – muito pelo contrário, aliás.

Um ano depois, em 1938, necessidades semelhantes fariam Gilberto Freyre voltar a tais temas ao prefaciар os livros de Olívio Montenegro e Julio Bello, publicados em seqüência na coleção. A apresentação de *O Romance Brasileiro*, apesar de entremeada de elogios, não escondia o seu descontentamento com a estrutura e os enfoques do trabalho do amigo Olívio. Descrito como um crítico dotado de erudição literária e sociológica e profundo conhecedor do romance

²⁰ Gilberto FREYRE, [Prefácio], in Oliveira LIMA, *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)*, p. IX e p. VII (citação do parágrafo anterior).

²¹ *Idem*, p. IX e p. VIII, respectivamente.

brasileiro, inglês e norte-americano, ele ainda reunia “o gosto, o humor, o senso artístico de expressão e, ao mesmo tempo, um sentido humano da literatura, raros em nossos letrados e raríssimos em nossos críticos, quase sempre uns secarrões como [José] Veríssimo ou então uns estouvados como [Silvio] Romero”, mas era também “livre-atirador e voluntarioso”, fazendo da crítica do romance brasileiro “um pouco como o próprio romance para os melhores romancistas: uma aventura de personalidade”. Por isso, como seria impossível esperar dele “a disciplina dos críticos didáticos ou o senso de ordem lógica e cronológica dos historiadores da literatura pura ou da sociedade vista através da literatura”, Freyre novamente julgou por bem se antecipar a possíveis insatisfações dos leitores:

Parecerá mesmo a alguns que não se justifique a inclusão de um estudo tão sensível aos aspectos chamados subjetivos da vida, da arte e da crítica numa coleção como DOCUMENTOS BRASILEIROS, que se preza da objetividade entre os seus traços mais característicos. Mas nem o autor do estudo admirável que se segue deixa de dedicar a atenção devida aos aspectos objetivos da vida brasileira e da personalidade humana, vistas através do romance nacional, nem é do programa desta coleção um objetivismo doutrinário, imperativo, absorvente, pelo qual tudo se devesse interpretar ou explicar na cultura, no caráter e nas tendências do brasileiro.²²

Subjetividade e sensibilidade eram também as marcas do volume seguinte, as *Memórias de Um Senhor de Engenho*. Julio Bello, “um autêntico senhor de engenho pernambucano, Albuquerque dos bons, que ainda alcançou o tempo da escravidão e os dias de glória dos bangüês, dos pastoris e dos cabriolés”, estava longe de ter a dimensão pública do conterrâneo Oliveira Lima, e suas lembranças do cotidiano da sociedade do açúcar bem distantes de polêmicas nacionais; mesmo assim, seu livro era, no dizer de Freyre, uma “contribuição valiosa para o estudo da história social de Pernambuco”, justamente por retratar “figuras que só os bons escritores de memórias sabem salvar do esquecimento em que as deixa a outra história: a oficial; a dos sócios do Instituto; a dos historiadores solenes que

²² Gilberto FREYRE, Prefácio, in Olívio MONTENEGRO, *O Romance Brasileiro*, p. 12 e p.10-1 (citação do parágrafo anterior). Vale lembrar, aqui, que Gilberto Freyre já em 1936 havia expressado seus temores com a pertinência do livro do amigo na coleção em carta a José Olympio, como visto no capítulo anterior. Cf. Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 19 de dezembro de 1936. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1388.

apenas se interessam pelos homens públicos e pelas datas gloriosas: não enxergam nunca os parentes pobres dos heróis, às vezes tão cheios de interesse humano”.²³ Não deveria haver dúvidas, portanto, sobre o teor daquelas páginas, mais um *documento* de época cujo tom prosaico e “humanizado” definia todo o seu mérito, ao menos para os insatisfeitos com a historiografia estabelecida.

Os pilares de uma história “social”, contraposta à “outra história”, de corte político-biográfico, apareciam assim muito bem definidos nos textos de Gilberto Freyre. Constantemente reiterados, seria de se esperar que transcendessem os seus limites e repercutissem em outros pontos do circuito intelectual do país, o que, a julgar por alguns discursos produzidos no momento, de fato parecia ocorrer. Já em 1937, por exemplo, a edição de setembro do *Boletim de Ariel* trazia em suas duas primeiras páginas uma minuciosa resenha de *Nordeste*, cujo autor, um certo Eremildo Luiz Vianna,²⁴ principiava por situar os leitores perante as mudanças que vinham então ocorrendo:

*Animadora a nossa produção histórica atual. Se pululam as obras fracas,
aparecem outras que as sufocam. Sem dúvida, a escassez de pesquisas*

²³ Gilberto FREYRE, Prefácio, in Julio BELLO, *Memórias de Um Senhor de Engenho*, p. IX e p. XV, respectivamente. Já o autor, mais modesto, preferia advertir que ninguém encontraria naquelas páginas “o sensacional e o maravilhoso”, apenas as “recordações de uma vida que não teve nada de extraordinária nem de romântica”. Julio BELLO, *Memórias de Um Senhor de Engenho*, p. XXI-II.

²⁴ A bem da memória da historiografia brasileira, é forçoso notar que Eremildo Luiz Vianna é um dos mais lamentáveis personagens que já passaram pelo nosso campo. Durante longas décadas catedrático de História Antiga e Medieval na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), Vianna se notabilizou pelo reacionarismo e pelas perseguições sem peias que não hesitava em promover contra alunos e colegas. Suas ações mais tristemente célebres talvez tenham ocorrido nos primeiros anos da ditadura militar, contra a Professora Maria Yedda Leite Linhares e o então aluno de História Elio Gaspari, mas mesmo antes do regime de exceção ele já manifestava seu espírito autoritário, como recorda Wanderley Guilherme dos Santos: “[...] quando chegou no final de 1958, o [Álvaro] Vieira Pinto convidou a mim e ao Alberto (Coelho) para sermos assistentes dele. E eu tinha sido convidado para ser assistente da cadeira de Filosofia Geral também pelo Eduardo Prado de Mendonça. Eu fui à casa dele e disse que tinha sido convidado pelo Vieira Pinto e que ia aceitar o convite do Vieira Pinto. [...] Ele nos indicou da forma usual: os professores fulano, fulano e fulano para assistente da cadeira de História da Filosofia. [...] O Eremildo Vianna tinha ‘pinimba’ comigo porque eu havia sido presidente do diretório [acadêmico] no final do mandato do [Emanuel] Carneiro Leão. E ele foi o substituto. [...] Com o Alberto, por uma série de razões, entre outras porque disse barbaridades, segundo ele, como orador da turma. Então o Vieira Pinto nos indicou. O Eremildo simplesmente não nos nomeou, coisa que ele era obrigado, legalmente obrigado. Soubemos, eu e o Alberto – aí eu não sei, parte, alguma parte disso é verdade, eu não sei até que ponto é verdade, e se tudo ou que parte –, houve uma reunião da congregação da Faculdade Nacional de Filosofia em que o Eremildo levou o problema e disse que se ele fosse obrigado a me nomear que ele pedia demissão. Ele tinha um ano e pouco de mandato. Ele era diretor há um e pouco. Ao que parece, a congregação respaldou-o. Não sei quem estava nessa congregação, não sei quem votou a favor disso. Na época, isso é [sic] de uma violência, de uma arbitrariedade, porque isso ele não podia fazer. Não havendo outra forma de ingresso na carreira universitária, ele simplesmente – com uma arbitrariedade fora de propósito – cortou a carreira universitária do Alberto e a minha. Foi o meu primeiro encontro com a censura. Foi antes de 1964. E não foi brincadeira, não. [...]”. *Apud* Lúcia Lippi de OLIVEIRA, “As Ciências Sociais no Rio de Janeiro”, p. 259-60. Por conta de atuações tão dedicadas, ele mereceu várias homenagens, a mais conhecida delas prestada justamente por Elio Gaspari, criador do personagem “Eremildo, o idiota”, assíduo freqüentador de suas colunas jornalísticas.

tinha aumentado os erros de vista de conjunto da evolução de nossa civilização. Aos poucos, supre-se esta escassez. Avultam os trabalhos de história social. Tenta-se, com proveito, desenvolver este campo tão sedutor e perigoso do estudo da civilização.

*Gilberto Freyre é dos que, com vantagem, se colocaram à frente do movimento. Tem feito muito, explorando o terreno com segurança, topando de quando em vez com as dificuldades que oferece um caminho quase virgem. Não lhe faltam erudição e intuição de pesquisador, a que pôde acrescentar o manejo fácil das palavras. Os fatos sob sua pena tornam-se coloridos, sem a aridez que persegue os eruditos, que dela, tantas vezes em vão, procuram desvencilhar-se. As palavras se acomodam com plasticidade ao pensamento de Gilberto Freyre, permitindo-lhe expor com simplicidade e beleza.*²⁵

Quanto ao livro, “acessível” e “de doce leitura, conquanto às vezes se possa discordar de algumas coisas que encerra”, ele fazia com que não se estranhasse o fato do Nordeste açucareiro ter exercido “grande papel na formação histórica brasileira”, sendo mesmo, “em determinados momentos de nossa evolução, [...] o centro de civilização por excelência” – daí Vianna afirmar, talvez como resposta aos historiadores paulistas, não ser bairrismo “dizer o que os fatos nos mostram”. O mais importante, contudo, era que aquele volume da Coleção Documentos Brasileiros realizava “uma etapa decisiva para os estudos histórico-sociais, sem a aridez das biografias estéreis e sem o excesso de história política”, a qual deveria servir de referência para investigações análogas cerca de “outros tipos de cultura e civilização que o Brasil possuiu, mas que ainda não são conhecidos perfeitamente”.²⁶

Se não fosse distraído, o leitor decerto perceberia pouco adiante que mais um estudo desse tipo acabara de ser publicado na mesma coleção. A atenção se fazia necessária porque o comentário a *O Outro Nordeste*, ao contrário do que acontecera com o livro de Freyre, merecera apenas algumas linhas em um pé de página sem qualquer destaque ou assinatura, ao final de um artigo de Luiz da Câmara Cascudo e ladeado por duas outras breves notas bibliográficas, ambas achatadas pelo poema “Paris”, de Roberto Alvim Corrêa. Apesar da posição

²⁵ Eremildo Luiz VIANNA, “O Nordeste de Gilberto Freyre”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 12, setembro de 1937, p. 353.

²⁶ *Idem*, p. 354.

desfavorável, reflexo das hierarquias do nosso mundo das idéias à época, a apreciação louvava a “bravura intelectual” de seu autor ao se apegar à “formação social do Nordeste”, do Ceará especificamente, tema do qual extraíra “todos os postulados úteis à interpretação de recantos setentrionais ainda tão carregados de enigmas para nós outros, moradores do Sul”; com isso, segundo o resenhista, Djacir Menezes, “nome a que muitas robustas obras didáticas já deram rara preeminência entre os valores do momento”, realizava, “naquele extremo do Brasil, uma tarefa que, sob certos aspectos, equivale[ria] à do grande Gilberto Freyre no tocante a Pernambuco”.²⁷

Quem se interessasse em conferir veria que a observação era tão precisa quanto óbvia, pois o seu prefácio assumia o quanto o trabalho devia ao pernambucano, a começar do próprio título. De acordo com Djacir Menezes, Gilberto Freyre percebera muito bem como os “dois Nordeste” em questão representavam estudos complementares, “ambos com um sentido de interpretação histórica e social paralelos” – mesmo argumento, lembremos, apresentado por Freyre a José Olympio para justificar a publicação do livro na Documentos Brasileiros. Um sentido *interpretativo* cujo âmago estava na forma utilizada para a aproximação ao passado, visto que, como Menezes afirmava, já cessara o estudo da história como “mera catalogação de fatos e datas, encadeados consoante uma lógica racional, que o historiador ajusta. O desenvolvimento das ciências biológicas, antropológicas e sociais transformou a história e seus métodos”. Agora, o que interessava era “o passado bulindo de vida”, encontrável por caminhos diversos dos habituais:

A investigação da vida familiar, da casa como expressão ecológica, dos costumes sociais, dos hábitos alimentícios, como atiladamente entendeu Gilberto Freyre, faz-nos assistir ao passado bulindo de vida, em evocações ricas de conteúdo sociológico e expressão cultural.

Um pormenor significativo da existência doméstica, por exemplo, tem mais valor documental que longas divagações estéreis. Quando li num cronista cearense o anúncio comercial de remoto jornal de Fortaleza, por

²⁷ N/a, “Djacir Menezes – O Outro Nordeste – Liv. José Olympio Editora – Rio”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 12, setembro de 1937, p. 363. As “robustas obras didáticas” do autor, à época professor da Faculdade de Direito do Ceará, eram livros como *Princípios de Sociologia* (1934), *Introdução à Ciência do Direito* (1934) e *Pedagogia* (1935), entre outros. Na década de 1940, Djacir Menezes (1907-1996) se radicaria no Rio de Janeiro, assumindo cátedras na Faculdade Nacional de Filosofia e na Faculdade de Economia da Universidade do Brasil, onde desenvolveria longa carreira acadêmica, chegando inclusive à Reitoria. Cf. *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros*, p. 323.

*volta de 1870, avisando a freguesia de que a mais conceituada casa comercial permaneceria aberta até a extinção da vela de cera de carnaúba, tive diante de meus olhos todo um quadro social da colônia: o proprietário, de camisa arremangada, em chinelos, a fumar à porta, espiando a rua pacata e escura, a vela ardendo à soleira, o silêncio da cidade vagarosa nos seus hábitos provincianos, nas suas rodas de calçadas, nos seus bondes de burro, no seu lixo à rua, nos seus “jacarés” derramando água da chuva do telhado, nos seus coscuvilhos, nas suas notícias de 3 meses da metrópole, na sua vida pachorrenta, escorrendo igual e morna, arrepiada pelos pequenos mexericos locais...*²⁸

A prestigiosa *Revista do Brasil* também amplificou a defesa de uma nova história em seus propósitos e enfoques, como demonstram dois pequenos artigos publicados na seção “Notas e Comentários”, miscelânea dedicada, em geral, a expressar as opiniões da revista sobre os mais variados assuntos.²⁹ O primeiro deles, de agosto de 1938, após afirmar que, “entre nós, o estudo da História é encarado por muita gente como passatempo fastidioso ou ofício subalterno”, defendia como útil e imprescindível “o exame do passado em todos os seus aspectos, em todos os seus elementos”, pois “só assim se chegará a resultado justo na interpretação do presente e na preparação do futuro”. E concluía:

O conhecimento da História exige faculdades de introspecção social e de análise psicológica, dons de verdadeira vocação artística para que os fatos se reconstituam, as circunstâncias ressurgam e os acontecimentos e os homens, no seu significado profundo e na sua expressão social, ganhem uma nova vida que não deve trair a vida passada, com os seus costumes, crenças, tendências políticas, instituições, feição étnica, em suma, tudo que forma e define uma sociedade humana.

²⁸ Djacir MENEZES, *O Outro Nordeste*, p. 12-3 e p. 9 e 16 (citações do parágrafo anterior).

²⁹ Tania Regina de Luca explica que, “exceção feita ao primeiro número, que trouxe texto assinado pelo diretor explicando os objetivos do periódico, a *Revista do Brasil* não continha editorial, contrariamente ao que ocorreu em parte significativa dos números da primeira fase. A comunicação entre o periódico e os leitores ocorria apenas por meio da seção *Notas e Comentários*, não havendo nenhum espaço para acolher sugestões, críticas ou opiniões do seu público. As informações a respeito dos próximos números, apresentação de novos colaboradores, explicitação a respeito dos textos publicados eram feitas nesta seção, presente em todos os números. Aqui também eram abordados assuntos variados, desde pequenas notas sobre livros, autores, política cultural no Brasil e no exterior, além de textos, em geral bastante curtos, que condenavam o nacionalismo, o racismo e os regimes ditatoriais, com particular ênfase para a Alemanha. Os editores limitavam-se, em geral, a reproduzir notícias, acrescentando, por vezes, breves comentários”. Tania Regina de LUCA, “*Revista do Brasil* (1938-1943), um projeto alternativo?”, p. 330-1.

*Quem não sentir o choque poético não será nunca historiador, mas simples cronista, mero compilador de datas e sucessos, fazendo estatística de guerras e revoluções – tudo frio, tudo morto.*³⁰

O outro texto, aparecido em novembro do ano seguinte sob o título “Noblesse oblige...”, revelava-se, ao final, uma cobrança à casa dos Orléans e Bragança pelo “retorno dos preciosos arquivos” da família imperial ao Brasil, que, guardados no Castelo d’Eu, na França, estavam acessíveis apenas “a meia dúzia de afortunados”. Antes de explicitá-la, entretanto, o anônimo redator registrava o desenvolvimento do “gosto pelos estudos históricos e sociológicos referentes ao Brasil”, bem como o grande número dos que a eles se dedicavam, frisando não se tratar de uma “redescoberta lírica” ou “arrancada romântica em busca de pitoresco ou de cor local”; para ele, o movimento tinha “intuitos objetivos e visa[va] antes de tudo a um conhecimento mais íntimo e mais profundo da nossa formação, do nosso desenvolvimento, das peculiaridades de nossa existência nacional”. No caso do campo sociológico, isso resultava na substituição do cientificismo “um tanto simplório” por “métodos extremamente fecundos, que têm sempre em conta na explicação dos fatos sociais o elemento especificamente humano”, cujo melhor exemplo era dado pelos trabalhos de, não era difícil adivinhar, Gilberto Freyre. Quanto à história,

*[...] já ninguém se satisfaz mais com o que se poderia chamar a fachada dos fatos, com a simples cronologia. O que se pretende é fixar os motivos dos acontecimentos, as suas múltiplas causas, as reações várias, até onde os homens conduzem os sucessos ou são conduzidos por eles. Tudo isso, porém, exige um contato direto com todos os testemunhos do passado, numa verdadeira devassa, a que nada deverá escapar.*³¹

Todos estes exemplos, aos quais poderiam somar-se vários outros, ilustram bem a difusão, ao longo da década de 1930, do projeto freyreano de interpretação do Brasil. Bem assimilado pela crítica e, até onde é possível perceber, pelo público, ele passava assim de *proposta* a *modelo* de uma história

³⁰ N/a, “Notas e Comentários”. *Revista do Brasil*, ano I, n. 2, agosto de 1938, p. 202-3.

³¹ N/a, “Notas e Comentários – Noblesse oblige...”. *Revista do Brasil*, ano II, n. 5, novembro de 1939, p. 87-8.

mais ampla, dita “social” ou mesmo “cultural”,³² que, sem se esgotar em si mesma, era tributária da sociologia, da antropologia e mesmo da psicologia. O paralelo é tentador: num movimento e em moldes muito próximos àqueles desenvolvidos pelo grupo da revista *Annales* na França na mesma época, Gilberto Freyre personificava a inovação e a renovação da historiografia brasileira, cujas linhas gerais, tal como no caso francês, ainda se prendiam à tradição historiográfica oitocentista.

Pode então parecer paradoxal que o responsável por tantas e tamanhas mudanças na percepção do estudo da história no Brasil não afirmasse em momento algum ser *historiador* – nem sociólogo, antropólogo ou qualquer outra coisa que o identificasse a uma área específica do conhecimento. A rigor, ainda, ele sequer se preocupava com isso, embora sempre fizesse questão de demarcar e ressaltar a orientação de sua produção intelectual dentro do campo das modernas ciências sociais, ao qual se filiava indelevelmente. No entanto, tal falta de identidade científica, ou disciplinar, era até certo ponto natural em um contexto de incipiente vida acadêmica, no qual a indistinção entre as fronteiras do saber ainda prevalecia, ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos, onde Gilberto Freyre se formara, ou no citado caso francês, por exemplo. Ademais, ela de alguma forma facilitava a recepção de seus textos, à medida que todo o seu arcabouço teórico-metodológico, nem sempre simples, se diluía numa narrativa literária e envolvente, típica muito mais de um “escritor” que de um “cientista”, mesmo social. Um artigo de V. de Miranda Reis publicado no *Boletim de Ariel* em março de 1937 sob o título “A História Social do Brasil” é emblemático a esse respeito: primeiro, por afirmar, de pronto, que “a obra que vem escrevendo o jovem e já conspícuo *sociólogo* que é o Prof. Gilberto Freyre bem mereceria, se lhe quisesse dar o autor, o título geral de *História Social* do Brasil”; depois, por notar que era “uma verdadeira ressurreição [do passado] o que consegue esse *estilista* a serviço da história, ou esse *historiador e sociólogo* a serviço do estilo”.³³

³² Cf., por exemplo, Wilson Martins, “Notas à margem de *Casa Grande & Senzala*” (*O Dia*. Curitiba, 23 e 30 de dezembro de 1943), in Edson Nery da Fonseca (org.), *Casa-Grande & Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*, p. 271.

³³ V. de Miranda REIS, “A História Social do Brasil”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 6, março de 1937, p. 164 (destaques em itálico meus). Ainda a respeito dessa “indefinição” freyreana, que marcaria toda a sua vida e obra, não custa lembrar o expressivo título de um de seus livros, publicado em 1968: *Como e Por Que Sou e Não Sou Sociólogo*.

Alguns críticos mais especializados até tentavam ser mais precisos, como se pode perceber a partir do livro *Um Engenheiro Francês no Brasil*, publicado na Documentos Brasileiros em 1940. Com este trabalho, Freyre buscava oferecer “uma contribuição para o estudo da influência francesa no Brasil”, tomando como fonte primordial o “diário íntimo” de Louis Léger Vauthier, o engenheiro do título, que vivera em Pernambuco entre 1840 e 1846; um trabalho, como ele mesmo afirmava em seu prefácio, “menos interessado no estudo puramente histórico de fatos que no histórico-social e, quando possível, sociológico, de processos”.³⁴ Aproveitando-se do tema, convidou Paul Arbousse-Bastide, catedrático de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para fazer a sua apresentação, possivelmente para conferir maior reconhecimento ao volume e, por extensão, a si mesmo. O *status* pretendido se refletia já na forma deste prefácio, publicado na distinta língua francesa, e era corroborado pelas palavras do próprio Arbousse-Bastide:

*Gilberto Freyre a pensé – à tort ou à raison – que ses recherches sur le journal de Vauthier et l’influence française au Brésil pourraient être opportunément accompagnées de quelques mots d’un français hors de France, lui-même technicien intellectuel au service du Brésil. C’est à ce seul titre que je me suis permis, non pas de “préfacer” le livre de G. Freyre, mais d’exprimer très librement quelques réflexions inspirées par la lecture des bonnes feuilles de son livre et d’accepter l’honorifique voisinage auquel il me conviait. Qu’on veuille bien considérer ces lignes avant tout comme un amical hommage à l’éminent auteur de Casa-Grande & Senzala.*³⁵

³⁴ Freyre explicava ainda que o próprio diário de Vauthier, “adquirido em Paris pelo escritor Paulo Prado, meu bom amigo, de quem o recebi como amável lembrança”, também acabava de ser publicado, devidamente traduzido, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigido pelo velho amigo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Tendo ele, Freyre, se encarregado “de escrever para o diário de Vauthier as notas que fossem precisas para esclarecer a atividade do engenheiro francês nos seus seis anos de Brasil”, notara que a publicação “teria de ser completada pelo que resultasse do estudo, em documentos, em papéis oficiais e principalmente nos diários públicos da época – diários em que o nome do ilustre francês tomou por vezes o relevo de um nome de político, festejado por uns e combatido por grande número –, de traços daquela personalidade inquieta e da sua ação, às vezes inquietante, de inovador”. Tal resultado era justamente o livro que ora se apresentava, dedicado a Paulo Prado, por razões óbvias, e a Afonso d’Escagnolle Taunay, provavelmente pelo seu estudo “magistral” sobre *A Missão Artística de 1816* e pelos seus laços de família com a cultura francesa. Cf. Gilberto FREYRE, Prefácio do Autor, in Gilberto FREYRE, *Um Engenheiro Francês no Brasil*, p. 7, p. 8-9 e p. 15.

³⁵ Paul ARBOUSSE-BASTIDE [Prefácio], in Gilberto FREYRE, *Um Engenheiro Francês no Brasil*, p. II.

Liberdade tomada e comunicada, a “amigável homenagem” do professor se expressou ao longo de trinta e cinco páginas, vinte e duas das quais se converteram num verdadeiro ensaio acerca da condição de *sociólogo* do “eminente autor de *Casa-Grande & Senzala*”. Segundo ele, as reservas geralmente feitas à obra freyreana não punham em dúvida a sua importância, mas contestavam sua validade “primeiro com relação ao Brasil, em geral, depois com relação a um conhecimento científico das sociedades. Resumidamente, admite-se que Gilberto Freyre é um historiador regionalista, mas se nega que seja um sociólogo”. Problema maior, porém, era que justamente o reconhecimento da importância da obra relegava a segundo plano a discussão a respeito de sua natureza, discussão que, para Arbousse-Bastide, tinha grande relevância por colocar em questão não rótulos ou classificações prévias, e sim o próprio valor e alcance do trabalho.³⁶

Desnecessário dizer que o prefaciador, estabelecendo um minucioso e arguto debate com os principais livros (em especial com seus prefácios!) e algumas das influências (Boas, Mac Iver, o trio de Chicago Park, Burgess e McKenzie, além de evocar também Durkheim) de Gilberto Freyre, demonstra muito bem ao leitor o quão sociólogo era o pernambucano e o quanto isso sobrelevava sua obra. Mas o mais significativo de sua análise aparece quase ao final, quando afirma ser “curioso constatar que, nos últimos anos, a sociologia se mostra mais histórica, e que a história se revela mais sociológica. Enquanto a sociologia, partindo do abstrato, se esforça para alcançar o concreto, a história,

³⁶ *Idem*, p. IX. No longo parágrafo imediatamente anterior, Arbousse-Bastide abordara com mais detalhes a questão que lhe parecia fundamental: “C’est là une querelle que des critiques rigoureux ont cherché à Gilberto Freyre. Devant son admirable trilogie: *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos*, *Nordeste*, ils se sont inquiètes de savoir si ces œuvres pouvaient être considérées comme celles d’un sociologue. Nous voyons bien, insinuaient-ils, l’historien social d’un certain Brésil, celui du Nord tout particulièrement, qu’il ne faut pas confondre avec le Brésil du Sud; nous goûtons le “regionaliste”, le folkloriste, l’amateur de vieux meubles, le curieux de grimoires jaunis et de mémoires retrouvées, le gourmet retrospectif, chroniqueur des recettes de gâteaux d’autrefois [...]; l’anthropologiste [...]; le guide érudit des vieilles cités du nord colonial [...]; l’évocat précis et coloré des habitations d’autrefois [...]; mais insistait-on: où est le sociologue? Et sans se donner la peine de le chercher, parce qu’on contestait son existence, on soulignait les attaches intellectuelles de G. Freyre avec les Universités des Etats-Unis, l’influence de l’américain Boas sur l’auteur de *Casa-Grande & Senzala*, ainsi que ses tendances “historico-culturelles” voire même son goût pour l’explication économique et l’importance qu’il attaché à la sous-alimentation des populations métissées. Tout cela, affirmait-on en conclusion, n’a que peu de rapports avec la sociologie qui, par définition, doit dépasser le particulier et atteindre au general. Il est temps de reprendre le dossier du procès et d’arriver à une conclusion équitable. L’effort d’analyse et d’intelligence sociale qu’on trouve dans les oeuvres de Gilberto Freyre est assurément des plus remarquables. Quelle portée lui attribuer, quels espoirs peut-on fonder sur ce type de recherche, quel rapport a-t-il avec les grands courants de la tradition sociologique?”. *Idem*, p. VIII-IX (as supressões indicadas pelos colchetes dizem respeito às referências bibliográficas completas das obras de Gilberto Freyre relacionadas aos comentários expostos, a saber: *Açúcar*, *Novos Estudos Afro-Brasileiros*, *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife* e *Mucambos do Nordeste*, respectivamente).

conhecimento do concreto, se volta, conscientemente, ao abstrato” – constatação esta que o levava a ressaltar o seguinte:

*Cette double tendance se retrouve dans l'œuvre de G. Freyre, en lui le sociologue devenant concret et écologique, tandis que l'historien tend à l'abstrait et à l'institutionnel. Etrange chassé-croisé dont nous ne pouvons approfondir la signification pour l'instant, mais que nous signalons pour marquer à quel point notre auteur est bien de son temps, dont il porte tous les signes et toutes les inquiétudes.*³⁷

Bem de seu tempo e, poderíamos dizer, muito à vontade na intersecção de dois campos tão próximos quanto peculiares, Gilberto Freyre demonstrava assim, na própria postura intelectual, o seu apreço e a sua habilidade em *equilibrar antagonismos*, tal como fazia em seus escritos: na raiz de binômios interpretativos como casa-grande e senzala, sobrado e mocambo, senhor e escravo, branco e negro, masculino e feminino *et cetera*, estavam a sociologia e a história.³⁸ Longe de submeter uma à outra ou vice-versa, ele promovia a valorização e a

³⁷ *Idem*, p. XXIII-IV. Depois dessas afirmações é que viria a conclusão de Arbousse-Bastide acerca do caráter sociológico de Gilberto Freyre: “Par son goût pour la recherche des emprunts culturels, des zones de diffusion, des contacts migratoires et raciaux, par le rôle qu’il attribue aux modes de production et de distribution économiques, par l’importance qu’il attache aux techniques et aux artisans, par l’attention qu’il accorde à l’évolution des institutions, aux contraintes qui s’exercent dans leurs cadres et en un sens par elles, aux phénomènes de survivance, d’adaptation, de désadaptation et de distance sociale, par l’importance qu’il attache à la recherche des formes et des structures internes et externes des groupements sociaux, G. Freyre est vraiment, et d’une façon aussi peu exclusive que possible, au cœur des problèmes de fond et de méthode qui préoccupent les sociologues contemporains. Sa tentative – et il serait plus juste de dire sa réussite – est du plus haut intérêt pour la connaissance du Brésil d’autrefois et d’aujourd’hui. Elle ne saurait être indifférente à la préparation du Brésil de demain. On pourra peut-être lui reprocher l’abondance de la documentation et des perspectives, mais on ne pourra se plaindre de la diversité des faits et de la richesse des suggestions dont il se montre prodigue. Nous nous trouvons en face d’une méthode qui a déjà donné ses preuves eu d’une œuvre qui s’élargissant, ne peut qu’approfondir son sillon”. *Idem*, p. XXIV.

³⁸ De acordo com Ricardo Benzaquen de Araújo, a expressão “antagonismos em equilíbrio” pode ser tomada “como uma espécie de emblema da argumentação de Gilberto em *Casa-Grande & Senzala*”, remetendo a “uma situação na qual as divergências estabelecidas no interior da casa-grande [onde, como observa o autor, “a senzala acaba por se fazer culturalmente presente”] aproximam-se sensivelmente mas não chegam a se dissolver, conformando portanto uma visão altamente sincrética do todo”. Posteriormente, esta idéia-força também se faria presente, de diferentes maneiras, nos demais livros de Freyre escritos na década de 1930. Cf. Ricardo Benzaquen de ARAÚJO, *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*, p. 75 e *passim*. O próprio Gilberto Freyre diria, numa entrevista de 1978, acreditar ser “um maníaco da miscigenação: mistura de sangues, de valores, de estilos, de métodos. Na própria sociologia e na própria antropologia, ciências nas quais se presume que eu tenha sido um renovador, minha tendência tem sido para misturar métodos e abordagens. Tanto que o livro *Casa-Grande & Senzala* – temos que quase sempre voltar a ele – foi duramente criticado pelos ortodoxos de sociologia, quando apareceu, inclusive pelos americanos dos Estados Unidos, por não usar um método sociológico puro, mas misturar, ao método sociológico, os métodos antropológico, histórico e folclórico, e até a abordagem humanística, isto é, literária ou poética. Hoje, essa tendência para misturar métodos ou interpretações sociais é vitoriosa: é o que se chama ‘pluralismo metodológico’. De modo que se pode dizer que o Brasil foi pioneiro na introdução, nos estudos sociais, de um pluralismo metodológico inspirado na miscigenação”. Gilberto FREYRE, “Sou francamente paradoxal”, in Lourenço Dantas MOTA (coord.), *A História Viva*, v. I, p. 138.

aproximação entre ambas, chegando a um resultado híbrido e poliédrico cuja profunda e evidente diferença em relação àquilo que até então se entendia por “história” acabava justamente por afirmá-la em novos moldes. Tanto que, em 1946, quando o pioneiro *Casa-Grande & Senzala* chegou à quinta edição, “revista pelo autor e acrescida de numerosas notas”, o novo prefácio de Freyre informava que sua “série de estudos sobre a formação e desintegração do patriarcado escravocrata no Brasil” tomaria a partir daquele momento “o título geral de *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*”.³⁹ Coroamento perfeito para uma obra que, iniciada sob a ótica da “sociologia genética e [da] história social, pretendendo fixar e às vezes interpretar alguns dos aspectos mais significativos da formação da família brasileira”,⁴⁰ nunca dela se desviara.

OUTRAS NOVIDADES EM OUTRAS PÁGINAS

A publicação de *Casa-Grande & Senzala* por José Olympio não fez com que Gilberto Freyre diminuísse a sua participação na Coleção Documentos Brasileiros após 1943. Mesmo fora da direção, ele continuou a publicar e a reeditar ali seus livros, incluindo *Sobrados e Mucambos* (cuja segunda edição apareceria em 1951), enquanto tentava convencer o amigo editor a lançar uma etiqueta exclusiva para abrigá-los, a *Gilbertiana*.⁴¹ Continuou também a se fazer presente em muitos prefácios e apresentações de autores com os quais se

³⁹ Gilberto FREYRE, “Prefácio à quinta edição”. *Casa-Grande & Senzala* [5ª edição, 1946], p. 79. A série, segundo o autor, constaria de “*Casa-Grande & Senzala* (dois volumes), *Sobrados e Mucambos* (dois volumes), *Ordem e Progresso* (um volume), *Jazigos e Covas Rasas* (um volume) e *Documentos Ilustrativos* (dois a quatro volumes)”. *Idem, ibidem*. Como se sabe, os dois últimos títulos não chegaram a ser publicados.

⁴⁰ Gilberto FREYRE, “Prefácio à primeira edição”. *Casa-Grande & Senzala* [5ª edição, 1946], p. 44.

⁴¹ Pode-se dizer que Gilberto Freyre pretendia dar uma identidade própria ao conjunto de seus livros desde que acertara com José Olympio a edição de todos eles, ainda no início dos anos 1940, mas somente ao final da década é que a idéia se tornaria explícita. As indefinições do editor, porém, lhe provocariam grande irritação: em 1955, por exemplo, em carta a Gabriel Athos Pereira, irmão de José Olympio e diretor editorial da empresa, ele pedia “com todo o empenho, e como alguém que vem sendo seriamente prejudicado, que seja de vez abandonado o projeto grandioso de ‘obras completas’ minhas e que, em vez disto, sejam reeditados meus *Guias* de Olinda e Recife, *Sociologia*, *Região e Tradição*, *Artigos de Jornal* (com novo título). A não-reedição dos *Guias* e *Sociologia*, dez anos esgotados, vêm me causando prejuízos sérios. Peço transmitir isto ao nosso J. O.”. Carta de Gilberto Freyre a [Gabriel] Athos Pereira. Apipucos [Recife], 10 de [dezembro?] de 1955. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1634. Em 1958, com o projeto enfim definido e divulgado como “Obras Reunidas de Gilberto Freyre”, ele escrevia a José Olympio com outras intenções, para pedir “a V. e à Casa que nos anúncios da ‘Gilbertiana’ – a combinada Gilbertiana para os anúncios – retifiquem aquele ‘um monumento de nossos estudos sociais’, em que o ‘nossos’ evidentemente diminui o valor que vem sendo atribuído à obra a ser editada por grandes centros europeus e americanos, que consideram esse valor com mais amplitude”, pensando-a, segundo ele, “num plano universal e não limitando-a ao Brasil”. Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 6 de novembro de 1958. AJO/AMLB/FCRB, doc. 79/1564. Vale notar, ainda, que *Ordem e Progresso*, o terceiro título da “Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil”, apareceu em 1959 já na “Gilbertiana”, não na Documentos Brasileiros.

identificava, ressaltando sempre os pontos de contato entre eles e os princípios norteadores da coleção e, claro, de sua própria obra. Deste modo, daí até a concretização do sonho da série própria, em meados da década de 1950, seu nome assinaria mais sete livros e outros cinco textos introdutórios entre os cerca de quarenta novos volumes lançados sob a marca da palmeira.⁴²

De ambas as formas, portanto, Freyre continuava a fazer da Documentos Brasileiros o principal instrumento para a veiculação de seu projeto intelectual, àquela altura já reconhecido inclusive internacionalmente. Além das primeiras traduções de *Casa-Grande & Senzala* começarem a aparecer no exterior,⁴³ o autor era cada vez mais requisitado para participar de eventos e proferir conferências fora do país, como as realizadas na Universidade norte-americana de Indiana em 1944. Estas, a propósito, foram publicadas no mesmo ano nos Estados Unidos sob o título *Brazil: An Interpretation*, o qual pouco mais tarde, em 1947, apareceria na coleção como *Interpretação do Brasil*, em tradução de Olívio Montenegro, responsável também por um interessante prefácio. Neste, embora fizesse rápida menção ao velho texto sociológico de Paul Arbousse-Bastide, Montenegro acentuava, a todo o tempo, “o espírito histórico” do conterrâneo e amigo; o trabalho, por sua vez, oferecia ao leitor “o quadro sintético da evolução histórica e social do Brasil desde os seus fundamentos até os nossos dias”, elaborado com “o mesmo método de reconstrução histórica, através dos valores mais íntimos da vida social do Brasil, que ele adota em livros de entranhada análise como *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*”. Ou seja, de modo peculiar, pois:

⁴² De 1943 a 1954, data em que aparece o último texto de Gilberto Freyre na Documentos Brasileiros – o prefácio a *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, de Ernani Silva Bruno – a coleção publicou 43 novos volumes (cf. Anexo 2). Entre estes, os livros de Freyre são: *Perfil de Euclides e Outros Perfis* (1944), *Olinda – 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade Brasileira* (1944), *Interpretação do Brasil* (1947), *Inglese no Brasil* (1948), a citada reedição de *Sobrados e Mucambos* (1951), *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953) e *Aventura e Rotina* (1953). Quanto aos prefácios e apresentações, apareceram em *Tempo dos Flamengos*, de José Antonio Gonsalves de Mello Neto (1947), *O Negro na Bahia*, de Luís Viana Filho (1946), *Aparência do Rio de Janeiro*, de Gastão Cruls (1952), *Impressões da América Espanhola*, de Oliveira Lima (1953), e no mencionado *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, de Ernani Silva Bruno.

⁴³ A primeira edição de *Casa-Grande & Senzala* no exterior apareceu na Argentina, em 1942, pela Comisión Revisora de Textos de Historia y Geografía Americana, ligada ao Ministerio de Justicia e Instrucción Pública, e no ano seguinte já alcançaria a segunda edição, pela Emecé Editores. Depois, em 1946, o prestigioso editor Alfred A. Knopf lançaria nos Estados Unidos a primeira edição em inglês da obra, *The Masters and The Slaves*, um ano depois lançada também na Inglaterra. Nas décadas de 1950 e 1960, seria a vez da França, da Alemanha e da Itália conhecerem traduções do livro. Cf. “Edições de *Casa-Grande & Senzala*”, in Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala* [47ª edição, 2003], p. 673-5.

*Ao contrário de tantos dos nossos mais conhecidos historiadores, Gilberto Freyre não se coloca em face da vida brasileira como mero paisagista, que procurasse fixar dessa vida apenas os quadros, as cenas ou as figuras que dão mais na vista pelas suas virtudes heróicas ou pelo seu relevo dramático. Não se mostra ele como certos e requintados autores, que têm o pudor dos fatos anônimos, pequenos, humildes, desses fatos que mesmice da rotina como deixa em constante penumbra, e em que nunca parecem tocar senão usando o maior luxo de cautelas – apenas com as pontas dos dedos. Em verdade, esse como “grã-finismo” científico é que quase sempre leva a uma desfiguração da história: a essa espécie de história que fosse unicamente para o culto dos heróis nacionais, sem nada de uma realidade social por trás deles, que os exprima heroicamente, e os ponha em uma relação umbilical com o seu povo.*⁴⁴

O texto, como se vê, nada trazia de diferente frente a tudo que já se dissera de Gilberto Freyre. E é precisamente por isso que merece destaque, por indicar como, depois de quase década e meia de louvações, o discurso da “novidade” começava a ficar gasto, por mais originais fossem os objetos de sua apreciação. Pelo mesmo motivo, ele encontra perfeito contraponto na crítica que um velho conhecido de Freyre faria ao seu livro seguinte, *Ingleses no Brasil*, de 1948. Em dois artigos para o *Diário de Notícias* carioca, Sérgio Buarque de Holanda punha em discussão o “impressionismo” do autor, palavra que “sempre me pareceu e me parece sobretudo agora, com a publicação de *Ingleses no Brasil*, das mais aptas para descrever seu método de historiador”. Sem negar “a complexidade e o zelo do autor na elaboração dos seus livros”, muito menos a “contribuição que assegura a Gilberto Freyre um posto singular entre os estudiosos de nossa história social”, Sérgio Buarque pontuava as falhas envoltas em um texto sedutor, como de costume, para concluir:

Não me parece que apontar excessos ou omissões em estudo tão opulento e por tantos aspectos admirável, como Ingleses no Brasil, signifique diminuição para esta obra. Pode-se, com pouco exagero, dizer que se acham quase irremediavelmente vinculados ao método seguido por seu autor. Método comparável, em suma, ao de certos pintores, que,

⁴⁴ Olívio MONTENEGRO, “Prefácio”, in Gilberto FREYRE, *Interpretação do Brasil*, p. 27-8.

empenhados em iluminar sua verdade, costumam carregar alguns traços (esbatendo naturalmente outros) a fim de dar-lhes o indispensável relevo. Sem este recurso ao traço grosso, creio que muitas verdades e problemas ficariam para sempre indevassados, o que seria para lamentar. E os enganos que suscita serão por vezes o avesso necessário de eminentes virtudes.

*Apenas a obrigação da crítica é não silenciar cautelosamente sobre eles, antes denunciar e acentuar, quando preciso, sua presença. Nisto consiste uma das possibilidades daquele diálogo entre autor e leitor que faz a sedução de algumas obras-primas. Não pensará de outro modo Gilberto Freyre ao sugerir, forçando ainda aqui o traço grosso, que, quando bem escritos e documentados, os livros incompletos, pela colaboração que reclamam, seriam talvez melhores do que outros, suficientes e bem acabados.*⁴⁵

Ao vincular os problemas do livro à metodologia freyreana, Sérgio Buarque acabava por denunciar uma história que, apesar de muito diferente, podia ser tão “desfigurada” quanto aquela produzida pelos autores “requintados” criticados por Olívio Montenegro. Isto, obviamente, de nenhuma maneira significava compactuar com o “grã-finismo” que os trabalhos do pernambucano contestavam, mas sim evidenciar os seus limites, que existiam, e sugerir outras possibilidades, outros caminhos para abordagens *também* novas, *também* modernas do passado, para além do tal “impressionismo” a que Freyre, por suposto, se prendia. Nesse sentido, revelando o horizonte historiográfico para o qual olhava, ele lembrava, de passagem, “o esforço de muitos modernos historiadores, desde Ranke, e de numerosos sociólogos, desde Max Weber e antes”, que visava precisamente a “tentar emancipar as ciências humanas” da “prepotência” do objetivismo das ciências naturais e matemáticas, bem como a “tentar criar, por sua vez, novos sendeiros que sirvam a tais ciências [as humanas] e particularmente à compreensão histórica”.⁴⁶

Coincidência ou não, *Inglese no Brasil* tinha como prefaciador um autor cuja obra bem ilustrava uma outra forma possível de compreensão histórica, que tinha lugar também na mesma Coleção Documentos Brasileiros: seu próprio

⁴⁵ Sérgio Buarque de HOLANDA, “A propósito de *Inglese no Brasil*” e “Ainda *Inglese no Brasil*”, in Sérgio Buarque de HOLANDA, *Tentativas de Mitologia*, p. 123-4 (destaque do original) e p. 113, 115 e 118 (citações do parágrafo anterior). Infelizmente, o livro não traz as datas originais da publicação dos artigos.

⁴⁶ *Idem*, p. 115.

diretor, Octavio Tarquínio de Sousa. Sem trilhar o sendeiro aberto pelos alemães, como o amigo Sérgio, nem enveredar pela história “social” do amigo Gilberto, Octavio Tarquínio procurava, em suas biografias, unir a objetividade historiográfica à história “íntima”, “humana”, das vidas em foco, como ressaltava desde a publicação da primeira delas, *Bernardo Pereira de Vasconcelos e Seu Tempo*. Foi, porém, no prefácio a *Diogo Antônio Feijó*, de 1942, que mais se alongou e se aprofundou na explicação dos pressupostos de seu trabalho, provavelmente devido ao biografado ser “das personagens mais celebradas do nosso passado; toda a gente tem opinião feita a seu respeito e talvez nem Pedro I, nem José Bonifácio, nem Pedro II o excedam em prestígio ou notoriedade”.⁴⁷ Como ele advertia, seria tão fácil quanto equivocados “seguir o caminho largo e acessível que os outros já tomaram e repetir, quanto possível em estilo próprio, uma história já muito conhecida”; necessário era escapar aos “olhos deslumbrados de panegiristas” e ao “rancor e [à] má vontade de inimigos póstumos e ainda tão encarniçados como os contemporâneos”, para “descobrir o indivíduo tal como ele foi na sua humana realidade, e não como no-lo impingiram apologistas e detratores”. Este foi o mote para a apresentação de sua oficina:

Visando àquele fim, não poupei esforços na pesquisa, ora penosa, ora absorvente e confortadora, de todos os elementos, de todo o material indispensável à reconstituição da vida de Feijó. Fi-lo com cuidado, fi-lo com rigor, em bibliotecas e arquivos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dei aos nomes e às datas toda a importância que realmente devem ter, sem, entretanto, chegar a restringir a história, e particularmente a biografia, ao mero levantamento cronológico ou ao fastidioso relatório tão do gosto de certos caçadores de lêmbras. Se me fosse dado conhecer particularidades acerca do dia e da hora em que caiu o umbigo do “inocente Diogo”, obter informações seguras quanto à cor do cavalo ou da besta em que primeiro montou, apurar com exatidão em que época teve a sua primeira dor de dentes, ser-me-ia muito grato. Nada, em última análise, é ocioso ou inútil para o conhecimento de um homem, e

⁴⁷ Octavio Tarquínio de SOUSA, “Prefácio”. *Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*, p. IX. Ao abordar este mesmo livro, Márcia de Almeida GONÇALVES também nota que seu prefácio diferenciava-se, por mais elaborado e explicativo, das breves notas com que Octavio Tarquínio de Sousa abrira as biografias anteriores; para a autora, porém, isso dá a impressão de que Tarquínio, “naquela altura de sua trajetória intelectual, podia já demonstrar conhecimento adquirido na escrita de um gênero cada vez mais presente na produção letrada nacional. Falava o biógrafo, a esclarecer e dignificar funções e idiosincrasias de suas escolhas autorais”. *Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*, p. 53.

as coisas mínimas podem, muita vez, explicar as maiores. Mas não me parece que só à vista de tais elementos se possa fazer uma boa biografia, nem que um equívoco a respeito de ponto secundário diminua o valor da obra honestamente realizada.

Sem embargo do maior rigor na busca e no exame de todos os elementos históricos e dos mais minuciosos dados pessoais do biografado, é indispensável que ao biógrafo favoreça um pouco de imaginação, não para “solicitar os textos”, segundo o perigoso conceito renaniano, mas para recriar a vida que se extinguiu e restaurar o tempo que passou. É então que o trabalho do historiador se acrescenta dos dons do artista e transcende da simples cronologia.

Tudo isso, porém, exige a máxima prudência, de par com a mais escrupulosa submissão aos fatos tal como se consumaram. O biógrafo não tem liberdade de criação. Ao contrário do romancista, que estabelece para as suas personagens um plano próprio de vida e de duração, mais ou menos próximo do que o espetáculo do mundo lhe oferece, embora, no fundo, sempre arbitrário e pessoal, o historiador, ou melhor, o biógrafo, deve respeitar passivamente o curriculum vitae do herói estudado, aceitá-lo nos seus limites, na sua estatura física e moral, subordinando-se a todas as peculiaridades da sua índole e a todos os passos de sua existência.⁴⁸

A tarefa, Octavio Tarquínio reconhecia, não era simples ou fácil. Sua referência, apesar dos ecos rankeanos ouvidos em seu texto, era “a receita de Lytton Strachey, que manda desprezar tudo quanto é redundante e não perder nada do que é importante”. Mesmo assim, confessava não lhe ter faltado “aqui e ali, em atenção a uma maior unidade do livro ou em proveito da sempre desejada beleza literária, a tentação de omitir, de resumir, de condensar”, embora só o tivesse feito “quando não me pareceu acarretar o sacrifício de qualquer traço essencial”. Afinal, completava ele, “quanto maior for a conformidade do biógrafo com a vida que pretende fixar, mais verdadeira será a obra, mais fiel, mais parecido será o retrato”, o qual, “sem cingir-se à simples técnica fotográfica”, promoveria “a sondagem de uma alma” e o “corte em profundidade de uma época”.⁴⁹

⁴⁸ Octavio Tarquínio de SOUSA, “Prefácio”. *Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*, p. X-XI e p. IX-X (citações do parágrafo anterior).

⁴⁹ *Idem*, p. XI. É importante notar que, embora com propósitos diferentes, Márcia de Almeida GONÇALVES também destaca praticamente os mesmos pontos do prefácio aqui apresentados, algo natural devido à sua

Em torno desse eixo girava toda a produção do autor, que ainda lançaria, sempre na Coleção Documentos Brasileiros, os livros *José Bonifácio*, em 1945, e *A Vida de D. Pedro I*, em três volumes, em 1952.⁵⁰ Em cada um deles, renovaria seus compromissos com a recuperação da vida e da época de seus personagens, sem “juízos preconcebidos” ou “intenções prévias de denegrir ou de louvar”,⁵¹ e evitando “a biografia romanceada, tão do agrado de numerosos leitores, a despeito de sua completa falsidade”.⁵² Sua preocupação, parece claro, era a de *afirmar o estatuto historiográfico do gênero biográfico*, como deixaria explícito logo no início do prefácio ao trabalho sobre Pedro I, ao notar que “o estudo biográfico é em seus fundamentos e em sua técnica *obra histórica*, e, se não prescinde, como qualquer outro trabalho que participa da arte literária, do favor da imaginação e do socorro de dons estéticos, deve apoiar-se sempre em fatos e documentos”.⁵³ Uma preocupação óbvia apenas na aparência, pois, como observaria o contemporâneo José Honório Rodrigues, “talvez se possa dizer que na biografia, mais que em qualquer outro campo da historiografia, o conhecimento histórico se aproxima muito da arte”, condição que a tornava “mais lida que a própria história”. Não apenas isso: “porque ela humaniza o passado e enriquece a experiência do presente, sua popularidade cresce de tal modo que as vidas romanceadas têm-se tornado um dos piores instrumentos de adulteração da história”.⁵⁴

importância para a compreensão do trabalho de Octavio Tarquínio. Cf. *Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*, p. 53-6.

⁵⁰ Todos os seus estudos biográficos, mais os trabalhos *A Mentalidade da Constituinte* e *História de Dois Golpes de Estado* e outros artigos esparsos, seriam reunidos numa coleção própria, a *História dos Fundadores do Império do Brasil*, lançada pela José Olympio em 1958. Composta de dez volumes, esta coleção assim se organizava: volume I, *José Bonifácio*; volumes II, III e IV, *A Vida de D. Pedro I*; volume V, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*; volume VI, *Evaristo da Veiga*; volume VII, *Diogo Antônio Feijó*; volume VIII, *Três Golpes de Estado* (livro que reunia *A Mentalidade da Constituinte* e a *História de Dois Golpes de Estado*), volume IX, *Fatos e Personagens em Torno de um Regime* (coletânea de artigos), tendo o volume X reservado apenas aos índices e à bibliografia geral.

⁵¹ Octavio Tarquínio de SOUSA, [“Prefácio”]. *José Bonifácio (1763-1838)*, p. 11. Diferentemente dos anteriores, este livro aparecera primeiro em espanhol, escrito que fora “a pedido da grande editora mexicana Fondo de Cultura Económica” para sua coleção *Tierra Firme*. Conforme explicava o autor, a versão que então se publicava em português era praticamente a mesma, “salvo um ou outro acréscimo ou correção de última hora”. *Idem, ibidem*.

⁵² Octavio Tarquínio de SOUSA, “Prefácio”. *A Vida de D. Pedro I*, p. XVII.

⁵³ *Idem, ibidem* (grifo meu).

⁵⁴ José Honório RODRIGUES, *Teoria da História do Brasil*, p. 209. Historiador interessado na discussão do saber histórico e da produção desse saber, o carioca José Honório Rodrigues (1913-1987) foi dos primeiros no Brasil a escrever sobre historiografia, metodologia e teoria da História. *Teoria da História do Brasil*, publicado em 1949, tendo como base o curso de História do Brasil que desde 1946 ministrava no Instituto Rio Branco, procurava “oferecer aos estudantes de história geral e do Brasil, aos professores secundários, aos estudiosos ocupados com a história concreta, uma visão de conjunto dos principais problemas de

Crucial para marcar a identidade do trabalho e do próprio autor, o empenho de Octavio Tarquínio de Sousa não deixaria de ser reconhecido e saudado pela crítica. Logo em 1937, a propósito de *Bernardo Pereira de Vasconcelos e Seu Tempo*, Lúcia Miguel-Pereira notava, de modo geral, que, “sem sensibilidade para poder se pôr no lugar dos homens do passado para compreender-lhes a situação, sem espírito de crítica e de síntese para apreender o sentido dos acontecimentos, o ensaio histórico não passará de relatório”. As biografias, em especial, com seus “muitos pontos de contato com o romance”, eram “uma forma de criação. Ou melhor, uma recriação. Se o biografado não sofrer, no espírito de quem o estuda, essa verdadeira gestação espiritual, não viverá no livro. As suas ações serão anotadas, mas ele estará ausente”. Tudo para destacar que o livro, “aquecido pela presença humana”, não tinha “a frieza das simples narrativas históricas”, nem era “uma mera evocação”, mas “uma ressurreição” – marcas que, por criarem “laços sentimentais” com o leitor, comprovavam ser a biografia “o melhor meio de fazer história”: no caso, “através da evolução de Vasconcelos, das suas lutas, até das suas fraquezas, evocado para explicá-lo e situá-lo no seu quadro, o Brasil de então se torna para nós muito próximo, muito compreensível”.⁵⁵

Vindas de uma respeitada crítica literária e escritora, ela mesma autora de uma celebrada biografia de Machado de Assis publicada no ano anterior,⁵⁶ as palavras nada tinham de vazias. Profunda conhecedora do gênero, a articulista do *Boletim de Ariel* demonstrava perceber também o sentido propriamente historiográfico posto em cena por Octavio Tarquínio:

metodologia da história. Da história do Brasil tão-somente, já que os exemplos ilustrativos são puramente brasileiros”. Menos de uma década depois, em 1957, saía a sua segunda edição, reformulada pelo autor “diante da necessidade de atender às críticas e observações dos estudiosos e de um público leitor muito mais informado e exigente, preparado pelas faculdades de filosofia”. Nesta reformulação, o capítulo sobre os “Gêneros históricos” foi o que sofreu maior modificação, incluindo a parte sobre a biografia; posteriormente, nas edições seguintes, a estrutura sofreria apenas atualizações, mantendo-se suas características fundamentais. Cf. *idem*, p. 11, 15, 18 e 21-3. A observação é necessária porque o texto aqui utilizado é o da quarta edição, de 1978.

⁵⁵ Lúcia MIGUEL-PEREIRA, “Uma biografia”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 10, julho de 1937, p. 297.

⁵⁶ O livro *Machado de Assis – Estudo Crítico e Bibliográfico*, de Lúcia Miguel-Pereira, fora publicado na Coleção Brasileira e receberia, em 1937, o prêmio da Sociedade Felipe d'Oliveira como o melhor livro do ano anterior. A perspectiva crítica adotada pela autora diante do maior nome da literatura brasileira gerou polêmica, fato que motivou o comentário sarcástico de seu marido, justamente Octavio Tarquínio, em carta ao amigo Gilberto Freyre: “Fiquei muito satisfeito com o seu juízo sobre o *Machado de Assis* da Lúcia, que me pareceu, no gênero, a melhor coisa que já se fez aqui. A contraprova está no ataque mesquinho dos Eloys, Agripinos e Marques Rebelo. Diz o nosso caríssimo Gastão [Cruls] que, se o prêmio da F. de Oliveira fosse de 10 ou 20 contos, a Lúcia seria assassinada...”. Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a Gilberto Freyre. Petrópolis, 4 de fevereiro de 1937. AFGF, CRB72p1doc5.

*É que, sem desprezar a documentação – que é das mais valiosas e das mais copiosas –, ele escreveu a sua biografia apreciando nos homens e acontecimentos que estudou o seu aspecto vivo. Apanhou-os em flagrante, em pleno movimento. Pode-se dizer que viveu a época que descreveu. Mas viveu-a com a consciência de um homem de hoje, isto é, de alguém que, embora inteiramente despreocupado de intenções moralistas e julgadoras, pôde observar homens e fatos com a perspectiva que permite a síntese e a visão panorâmica.*⁵⁷

Por fim, ao concluir que Octavio Tarquínio realizara “uma grande obra, onde se equivalem a verdade histórica e o valor literário”, Lúcia Miguel-Pereira lhe projetava ainda uma função *pedagógica*: segundo a autora, este equilíbrio, “pouco comum no gênero”, era o “único capaz de fazer com que os brasileiros se interessassem pelas grandes figuras da sua terra”.⁵⁸ A afirmação, como mostra Márcia de Almeida Gonçalves, refletia uma faceta importante do debate sobre a produção biográfica de que se ocupava a crítica dos anos 1930, o desejo do redimensionamento da história pátria por meio da “humanização” de seus “grandes personagens”. Devidamente mediada por uma narrativa também “viva”, que não se limitasse à estéril sucessão de nomes, datas e acontecimentos, esta “humanização” promoveria o encontro tanto do individual com o coletivo quanto do presente com o passado.⁵⁹ A própria resenhista evidenciava isso em seu parágrafo final, ao dizer que “Bernardo Vasconcelos, que nem nome em rua tem, é das maiores e, até agora, era das mais ignoradas [figuras da nossa terra]. E ressurgiu do túmulo para nos provar quanto é injusta e ridícula a nossa indiferença pelos homens do passado”.⁶⁰

Na década seguinte, em 1946, o historiador José Honório Rodrigues também reputaria o recém-lançado *José Bonifácio* como “um grande livro”. Em

⁵⁷ Lúcia MIGUEL-PEREIRA, “Uma biografia”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 10, julho de 1937, p. 298.

⁵⁸ *Idem, ibidem*.

⁵⁹ Cf. Márcia de Almeida GONÇALVES, *Em Terreno Movel. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*, p. 126. Sobre o debate em torno do gênero biográfico, cf. todo o capítulo II, “Uma epidemia biográfica?”.

⁶⁰ Lúcia MIGUEL-PEREIRA, “Uma biografia”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 10, julho de 1937, p. 298. No mesmo espírito das observações de Lúcia Miguel-Pereira, no mês seguinte o *Boletim de Ariel* traria mais um breve comentário sobre *Bernardo Pereira de Vasconcelos e Seu Tempo*, que o caracterizava como “um grande livro, dos melhores que tem produzido a nossa literatura histórica. Bernardo Pereira de Vasconcelos não nos aparece aí visto à distância, tantos anos depois da sua morte, de o levarem para o obscuro recanto do hoje esquecido cemitério de Catumbi. Aparece-nos como um contemporâneo. [...]”. N/a, “*Bernardo Pereira de Vasconcelos e Seu Tempo* – Octavio Tarquínio de Sousa”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 11, agosto de 1937, p. 336.

sua interpretação, o autor possuía, “como poucos, não só as qualidades do pesquisador que se baseia em documentação autêntica, como também as virtudes da imaginação e especulação indispensáveis à interpretação crítica de uma vida” – observação importante porque, enquanto nas primeiras residiria “o caráter científico da história: a descoberta da verdade”, as demais denotariam “a obra da apresentação mais literária que científica”. Desta forma, “a ciência e a pesquisa encontram e explicam os fatos, a imaginação e a arte esclarecem e expõem sua significação”, algo que, naquele título, assim se materializava:

Não se limita Octavio Tarquínio a contar os fatos da vida de José Bonifácio, como os encarou, contornou e venceu. Nem nos diz apenas as experiências de sua passagem terrena; define suas idéias sociais e econômicas, seu caráter, seu realismo político, sua ideologia internacional, seus serviços, seus defeitos e sua obra.

[...] Não tenta um juízo moral; delinea cuidadosamente a contribuição original do indivíduo aos acontecimentos. Registra e compreende as origens e formas de sua ação, os sofrimentos como criatura, as virtudes como cidadão. Não é só o solo ou o acompanhamento que surgem, mas o concerto, o conjunto de sua vida pessoal e de suas atividades públicas.⁶¹

Mas o ponto-chave de sua abordagem, até aqui muito próxima à de Lúcia Miguel-Pereira, viria pouco adiante, ao afirmar que “a ciência da pesquisa, o exame crítico das fontes, o método, o estudo prolongado e a intensa diligência tornam este livro um grande exemplo do amadurecido pensamento histórico”.⁶² Sem menosprezar a narrativa, antes pelo contrário, José Honório Rodrigues via como muito mais decisivo para o seu sucesso a ourivesaria especificamente *historiográfica*, invertendo portanto a perspectiva da crítica tradicional, de corte

⁶¹ José Honório RODRIGUES, “José Bonifácio”, *História e Historiadores do Brasil*, p. 149.

⁶² O parágrafo todo diz: “A ciência da pesquisa, o exame crítico das fontes, o método, o estudo prolongado e a intensa diligência tornam este livro um grande exemplo do amadurecido pensamento histórico. Juntem-se a isso aquela compreensão humanista de que falava [Joseph] Conrad e especialmente a familiaridade do autor com o período e a personagem. Lêem-se todas as páginas com sofreguidão, porque se tem a imagem de que José Bonifácio acaba de nos ser apresentado. É como se ele estivesse conversando conosco em carne e osso, contando-nos ele próprio a sua vida, fazendo-nos rir, fazendo-nos sentir a sua grandeza. Só sentimos a grandeza de um homem quando dele nos aproximamos. Esta é sua prova suprema. Crescer ainda ao contato na nossa impureza. E desta prova de humana aproximação promovida por Octavio Tarquínio sai José Bonifácio ainda mais engrandecido. Ele resistiu ao teste, como autêntico líder que sempre foi. Para isso, Octavio Tarquínio soube consultar a correspondência, ler suas cartas, ouvir seus risos e suas anedotas, conversar por longos e aturados dias com sua personagem. Mas não se deixou influenciar apenas pelas suas proezas; mostrou também a pressão dos vários fatores que geraram suas atividades”. *Idem*, p. 150.

literário, para assim reconhecer no texto de *José Bonifácio* uma identidade precisa, tal como pretendia o seu autor. Não por outra razão, ele encerrava a resenha com a exaltação da “exata erudição”, do “triunfo sobre a documentação” e da “familiaridade com o biografado” demonstradas por Octavio Tarquínio, características todas que faziam de sua obra “a mais inteligente interpretação crítica de José Bonifácio” e a tornavam “um acontecimento raro na historiografia brasileira”.⁶³

O remate de José Honório foi perfeito. A atenção às particularidades e aos fundamentos do trabalho do historiador tornava Octavio Tarquínio de Sousa uma exceção, tanto em meio à grande produção de biografias do período quanto frente ao tradicional personalismo cultivado no âmbito do Instituto Histórico. Mesmo entre os muitos títulos de caráter biográfico que ele próprio acolhia na Documentos Brasileiros, poucos conseguiam alcançar semelhante reconhecimento, e não é casual que estes fossem, em geral, escritos por literatos sobre outros literatos, como *A Vida de Lima Barreto*, de Francisco de Assis Barbosa, ou a reedição do já mencionado *Machado de Assis* de Lúcia Miguel-Pereira; independentemente do tratamento que davam ao passado, livros assim eram tidos *a priori* como pertencentes a um ramo “específico”, portanto diferente, da história: a história *da literatura*, vertente também bastante contemplada pela coleção, da reedição de clássicos como as *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero e de José Veríssimo à produção dos novos, como Pedro Calmon, Luís da Câmara Cascudo e, mais uma vez, Lúcia Miguel-Pereira.⁶⁴

Quando personalidades “históricas” – isto é, da história *política*, bem entendido – entravam em cena, sem contar com as presumidas prerrogativas estéticas e artísticas da abordagem literária, as armadilhas da escrita biográfica pareciam tornar-se mais perigosas para a história. Os comentários finais de uma resenha de Sérgio Buarque de Holanda sobre o volume 67 da coleção, *Epitácio*

⁶³ *Idem*, p. 151.

⁶⁴ Obviamente, a história *da literatura* (como de qualquer outra coisa) é, antes de tudo, *história*. No entanto, a relação entre ambos os campos foi historicamente percebida no sentido inverso: como lembra Fernando Novais, “o historiador procura reconstituir a realidade, por isso a história como discurso [isto é, como narrativa do acontecer humano] é uma utopia. É a idéia de que só é possível recriar o mundo no texto – o que, evidentemente, talvez só seja possível na arte, ainda que de modo muito específico. Por isso que a história, até o começo do século XX, é parte da literatura. Se se tomar as histórias da literatura até a *Belle Époque*, todas têm capítulos referentes à historiografia. Os períodos são marcados por estilos, e dentro de cada estilo estuda-se ‘poesia’, ‘romance’, ‘teatro’ (antigamente ‘oratória’), e ‘história’. A partir do século XX sai a ‘história’. Por que ela foi excluída? Porque os historiadores começaram a dizer que eram ‘cientistas’. [...]”. Fernando NOVAIS, “Influências e invenção na sociologia brasileira (comentário crítico)”, p. 181.

Pessoa, “opulenta biografia” em dois tomos escrita por Laurita Pessoa Raja Gabaglia e publicada em 1951, são muito eloqüentes a esse respeito:

Para alguns filósofos que vêem a arte suprema do historiador nas virtudes que o alienam radicalmente dos métodos das ciências naturais, virtudes de simpatia vital, de compreensão, de afinidade, a biografia chega a constituir forma ideal, a única verdadeiramente histórica da história, aquela que num destino singular discerne o espelho de toda a existência humana, assim como a lei secreta que rege suas mutações. De todas as formas de história, é assim a mais filosófica, escreveu Dilthey.

*A biografia de Epitácio Pessoa ajuda a mostrar como, na prática, isso só dificilmente ocorre. Nada menos histórico, em realidade, do que esta vida, continuamente a mesma, e que surge, já à primeira página do livro, tal como há de ser à última. Ou é que a vida, neste caso, se acha suspensa a uma vocação que lhe dá um colorido próprio e indelével.*⁶⁵

Embora não fosse seu propósito, a generalização feita por Sérgio Buarque a partir do livro de Laurita Pessoa ajuda também a situar melhor, pelo contraste, a relevância da obra de Octavio Tarquínio de Sousa no cenário intelectual da época, particularmente o historiográfico. No ano seguinte, o aparecimento de *A Vida de D. Pedro I* só faria consagrar essa obra, classificada então por José Honório Rodrigues como algo sem paralelo na nossa historiografia, “não só porque suas personagens são símbolos de uma unidade do sucesso histórico, como conjunto do período da Independência e da Regência, como porque a reconstrução tenta sempre apreender o conjunto complexo da unidade histórica em todos os seus aspectos”. Tarquínio escapava, assim, ao perigo de “exagerar a personalidade histórica em detrimento do conjunto da realidade histórica e do papel do povo e das instituições sociais e econômicas”, que, como José Honório fazia questão de lembrar, costumava acontecer “aos que se dedicam especialmente à biografia ou à unilateralidade de um aspecto histórico (econômico, político, artístico etc.)”.⁶⁶

⁶⁵ Sérgio Buarque de Holanda, “Uma biografia”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1951 (destaque do original). Fundo Sérgio Buarque de Holanda, Arquivo Central, Unicamp (doravante SBH/SIARQ/UNICAMP), doc. SBH.PL.118.P15.

⁶⁶ José Honório RODRIGUES, “A Vida de D. Pedro I”. *História e Historiadores do Brasil*, p. 151.

Na prática, contudo, tantas virtudes esvaziavam-se. Se o refinamento do trabalho de Octavio Tarquínio lhe conferia uma posição única na historiografia brasileira, esta posição era muito mais isolamento que modelo a ser seguido, à diferença do que ocorria com outro inovador singular daqueles tempos – Gilberto Freyre, é claro. O apelo de cada um era bem distinto, não há dúvida, e não se trata de compará-los, mas de notar como a novidade formulada por Tarquínio teve desdobramentos muito tímidos em relação à dimensão das mudanças que, ao menos aparentemente, implicava. Dito de outra maneira, seu interesse e sua atenção ao biográfico não chegavam a se configurar, ou a se implementar, como um *projeto* intelectual abrangente. Parece ser expressivo quanto a isso que ele não apresente *nenhuma* das biografias publicadas na Documentos Brasileiros, apesar de ser o diretor da coleção e referência importante, no país, de uma história biográfica atualizada. Ademais, ao contrário do próprio Freyre, sempre presente, são apenas cinco os prefácios que assina para outros autores, nos livros *André Rebouças Através de Sua Autobiografia*, de Inácio José Veríssimo, *Minhas Recordações*, de Francisco de Paula Ferreira de Resende, *Alguns Homens do Meu Tempo*, de J. de Castro Nunes, e para a reedição de *Dom João VI no Brasil*, de Oliveira Lima, além do já citado *Ingleses no Brasil*, do amigo Freyre.

A pouca relação entre os poucos títulos e sua dispersão no conjunto da série corroboram a idéia de que Octavio Tarquínio, antes de sobrepor-se à coleção, nela se diluía. No entanto, também confirmam o seu tino de historiador afinado com seu tempo, preocupado com a divulgação de testemunhos de época e sensível a novas visões sobre o passado brasileiro. Neste ponto, seu texto de abertura ao livro de Oliveira Lima, lançado em 1945, é impecável. Nele, muito mais que no prefácio escrito para Freyre (caloroso, mas protocolar),⁶⁷ uma

⁶⁷ O texto de Tarquínio para Freyre, muito bem escrito, partia de uma discussão sobre a definição de “ensaio” para ressaltar, antes de comentar aspectos específicos do livro, ser aquele mais um “sumarento ensaio” do autor de *Casa-Grande & Senzala*, marcado pela “originalidade, força, simplicidade, naturalidade, dom de descobrir aspectos novos, de fixar a nota humana, de interessar nos leitores não só as idéias como os sentimentos” (Octavio Tarquínio de SOUSA, “Prefácio”, in Gilberto FREYRE, *Ingleses no Brasil*, p. 13). Apesar disso, considerando o perfil intelectual e a prática historiográfica de ambos, o prefácio a *Ingleses no Brasil* desperta alguma estranheza por combinar autores tão diferentes e, de certo modo, de forma incomum, já que nenhum dos dois necessitava desse tipo de legitimação (tanto que não voltariam a colaborar um com o outro dessa maneira). Uma possível explicação pode ser encontrada na amizade de longa data que os dois mantinham, à época abalada por conta de um deslize de Freyre, assim cobrado em dura carta de um magoado Tarquínio: “Gilberto: Folheando ontem no escritório do nosso José Olympio a 5ª edição de *Casa-Grande & Senzala*, deparei-me com a nota da pg. 474: ‘O Sr. Sérgio Buarque de Holanda, em sua *História do Brasil* (Rio, 1944), escrita de colaboração com o Sr. Octavio Tarquínio de Sousa, parece concordar com a interpretação dos fatos da colonização agrícola do Brasil oferecida neste ensaio desde 1933. [...]’. A maneira

moderna concepção de história é retratada com nitidez cristalina: primeiro, ao pôr em relevo o “esforço enorme” do autor para restaurar o período joanino, trabalho de anos de pesquisas, com “pachorra de velho frade”, em inúmeros arquivos do Brasil e do exterior, nos quais se deparou, inclusive, com muitos documentos inéditos ou pouco manuseados. Uma empresa, portanto, “de iniciador, de desbravador, não apenas animado de zelos de arquivista, mas de permanente curiosidade de historiador autêntico, de psicólogo capaz de penetrar o espírito e as tendências de uma época inteira, buscando nos papéis de Estado e no epistolário particular a explicação de atos e situações antes mal conhecidos e mal contados”. Mais do que isso, Oliveira Lima recorreu com habilidade e proveito aos relatos de viajantes estrangeiros para reconstituir o meio sociocultural e o cotidiano da época, fontes “de primeira ordem” para o livro, segundo Tarquínio, que arrematava:

Com a ajuda desses viajantes nem sempre isentos, muitas vezes superficiais, mas freqüentemente vendo as coisas e os homens nas suas dimensões naturais, com os mss. meio ou quase inteiramente esquecidos dos arquivos do Brasil, da França, de Portugal, da Inglaterra, dos Estados Unidos, e com a consulta das obras indispensáveis da historiografia referente à fase histórica estudada –Oliveira Lima fez um livro que chamarei de excepcional sem receio de parecer enfático ou de forçar a medida do elogio merecido.⁶⁸

Depois, o prefaciador observava que aquele “grande livro – que tem qualquer coisa de fluvial, de caudaloso”, não se detinha “nos aspectos exclusivamente políticos do reinado brasileiro de D. João VI, nem se apegava a nenhuma espécie de rigorismo cronológico”: de suas páginas emergia o “tumulto

pela qual você redigiu essa nota fere menos a minha vaidade do que a minha dignidade intelectual, visto como a *História do Brasil* foi publicada como de autoria minha e do Sérgio, sem nenhuma indicação das partes feitas por ele ou por mim. Numa obra escrita assim, não se pode, sem amesquinhar um dos autores, atribuir a outro qualquer primazia. Acresce que o meu nome, graças à exemplar modéstia do Sérgio, figura em primeiro lugar. Ninguém entre nós admira e respeita mais do que eu o Sérgio, hoje um dos meus mais íntimos e queridos amigos. O mais curioso, entretanto, é que todo o capítulo a que V. se reporta é da minha inteira e exclusiva autoria, embora de responsabilidade comum. Tenho no meu arquivo os originais manuscritos comprobatórios desta afirmação. Sou seu amigo e admirador, Octavio Tarquínio de Sousa” (Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1946. AFGF, CRB72p3doc36). Por conta deste episódio, aparentemente banal, mas muito expressivo das relações que se davam no interior do pequeno mundo intelectual brasileiro, é provável que Gilberto Freyre tenha convidado Octavio Tarquínio para prefaciar *Inglese no Brasil* como forma de mostrar que o respeitava como intelectual e, assim valorizando-o, restabelecer os laços pessoais então esgarçados.

⁶⁸ Octavio Tarquínio de SOUSA, “Prefácio”, in Oliveira LIMA, *Dom João VI no Brasil* [2ª ed., 1945], p. 5-6.

próprio da vida de uma comunidade moça, incerta de seus rumos, a sofrer o influxo e a repercussão de acontecimentos que se desenrolavam em outros lugares”. Apaixonado pela pesquisa pessoal e direta, pela probidade profissional, pelo conhecimento, pela reconstituição, pela verdade dos fatos históricos, nas expressões empregadas por Octavio Tarquínio, o diplomata destemido, brigão, “quixotesco” até, se convertia num historiador “sereno, moderado, justo”. Mesmo que as cores estivessem “aqui e ali o seu tanto carregadas, demasiadamente gritantes”, elas “jamais trunca[vam] os fatos, falsea[vam] a verdade”, e sim davam “ao estudo da época de D. João VI no Brasil um interesse novo, arrancando-o da sensaboria de meros panegiristas ou da leviandade de detratores apressados” e apresentando “o largo panorama de toda a vida brasileira de então”. O próprio Dom João, por sua vez, saía “sem dúvida engrandecido desse meticoloso processo de revisão histórica”, com um retrato “bem próximo da vida e da realidade quotidiana, feito com os traços de sua verdadeira fisionomia, todos, os feios, os simpáticos, os ridículos, os nobres” – e não é difícil ouvir aqui os ecos dos mesmos elogios que ele, Tarquínio, recebia por suas biografias dos fundadores do Império.⁶⁹

Tratava-se, enfim, de uma obra de indiscutível atualidade, ainda que produzida havia “mais de um terço de século”. Para Tarquínio, *Dom João VI no Brasil* era “o maior e melhor livro de um grande mestre, talvez o ponto mais alto de nossa historiografia”, que, tendo espantosamente permanecido esgotado por muito tempo, era “de novo posto ao alcance dos estudiosos” graças a José Olympio e à sua série:

Ao lançar há pouco mais de oito anos a Coleção “Documentos Brasileiros”, pensou logo o editor José Olympio em fazer uma nova edição do grande livro de Oliveira Lima, Dom João VI no Brasil. Mais do que ninguém o animou a isso Gilberto Freyre, primeiro diretor desta brasileira, ligado ao historiador pernambucano por uma amizade que encontrava na admiração o seu mais forte estímulo. Inclinado,

⁶⁹ *Idem*, p. 7-9. Com relação à identidade entre Octavio Tarquínio e Oliveira Lima, cumpre notar que Wilson Martins, no prefácio à terceira edição de *D. João VI no Brasil*, observa que a “monumental *História dos Fundadores do Império do Brasil* [...] retomava a matéria no ponto exato em que Oliveira Lima a havia deixado e no mesmo plano de qualidade e competência”. Wilson MARTINS, “Um clássico da historiografia nacional”, in Oliveira LIMA, *D. João VI no Brasil* [3ª ed., 1996], p. 13.

*entretanto, a publicar de preferência trabalhos inéditos, foi José Olympio levado a adiar o seu projeto, que, afinal, agora se realiza.*⁷⁰

As coisas decerto não foram tão simples como apresentadas pelo diretor, mas a versão, de todo modo, contribuía para acentuar a pertinência do livro entre a Documentos Brasileiros. Como o texto de Octavio Tarquínio mostrava sem esforço, Oliveira Lima fora *precursor* de um novo modo de recuperar e interpretar o passado nacional, em larga medida antecipando algumas formas que nela se faziam presentes, a começar de Gilberto Freyre; nada mais “natural”, então, que nela encontrasse lugar. Provavelmente não restava dúvida quanto a isso, tanto que, graças ao volume, até mesmo a conservadora *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* pela primeira vez abriu suas páginas à coleção, em resenha de Helio Viana. É verdade que sua ênfase maior estava em notar que, “entre os mais notáveis serviços prestados à nossa historiografia pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a mais antiga de nossas instituições culturais, está o de ter proporcionado a elaboração de muitas obras que, sem a sua sugestão e patrocínio, não teriam aparecido” – dentre elas *Dom João VI no Brasil*, é óbvio. Mesmo assim, os “encômios” dedicados à José Olympio pela “iniciativa da reedição” eram eloqüentes, vindos do reduto de nossas mais enraizadas tradições historiográficas.⁷¹

UMA PRESENÇA, UMA AUSÊNCIA, UMA RECORRÊNCIA – E UMA CONCLUSÃO

Ainda no terreno das novidades, uma história dita “das idéias” também desponta aqui e ali na coleção, reivindicada em momentos distintos por alguns autores sem qualquer articulação entre si. O primeiro a trilhar esse caminho foi Afonso Arinos de Melo Franco, com *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa (As origens brasileiras da teoria da bondade natural)*, publicado logo no início da série, em 1937. Em seu prefácio, o autor apresentava ao leitor o percurso de elaboração do livro, marcado por duas temporadas na Suíça, entre o final da

⁷⁰ Octavio Tarquínio de SOUSA, “Prefácio”, in Oliveira LIMA, *Dom João VI no Brasil* [2ª ed., 1945], p. 3. É curioso, a propósito, que não tenha sido Gilberto Freyre o prefaciador deste que era, como Tarquínio notara, “o maior livro e melhor livro” do *seu* grande mestre.

⁷¹ Helio VIANA, “Crítica de livros”. *RIHGB*, v. 187, abril-junho 1945, p. 292. Por surpreendente que possa parecer, esta seria a *única* menção a um livro da Coleção Documentos Brasileiros na *Revista* até pelo menos o início da década de 1960.

década de 1920 e o início da de 1930, quando se familiarizara com Montaigne e Rousseau. Foi então que, em suas palavras, “ao ler com vagar o segundo *Discurso* de Rousseau encontrei certas afinidades entre esse texto e o *Ensaio* de Montaigne sobre os índios do Brasil”, donde lhe ocorrera a idéia de escrever “sobre esse pequeno tema de literatura comparada um simples artigo, que pensei em enviar para uma das publicações literárias do Rio em que então colaborava”.

A “descoberta”, todavia, não resistiu à busca de mais informações sobre o tema, que, ao revelarem ser algo “bastante conhecido dos críticos de Montaigne e Rousseau”, fizeram-no desistir do artigo sonhado, embora não das pesquisas. Graças a essa mudança de rota, ele pôde perceber que tinha diante de si “um mundo de pesquisas inéditas a fazer”, pois todas as “contribuições de estrangeiros e brasileiros eram, ainda, muito pouco para que o assunto ficasse devidamente esclarecido”; levando-as adiante, “apesar de, mais de uma vez, ter tido necessidade de empregar grande esforço sobre mim mesmo para não abandoná-lo [o trabalho] pelo meio”, chegara ao resultado que ora apresentava de modo simples e direto:

*Que ele tem defeitos, sou o primeiro a proclamar. Em cinco anos [de sua elaboração], não consegui expurgá-lo de todos. Mas, também, espero que tenha qualidades e que sirva aos dois propósitos com que o realizei: contribuir, com uma obra brasileira, para um certo gênero de pesquisas literárias muito seriamente consideradas na Europa e nos Estados Unidos e mostrar aos leitores brasileiros a importância que o nosso país possui no campo da história das idéias.*⁷²

Afonso Arinos não se detém no significado específico da expressão “história das idéias” nem expõe os referenciais desse “campo” em que busca se situar, mas é possível perceber, pelo que enuncia, sua preocupação com a difusão de *valores* próprios, ou tidos como tal, a uma cultura (a “brasileira” nativa) e sua apropriação e reelaboração em outro contexto (o francês), realizadas no plano das *idéias*, especificamente pela filosofia. Os parágrafos iniciais do terceiro de seus seis capítulos, intitulado “Influência social e popular do tipo do índio

⁷² Afonso Arinos de MELO FRANCO, “Prefácio”. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* [2ª ed., 1976], p. xiv-xv.

brasileiro nos séculos dezesseis e dezessete”, sintetizam com mais clareza o seu plano:

Para conduzir com lógica este trabalho, partindo das pesquisas históricas e literárias e chegando às conclusões críticas, políticas e filosóficas, é necessário que examinemos, agora, a influência popular e social exercida pelo tipo do “bom selvagem brasileiro”.

A distribuição dos capítulos deste trabalho, embora possivelmente pareça arbitrária à primeira vista, foi objeto de madura reflexão.

No primeiro, procuramos dar uma idéia do tom intencionalmente panegírico com que aos nossos índios se referiam os viajantes, sobretudo os franceses. No segundo, mostramos como era freqüente a presença dos selvagens do Brasil nos vários países da Europa, principalmente em França. Neste terceiro capítulo, indicaremos a formação gradativa da influência exercida pelo nosso pretendido “homem natural” sobre o espírito popular especialmente francês; influência atestada por documentos lingüísticos, arquitetônicos e iconográficos que nos foram transmitidos. Só então teremos base suficiente para examinar a repercussão de todos esses fatos no campo das idéias gerais, por intermédio da obra dos filósofos e pensadores dos séculos dezesseis, dezessete e dezoito.⁷³

O “grande esforço” do então professor de História do Brasil da Universidade do Distrito Federal, se não obteve aqui o reconhecimento que desejava, foi ao menos recompensado, em 1939, com uma resenha na *Revue Historique* francesa, assinada pelo grande Henri Hauser. O antigo colega de Arinos na UDF tinha uma visão mais precisa do tema do livro: atendo-se ao subtítulo, o verdadeiro objeto daquela “obra muito interessante” era, para ele, a “contribuição brasileira à teoria do ‘bom selvagem’ e, por conseguinte, do homem em acordo com a natureza”, ainda que a influência da idéia da bondade original na formação do credo revolucionário fosse a parte *la plus neuve de son livre*. No geral, embora a composição fosse *trop discursive* e de uma cronologia *trop flottante*, a leitura era *des plus suggestives* – elogio que, sem dúvida, reconhecia

⁷³ *Idem*, p. 62. Os títulos de cada capítulo são os seguintes, pela ordem: “As lendas do bom e do mau selvagem”, “Viagens de índios brasileiros à Europa”, “Influência social e popular do tipo do índio brasileiro nos séculos dezesseis e dezessete”, “O índio brasileiro e as idéias do século dezesseis”, “O índio brasileiro e as idéias do século dezessete” e “O índio brasileiro e as idéias do século dezoito”.

suas qualidades e a realização dos propósitos intentados por *monsieur* Melo Franco.⁷⁴

Vinte anos depois da publicação de *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, a expressão “história das idéias” voltaria a aparecer na Documentos Brasileiros. Desta vez, já no título do livro de João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, cujo complemento, “O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional”, delineava melhor o seu conteúdo, originalmente apresentado como tese ao concurso da cadeira de filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Como o autor dizia no prefácio, tratava-se de um trabalho que remontava a 1937, quando, ao assumir o cargo de assistente da mesma cadeira de filosofia da FFCL-USP, julgara que “devia chamar a atenção dos nossos estudantes para as vicissitudes pelas quais passaram, em nossa terra, as correntes filosóficas estrangeiras e, sobretudo, para a curiosa significação que elas têm apresentado no evoluir de nossa história”.⁷⁵ Mais adiante, na introdução, ao relembrar seu objetivo principal ao leitor, ele ainda teceria algumas considerações acerca da história das idéias como a intersecção entre história e filosofia:

Poderia alguém objetar-nos, no entanto, que essa consideração do passado é mais própria do historiador do que do estudioso de assuntos filosóficos. Mas que poderá haver de estranho no fato de alguém, após haver dedicado boa parte de sua vida ao estudo da filosofia, consagrar também sua atenção ao exame do fascinante problema que é o da história das idéias de sua terra? Será por acaso estranho o haver alguém dedicado o seu tempo a procurar compreender as correntes e a longa esteira de idéias que as variadas influências do pensamento europeu abriram na vida cultural do Brasil? Não o cremos. Dir-se-á, porém, que este trabalho é trabalho de historiador. Efetivamente. É mister, porém, não esquecer que este historiador deve seguir os infinitos meandros da Geistesgeschichte dos ensaístas alemães, ou os caminhos mais sutis que, no rico e pujante pensamento de Lucien Febvre, constituem o estudo das sensibilidades, isto é, o estudo dos níveis intelectuais e culturais. É necessário ainda que o historiador das idéias aplique aos

⁷⁴ Henri Hauser, “Brésil – Afonso Arinos de Melo Franco. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. As origens brasileiras da teoria da bondade natural (Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, in-8º, 331 p., 11 figures)”. *Revue Historique*, 64 année, t. CLXXXVI, juillet-septembre 1939, p. 324-5.

⁷⁵ João Cruz Costa, “Prefácio”. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, p. 7.

*seus estudos os processos de análise e os métodos de um Marcel Mauss, atento sempre ao bombardeio cósmico das civilizações pelas civilizações vizinhas. Além disso, é mister que possa, do próprio interior da apaixonante e inquietadora história pátria, reconstituir o trabalho, muitas vezes doloroso, da formação de nossa terra, dos dramas de consciência que constituem a aventura da sua história espiritual. É preciso ainda que se procure apreender, nessa movediça história nacional, o sentido dessas aventuras e integrá-las nos seus quadros de vida, do mesmo modo que se coloca um rio entre as suas margens. É condição ainda, para a compreensão do problema, indagar talvez o que sobrevive dessa aventura passada...*⁷⁶

Estabelecidos os parâmetros de uma “história das idéias”, o autor se mostraria mais modesto. Seu “despretensioso trabalho”, segundo ele, pretendia “simplesmente assinalar alguns dos marcos indicadores dos destinos das idéias no Brasil”, sem reconstituir a sociedade brasileira do passado e, citando novamente Lucien Febvre, “como homem que se acha preso nessa curiosa rede de contradições das realidades humanas do presente”.⁷⁷ De certa forma, talvez não soe absurdo afirmar que o professor Cruz Costa procurava realizar essencialmente a mesma tarefa que Afonso Arinos se propusera nos anos 1930, porém na contramão, da Europa para o Brasil, e com um horizonte teórico-metodológico melhor definido, fruto do próprio desenvolvimento historiográfico no decorrer das duas décadas que separavam sua *Contribuição à História das Idéias no Brasil* de *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, como demonstram as referências à *Geistesgeschichte* alemã e aos *Annales* franceses.

No ano seguinte, o volume *A Democracia Coroada*, de João Camilo de Oliveira Torres, aparecia com a pretensão de, “dentro dos métodos e intenções da disciplina que se intitula a ‘história das idéias’, analisar os diferentes sistemas ideológicos que exerceram influência no Brasil, seja em seu desenvolvimento político, como no caso presente, seja na formação espiritual, seja ainda na vida religiosa ou social”. Embora a proposta se mostrasse diferente das duas anteriores, este autor também não se preocupava em esclarecer quais eram os

⁷⁶ João Cruz COSTA, “Introdução”. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, p. 21.

⁷⁷ *Idem*, p. 22.

“métodos e intenções” da “disciplina” a que se filiava; o mais próximo de uma definição se dava ao explicar ter partido do princípio

*de que existe uma determinada doutrina política subjacente ao conjunto das instituições do Império Brasileiro. Como consequência, analisamos, debatemos e apreciamos os fatos, os homens e as instituições à luz dessa doutrina. As pesquisas que motivaram este ensaio levaram-nos a concluir pela existência de uma como que Weltanschauung política – expressa em discursos, livros e pareceres e na orientação geral do Conselho de Estado, a qual nos ofereceu a base ideológica e doutrinária do presente trabalho. Assumimos esta posição para que nos fosse permitido entender os contornos íntimos da organização política do Império. Igualmente, se comparamos regimes, não o fazemos para demonstrar superioridades (e em tais casos a conclusão varia de pessoa para pessoa), mas para mostrar, pela diferença, a maneira de ser do fenômeno estudado.*⁷⁸

O longo hiato temporal a separar o estudo de Afonso Arinos dos realizados por Cruz Costa e Oliveira Torres, bem como as discrepâncias entre suas perspectivas analíticas, indicam bem como aqui no Brasil a então nascente “história das idéias” encontrava um eco fugidio e ambíguo como sua própria identidade, formulada de diferentes maneiras em diferentes tradições historiográficas, da mencionada *Geistesgeschichte* à *history of ideas* de Arthur Lovejoy.⁷⁹ Antes de representar uma tendência bem delineada da nova

⁷⁸ João Camilo de Oliveira TORRES, “Explicação prévia”, *A Democracia Coroada*, p. 17-8 e p. 15 (citação do parágrafo anterior).

⁷⁹ A ambigüidade da história das idéias, ou ao menos da expressão, aparece com clareza no verbete “Intellectual (História)” do *Dicionário das Ciências Históricas* produzido na França na década de 1980. De acordo com seu redator, Roger Chartier, “não é fácil definir história intelectual, e isso por diversos motivos. O primeiro consiste no próprio vocabulário. Com efeito, em nenhum outro domínio da história existe tal especificidade nacional das designações utilizadas e tal resistência à sua tradução de uma língua para outra. A historiografia americana contém dois termos cujas inter-relações são, aliás, pouco precisas e sempre problemáticas: o de *intellectual history*, com que a New History do começo do século XX designava um campo inédito de pesquisas, oposto ao da história política tradicional, e o de *history of ideas*, difundido por A. Lovejoy para definir uma disciplina que tem o seu próprio objeto, seu programa, seu método, suas instituições, por exemplo, o *Journal of the History of Ideas*, fundado em 1940. Mas nenhuma dessas duas designações se aclimatou bem na Europa. Na Alemanha, *Geistesgeschichte* permanece o termo dominante; na Itália, *storia intellettuale* quase não aparece, em todo caso aparece menos do que *storia della filosofia*; na França, *histoire des idées* não existe (salvo no caso de alguns historiadores de textos literários) e *histoire intellectuelle* (história intelectual) não sobrepujou o vocabulário tradicional (história da filosofia, história literária, história das ciências), nem resistiu diante do novo léxico criado pelos historiadores dos Anais (*Annales*): história das mentalidades, psicologia histórica, história sociocultural etc. Assim, a história intelectual opõe às certezas léxicas das outras histórias uma dupla incerteza do vocabulário: cada historiografia nacional possui suas próprias designações, e em cada uma delas entram em competição noções diferentes que mal se podem distinguir umas das outras”. Não bastasse isso, continua Chartier, os objetos que as palavras designam também diferem muito de caso para caso, revelando, em geral, uma

historiografia brasileira, ela funcionava muito mais como um rótulo para classificar trabalhos de temática pouco usual, que talvez não se encaixassem bem nos compartimentos estabelecidos por nossa própria tradição. Ambos os fatores faziam com que tais autores reivindicassem novos olhares para novas facetas do passado brasileiro, em sintonia com o movimento maior da historiografia ocidental, é certo, todavia ainda marcados, em maior ou menor grau, por uma forma historicista, ou historicizante, de abordar idéias e autores.⁸⁰

Curioso é que, enquanto tal frágil “história das idéias” encontrava abrigo nos volumes da Documentos Brasileiros, uma outra novidade, esta mais abrangente e muito melhor definida, seria ignorada pela coleção: o marxismo. *Deliberadamente* ignorada, talvez seja possível dizer, já que desde o início da década de 1930 os circuitos intelectuais que José Olympio tanto prezava mostravam-se atentos à emergência da interpretação materialista da história do Brasil, como demonstra a repercussão do livro de estréia de Caio Prado Junior, *Evolução Política do Brasil. Ensaio de interpretação materialista da história brasileira*, no *Boletim de Ariel*. Ainda em 1933, pouco depois da sua publicação pela Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais*, de São Paulo, um breve comentário de Adhemar Vidal o qualificava como uma obra “apressada” e a exigir revisão, “tantas as falhas injustificáveis”, mas que representava, “assim mesmo como está, um nobre esforço mental: bem escrito e, sobretudo, muito interessante”.⁸¹ Menos de um ano depois, uma resenha de página e meia, assinada por Raul Karacik, principiava por notar “a sede de leitura” que vinha “empolgando o Brasil” após a “Revolução de Outubro de 1930”, apresentando a sua visão particular do significado desse verdadeiro despertar:

Nunca se leu tanto entre nós. Aí estão as casas editoras a se multiplicarem e a lançarem incessantemente em tradução as principais obras dos mais notáveis escritores destes últimos anos. Stefan Zweig,

amplitude muito maior que o, digamos, “desejável”. Roger CHARTIER, “Intelectual (História), in André BURGUIÈRE (org.), *Dicionário das Ciências Históricas*, p. 446-7 e seguintes. Para uma visão mais detalhada dos “problemas” que a história das idéias implica, incluindo a sua parca presença na historiografia brasileira, veja-se também Francisco FALCON, “História das Idéias”, in Ciro FLAMARION Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História*, p. 91-125.

⁸⁰ Cf. Francisco FALCON, “História das Idéias”, in Ciro FLAMARION Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História*, p. 110-1 e p. 122-5; Francisco IGLÉSIAS, *Historiadores do Brasil*, p. 240.

⁸¹ Adhemar VIDAL, “Diante da ‘realidade brasileira’”. *Boletim de Ariel*, ano II, n. 8, maio de 1933, p. 211.

Emil Ludwig, Maurois, Freud, Havelock Ellis, Gladkov, Ilya Ehrenburg etc. vão se tornando familiares do público que lê.

Os temas políticos e sociais, entretanto, são os que têm caído mais no nosso agrado, principalmente as obras de Marx e Engels e seus maiores discípulos, e as que versam sobre a Revolução Russa e suas conseqüências. As edições em português das obras de Marx, Engels, Plekhánov, Lênin, Trotski, Bukhárin, Max Beer... têm se sucedido.⁸²

Para Karacik, o interesse pela literatura marxista devia-se, “evidentemente”, à própria revolução de 30, a qual, “se não foi uma revolução profunda, que modificasse as relações sociais, arrastou uma grande massa, interessando a toda população, trazendo à superfície uma vasta messe de problemas que passavam antes despercebidos da maioria”. Como estes problemas “não podiam deixar de suscitar nos meios intelectuais a atenção para eles”, os “intelectuais honestos, despidos de preconceitos” acabavam por direcionar suas preferências para “sociólogos, economistas e historiadores materialistas, sobretudo da ala esquerda” [sic], donde o aparecimento de escritores por eles influenciados e de edições “de obras abordando o ‘caso’ brasileiro”. Todas essas considerações, dizia o articulista, “vieram a pêlo ao concluirmos a leitura do livro do sr. Caio Prado Junior, da aristocrática família paulista – A [sic] *Evolução Política do Brasil*”, a quem dedicava só elogios:

Apesar de muito jovem, deu-nos o autor uma obra de fôlego. Não tememos afirmar que, no Brasil, à exceção do Mauá, de Castro Rebelo, nada se escreveu ainda que se lhe assemelhe. A segurança dos conceitos e a interpretação dos fatos históricos denotam ser o autor um perfeito possuidor do método dialético-materialista, que maneja com desenvoltura. Incontestavelmente, o sr. Caio Prado Junior é um dos raros escritores nacionais que assimilou perfeitamente a obra do maior gênio do século XIX, no dizer de Plekhánov – Karl Marx.

O autor interpreta com rara felicidade, sob o prisma do materialismo histórico, toda a evolução política do Brasil desde os tempos coloniais até o segundo Império. Seguindo a nossa evolução política pari-passu da nossa evolução econômica, estudando em grandes traços o entrosamento da íntima estrutura desta evolução para chegar à compreensão da supra-estrutura, o autor atinge plenamente o fim

⁸² Raul KARACIK, “A evolução política do Brasil”. *Boletim de Ariel*, ano III, n. 6, março de 1934, p. 158.

*colimado. Para quem conhece as dificuldades que oferece uma interpretação realista dos fatos históricos, quanto mais sendo ele o primeiro a fazê-lo, avulta em proporções o trabalho do sr. Caio Prado.*⁸³

Após pôr em relevo os aspectos estruturantes do livro – a lógica da colonização, os conflitos de interesses entre colônia e metrópole, a transferência da Corte e a independência, as turbulências da Regência, o escravismo e o abolicionismo –, Karacik concluía seu texto aconselhando “a leitura desta magnífica obra, que, como já dissemos, com o *Mauá* de Castro Rebelo, constitui um dos raros ensaios sérios de interpretação materialista da história tentados no Brasil”.⁸⁴ Arguta percepção, pois, de acordo com Edgard Carone, enquanto *Mauá*, aparecido em 1932, pode ser considerado “o primeiro livro marxista brasileiro”, *Evolução Política do Brasil* era “o ponto alto” de uma tendência muito recente entre nós, dentro da qual ambos se apresentavam ainda como os únicos trabalhos sobre assuntos históricos, dado que “a maior parte da literatura marxista [aqui] publicada trata[va] de temas atuais”.⁸⁵ O próprio Caio Prado Junior, aliás, já se mostrara plenamente ciente do caráter inovador de sua posição teórico-metodológica ao abrir sua obra com uma explicação dos propósitos que a norteavam, cujos dois primeiros parágrafos serviam como importante advertência:

Isto que o leitor vai ler não é uma História do Brasil. Como o indica o próprio título, é um simples ensaio. Procurei tão somente dar a síntese da evolução política do Brasil e não traçar a sua história completa.

*Daí os defeitos que serão encontrados e que sou o primeiro a reconhecer. Como pensei apenas dar a resultante média dos inúmeros fatos que compõem a nossa história, a linha mestre em torno de que se agrupam estes fatos, fui obrigado a uma seleção rigorosa que excluísse tudo quanto não fosse absolutamente necessário para a compreensão geral do assunto. Isto me levaria por vezes, estou seguro, a desprezar circunstâncias cuja falta talvez se faça sentir para a perfeita clareza da exposição. Mas, tratando-se de um método relativamente novo – refiro-me à interpretação materialista – de analisar a história brasileira, não me era dado conhecer as exigências dos leitores.*⁸⁶

⁸³ *Idem, ibidem.*

⁸⁴ *Idem*, p. 159.

⁸⁵ Edgard CARONE, “Notícias sobre ‘Brasilianas’”. *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, p. 170-1.

⁸⁶ Caio PRADO JUNIOR, *Evolução Política do Brasil* [1ª ed., 1933], p. 7.

Além da recepção favorável a Caio Prado, a primeira metade da década de 1930 destacou-se também pela intensa difusão de obras marxistas, clássicas e contemporâneas, em geral realizada por pequenas editoras e com sucesso comercial considerável, segundo Edgard Carone.⁸⁷ Nada disso, contudo, tornaria a Documentos Brasileiros sensível a autores comprometidos com a interpretação materialista da história e da realidade, algo que decerto não deve ser creditado a um possível conservadorismo, muito menos reacionarismo, do editor. De postura liberal, José Olympio era, como já foi discutido, um dos principais fomentadores do novo e crítico romance social que surgia à época no país, e mais adiante ainda daria guarida profissional a autores assumidamente de esquerda perseguidos pela ditadura do Estado Novo, como Graciliano Ramos e Jorge Amado. Ademais, a crescente tensão política entre 1935 e 1937 e, depois, a institucionalização da censura fizeram-no sofrer bastante com a violência contra a livre manifestação da cultura e do pensamento, que retaliava tanto os romances tidos por “comunistas” que publicava quanto as suas edições de livros integralistas, os quais defendiam “o tipo errado de fascismo”, na expressão de Laurence Hallowell.⁸⁸ Ainda assim, não cederia às pressões e manteria firme a linha da “Casa”, chegando até a lançar o ensaio autobiográfico de Trotsky, *Minha Vida*, em 1943.

Como hipótese, talvez seja possível atribuir a ausência do marxismo na coleção ao perfil de seus respectivos diretores. No caso de Gilberto Freyre, sua reticência ao materialismo histórico-dialético se explicitara já às páginas iniciais da

⁸⁷ Carone diz que depois de 1930 ocorre uma “multiplicação espantosa de livros marxistas e de editoras voltadas exclusivamente a esta linha de pensamento, ou de outras que publicam esse gênero, por ser de venda garantida”. Assim, editoras como Pax, Cultura Brasileira, Calvino, Unitas, Caramuru, Nosso Livro, Alba, Editorial Trabalho dedicaram-se aos clássicos do marxismo (em geral traduzidos do francês), à literatura “de esquerda” (Gorki, Tolstoi, John Reed etc.) e, em menor proporção, a trabalhos originais de autores brasileiros, como Raul Maia e Almachio Diniz; além disso, voltando a Carone, “ao impacto de livros teóricos e de romances, é preciso salientar que pela primeira vez são publicadas obras de viagens à Rússia, de autoria de estrangeiros e de brasileiros. A sede de conhecimento é tal que o livro *Rússia*, de Maurício de Medeiros, atinge em poucos meses seis edições consecutivas. Verdadeiro sucesso em um país onde as edições oscilam entre 2 mil e 3 mil exemplares e duram anos para se esgotarem”. Cf. Edgard CARONE, “O marxismo no Brasil – Das origens a 1964”. *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, p. 63, 64 (citações) e seguintes; *idem*, “Notícias sobre ‘Brasilienses’”. *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, p. 171-2.

⁸⁸ Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 456. Obviamente, não apenas José Olympio, mas todo o circuito editorial brasileiro passou por um péssimo momento à época: por todo o país, inúmeros títulos foram confiscados pelas forças da ordem e outros tantos queimados em “cerimônias” públicas, editoras foram à falência (em especial as pequenas e aquelas dedicadas à literatura de esquerda, das quais o exemplo mais conhecido talvez seja o da Cultura Brasileira, de Galeão Coutinho, como mencionado), muitos autores e intelectuais foram publicamente atacados (Gilberto Freyre, por exemplo, foi alvo de uma terrível campanha de difamação movida por parte da imprensa do Recife e, já no início dos anos 1940, teria até sua casa atacada) e não poucos presos, como os próprios Graciliano Ramos e Jorge Amado, entre vários outros nomes. Cf., entre outros, os citados Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, p. 455-8, e Edgard CARONE, “O marxismo no Brasil – Das origens a 1964”. *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, p. 66-8.

primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, onde, logo após anunciar que o ensaio assentava-se sobre o “critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura”, ele dizia:

*Por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanáticos –, temos de admitir influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização da sua fisionomia moral. É uma influência sujeita à reação de outras, porém poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou a mobilidade. [...]*⁸⁹

Como a seqüência do texto demonstrava, esse reconhecimento um tanto envergonhado não significava uma capitulação. Servia, ao contrário, para consolidar a interpretação sociocultural que propunha, vinculada a Franz Boas, citado para lembrar que, “admitida a possibilidade da eugenia eliminar os elementos indesejáveis de uma sociedade, a seleção eugênica deixaria de suprimir as condições sociais responsáveis pelos proletariados miseráveis – gente doente e mal nutrida; e, persistindo tais condições sociais, de novo se formariam os mesmos proletariados”.⁹⁰ Mesmo que na página seguinte expressasse, em nota de rodapé, a sua concordância com “vários pontos” do trabalho de Caio Prado,⁹¹ o referencial com que trabalhava era outro, bem distante de Marx e Engels. Uma distância cultivada com zelo e, não raro, ironia em seus trabalhos seguintes, a começar de *Sobrados e Mucambos*, em cujo prefácio afirmava, lembremos, ser “ridículo” se declarar satisfeito “com interpretações marxistas ou explicações behavioristas ou paretistas; com puras descrições semelhantes às da

⁸⁹ Gilberto FREYRE, [“Prefácio à 1ª edição”]. *Casa-Grande & Senzala* [2ª ed., 1936], p. XI.

⁹⁰ *Idem, ibidem*.

⁹¹ A nota, um tanto pitoresca, na verdade buscava ilustrar as relações sociais no Brasil colonial, com a referência a Caio Prado nela despontando colateralmente: “Refutando a teoria de Oliveira Vianna – a inexistência da luta de classes na formação social do Brasil –, lembra Astrogildo Pereira as guerras, os conflitos dos ‘senhores’ com os indígenas e com os negros fugidos (quilombolas) e da própria burguesia nascente com a aristocracia rural já estratificada. Também os conflitos dos representantes da Coroa, quando fortalecidos pela descoberta das minas, com os caudilhos rurais. Estes, embora atravessando crises e sofrendo depressões de poderio, foram a força preponderante (Astrogildo Pereira, ‘Sociologia ou apologética’, *A Classe Operária*, Rio, 1º de maio de 1929). Já depois de escrito este ensaio, apareceu o trabalho de Caio Prado Junior, *Evolução Política do Brasil (Ensaio de interpretação materialista da história brasileira)*, S. Paulo, 1933, com o qual me encontro de acordo em vários pontos”. *Idem*, p. XII, nota 2.

história natural de comunidades botânicas ou animais” acerca do passado humano, para o qual deveria “deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério”.⁹²

Sob esta perspectiva, torna-se muito expressiva a falta de qualquer alusão ao marxismo na apresentação da Coleção Documentos Brasileiros que Gilberto Freyre escreve como prefácio a *Raízes do Brasil*, em 1936. Embora a série respondesse ao “movimento intelectual que agita[va] o nosso país” e à “ânsia de introspecção social que [era] um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira”; embora buscasse a “objetividade” e a fundamentação documental para promover “a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos atuais mais significativos”; embora ela ainda fizesse com que “o jovem editor José Olympio mais uma vez se revela[sse] bem de sua geração e do seu tempo”, *aquela* veia específica de nossa “nova inteligência” de então parecia ali não ter lugar – como de fato não teve enquanto o pernambucano foi o responsável por sua direção.

Já com relação a Octavio Tarquínio de Sousa, a sua predileção pelo biográfico necessariamente implicava algumas diferenças ante a interpretação materialista da história. Estas, no entanto, não o colocavam em franca oposição ao marxismo, até porque seu propósito era sempre, como já foi notado mais de uma vez, o de entender o homem em si mesmo e em relação com seu meio e seu momento; deste modo, como constatou Márcia de Almeida Gonçalves ao analisar a introdução à *História dos Fundadores do Império do Brasil*, em que o próprio Marx é discutido por Tarquínio, para ele “a luta de classes não implicava a negação da interferência de grandes personalidades, dotadas de qualidades morais e intelectuais, no desenvolvimento das sociedades”.⁹³ Mesmo assim, a tolerância muito maior que a de Gilberto Freyre não foi suficiente para abrir a coleção à esquerda, ainda que, aos olhos de hoje, se pudesse contra-argumentar com o exemplo da presença de Nelson Werneck Sodré em meio ao seu variegado conjunto – presença essa nada desprezível, uma vez que os quatro títulos de sua

⁹² Gilberto FREYRE, “Prefácio à primeira edição”. *Sobrados e Mucambos* [7ª ed., 1985], p. LI.

⁹³ Márcia de Almeida GONÇALVES, “Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octavio Tarquínio de Sousa”, p. 290.

autoria nela publicados entre 1940 e 1958 eram superados, em número, apenas pelos próprios Gilberto Freyre, com treze, e Octavio Tarquínio, com cinco.⁹⁴

Nesse cenário, entretanto, Werneck Sodré significa uma perigosa armadilha. Em primeiro lugar, porque sua inserção na Documentos Brasileiros devia-se, ao menos na origem, a José Olympio, como se viu no capítulo anterior; depois, porque ele, diferentemente de Caio Prado Junior, não “nasce” um historiador marxista: para ficarmos apenas nos livros que lançou pela coleção, a *História da Literatura Brasileira*, *Oeste e Formação da Sociedade Brasileira*, todos na primeira metade da década de 1940, revelam um intelectual eclético, sobre o qual Paulo Ribeiro da Cunha muito bem discorreu em seu trabalho sobre a trajetória do jovem tenente rumo ao marxismo, a qual se completaria somente nos anos de 1950. Segundo Cunha, nesta “primeira fase” de sua carreira como escritor dedicado ao estudo da formação e da realidade nacionais, compreendida entre os anos trinta e quarenta, Sodré combinava fundamentos da análise materialista a referências e influências de vária ordem, como Azevedo Amaral, Vilfredo Pareto, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo, entre muitos outros.⁹⁵ Mais importante, ele o fazia de modo consciente, pragmático, como se pode perceber, por exemplo, logo no primeiro parágrafo da introdução à *Formação da Sociedade Brasileira*, de 1944:

*Escrevendo esta Formação da Sociedade Brasileira não tive outra intenção que a de oferecer ao leitor comum, dentro das possibilidades de um levantamento tão sumário, uma visão de conjunto de como viveu o nosso povo até os dias que precederam a crise de 1929. Para tal me valeram os mestres, os que fizeram, antes de mim e melhor do que eu, a descrição do processo do desenvolvimento brasileiro. Vali-me desses mestres com freqüência, e não há, pois, coisas originais nestas páginas. Original será, se quiserem, a maneira como reuni, de cada um, aquilo que me pareceu a respeito desta ou daquela passagem o mais apropriado.*⁹⁶

⁹⁴ Para a respectiva relação de títulos, cf. novamente o Anexo 2.

⁹⁵ Cf. Paulo Ribeiro da CUNHA, *Um Olhar à Esquerda. A Utopia Tenentista na Construção do Pensamento Marxista de Nelson Werneck Sodré*, p. 89-93 e *passim*.

⁹⁶ Nelson Werneck SODRÉ, *Formação da Sociedade Brasileira* [1ª ed., 1940], p. 5. De acordo com Paulo Ribeiro da Cunha, “nenhum outro livro de sua [de Sodré] primeira fase teórica poderia ser fonte de tanta perplexidade quanto este”, algo “confirmado pelo próprio autor, que não permitiu a reedição do livro e o colocou, conjuntamente com os demais títulos até 45, em um índice pessoal, utilizando um argumento considerado definitivo para esse posicionamento, quando afirmou ser ‘uma obra anterior ao meu

Embora dissesse, na seqüência, considerar que, “entre os fatores que presidem a evolução das sociedades, o econômico te[nha] uma importância superior”, acreditando ser isso “ciência adquirida”, notava também ter reservado lugar “no balanço das forças” aos “demais fatores culturais”, bem como a uma “preponderância acentuada, uma insistência repetida, na interpretação da dinâmica social”. Com escopo tão amplo, os “mestres” a que recorrera reconstituíam toda a espinha dorsal da historiografia brasileira até então, de Southey a Caio Prado, passando por Varnhagen, Capistrano, Euclides da Cunha, João Ribeiro, Oliveira Vianna, Taunay, Alcântara Machado, Gilberto Freyre...⁹⁷

Diante de tais articulações, por vezes esdrúxulas, é possível dizer que a interpretação werneckiana da história e da sociedade brasileiras, embora indubitavelmente crítica, era até esse momento pautada por uma série de mediações, que diluíam a sua radicalidade e a tornavam “palatável” para a Coleção Documentos Brasileiros. É significativo, nesse sentido, que a introdução da mesma *Formação da Sociedade Brasileira* registre o agradecimento do autor “aos meus amigos Octavio Tarquínio de Sousa, Sérgio Buarque de Holanda e Hermes Lima, que leram os originais deste trabalho e tiveram a gentileza de fornecer observações e reparos que me foram utilíssimos”.⁹⁸ Mais significativo ainda, a *Introdução à Revolução Brasileira*, de 1958, cujo título não deixava dúvida acerca de seu caráter, seria o último livro que publicaria na Documentos Brasileiros e na José Olympio: daí por diante, os próximos sairiam todos sob o sinete da Civilização Brasileira de Ênio Silveira, assumidamente progressista e uma das principais editoras, senão a principal, voltadas à divulgação da literatura de esquerda nas décadas de 1960 e 1970, em especial nas áreas da sociologia, política e economia.⁹⁹

Se o espaço do marxismo na coleção era praticamente inexistente, o mesmo não se pode dizer de uma historiografia de corte mais tradicional. E

conhecimento de marxismo e, portanto, indigna de reedição”. Paulo Ribeiro da CUNHA, *Um Olhar à Esquerda. A Utopia Tenentista na Construção do Pensamento Marxista de Nelson Werneck Sodré*, p. 193.

⁹⁷ É muito significativo a esse respeito o capítulo IV, “Início do povoamento”, o maior capítulo do livro e em que as notas de rodapé mais proliferam. Cf. *idem*, p. 66-133.

⁹⁸ *Idem*, p. 7-8.

⁹⁹ Não parece ser exagero dizer que, a partir da década de 1960, a Civilização Brasileira passou a desempenhar papel análogo ao da José Olympio nos três decênios anteriores, conquistando assim boa parte do espaço até então ocupado pela “JO”. Sobre a Civilização Brasileira, cf. Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil*, capítulo 18 (“Ênio Silveira”), e o depoimento do próprio Ênio Silveira a Jerusa Pires FERREIRA (org.), *Editando o Editor – Ênio Silveira*.

“tradicional”, aqui, nada tem de pejorativo, antes refere-se à permanência e predominância, em algumas abordagens, de certos traços característicos da produção historiográfica oitocentista, como o foco em personagens e acontecimentos políticos e a sobreposição aparentemente – e só aparentemente – acrítica de nomes, fatos e datas;¹⁰⁰ além e a despeito disso, mesmo nelas aparecem mudanças consideráveis em relação à forma pela qual se recupera o passado, bem nítidas em alguns casos, quase imperceptíveis em outros. Tomadas em conjunto, tais abordagens espelhariam, como há tempos escreveu José Roberto do Amaral Lapa, a continuidade da história *événementielle*, mas agora preocupada e atenta ao revisionismo do passado estabelecido, algo que a levava mesmo a se abrir a novas questões e a novos temas de nossa história.¹⁰¹

Um dos primeiros títulos da série assim preso entre o “tradicional” e o “moderno”, e dos mais eloqüentes a esse respeito, é *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, de Lindolfo Collor, publicado em 1938. “Cansado dos panoramas atuais”, como dizia no prefácio, o ex-ministro do Trabalho do governo Vargas resolvera aventurar-se pela história de seu estado de origem, escolhendo “para meta de minha excursão aquele trecho de tempo que mais me fascinasse pela grandeza dos cenários, pelo porte moral dos homens, pela ambiente desambição das multidões” – o período, justamente, da “Revolução de 35”. Também no prefácio, voltava aos gregos para fundamentar o sentido de seu trabalho e, por extensão, a sua concepção de história:

¹⁰⁰ Como ressalva Fernando Novais, “às vezes, o que se quer dizer com *tradicional* é que, simplesmente, tradicionais são os outros – não é assim que a questão aparece na introdução de muitos trabalhos, em que se acerta conta de saída com a bibliografia, para depois não mais voltar a ela? Usualmente, contudo, por *tradicional* entende-se *narrativo*, diz-se, impropriamente, *descritivo*, sendo o moderno *interpretativo*. Ora, isso envolve o equívoco de pensar que possa haver uma narração de acontecimentos que não seja, ao mesmo tempo, interpretação; como se fosse possível uma narração em estado de graça. A verdadeira distinção é entre uma interpretação explícita e outra implícita, sendo um excelente desafio, um ótimo exercício crítico precisamente *explicitar* a visão embutida numa obra *tradicional*”. Fernando A. NOVAIS, “A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos”. *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*, p. 296 (grifos do original).

¹⁰¹ “Uma linha de historiadores prosseguiu normalmente [depois da década de 1920] numa história *événementielle*, procedendo, entretanto, a atento revisionismo, bem como buscando novos temas até então desprezados. Destarte, ganharam impulso a história da ocupação territorial, a história administrativa, a história econômica de alguns produtos, como o café, o açúcar, o ouro e os diamantes; a história de instituições como a Companhia de Jesus, o Exército etc.; a história de momentos de grandes mudanças e tensões, como a vinda da corte, a independência, a abolição, a queda do Império etc.; a biografia dos grandes do Império, as ‘revoluções’ do século XIX e XX, a conquista holandesa, as minorias étnicas, o funcionamento do regime político no Império e na República, faltando, entretanto, o estudo das religiões, dos produtos menores, da economia de subsistência, do processo de urbanização, do comércio interno e externo etc. etc.”. José Roberto do Amaral LAPA, *A História em Questão*, p. 74.

[...] Consideremos que toda reconstituição do passado significa em si mesma uma transposição no tempo. Quem se atira de alma inteira à voragem dos dias atuais, quem mergulha neles para vivê-los na voluptuosa plenitude dos satisfeitos, não escreve história; não a escrevem tão pouco os displicentes nem os acomodaticios. Uma coisa é relatório ou logografia, enumeração de datas e registro de sucessos; outra, muito diferente, a história. Para escrevê-la dignamente, para estabelecer o nexo de continuidade entre o passado e o futuro, saber é preciso chorar de emoção como Tucídides, ao ouvir, na Agora, as leituras de Heródoto. Quem se deleita com o atual nunca perderá os passos pelos mundos que já foram.¹⁰²

Para ressaltar os “nexos de continuidade” a que se referia, o autor comparava os panoramas históricos a cadeias de montanhas: vistos à distância, destacam-se os contornos grandiosos; quando alcançados “os contrafortes da serra”, percebe-se “quanto é penosa a realidade das ascensões e quanto ela difere, na brutalidade das suas exigências, da harmonia azul dos riscos que na baixada nos haviam fascinado o olhar”. A “escalada dos alpes do passado, dos quais tanto maldisse o terrível Karl Marx”, era então um “sacrifício” que a ser tentado, uma vez que “só quem sobe aos cumes do passado pode divisar com perfeita clareza todos os acidentes do presente”. Eram esses cumes, portanto, os condicionantes da “perspectiva dos tempos”, qualificados de modo muito preciso:

*Tanto maior uma época histórica quanto mais altos os seus homens representativos. Dos acidentes vulgares do terreno, dos seixos do caminho, da poeira das estradas, a posteridade não se apercebe. E quando os observamos de perto, como acabo de fazê-lo, é para concluir que eles só existem a fim de tornar mais vivo, pela presença da sua miséria, o contraste dos dominadores da paisagem.*¹⁰³

Seria tentador classificar: mais “tradicional”, impossível. Mas não nos precipitemos, pois a introdução reservaria algumas surpresas ao leitor. A primeira,

¹⁰² Lindolfo COLLOR, *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* [1ª ed., 1938], p. XVI-XVII. O político gaúcho Lindolfo Collor (1890-1942) foi o primeiro a assumir a pasta do ministério do Trabalho, criado logo após a Revolução de 1930, e nela permaneceria por apenas catorze meses; suas incursões historiográficas, especificamente pelo passado regional, não se limitaram a este livro publicado pela Documentos Brasileiros, ilustrando bem a íntima relação entre a atividade política e o gosto pela história que, vinda do século XIX, perdurava ainda nas primeiras décadas do XX. Sobre isto, cf. Angela de Castro GOMES, *História e Historiadores*, p. 76-7.

¹⁰³ Lindolfo COLLOR, *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* [1ª ed., 1938], p. XVIII-XIX.

ao enunciar os propósitos da obra, os quais procuravam, como dito de imediato, “penetrar o sentido íntimo dos acontecimentos, alcançar-lhes as determinantes vitais, apreender-lhes os nexos de causalidade, para só depois oferecer ao leitor uma visão integral e possivelmente clara do panorama já reconstituído em partes”. Páginas adiante, o autor diria que a “preocupação fundamental” do livro era “apresentar figuras humanas na sua exata compleição psicológica, não tipos irreais de semideuses, heróis de lenda, abstratas criações da fantasia”, algo retomado nos últimos parágrafos, quando reforçava sua modesta pretensão de “dar exatas proporções à figura do herói, situá-lo com a possível exatidão no meio riograndense, interpretar-lhe a ação durante os cinco anos em que combateu, sem descanso, ao lado dos nossos”.¹⁰⁴ Ou seja, ao menos no plano das intenções, Collor mostrava-se muito mais próximo ao atualíssimo Octavio Tarquínio de Sousa que a qualquer outro historiador de perfil conservador.

O desfile de referências no correr do texto também é interessante. Fustel de Coulanges, Henri Berr, Ratzel, Rodó, Le Bon, ao denunciarem o ecletismo do autor – e marca daqueles tempos, ao que parece –, revelam a sua afinidade com algumas leituras pouco ortodoxas; estas, por seu turno, certamente se refletiam numa terceira surpresa, talvez a principal delas, percebida na seguinte passagem:

*Muito se tem discutido o separatismo dos “farrapos”. Discussões apaixonadas, complexas, em que cada qual sustenta pontos de vista da sua predileção. Com os documentos que existem, prova-se tudo: que a revolução era e que a revolução não era separatista. Mas os documentos têm um valor relativo, relativo ao instante psicológico em que foram redigidos. Se não se os interpreta à luz dessas circunstâncias, cede lugar o critério objetivo da interpretação dos fatos ao espírito de polêmica, que, em história, nada constrói, mas tudo baralha e confunde. E isso é, não raro, o que se observa com a revolução riograndense.*¹⁰⁵

A relativização da “verdade dos documentos”, a reiterada referência à psicologia histórica, a defesa da interpretação dos fatos são posturas, não seria necessário destacar, demasiado modernas no cenário da historiografia brasileira à época, que colocavam o autor em perfeita sintonia com os objetivos também

¹⁰⁴ *Idem*, p. XXI, XXVII e XXXIII, respectivamente.

¹⁰⁵ *Idem*, p. XXIII.

modernos da Documentos Brasileiros. O seu fio condutor, em contrapartida, estava em outra frequência: partindo da constatação de que “a revolução riograndense praticamente não existe na grande bibliografia garibaldina”, mas sim “uma deformação, quase sempre grotesca, dos homens e das coisas desta parte do Brasil”, Lindolfo Collor tencionara “encontrar nos que já foram a verdadeira fisionomia moral do Rio Grande” – verdadeira e, é claro, positivamente pré-estabelecida.¹⁰⁶ Tanto esforço, como não poderia deixar de ser, pagou o preço da mistura, quando não da confusão, de todas essas diferentes formulações historiográficas, resultando em um livro a meio caminho entre uma “nova” e uma “velha” história.

Na verdade, mais preciso seria dizer que o livro pagou o preço do diletantismo de seu autor, cindido entre a política, a história e o regionalismo. Isto fica claro quando se o compara a outros volumes “revisionistas” da coleção, como *A História da Casa da Torre*, de Pedro Calmon (publicado em 1939), *A Grande Vida de Fernão Dias Paes*, de Afonso d’Escragnolle Taunay (1955), ou os póstumos *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*, de Rodolfo Garcia (1956). Neles se expressa, de modo nítido, o alto grau de especialização de historiadores já *profissionais*, que, inseridos em instituições de ensino e pesquisa, não apenas faziam do estudo, do ensino e da divulgação do passado o seu trabalho como ainda eram publicamente reconhecidos por ele.¹⁰⁷ Suas obras, nesse sentido, eram coesas e articuladas, com uma linha teórico-metodológica bem definida e cumprida, na medida do possível, à risca, apoiando-se em rigorosa pesquisa e farta documentação, tal como ensinara o mestre de todos os três, Capistrano de Abreu. Só isso já implicava, necessariamente, novos

¹⁰⁶ *Idem*, p. XXX e XXXIII, respectivamente.

¹⁰⁷ Pedro Calmon Muniz de Bittencourt (1902-1985), com formação na área do Direito, começara sua carreira de historiador profissional no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, onde, em 1932, criara a cadeira de História da Civilização Brasileira, a mesma que, mais tarde, também organizaria na efêmera Universidade do Distrito Federal; com a extinção desta e a criação da Universidade do Brasil, tornara-se, em 1938, o regente de sua cátedra de direito constitucional e a partir dela chegaria até à Reitoria da Universidade (cargo que ocupou de 1948 a 1966), mas sem nunca se descuidar da história, sua principal área de atuação – tanto que, mesmo professor da UB e da Pontifícia Universidade Católica do Rio, ainda conquistaria em concurso a cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II, em 1954. Afonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958), formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, era diretor do Museu Paulista desde 1917, com uma breve passagem pela Universidade de São Paulo entre 1934 e 1937, período em regeu a cátedra de História da Civilização Brasileira. Rodolfo Garcia (1873-1949) formara-se em Direito no Recife, e lá atuara como professor de História, Geografia, Francês e Português até mudar-se para o Rio, em 1912, trabalhando em diversas instituições, entre elas o IHGB, até ingressar na Biblioteca Nacional, onde chegara a diretor. Todos os três deixaram uma vasta e importante produção no campo da história e, vale notar, todos os três já eram sócios do IHGB nos anos 1930. Dados extraídos do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* e do *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*, volume 3.

enfoques sobre a história pátria: basta ver a explicação apresentada por Pedro Calmon na abertura de seu estudo sobre a Casa da Torre e a “dinastia de pioneiros” que, com ela, atravessaram quase todo o nosso passado:

Este livro é, antes de tudo, uma demonstração.

Demonstramos que se pode escrever a história de uma família típica do velho Brasil; e como, à luz da documentação desentranhada dos arquivos, esparsa pelas monografias, distribuída pelas publicações periódicas, adquire ela uma alta significação nacional.

*Somos um país novo. Mas colonizado há quatro séculos. Em certos trechos do nosso território, os troncos centenários persistem numa inabalável fidelidade ao clima pátrio. Até agora, os genealógicos se preocuparam com esta espécie de fixação social através da continuidade de algumas estirpes poderosas, cujo advento coincidiu com os primeiros trabalhos da civilização brasileira e que lhe seguem a sorte, servindo-a incessantemente, renovada a cada geração assim nas atividades econômicas, na índole do seu concurso cívico, na força de sua inteligência empreendedora, nas energias do seu espírito prático, na coerência do seu ruralismo atávico e nas audácias de sua ambição criadora... É tempo de se deterem os escritores de história diante desses clãs, em cuja cadeia rácica como que se percebe melhor a coesão das eras, a unidade consangüínea do Brasil que ajudaram a formar, construindo a sua casa patriarcal, devassando-lhe os sertões, alargando as suas fronteiras ou disciplinando a sua vida coletiva, sem esquecer as boas tradições do lar português, religioso, severo e sóbrio, que não perdeu, nos trópicos, nenhuma de suas características ancestrais.*¹⁰⁸

Tomando a Casa da Torre e a atuação de Garcia d’Ávila e de seus descendentes como objeto, o autor não tinha dúvidas em afirmar que nelas se podia perceber nossa “evolução nacional” de 1549 a 1835, “quando cessou o regime do morgadio e a época liberal desmembrou, em proveito da lei das heranças eqüitativas, os latifúndios seculares”. Ao mesmo tempo, também esperava tornar-se um modelo a ser seguido pelos “historiadores que têm tratado os assuntos do sul”, que poderiam fazer o mesmo “a propósito das famílias paulistas vindas com Martim Afonso, e cujos descendentes, com a sua bota de sete-léguas, perlustraram todos os caminhos do sertão. Os Pires e Camargos. Os

¹⁰⁸ Pedro CALMON, “Explicação”. *História da Casa da Torre* [1ª ed., 1939], p. 5.

Prados e Taques. Os Lemes e Oliveiras”.¹⁰⁹ O tema e sua abordagem, portanto, podiam ser “tradicionais” à primeira vista, mas as aberturas nele encontradas, bem como as sugestões que deixava, incitavam a historiografia brasileira à renovação, tarefa necessária à sua própria atualização, ou, se se preferir, à sua *modernização* – algo que, de resto, podia também ser encontrado nos demais títulos desse naipe vinculados à matriz capistraniana, como reconheceria, vinte anos depois, o jovem professor José Roberto do Amaral Lapa em resenha da segunda edição da *História da Casa da Torre*:

*São conhecidas as sábias admoestações que Capistrano sempre endereçava aos seus amigos estudiosos em torno do aproveitamento documental e dos assuntos de maior interesse que deviam preocupar os historiadores brasileiros, em detrimento da exclusividade com que se entregavam à análise dos fastos militares e da história administrativa. Assim foi com Paulo Prado, a quem os Capítulos de História Colonial haviam seduzido; com Afonso de Taunay, antigo discípulo do mestre, que confessou ter, a seu conselho, desviado seus estudos para o bandeirismo, legando, por isso, às letras históricas brasileiras um monumento inigualável; com Rodolfo Garcia, que continuou a obra de anotações a Varnhagen e ainda outros, que pelas mãos do grande historiador se destinaram à “devassa” do período colonial, no qual Capistrano era mestre inconcusso. Esses conselhos, prodigalizou-os o grande sabedor, e foi seguindo justamente ao reiterado interesse de Capistrano em agitar a idéia de escrever-se a história da Casa da Torre que o sr. Pedro Calmon, meio século mais tarde, se atirou a essa empresa.*¹¹⁰

★

Escrevendo em 1958 sobre as diversas “brasilianas” surgidas na década de 1930, José Honório Rodrigues notava, de modo genérico, que “coleções dessa natureza tinham o dever de provocar um pensamento mais pragmatista, em que o presente, com seus problemas e temas, fosse o foco em que se projetasse a luz

¹⁰⁹ *Idem*, p. 6.

¹¹⁰ José Roberto do Amaral Lapa, “CALMON (Pedro) – *História da Casa da Torre*. 2ª edição aumentada, com 18 ilustrações e mapas. Coleção Documentos Brasileiros. Vol. 22. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1958”. *Revista de História*, v. XIX, n. 40, 1959, p. 553-4.

do passado”; entretanto, continuava, “o que se viu não foi isso”, mas o seu desvirtuamento: tomadas de assalto pela “história historizante, [pela] história puramente descritiva, [pela] história clássica como um relógio da repetição”, elas teriam passado “a debater os mesmos problemas e a discutir as mesmas teses, apenas porque o especialismo erudito descobrira mais uma miúda novidade ou uma palavra diferente da mesma personagem”.¹¹¹ Passadas três décadas, Heloisa Pontes, em seu texto que tem como tema as mesmas “brasilianas”, diria que os autores editados pela Documentos Brasileiros eram “representativos do sistema de produção intelectual do período, que é fortemente marcado pela *tensão* entre os interpretativistas (como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna) e os pensadores mais tradicionais (como Octavio Tarquínio de Sousa, Luis Viana Filho, Pedro Calmon, entre outros)”.¹¹²

Embora produzidas em cenários intelectuais bem distintos e motivadas por razões bem diferentes, tanto a avaliação contemporânea de Rodrigues quanto a leitura retrospectiva feita por Pontes parecem escapar pelo perigoso caminho das classificações. É evidente que estas são válidas, úteis e, em alguns casos, imprescindíveis mesmo a uma análise mais apurada de objetos fugidios, como é o caso. Por outro lado, à medida que relevam suas minúcias, acabam também por nivelar aquilo que é característica e necessariamente desigual, perdendo assim muito de sua riqueza e expressividade. No caso da Coleção Documentos Brasileiros, o longo e sinuoso percurso de Gilberto Freyre a Pedro Calmon, com todos os seus entrecruzamentos, a descortina como um conjunto complexo, cuja configuração não pode ser reduzida a um ou outro traço predominante, sob pena de se diluir o seu significado para o momento histórico vivido pelos intérpretes do Brasil entre as décadas de 1930 e 1950 – sejam eles os consagrados, sejam eles os esquecidos. Ao menos no que diz respeito à historiografia, parece ser possível dizer que o seu desenvolvimento fez com que ela se construísse como um lugar legítimo e respeitado para acolher uma produção que não se moldava à rigidez do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, ao mesmo tempo, ainda não se encontrara plenamente entre as nascentes Faculdades de Filosofia.

¹¹¹ José Honório RODRIGUES, “A historiografia brasileira e o atual processo histórico” [1958]. *História e Historiadores do Brasil*, p. 18.

¹¹² Heloisa PONTES, “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasiliana’ nas décadas de 30, 40 e 50”, p. 468 (grifo do original).

Coleção Documentos Brasileiros

Dirigida por Octavio Tarquinio de Sousa

22

P E D R O C A L M O N

(da Academia Brasileira)

História
da
Casa da Torre

Uma dinastia de pioneiros

2.^a edição, aumentada

Com 18 ilustrações e 1 mapa

Livraria José Olympio Editôra
Rio de Janeiro — 1958

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à historiografia, não há dúvida de que a demissão da inteligência, e direi também da imaginação – imaginação que escolhe, que simplifica, se necessário, e que recria –, associada a uma exaltação do fato puro e mensurável, pode significar em certos casos um regresso. Bem sabemos que os fatos nunca falam por si, que o verdadeiro historiador não é apenas o que conseguiu acumulá-los no maior número possível, mas o que soube formular-lhes, a esses fatos, as perguntas realmente decisivas, dando-lhes ao mesmo tempo voz articulada e coerência plausível.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 1950¹

Em dezembro de 1936, uma pequena nota, não assinada, informava aos leitores do *Boletim de Ariel* o aparecimento do livro *Raízes do Brasil*, volume inaugural da “coleção Documentos Históricos [sic]”, editada pela Livraria José Olympio e dirigida pelo “eminente sociólogo Gilberto Freyre”. À parte o deslize ao mencionar o nome da coleção, o redator mostrava-se empolgado com a obra, que abordava “questões de grande preeminência na vida nacional”, e com o autor, destemido em “levar o seu inquérito o mais longe possível, socorrendo-se de todos os livros e de todos os elementos de observação direta que o habilitassem a desobrigar-se de honrosa tarefa”. Graças a tais características, não restava dúvida de que existia “no sr. Sérgio Buarque de Holanda um espírito com que a cultura brasileira deve evidentemente contar”.²

O anônimo escriba não era o único a pensar assim, a julgar pelas muito bem selecionadas “opiniões da crítica brasileira sobre *Raízes do Brasil*” elencadas na contracapa de *Memórias*, de Oliveira Lima, lançado em março de 1937. Ali se podia ler, por exemplo, que Sérgio Buarque escrevera “um livro ótimo, que se afasta dos figurinos insípidos ainda em voga entre nós”, segundo Eloy Pontes. Na mesma linha, Rubens Borba de Moraes dizia tratar-se de “livro profundamente

¹ Sérgio Buarque de HOLANDA, “Para uma nova história” (*Folha da Manhã*. São Paulo, 26 de julho de 1950), *Para uma Nova História: Textos de Sérgio Buarque de Holanda*, p. 130.

² N/a, “Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil* – Livraria José Olympio – Rio”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n.3, dezembro 1936, p. 77.

bem pensado, lógico” e “admiravelmente bem escrito”, todas “qualidades raras de se encontrar em ensaios de sociologia brasileira”. Para Austregésilo de Athayde, “depois dos grandes livros de Gilberto Freyre, um mestre de consumada capacidade [...], aparece Sérgio Buarque de Holanda com um livro magistral, em que a inteligência dos acontecimentos sociais e históricos, a cultura e a força do artista, se combinaram para produzir uma obra das mais notáveis que se têm publicado no Brasil”. Mas, entre estas e algumas outras loas ali arroladas, a mais ousada talvez tenha sido a de Jayme de Barros:

É fora de dúvida que estamos diante de um dos maiores livros sobre as nossas origens. Desvenda-se, esclarece-se em suas páginas uma grande parte do mistério da nossa confusa e tumultuária existência.

*Raízes do Brasil abre largos horizontes ao debate de assuntos de uma importância enorme para o conhecimento de nossa psicologia social, nos seus traços mais importantes. É um livro que figurará ao lado daqueles que mais fundamente penetraram no nosso passado e melhor iluminaram os desvãos obscuros da história da formação nacional.*³

Perante tantas e tão eloqüentes manifestações de apreço, causa estranheza encontrar, em outro lugar, um rápido comentário que Octavio de Faria deixa escapar acerca do trabalho de Sérgio Buarque. Em sua resenha de *Geografia Sentimental*, publicada no *Boletim de Ariel* de maio do mesmo ano, Faria afirmava que esta nova obra de Plínio Salgado se opunha a uma certa “linha negra da nossa mais moderna sociologia”, exemplificada pelo pessimismo de *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, e à qual era possível “filiar tanto a obra de Gilberto Freyre como esse recente e importante *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (em que, inexplicavelmente, tão pouco se falou até agora)”.⁴ Ele mesmo, porém, não se detém nisso e segue seu texto, deixando em aberto o “quanto” desejava que se falasse de um livro que, ao menos aparentemente, já merecera muitos comentários. Aliás, o autor de *Maquiavel e o Brasil* devia se lembrar de que sua repercussão no próprio *Boletim de Ariel* não se limitara àquele tímido e apócrifo canto de página da edição de dezembro: pouco depois, em

³ Esta e as demais citações estão entre as “Opiniões da crítica brasileira sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda”, in Oliveira Lima, *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)* [1ª edição, 1937], contracapa.

⁴ Octavio de FARIA, “Geografia Sentimental”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 8, maio de 1937, p. 231.

fevereiro, V. de Miranda Reis lhe dedicou atenção muito maior e mais crítica, numa longa e minuciosa análise daquelas que pareciam ser as idéias centrais que sustentavam a obra. Intitulado justamente “Raízes do Brasil”, o artigo começava com uma advertência aos incautos:

*Os senhores estão muito enganados se pensam que estas raízes do Brasil, aqui onde estamos pondo o dedo, são produtos da flora medicinal brasiliense. Nada disso. Raízes do Brasil é o título do livro com que auspiciosamente se inaugura a Coleção “Documentos Brasileiros”, dirigida por Gilberto Freyre, nome que, embora novo no cenário da intelectualidade brasileira, já se impôs como o de um mestre.*⁵

Os auspícios conferidos à inauguração deviam-se aos muitos méritos do autor do volume, que logo às primeiras páginas revelava-se um “espírito amadurecido no trato da ciência e da filosofia”, um “pensador que não tem pressa de concluir, de encontrar logo uma solução no estudo dos nossos problemas nacionais”, uma “inteligência enriquecida por uma erudição que não falha no momento oportuno e só neste momento se revela, a talho de foice, sem filáucia nem alarde”. Diferenciando-se da desencantadora “chusma dos atuais hermeneutas da nossa *psyche*”, Sérgio Buarque fazia com que o leitor “devorasse aquelas raízes” com prazer, avidez e alegria, ainda que fossem elas “agridoces, algumas mesmo duras de roer”. Mais que isso, havia um ponto preciso em que se dava a mudança de textura, de acordo com Miranda Reis: “vai a gente lendo o livro, lendo e aprendendo, aprendendo e concordando, até ao capítulo IV. Daí por diante, faz-se mister bons dentes. Porque em ‘O homem cordial’, ‘Tempos novos’, ‘Nossa revolução’, há verdadeiras concreções pedregosas. Ou, como diria Sganarello, *rhizo-lithiasis*”.⁶

O que incomodava o paladar desse *gourmet* intelectual, como o decorrer da matéria deixaria claro, era a crítica à personalidade, ao “desejo brasileiro de intimidade” e ao “nosso apego aos valores da personalidade” trazida por *Raízes do Brasil*. Quase ao final de seu texto, já num tom bem diferente daquele do início, ele chegaria a dizer que “o sr. Sérgio Buarque de Holanda não gosta das idéias claras”, visto que apontava como um dos “aspectos mais constantes e

⁵ V. de Miranda REIS, “Raízes do Brasil”. *Boletim de Ariel*, ano VI, n. 5, fevereiro de 1937, p. 129.

⁶ *Idem, ibidem*.

significativos do caráter brasileiro” o “horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade”; em seu lugar, preferiríamos – em palavras que Miranda Reis fazia questão de buscar no próprio livro em pauta – “as idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, [as quais] parecem-nos (aos brasileiros) constituir a verdadeira essência da ‘sabedoria’”. Ao que parece, isto foi demais para o articulista, que fez do encerramento de sua resenha um desagravo irônico:

Boutade do Professor Sérgio. Boutade de quem vem abastecendo o espírito em tratadistas alemães. Ele sabe muito bem que sem idéias claras não se anda no mundo da inteligência. E o seu livro, se vale – e vale muito! –, é pelas idéias claras que contém, é por ter escapado àquele demônio pérfido e pretensioso de que ele mesmo nos fala e que procura obscurecer aos olhos dos brasileiros certas verdades singelas.

Não pararíamos aqui se fôssemos discutir todas as idéias mais ou menos interessantes de Raízes do Brasil, que não é, evidentemente e felizmente, um livro perfeito. Porque o livro perfeito seria, por definição, aquele que contivesse “a verdadeira essência da sabedoria” e favorecesse, assim, “uma espécie de atonia da inteligência”.⁷

Seria óbvio constatar que as ponderações de Miranda Reis expressam um certo mal-estar diante da interpretação do Brasil realizada por Sérgio Buarque de Holanda em seu trabalho de estréia. Mas, sem se limitar a si mesma, a constatação permite pensar que o posterior lamento de Octavio de Faria talvez tivesse origem precisamente nesse mal-estar, do qual decerto não poucos se viam acometidos, como se pode deduzir do que dissera o escritor Limeira Tejo a respeito do livro:

Raízes do Brasil é, por todos os motivos, um trabalho digno da época presente. Época de franqueza, de sinceridade, de rompimento com todas as formas artificiais da existência. É um livro digno dessa geração sacrificada, que não se pode permitir mais ao luxo de viver num mundo de imaginação delirante. Uma geração que foi forçada a olhar para baixo e descobrir que tinha pés de pavão.⁸

⁷ *Idem*, p. 130.

⁸ “Opiniões da crítica brasileira sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda”, in Oliveira Lima, *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)* [1ª edição, 1937], contracapa.

Pois Sérgio Buarque não apenas descobrira os pés de pavão da sociedade brasileira como ainda os anunciara de forma aguda e sem concessões. Esta perspectiva, além de dissonante na nossa tradição intelectual, também destoava sobremaneira dos discursos à época produzidos sobre o país, inclusive dos inovadores: basta lembrar, mais uma vez, de *Casa-Grande & Senzala* para se perceber o enorme distanciamento da abordagem buarquiana em relação ao que então se celebrava como uma nova história do Brasil. Desafinando o coro dos contentes, que ainda se mostrava amplificado por uma massiva política cultural nacionalista, *Raízes do Brasil* dificilmente teria como merecer a mesma recepção de outros livros seus contemporâneos, muitos também publicados na Coleção Documentos Brasileiros, e pouco a pouco sumiria do debate daqueles dias sem que sua ausência se fizesse sentir.

Corta.

Vinte anos mais tarde, Sérgio, em São Paulo, recebe uma carta do amigo Octavio Tarquínio de Sousa, no Rio de Janeiro. Datada de 12 de junho de 1957, suas primeiras linhas diziam o seguinte:

Meu querido Sérgio.

*Tive ontem notícia, pelo José Olympio, de que a sua tese já está sendo impressa. O concurso será mesmo em outubro? Espero figurar na assistência entre os maiores torcedores.*⁹

O concurso era o da cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e a tese receberia o nome de *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. O candidato, depois da breve experiência na Universidade do Distrito Federal ainda nos anos 1930, passara pelo Instituto Nacional do Livro e pela Biblioteca Nacional até chegar, em 1946, à direção do Museu Paulista, nomeado por José Carlos de Macedo Soares, então interventor federal em São Paulo; no ano seguinte, ocupara também a cadeira de História Econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia e Política, onde permanecera, juntamente com o Museu, até 1956, quando deixara a ambos para assumir, em caráter

⁹ Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1957. SBH/SIARQ/UNICAMP, SBH.CP.214.P9.

interino devido à aposentadoria do Professor Alfredo Ellis Júnior, a cátedra da USP na qual agora pretendia se efetivar. No decorrer dessa trajetória, lançara ainda dois novos livros, *Monções*, em 1945, e *Caminhos e Fronteiras*, em 1957, este publicado pela mesma Documentos Brasileiros, que também reeditara *Raízes do Brasil* em 1948 e em 1956 – tudo isso sem falar do exercício da crítica em jornais do Rio e de São Paulo, que, salvo por um interregno de seis anos, entre 1941 e 1947, jamais abandonara.¹⁰

Durante este interregno, a propósito, ocorre um episódio que ilustra muito bem o sentido do caminho percorrido por Sérgio Buarque. Em 1945, em entrevista a Homero Senna, perguntado acerca da “lição” que recolhera do exercício da crítica literária, respondeu ser “a de que não sou crítico”, explicando:

[...] A função, que desempenhei por algum tempo, de analisar obras alheias num rodapé de crítica, foi-me útil porque me obrigou a variar, mas confesso que tive de fazer um grande esforço para exercê-la. Obrigado a tratar de assuntos que não eram, muitas vezes, de minha especialidade, a crítica, para mim, foi uma experiência interessante e fecunda. Abandonei-a, porém, porque nela não me sinto à vontade. E desde então venho recusando sempre as oportunidades que me têm surgido de voltar a esse gênero.¹¹

Em que pese a sua volta aos rodapés não muito tempo depois, parece ser legítimo supor que o que Sérgio buscava era se afirmar como historiador profissional, direcionando-se cada vez mais para o lugar em que efetivamente se sentia à vontade, cuja materialização maior e melhor definida estava na Universidade. A aprovação no concurso uspiano, realizado enfim em 1958, marcaria assim o desfecho grandioso dos esforços iniciados com *Raízes do Brasil*, que, por sua vez, encontraria seu par perfeito em *Visão do Paraíso*, publicado na Documentos Brasileiros em 1959 sob o número 107. Juntos, ambos os títulos simbolizavam o amadurecimento do autor, da coleção e da própria historiografia nacional, que, àquela altura, já começavam a seguir caminhos diferentes. Do autor e de sua obra, muito se sabe por onde passaram, bem como

¹⁰ Sobre a trajetória pessoal e profissional de Sérgio Buarque de Holanda, cf., entre outros, Maria Odila Leite da Silva DIAS, “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”, e Arlinda Rocha NOGUEIRA, “Sérgio Buarque de Holanda, o homem”.

¹¹ *Revista do O Jornal* (Rio de Janeiro, 01 de julho de 1945), reproduzida em Homero SENNA, *República das Letras*, p. 119.

da nossa historiografia, cada vez mais institucionalizada e em sintonia com outros circuitos de produção do conhecimento histórico. A coleção, entretanto, parecia já ter cumprido o seu papel: os interesses do mundo intelectual, agora, não eram mais os mesmos da década de 1930; outros canais de manifestação, como a própria Universidade, ocupavam o espaço da produção e circulação de idéias; e mesmo o mercado editorial, muito em função dessas transformações, passava por redefinições, deixando a generalização rumo à segmentação.

De todo modo, tal papel fora cumprido muito bem, como retratado por Otto Maria Carpeaux em um belo texto sobre Tomás Santa Rosa, escrito ainda no início dos anos 1950. Parodiando uma sátira de Mark Twain, Carpeaux criava uma história na qual, “no ano 9000 da nossa era, os arqueólogos começaram a escavar as ruínas do Rio de Janeiro”, descobrindo “em certas cavernas provavelmente dedicadas ao culto de São José numerosas folhas de papel de péssima qualidade”, em cujas capas sempre aparecia “o mesmo hieróglifo misterioso: ‘SR’”. Curiosos e dedicados em decifrar o significado dessas duas letras, lançaram-se a investigações e hipóteses, uma delas a seguinte:

[...] tratar-se-ia de um personagem semi-mitológico, de uma condensação folclórica dos traços característicos do homo brasiliensis. Nessa altura apareceu o professor Sicrano, apresentando ao mundo científico descoberta sensacional: uma coleção de obras, evidentemente escritas por autores diferentes, mas todas assinadas pelo misterioso “SR”. Chamava-se a coleção “Documentos Brasileiros”. O estado de conservação das capas não era muito satisfatório, devido à qualidade do papel, de modo que se repetiu o caso do “grande rei Smith” no conto de Mark Twain: os estudiosos, evocando o costume dos romanos de datar os documentos conforme os nomes dos cônsules do ano, atribuíram a coleção inteira à “época de José Olympio”, que teria sido in illo tempore o rei do Rio de Janeiro. Vários autores da coleção podiam ser identificados: Lucia Miguel-Pereira, biografando um poeta em cujos versos aparece um pássaro mitológico chamado “Sabiá”; Octavio Tarquínio de Sousa, que viveu, conforme os documentos, no século XX, embora alguns historiadores teimem em incluí-lo entre as grandes personalidades da época da Regência; Álvaro Lins, conhecido nos anais da literatura como crítico impiedoso, aí porém metido na história dos compromissos diplomáticos; Gilberto Freyre, dono indiscutido da casa-grande da sociologia brasileira; Afonso Arinos de Melo Franco, índio

mineiro que participou da Revolução Francesa e provavelmente de mais outras revoluções; e Sérgio Buarque de Holanda, que chegou a desenterrar as próprias raízes do Brasil. Para todos esses autores e obras, por mais diferentes que tenham sido, criou “SR” o símbolo comum que distingue, invariável e inconfundivelmente, os volumes todos da Coleção Documentos Brasileiros, símbolo de significação profunda e simplicidade surpreendente: uma palmeira. A árvore típica, cujas raízes se confundem com as próprias raízes do Brasil; a árvore que deu sombra à casa-grande do senhor e à senzala dos escravos; a árvore que, através das vicissitudes da história do Brasil, sombreou o cemitério das derrotas e se hasteou, às vezes, como bandeira da vitória; a palmeira bem brasileira, as raízes na terra e a coroa no alto, na região da poesia.¹²

¹² Otto Maria CARPEAUX, “Significação de S. R.”. *Retratos e Leituras*, p. 198-9 e p. 193-4 (citações do parágrafo anterior).

COLEÇÃO
DOCUMENTOS BRASILEIROS

DIRIGIDA POR OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

107

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

VISÃO DO PARAÍSO

OS MOTIVOS EDÊNICOS
NO DESCOBRIMENTO
E COLONIZAÇÃO DO BRASIL

LIVRARIA
JOSÉ OLYMPIO
EDITORA

FONTES

I. COLEÇÃO DOCUMENTOS BRASILEIROS – LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

Volumes 1-107, 1936-1959: Cf. Anexo 2.

II. ACERVOS E ARQUIVOS

Acervo Gilberto Freyre (Correspondência passiva de Gilberto Freyre). Fundação Gilberto Freyre, Recife/PE.

Acervo José Olympio (Correspondência passiva de José Olympio e da Livraria José Olympio Editora). Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/RJ.

Fundo Sérgio Buarque de Holanda (Correspondência passiva e produção intelectual de Sérgio Buarque de Holanda). Arquivo Central/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP

III. ANAIS E COLETÂNEAS

Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, s/d.

Anais do Segundo Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1929 [sic].

Anais do Terceiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939.

IV. PERIÓDICOS

Anuário Brasileiro de Literatura. Rio de Janeiro, 1938-1944.

Boletim de Ariel. Rio de Janeiro, 1931-1939.

Cultura. Rio de Janeiro, 1948-1953.

Cultura Política. Rio de Janeiro, 1941-1945.

Revista de História. São Paulo, 1950-1971.

Revista do Brasil. (3ª fase). Rio de Janeiro, 1938-1943.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1839; 1936-1962.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, 1937.

V. ENTREVISTAS, MEMÓRIAS E OUTROS TEXTOS DE ÉPOCA

- ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, 3v.
- ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos – 1ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos – 4ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- AZEVEDO, Fernando de. *A educação entre dois mundos*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- BROCA, Brito. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- FONSECA, Edson Nery da (org.). *Casa Grande e Senzala e a Crítica Brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- FREYRE, Gilberto. *Cartas do Próprio Punho sobre Pessoas e Coisas do Brasil e do Estrangeiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1978.
- LOBATO, Monteiro. *Mundo da Lua e Miscelânea*. São Paulo: Brasiliense, 1951.
- MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Fulgor, 1965.
- SENNA, Homero. *República das Letras – Entrevistas com 20 Grandes Escritores Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira – 1ª série*. São Paulo: Edusp, 1976.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira – 5ª série*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.

BIBLIOGRAFIA

I. ARTIGOS E ENSAIOS

- BITTENCOURT, Circe. "Identidade nacional e ensino de História do Brasil". in: KARNAL, Leandro (org.). *História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 185-204.
- BRAGANÇA, Aníbal. "A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil". in: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 451-476.
- BRAGANÇA, Aníbal. "Revisões e Provas. Notas para a história editorial de Os Sertões de Euclides da Cunha: as edições Francisco Alves". *Revista de História das Idéias*, v. 20, 1999, p. 337-352.
- CANDIDO, Antonio. "A Revolução de 30 e a cultura". *Novos Estudos CEBRAP*, (2): 4, 1984.
- CANDIDO, Antonio. "Literatura e cultura de 1900 a 1945". in: _____. *Literatura e Sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz/Publifolha, 2000. p. 101-126.
- CANDIDO, Antonio. "O significado de *Raízes do Brasil*". in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. xxxix-l.
- CARVALHO, José Murilo de. "Martius e *Nossa História*". *Nossa História*. Ano 1, nº 1, novembro, 2003, p. 96.
- DARNTON, Robert. "Discourse and diffusion". *Contributions to the History of Concepts*. Number 1, v. 1, March, 2005, p. 21-27.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Sérgio Buarque de Holanda, historiador". in: _____. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – História*. São Paulo: Ática, 1985. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 51).
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. "O Almanaque Garnier, 1903-1914: Ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a ler". in: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 477-504.
- EULÁLIO, Alexandre. "Sérgio Buarque de Holanda escritor". in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. xxv-xxxvii.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. "Os professores franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro nos anos 30". in: MAIO, Marcos Chor e VILLAS-BÔAS, Glaucia (org.). *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil: Ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999. p. 277-299.

- GASPARELLO, Arlette Medeiros. "Invenção e Continuidade: a *História do Brasil* de João Ribeiro". *Anais do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa/UFF – PPGCOM/UFF – LIHED, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. "Gilberto Freyre e Oliveira Lima: *Casa Grande e Senzala* e o contexto historiográfico do início do século XX". *História*. São Paulo, v. 20, 2001. p. 29-44.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. "História e brasilidade". in: *HISTÓRIA em Debate: Problemas, Temas e Perspectivas*. Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História. S. l. p.: CNPq/InFour, 1991. p. 73-80.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. "Um olhar sobre o continente: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, 1997, p. 217-230.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988, p. 5-27.
- LIMA, Luiz Costa. "Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil". in: _____. *Dispersa Demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. p. 3-29.
- NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux". in: _____. (dir.). *Les Lieux de Mémoire — I. La République*. Paris: Gallimard, 1984. p. XV-XLII.
- NOVAIS, Fernando A. "Preface". in: ABREU, João Capistrano de. *Chapters of Brazil's Colonial History, 1500-1800*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1997. (Library of Latin America Series). p. xi-xv.
- NOVAIS, Fernando Antonio. "Prefácio". in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PONTES, Heloisa. "Retratos do Brasil: editores, editoras e 'Coleções Brasiliana' nas décadas de 30, 40 e 50". in: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. p. 419-476.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira". in: _____. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-social Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SCHWARTZ, Stuart. "A house built on sand: Capistrano de Abreu and the History of Brazil". in: ABREU, João Capistrano de. *Chapters of Brazil's Colonial History, 1500-1800*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1997. (Library of Latin America Series). p. xvii-xxxiv.
- SEVCENKO, Nicolau. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". in: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- SORÁ, Gustavo. "La Casa y la Empresa. José Olympio y la edición brasileña en dos tiempos", *mimeo*.
- SORÁ, Gustavo. "La construcción *sociológica* de una posición *regionalista*: Reflexiones sobre la edición y recepción de 'Casa Grande & Senzala' de Gilberto Freyre". *mimeo*.

II. LIVROS E TESES

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz. Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB: Origens e Significados*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- CARONE, Edgar. *Leituras Marxistas e outros Estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um Olhar à Esquerda. A Utopia Tenentista na Construção do Pensamento Marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2002.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. *O Iluminismo como Negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DARNTON, Robert. *Os Best-sellers Proibidos da França Pré-Revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira – Década de 1930 aos Anos 1970*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.
- DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira – Do IHGB aos Anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- EL FAR, Alessandra. *A Encenação da Imortalidade. Uma Análise da Academia Brasileira de Letras nos Primeiros Anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia – Projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia – O corpo docente: matrizes de uma proposta autoritária*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia – Caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia – Os cursos: começando a desenrolar um novelo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia – Depoimentos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FUJB/CFCH/FE/Proedes, 1992.

- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Brasil: Das Origens à Construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, s.d.
- FERREIRA, Jerusa Pires (org.). *Editando o Editor: Enio Silveira*. São Paulo: Edusp, 1992.
- FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru: Edusc, 1998.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino Ímpar – Sobre a Formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GENETTE, Gérard. *Umbrals*. México: Siglo Veinte Uno, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores – A Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa”. Tese de doutorado em História Social. São Paulo, FFLCH-USP, 2003.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.
- HADDAD, Maria de Lourdes Amaral. “Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: Raízes da idéia de Universidade na UMG”. Dissertação de Mestrado em Educação. Belo Horizonte, FE-UFMG, 1988.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil – Sua História*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.
- HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- IGGERS, Georg G. *Historiography in the Twentieth Century – From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover and London: Wesleyan University Press, 1997.
- IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *O Preço da Leitura. Leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LAUERHASS JR., Ludwig. *Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro – Estudo do Advento da Geração Nacionalista de 1930*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1982.

- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras*. São Paulo: Grijalbo, 1973.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. Volumes VI e VII.
- MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1977.
- MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um Banquete no Trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2001. 2v.
- NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIXÃO, Fernando (coord.). *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.
- PALLARES-BURKE, Maria Lucia. *As Muitas Faces da História – Nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- PALLARES-BURKE, Maria Lucia. *Gilberto Freire: um Vitoriano dos Trópicos*. São Paulo: Unesp, 2005.
- PASSIANI, Enio. *Na Trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a Formação do Campo Literário no Brasil*. Bauru: Edusc; São Paulo: Anpocs, 2003.
- PAULA, Maria de Fátima de. *A Modernização da Universidade e a Transformação da Intelligentia Universitária*. Florianópolis: Insular, 2002.
- RACINE, Nicole et TREBITSCH, Michel (dir.). *Sociabilités Intellectuelles – Lieux, milieux, réseaux*. Les Cahiers de L'IHTP. Paris, CNRS, Cahier n. 20, Mars 1992.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. "A institucionalização da formação superior em História: O curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950". Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, IFCH-UFRGS, 2002.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SÉRGIO Buarque de Holanda: *Vida e Obra*. São Paulo: Arquivo do Estado – Secretaria de Estado da Cultura / Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo, *Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SORÁ, Gustavo. “Brasileiras: A Casa José Olympio e a instituição do livro nacional”. Tese de doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ, 1998.
- TRAVANCAS, Isabel. *O Livro no Jornal*. Cotia: Ateliê Editorial, 2001.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *José Olympio: O Descobridor de Escritores*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001.
- WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 Anos*. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica - PR, 1988.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *Universidade Federal do Paraná – 75 Anos*. Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica - PR, 1987.

III. DICIONÁRIOS E OBRAS DE REFERÊNCIA

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5 volumes.

HUGHES-WARRINGTON, Marnie. *50 Grandes Pensadores da História*. São Paulo: Contexto, 2002.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991-1993. 3 v.

INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. *Dicionário Biobibliográfico de Sócios Estrangeiros (Século XIX)*. Rio de Janeiro: IHGB, 2001.

<p style="text-align: center;">ANEXO 1</p> <p style="text-align: center;">Relação dos títulos publicados pela Coleção Brasileira</p> <p style="text-align: center;">Volumes 1 ao 100 – 1931/1936</p>	
1 –	Batista Pereira, <i>Figuras do Império e Outros Ensaios</i> .
2 –	Pandiá Calógeras, <i>O Marquês de Barbacena</i> .
3 –	Alcides Gentil, <i>As Idéias de Alberto Torres</i> .
4 –	Oliveira Viana, <i>Raça e Assimilação</i> .
5 –	Augusto de Saint-Hilaire, <i>Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo</i> .
6 –	Batista Pereira, <i>Vultos e Episódios do Brasil</i> .
7 –	Batista Pereira, <i>Diretrizes de Rui Barbosa</i> .
8 –	Oliveira Viana, <i>Populações Meridionais do Brasil</i> .
9 –	Nina Rodrigues, <i>Os Africanos no Brasil</i> .
10 –	Oliveira Viana, <i>Evolução do Povo Brasileiro</i> .
11 –	Luiz da Câmara Cascudo, <i>O Conde d’Eu</i> .
12 –	Wanderley Pinho, <i>Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe</i> .
13 –	Vicente Licínio Cardoso, <i>À Margem da História da República</i> .
14 –	Pedro Calmon, <i>História da Civilização Brasileira</i> .
15 –	Pandiá Calógeras, <i>Da Regência à Queda de Rosas</i> .
16 –	Alberto Torres, <i>A Organização Nacional</i> .
17 –	Alberto Torres, <i>O Problema Nacional Brasileiro</i> .
18 –	Visconde de Taunay, <i>Pedro II</i> .
19 –	Afonso de Eschagnolle Taunay, <i>Visitantes do Brasil Colonial</i> .
20 –	Alberto de Faria, <i>Mauá</i> .
21 –	Batista Pereira, <i>Pelo Brasil Maior</i> .
22 –	E. Roquette-Pinto, <i>Ensaio de Antropologia Brasileira</i> .
23 –	Evaristo de Moraes, <i>A Escravidão Africana no Brasil</i> .

24 – Pandiá Calógeras, <i>Problemas de Administração</i> .
25 – Mário Marroquim, <i>A Língua do Nordeste</i> .
26 – Alberto Rangel, <i>Rumos e Perspectivas</i> .
27 – Alfredo Ellis Junior, <i>Populações Paulistas</i> .
28 – General Couto de Magalhães, <i>Viagem ao Araguaia</i> .
29 – Josué de Castro, <i>O Problema da Alimentação no Brasil</i> .
30 – Cap. Frederico A. Rondon, <i>Pelo Brasil Central</i> .
31 – Azevedo Amaral, <i>O Brasil na Crise Atual</i> .
32 – C. de Melo-Leitão, <i>Visitantes do Primeiro Império</i> .
33 – J. de Sampaio Ferraz, <i>Meteorologia Brasileira</i> .
34 – Angione Costa, <i>Introdução à Arqueologia Brasileira</i> .
35 – A. J. Sampaio, <i>Fitogeografia do Brasil</i> .
36 – Alfredo Ellis Junior, <i>O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano</i> .
37 – J. F. de Almeida Prado, <i>Primeiros Povoadores do Brasil</i> .
38 – Rui Barbosa, <i>Mocidade e Exílio</i> (cartas inéditas).
39 – E. Roquette-Pinto, <i>Rondônia</i> .
40 – Pedro Calmon, <i>História Social do Brasil</i> .
41 – José Maria Belo, <i>A Inteligência do Brasil</i> .
42 – Pandiá Calógeras, <i>Formação Histórica do Brasil</i> .
43 – A. Saboya Lima, <i>Alberto Torres e sua Obra</i> .
44 – Estevão Pinto, <i>Os Indígenas do Nordeste</i> .
45 – Basílio de Magalhães, <i>Expansão Geográfica do Brasil Colonial</i> .
46 – Renato Mendonça, <i>A Influência Africana no Português do Brasil</i> .
47 – Manuel Bomfim, <i>O Brasil</i> .
48 – Urbino Viana, <i>Bandeiras e Sertanistas Baianos</i> .
49 – Gustavo Barroso, <i>História Militar do Brasil</i> .
50 – Mário Travassos, <i>Projeção Continental do Brasil</i> .
51 – Otavio de Freitas, <i>Doenças Africanas no Brasil</i> .
52 – General Couto de Magalhães, <i>O Selvagem</i> .

53 – A. J. Sampaio, <i>Biogeografia Dinâmica</i> .
54 – Antonio Gontijo de Carvalho, <i>Calógeras</i> .
55 – Hildebrando Accioly, <i>O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América</i> .
56 – Charles Expilly, <i>Mulheres e Costumes do Brasil</i> .
57 – Flausino Rodrigues Valle, <i>Elementos do Folclore Musical Brasileiro</i> .
58 – Augusto de Saint-Hilaire, <i>Viagem à Província de Santa Catarina</i> .
59 – Alfredo Ellis Junior, <i>Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano</i> .
60 – Emilio Rivasseau, <i>A Vida dos Índios Guaicurús</i> .
61 – Conde d’Eu, <i>Viagem Militar ao Rio Grande do Sul</i> .
62 – Agenor Augusto de Miranda, <i>O Rio São Francisco</i> .
63 – Raymundo Moraes, <i>Na Planície Amazônica</i> .
64 – Gilberto Freyre, <i>Sobrados e Mucambos</i> .
65 – João Dornas Filho, <i>Silva Jardim</i> .
66 – Primitivo Moacir, <i>A Instrução e o Império</i> .
67 – Pandiá Calógeras, <i>Problemas de Governo</i> .
68 – Augusto de Saint-Hilaire, <i>Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás</i> .
69 – Prado Maia, <i>Através da História Naval Brasileira</i> .
70 – Afonso Arinos de Melo Franco, <i>Conceito de Civilização Brasileira</i> .
71 – F. C. Hoehne, <i>Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI</i> .
72 – Augusto de Saint-Hilaire, <i>Segunda Viagem ao Interior do Brasil</i> .
73 – Lúcia Miguel-Pereira, <i>Machado de Assis</i> .
74 – Pandiá Calógeras, <i>Estudos Históricos e Políticos</i> .
75 – Afonso A. de Freitas, <i>Vocabulário Nheengatu</i> .
76 – Gustavo Barroso, <i>História Secreta do Brasil</i> .
77 – C. de Melo-Leitão, <i>Zoologia do Brasil</i> .
78 – Augusto de Saint-Hilaire, <i>Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás</i> (2º tomo)
79 – Craveiro Costa, <i>O Visconde de Sinimbu</i> .
80 – Osvaldo R. Cabral, <i>Santa Catarina</i> .

81 – Lemos Brito, <i>A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império – Frei Caneca</i> .
82 – C. de Melo-Leitão, <i>O Brasil Visto pelos Ingleses</i> .
83 – Pedro Calmon, <i>História Social do Brasil</i> (2º tomo)
84 – Orlando M. Carvalho, <i>Problemas Fundamentais do Município</i> .
85 – Wanderley Pinho, <i>Cotegipe e seu Tempo</i> .
86 – Aurélio Pinheiro, <i>À Margem do Amazonas</i> .
87 – Primitivo Moacir, <i>A Instrução e o Império</i> (2º volume).
88 – Hélio Lobo: <i>Um Verão da República: Fernando Lobo</i> .
89 – Coronel A. Lourival de Moura, <i>As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil</i> .
90 – Alfredo Ellis Junior, <i>A Evolução Paulista e suas Causas</i> .
91 – Orlando M. Carvalho, <i>O Rio da Unidade Nacional: O S. Francisco</i> .
92 – Almirante Antônio Alves Câmara, <i>Ensaio sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil</i> .
93 – Serafim Leite, <i>Páginas de História do Brasil</i> .
94 – Salomão de Vasconcelos, <i>O Fico – Minas e os Mineiros da Independência</i> .
95 – Luiz Agassiz e Elisabeth Cary Agassiz, <i>Viagem ao Brasil</i> .
96 – Osório da Rocha Diniz, <i>A Política que Convém ao Brasil</i> .
97 – Lima Figueiredo, <i>Oeste Paranaense</i> .
98 – Fernando de Azevedo, <i>A Educação Pública em São Paulo</i> .
99 – C. de Melo-Leitão, <i>A Biologia no Brasil</i> .
100 – Roberto Simonsen, <i>História Econômica do Brasil</i> .

ANEXO 2

Relação dos títulos publicados pela Coleção Documentos Brasileiros Volumes 1 ao 107 – 1936/1959

1 – Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936.

2 – Oliveira Lima, *Memórias (Estas minhas Reminiscências...)*, 1937.

3 – Octavio Tarquínio de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu Tempo*, 1937.

4 – Gilberto Freyre, *Nordeste (Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil)*, 1937.

5 – Djacir Meneses, *O Outro Nordeste. Formação Social do Nordeste*, 1937.

6 – Alberto Rangel, *No Rolar do Tempo (Opiniões e Testemunhas Respingados no Arquivo de Orsay, Paris)*, 1937.

7 – Afonso Arinos de Melo Franco, *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa (As Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural)*, 1937.

8 – Luís Viana Filho, *A Sabinada (A República Baiana de 1887)*, 1938.

9 – Alcântara Machado, *Brasílio Machado (1848-1919)*, 1937.

10 – Olívio Montenegro, *O Romance Brasileiro*, 1938.

11 – Júlio Belo, *Memórias de um Senhor de Engenho*, 1938.

12 – André Rebouças, *Diário e Notas Autobiográficas*, 1938.

13 – Elói Pontes, *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, 1938.

14 – Lindolfo Color, *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, 1938.

15 – Cap. Álvaro Ferraz e Dr. Andrade Lima Júnior. *Morfologia do Homem do Nordeste (Estudo Biotipológico)*, 1939.

16 – Euclides da Cunha, *Canudos (Diário de uma Expedição)*, 1939.

17 – Euclides da Cunha, *Peru versus Bolívia*, 1939.

18 – Octavio Tarquínio de Sousa, *História de dois Golpes de Estado*, 1939.

19 – José Carlos de Machado Soares, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, 1939.

20 – Inácio José Veríssimo, *André Rebouças Através de sua Autobiografia*, 1939.

21 – Elói Pontes, *A Vida Contraditória de Machado de Assis*, 1939.

22 – Pedro Calmon, <i>História da Casa da Torre (Uma Dinastia de Pioneiros)</i> , 1939.
23 – Nelson Werneck Sodré, <i>História da Literatura Brasileira (Seus Fundamentos Econômicos)</i> , 1940.
24 – Silvio Romero, <i>História da Literatura Brasileira</i> , 1940.
25 – Cassiano Ricardo, <i>Marcha para Oeste (Influências da “Bandeira” na Formação Social e Política do Brasil)</i> , 1940.
26 – Gilberto Freyre, <i>Um Engenheiro Francês no Brasil</i> , 1940.
27 – Almir de Andrade, <i>Formação da Sociologia Brasileira. I: Os Primeiros Estudos Sociais no Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII</i> , 1941.
28 – Gilberto Freyre, <i>O Mundo que o Português Criou (Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colônias Portuguesas)</i> , 1940.
29 – Gilberto Freyre, <i>Região e Tradição</i> , 1941.
30 – Silvio Rabelo, <i>Farias Brito ou uma Aventura do Espírito</i> , 1941.
31 – Nelson Werneck Sodré, <i>Oeste (Ensaio sobre a Grande Propriedade Pastoril)</i> , 1941.
32 – Raul do Rio Branco, <i>Reminiscências do Barão do Rio Branco</i> , 1942.
33 – Mário Travassos, <i>Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras</i> , 1942.
34 – Gilberto Freyre, <i>Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife</i> , 1942.
35 – Octavio Tarquínio de Sousa, <i>Diogo Antônio Feijó (1784-1843)</i> , 1942.
36 – Gilberto Freyre, <i>Casa Grande & Senzala (Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal)</i> , 1943.
37 – Lúcia Miguel-Pereira, <i>A Vida de Gonçalves Dias (Contendo o Diário Inédito da Viagem de Gonçalves Dias ao Rio Negro)</i> , 1943.
38 – Elói Pontes, <i>A Vida Exuberante de Olavo Bilac</i> , 1944.
39 – Vivaldo Coaracy, <i>O Rio de Janeiro no Século 17</i> , 1944.
40 – João Mangabeira. <i>Rui, O Estadista da República</i> , 1943.
41 – Gilberto Freyre, <i>Perfil de Euclides e Outros Perfis</i> , 1944.
42 – Aires da Mata Machado Filho, <i>O Negro e o Garimpo em Minas Gerais</i> , 1943.
43 – Silvio Rabelo, <i>Itinerário de Silvio Romero</i> , 1944.
44 – Gilberto Freyre, <i>Olinda – 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade Brasileira</i> , 1944.
45 – Francisco de Paula Ferreira de Resende, <i>Minhas Recordações</i> , 1944.
46 – Aluísio de Almeida, <i>A Revolução Liberal de 1842</i> , 1944.
47 – Nelson Werneck Sodré, <i>Formação da Sociedade Brasileira</i> , 1944.

48 – Luís Delgado, <i>Rui Barbosa (Tentativa de Compreensão e de Sínteses)</i> , 1945.
49 – Oliveira Lima, <i>Dom João VI no Brasil (1808-1821)</i> , 1945.
50 – Álvaro Lins, <i>Rio Branco (O Barão do Rio Branco)</i> , 1945.
51 – Octavio Tarquínio de Sousa, <i>José Bonifácio (1763- 1838)</i> , 1945.
52 – Luis da Câmara Cascudo, <i>Geografia dos Mitos Brasileiros</i> , 1947.
53 – Joaquim Ribeiro, <i>Folclore dos Bandeirantes</i> , 1946.
54 – José Antonio Gonsalves de Melo Neto, <i>No Tempo dos Flamengos (Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil)</i> , 1947.
55 – Luis Viana Filho, <i>O Negro na Bahia</i> , 1946.
56 – Gilberto Freyre, <i>Interpretação do Brasil (Aspectos da Formação Social Brasileira como Processo do Amalgamento de Raças e Culturas)</i> , 1947.
57 – Manuelito de Ornelas, <i>Gaúchos e Beduínos (A Origem étnica e a Formação Social do Rio Grande do Sul)</i> , 1956.
58 – Gilberto Freyre, <i>Ingleses no Brasil (Aspectos da Influência Britânica Sobre a Vida, A Paisagem e Cultura do Brasil)</i> , 1948.
59 – Cincinato Braga, <i>Problemas Brasileiros (Magnos Problemas Econômicos de São Paulo)</i> , 1948.
60 – Gastão Cruls, <i>Aparência do Rio de Janeiro (Notícia Histórica e Descritiva da Cidade)</i> , 1952.
61 – Estevão Pinto, <i>História de uma Estrada de Ferro do Nordeste (Contribuição para o Estudo da Formação e Desenvolvimento da Empresa “The Great Western Of Brazil Railway Company Limited” e das suas Relações com a Economia do Nordeste Brasileiro)</i> , 1949.
62 – Pedro Calmon, <i>História da Literatura Baiana</i> , 1949.
63 – E - Luis da Câmara Cascudo, <i>História da Literatura Brasileira – Vol. VI: Literatura Oral</i> , 1952.
63 – L – Lúcia Miguel-Pereira, <i>História da Literatura Brasileira – Vol. XII: Prosa de Ficção: de 1870 a 1920</i> , 1950.
64 – Luís Viana Filho, <i>Rui e Nabuco</i> , 1949.
65 – Oliveira Lima, <i>Impressões da América Espanhola (1904-1906)</i> , 1953.
66 – Gilberto Freyre, <i>Sobrados e Mucambos (Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano)</i> , 1951.
67 – Laurita Pessoa Raja Gabaglia, <i>Epitácio Pessoa (1865-1942)</i> , 1951.
68 – Castro Barreto, <i>Povoamento e População (Política Populacional Brasileira)</i> , 1951.
69 – Hélio Lobo, <i>Rio Branco e a Arbitragem com a Argentina (A Questão do Território de Palmas, Também chamada das Missões)</i> , 1952.
70 – Francisco de Assis Barbosa, <i>A Vida de Lima Barreto (1881-1922)</i> , 1952.

71 – Octavio Tarquínio de Sousa, <i>A vida de D. Pedro I</i> , 1952.
72 – Luis da Camara Cascudo, <i>Cinco Livros do Povo (Introdução ao Estudo da Novelística no Brasil)</i> , 1953.
73 – A. da Silva Melo, <i>Nordeste Brasileiro (Estudos e Impressões de Viagem)</i> , 1953.
74 – José Veríssimo, <i>História da Literatura Brasileira – De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)</i> , 1954.
75 – Silvio Romero, <i>Folclore Brasileiro: 1. Cantos Populares do Brasil – 2. Contos Populares do Brasil</i> , 1954.
76 – Gilberto Freyre, <i>Um Brasileiro em Terras Portuguesas (Introdução a uma Possível Luso-Tropicologia, Acompanhada de Conferências e Discursos Proferidos em Portugal e em Terras Lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico)</i> , 1953.
77 – Gilberto Freyre, <i>Aventuras e Rotina (Sugestões de uma Viagem à Procura das Constantes Portuguesas de Caráter e Ação)</i> , 1953.
78 – Temístocles Linhares, <i>Paraná Vivo (Um retrato sem retoques)</i> , 1953.
79 – Luis da Câmara Cascudo, <i>Geografia do Brasil Holandês (Presença Holandesa no Brasil, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão)</i> , 1956.
80 – Ernani Silva Bruno, <i>Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo</i> , 1953-1954.
81 – Leonardo Arroyo, <i>Igrejas de São Paulo (Introdução ao Estudo dos Templos Mais Característicos de São Paulo nas Suas Relações com a Crônica da Cidade)</i> , 1954.
82 – Lucia Miguel-Pereira, <i>Machado de Assis (Estudo Crítico e Biográfico)</i> , 1955.
83 – Afonso de E. Taunay, <i>A Grande Vida de Fernão Dias Paes</i> , 1955.
84 – Rodolfo Garcia, <i>Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)</i> , 1956.
85 – Afonso Arinos de Melo Franco, <i>Um Estadista da República. (Afrânio de Melo Franco e seu Tempo)</i> , 1955.
86 – João Cruz Costa, <i>Contribuição à História das Idéias no Brasil (O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a Evolução Histórica Nacional)</i> , 1956.
87 – Luis Heitor, <i>150 Anos de Música no Brasil (1800-1950)</i> , 1956.
88 – Vivaldo Coaracy, <i>Memórias da Cidade do Rio de Janeiro</i> , 1955.
89 – Sérgio Buarque de Holanda, <i>Caminhos e Fronteiras</i> , 1957.
90 – Joaquim Nabuco, <i>Minha Formação</i> , 1957.
91 – Luís Cruls, <i>Planalto Central do Brasil</i> , 1957.
92 – Carolina Nabuco, <i>A Vida de Joaquim Nabuco</i> , 1958.
93 – João Camilo de Oliveira Torres, <i>A Democracia Coroada, Teoria Política do Império no Brasil</i> , 1957.

94 – Pinheiro Guimarães. <i>Um Voluntário da Pátria. (Folha de Serviços Prestados pelo General Dr. Francisco Pinheiro Guimarães às Classes Armadas)</i> , 1958.
95 – Geraldo de Meneses Cortes, <i>Migração e Colonização no Brasil</i> , 1958.
96 – José Maria Belo, <i>Memórias</i> , 1958.
97 – J. de Castro Nunes, <i>Alguns Homens do Meu Tempo (Memórias e Impressões)</i> , 1957.
98 – Nelson Werneck Sodré, <i>Introdução à Revolução Brasileira</i> , 1958.
99 – Barbosa Lima Sobrinho, <i>Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil</i> , 1958.
100 – A. L. Garraux, <i>Bibliographie Brésilienne</i> , 1962.
101 – Gastão Cruls, <i>Hiléia Amazônica (Aspectos da Flora, Fauna, Arqueologia e Etnografia Indígenas)</i> , 1958.
102 – Manuel Cavalcanti Proença, <i>Augusto dos Anjos e Outros Ensaio</i> s, 1958.
103 – Ceciliano Abel de Almeida, <i>O Desbravamento das Selvas do Rio Doce (Memórias)</i> , 1959.
104 – Munhoz da Rocha, <i>Presença do Brasil</i> , 1960.
105 – José Maria dos Santos, <i>Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista (Subsídio para a História da República)</i> , 1960).
106 – Luis Viana Filho, <i>A vida do Barão do Rio Branco</i> , 1959.
107 – Sérgio Buarque de Holanda, <i>Visão do Paraíso (Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil)</i> , 1959.